

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC/SP

Grazielle Nayara Felício Silva

**O COTIDIANO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA NA PERSPECTIVA DA ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO,
PESQUISA E EXTENSÃO: UMA ANÁLISE DO(S) SEU(S) "SENTIDO(S)
POLÍTICO(S)" A PARTIR DOS IF'S DA REGIÃO DE CAMPINAS**

Doutorado em Serviço Social

São Paulo
2021

Grazielle Nayara Felício Silva

**O COTIDIANO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA NA PERSPECTIVA DA ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO,
PESQUISA E EXTENSÃO: UMA ANÁLISE DO(S) SEU(S) "SENTIDO(S)
POLÍTICO(S)" A PARTIR DOS IF'S DA REGIÃO DE CAMPINAS**

Doutorado em Serviço Social

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Serviço Social sob a orientação da Professora Doutora Dirce Harue Ueno Koga.

São Paulo
2021

Autorizo exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta Tese de Doutorado por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

Grazielle Nayara Felício Silva

São Paulo, 29 de março de 2021.

E-mail: graziellefelicio@yahoo.com.br

Sistemas de Bibliotecas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo –
Ficha Catalográfica com dados fornecidos pelo autor

Silva, Grazielle Nayara Felício

O cotidiano dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia na perspectiva de articulação entre ensino, pesquisa e extensão: uma análise do(s) seus(s) "sentido(s) político(s)" a partir dos IFs da região de Campinas / Grazielle Nayara Felício Silva. - São Paulo: [s.n.], 2021.

258p; 30 cm.

Orientadora: Dirce Harue Ueno Koga.

Tese (Doutorado)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social.

1. Educação Profissional e Tecnológica. 2. Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. 3. Serviço Social. 4. Ações de ensino, pesquisa e extensão.

I. Koga, Dirce Harue Ueno.

II. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social.

III. Título.

Grazielle Nayara Felício Silva

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Serviço Social sob a orientação da Professora Doutora Dirce Harue Ueno Koga.

Aprovado em: __/__/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Dirce Harue Ueno Koga

Profa. Dra. Maria Amélia Ferraciú Pagotto

Profa. Dra. Michelli Aparecida Daros

Profa. Dra. Carola Carbajal Arregui

Profa. Dra. Maria Lúcia Martinelli

Aos meus pais e aos meus irmãos, por tudo que vocês são e representam para mim. Essa conquista é nossa!

Ao Luis Carlos e nossos “filhos de pelo”: nosso anjo Teddy, que não está mais com a gente, e nossa menina, Luna. Vocês foram o meu abrigo e minha segurança durante os anos de Doutorado.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), através do código de financiamento 001. Na condição de bolsista, agradeço a CAPES pelo financiamento.

AGRADECIMENTOS

Todo final de ciclo enseja sentimentos de gratidão e agradecimentos por findar as conquistas e os objetivos. A caminhada foi árdua, difícil, cheia de desafios, medos inseguranças, desejo de desistir. Mas ela também foi cheia de afetos, abraços, aprendizados. Finalizar o Doutorado, para além de um desejo profissional, é um sonho pessoal meu e da minha família, almejado ainda na minha adolescência. É o fim de uma etapa, que esteve atravessada por tantas gentes a quem eu preciso agradecer e aqui registrar.

Primeiramente, como alguém que professa a fé cristã, eu agradeço a Deus. Sem dúvida, todo o meu sustento espiritual vem da fé que aprendi, ainda criança, a acreditar e a me alimentar diariamente, materializando-se nas minhas ações e no respeito ao próximo, bem como na defesa coletiva da justiça social. Em tempos tão duros, me reafirmo enquanto alguém que acredita e defende esse ideário cristão, entendendo que expressa valores que tem se distorcido na cena contemporânea.

À minha família Felício e minha família Silva, não consigo mensurar em palavras a gratidão por tê-los em minha vida. Meus pais, razão do meu existir, a quem devo tudo o que sou. Minha mãe, Ester, meu exemplo de coragem e de amor, meu pai, Jair, exemplo de bondade e cuidado com o próximo. Meus irmãos, apesar de me verem como o banco oficial deles (risos), são a minha base e meus exemplos de lealdade e amizade. Sei que tenho vocês e vocês sabem que meus sonhos e vitórias são nossas conquistas. Aos meus tios, em especial meu tio Baltazar, meu tio Gilson, meu tio Antenor, meu tio Rosalvo e minhas tias Alaíde, Lia e Elza, obrigada por me incentivarem, me apoiarem, por se orgulharem de mim. Aos meus primos, vocês são meus melhores amigos de infância e meu amor por vocês sempre será incondicional. A minha família de Francisco Sá e ao meu padrasto Valdemir, obrigada pela torcida e acolhimento. Aos meus sogros, Maria e Antônio Carlos, obrigada pelo amor e cuidado que tem por mim.

Aos meus amigos que fazem parte da minha caminhada, desde sempre. À Rennan, meu menino do sorriso largo, que desde a época da faculdade se alegra e vibra comigo. Ao Rodolfo, meu irmão que a extensão universitária me deu e que se faz presente na minha vida. Ao meu “quarteto”: Daniola, Marionça, Selma e Débora: mesmo que o cotidiano nos afaste, eu sei que o nosso “a gente se tem” é de verdade. Aos meus amigos da infância e adolescência, e mesmo os da vida adulta, que até

hoje sempre arrancam risadas e boas lembranças, mesmo que a gente não esteja sempre juntos, eu sei que vocês se alegram comigo em me ver realizando meus sonhos e sei que estão comigo nos meus momentos de dificuldade: Élide, Larissa, Geórgia, Valéria, Vanessa, Andresley, Ana Carolina, Marcella, Thalita, Paulo, Tiago, Diego. Aos amigos que chegaram recentemente, mas que foram primordiais nessa reta final de escrita da tese: Leila, obrigada, amiga, por me ouvir e me acolher nas minhas lamúrias e desânimos; e Eduardo, por me ajudar a lidar com estresse da Tese, bebendo uma cerveja e contando casos. Amo vocês!

Aos amigos dos tempos do Mestrado: Rachel, minha irmã de alma, que vibra e chora comigo em todos os momentos; Mônica, uma mulher potente, que carrega no sorriso a alegria de viver; Joyce, que nos alegra com seu jeito extrovertido de ser; Michelle, dona de uma pureza e leveza que traz brilho aos nossos dias; e ao Lelê, nosso Leandro, que nos faz pensar e nos tira da nossa zona de conforto. Eu amo vocês e agradeço imensamente por poder compartilhar meus sonhos, meus medos, meus projetos com vocês. Que bom que o Rio de Janeiro nos trouxe o presente da amizade!

Aos amigos que Capivari me apresentou: Shadia, Gyovanna, Larissa, Hellen, Mariana, Nayara, Daniel, Tiago Angeli, João, Leila, Jéssica, Carlos Vinícius, Cássia e tantos outros que nesses anos me permitiram aproximar e viver bons momentos e histórias. Sei que muitos de vocês entendem minha ausência nos últimos tempos e sei também que sabem a importância de vocês na minha vida. Aos amigos de Goiás, vocês são muito especiais e me ajudam a construir as melhores lembranças!

Aos amigos do Doutorado. Tenho o privilégio de poder conquistar amizades pelos lugares onde eu passo. Os anos de PUC-SP me presentearam com tanta gente amada e querida, que compartilharam as alegrias e angústias desses nossos processos acadêmicos: Gisele Milani, Karina, Nathália, Vanessa, Gracielle, Gisele Martins, Rodrigo Diniz, Allan, Fran, Joana, Valéria, Anita e tantos outros que estiveram presentes na caminhada. Que bom que esse espaço tem a leveza da presença de vocês!

Aos amigos do IFSP, principalmente aos meus diretores Waldo, Leticia e a minha equipe da Coordenadoria Sociopedagógica por me permitirem o afastamento para finalizar os estudos doutorais. Além disso, muito obrigada por compreenderem as minhas ausências, quando necessário, nesse processo intenso de estudos. Aos

amigos Carol, Bob, Fabiana, Tiago Pelim, Luciana, Flávio, Helô, Júnio e tantos outros, obrigada por torcerem por mim e desejarem boas energias nesse processo.

Ao Coletivo de Assistentes Sociais do IFSP: obrigada por serem força e potência em meio ao cotidiano de trabalho e aos embates que são necessários. Vocês me fortalecem para continuar a lutar e defender nosso Projeto Ético-Político. Às que participaram da minha pesquisa: minha enorme gratidão por poder construir o conhecimento de forma coletiva, a partir das reflexões de vocês. Tenho admiração por cada uma, dentro das suas características e individualidades.

Às amigas do IFSP que se tornaram a minha força cotidiana: Aline, Amanda, Juliana, Maria, Mayara, Michelli, Thaís e Williana: vocês são o espelho do comprometimento ético-político profissional e, além disso, são meus laços de afeto, de dividir as angústias profissionais e pessoais e são a energia que me abastece nos momentos de desânimo. Além das nossas construções profissionais, nossos laços de amizade me demonstram a beleza de mulheres que se constroem e reconstroem cotidianamente. Obrigada por tudo que vocês são e que a gente possa sempre “estar pelo mundo”, compartilhando momentos, risadas, choros e superações. Amo imensamente vocês!

Aos meus amigos da UNIP, lugar em que além de poder compartilhar do meu fazer profissional por um período, me possibilitou construir laços e vínculos que são essenciais para mim: a Elis, minha amada amiga, que sonha e divide comigo os anseios e os desafios dessa vida, que bom que a gente se encontrou nessa jornada. A Amanda Mancuso, uma amiga que traz leveza e alegria para a vida, ao Bruno Karan, um amigo que a PUC me apresentou, mas que tivemos os vínculos encurtados pelo trabalho na instituição e me fez admirá-lo ainda mais. Aos meus ex-alunos, vocês foram minha força motriz, me incentivaram a buscar o meu melhor, em nome de Daniel, Sarah, Amanda Garcia, Janaína Soares, Janaína Samara, Thalita, Jéssica, Juliana, Laura, Márcia, Tarsila, Adriana, agradeço a todos vocês por estarem presentes em minha vida e por me mostrarem que essa relação é permeada de amor e afeto.

Às professoras e professores da PUC-SP, do Programa de pós-graduação em Serviço Social. Não é à toa que somos reconhecidos como um Programa de excelência no país. A potência intelectual de vocês nos inspira a continuar a defender e construir essa profissão tão importante. Muito obrigada por todos os ensinamentos, mas muita gratidão por mostrarem a leveza e o afeto que existe na academia, em que

todos os espaços, seja em sala de aula ou fora dela, são regradados de conhecimentos, alegrias, risadas, força e afetos!

À Andreia Canhetti, que com toda leveza, brilhantismo, competência, solidariedade e afeto nos auxilia em tudo aquilo que é preciso e necessário. Sem dúvida, muito daquilo que construímos, enquanto Programa, tem sua marca e seu profissionalismo. Obrigada pelo acolhimento desde o primeiro momento!

Aos professores da graduação em Serviço Social da UNIMONTES, lugar que me formou e que, desde sempre, é a minha referência profissional. Obrigada, em especial, a Leni, Geusi e Wesley Felício, pelo carinho e afeto de sempre!

À minha orientadora Dirce Koga: me faltam palavras para dizer o quanto eu sou grata por tê-la em minha caminhada. Além do seu profissionalismo, da sua competência e inteligência, como marcas registradas, você foi meu exemplo de dedicação, paciência, amorosidade e compreensão. Muito obrigada por segurar minha mão em meio a essa caminhada, tão cheia de percalços e dificuldades. Sou grata pela sua paciência e pelo acolhimento e, acima de tudo, sou grata por tê-la como minha orientadora. Eu não teria conseguido finalizar esse processo se você não estivesse ao meu lado, caminhando comigo. Amo você, professora querida. Que bom que nossos caminhos se cruzaram.

À minha banca querida: além de serem referência intelectual para mim, vocês foram escolhidas por terem importante papel na minha formação enquanto pessoa e enquanto profissional. Maria Amélia, minha colega de trabalho no IFSP, que eu admiro pela inteligência e leveza com que transmite seus conhecimentos e pelo encanto enquanto pessoa, sendo meu exemplo de refúgio e afeto, nos momentos difíceis; à Michelli Daros, que desde o início da minha inserção no IFSP foi o exemplo de comprometimento ético, técnico e político com o seu trabalho profissional e por ser admirável na sua capacidade de construir interlocuções teóricas. Além disso, sempre foi meu refúgio para lidar com as dúvidas e anseios do processo de doutoramento; à Maria Borges, não tenho palavras para agradecer pelo seu apoio durante os anos de Doutorado e anos de IFSP, além de ser referência para o nosso coletivo, você é um exemplo de amizade e afeto. Sou muito grata por tê-la na minha jornada, sou grata pelas caronas e hospedagens ao longo dos anos de Doutorado; à professora Maria Lúcia Martinelli, você é o reflexo da competência e do amor, além de ser uma referência teórica que demarca o Serviço Social brasileiro, é um exemplo de generosidade e amor; à professora Carola Arregui, muito obrigada por sempre

demonstrar que torce por mim, além do carinho e afeto no olhar. Sua capacidade intelectual e sua potência enquanto pesquisadora inspira muitos de nós a continuar e construir novas possibilidades de pesquisa no Serviço Social, ousando e acreditando que é possível ser criativo; à Rosângela Paz, sou muito grata pelo seu acolhimento desde o início do Doutorado e por todas as construções ao longo desses anos, nos diversos espaços que a PUC proporciona. Sua alegria e alto-astrol contagiam nossos processos formativos e te fazem uma referência intelectual e um exemplo de carisma e generosidade, gratidão por todas as partilhas. Tenho certeza que ter todas vocês, mulheres pesquisadoras referências na área, abrilhantarão a nossa pesquisa, que é, desde sempre, coletiva.

Agradeço à Gabi Manduca, por todo o suporte no processo de revisão desta Tese, pelo profissionalismo e comprometimento com o processo. Por fim, agradeço todos aqueles que, mesmo não citados diretamente aqui, estiveram ao meu lado ao longo desse período, me apoiando, emanando boas energias e compartilhando as dificuldades e conquistas do cotidiano.

“Eu sou um intelectual que não tem medo de ser amoroso.

Amo as gentes e amo o mundo.

E é porque amo as pessoas e amo o mundo que eu brigo para que a justiça social se implante antes da caridade”

Paulo freire

RESUMO

SILVA, Grazielle Nayara Felício. **O cotidiano dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia na perspectiva da articulação entre ensino, pesquisa e extensão: uma análise do(s) seu(s) sentido(s) político(s) a partir dos IFs da região de Campinas.** Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2021.

O presente estudo tem como debate central o(s) sentido(s) político(s) dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a partir do cotidiano das ações de ensino, pesquisa e extensão. Compreende-se que os Institutos Federais têm centralidade na materialização da Política de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), estando presente em todas as unidades federativas do país, fruto de investimentos sociais, econômicos e políticos das políticas voltadas à EPT no período de 2003-2016. Seus câmpus expressam ações de ensino, pesquisa e extensão, seguindo o eixo norteador de uma formação integral, de modo a contribuir para o desenvolvimento social, político, econômico e cultural dos territórios, bem como para os arranjos produtivos regionais e locais. O objetivo geral desta Tese está ancorado na reconfiguração da Política de Educação Profissional e Tecnológica e seus sentidos políticos a partir das ações de ensino, pesquisa e extensão vivenciadas no cotidiano dos Institutos Federais. Para tanto, buscou-se: analisar o processo de formação social do Brasil e sua influência na constituição da Educação Profissional; conhecer as determinações históricas, sociais, políticas, culturais e econômicas do IF nos territórios de atuação e a influência da lógica neodesenvolvimentista; analisar a institucionalidade dos IFs no âmbito das políticas públicas de EPT, bem como seu processo de expansão; compreender a relação do IF com o papel estratégico de ação política e transformação social no processo de desenvolvimento local/regional a partir da Região de Campinas; avaliar e conhecer a articulação de ensino, pesquisa e extensão dos IFs diante dos novos agenciamentos socioterritoriais da Região de Campinas; e analisar como as/os trabalhadoras/es do Serviço Social compreendem os sentidos políticos dos Institutos Federais nessa região. A partir de fundamentos analisados sob a perspectiva materialista histórico-dialética e em abordagem quanti-qualitativa, foi possível constatar os sentidos políticos dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia ao promover uma formação integral, embora suas ações de ensino, pesquisa e extensão estejam atravessadas por lacunas e desafios, sobretudo no âmbito de sua articulação cotidiana com os territórios de vivência em que se encontram inseridos. A partir dessa escala de análise, compreende-se que o Serviço Social, enquanto profissão inserida no cotidiano das ações de ensino, pesquisa e extensão dos IFs, apresenta potentes aportes teórico-metodológicos e técnico-operativos para a construção de direcionamentos éticos, técnicos e políticos que propiciem a materialização dos princípios dos Institutos Federais. No momento presente é necessário o enfrentamento dos limites e desafios postos à práxis profissional nesse espaço socio-ocupacional, na perspectiva de luta e resistência por uma educação profissional comprometida com o direito à vida em sua plenitude.

Palavras-chave: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; ações de ensino, pesquisa e extensão; sentidos políticos; Serviço Social.

ABSTRACT

SILVA, Grazielle Nayara Felício. **The daily life of the Federal Institutes of Education, Science and Technology from the perspective of the articulation between teaching, research and extension: an analysis of their political sense(s) from the FI's of the Campinas region.** Thesis (Doctorate in Social Work). Pontifical Catholic University of São Paulo, 2021.

This study has as its central debate the political sense (s) of the Federal Institutes of Education, Science and Technology, based on the daily activities of teaching, research and extension. It is understood that the Federal Institutes are central to the materialization of the Professional and Technological Education Policy (PTE), present in all the federal units of the country, as a result of social investments, economics and policies of the policies aimed at PTE in the period 2003-2016 . Its campuses express actions of teaching, research and extension, following the guiding axis of an integral formation, in order to contribute to the social, political, economic and cultural development of the territories, as well as of the local and regional productive arrangements. The general objective of this thesis is anchored in the reconfiguration of the Professional and Technological Education Policy and its political meanings based on the teaching, research and extension actions experienced in the daily lives of Federal Institutes. To this end, it sought to analyze the process of social formation in Brazil and its influence on the constitution of Professional Education; know how to determine historical, social, political, cultural and promote themselves in the territories of influence and influence of the neo-developmental logic; analyze the institutionality of FIs within the scope of public EFA policies, as well as their expansion process; understand the relationship of the IF with the strategic role of politics and social transformation in the process of local / regional development from the Region of Campinas; evaluate and understand the articulation of teaching, research and extension of FIs in the face of new socio-territorial agencies in Campinas Region, as well as analyzing how Social Workers understand the political meanings of Federal Institutes in this region. Based on foundations under a historical-dialectical materialistic perspective and in a quantitative and qualitative approach, it was possible to verify the political meanings of the Federal Institutes of Education, Science and Technology when promoting integral training, although their actions of teaching, research and grouped extension crossed by gaps and challenges, especially in the context of their daily articulation with the territories of experience, in which they are inserted. From this scale of analysis, it is understood that Social Work, as a profession inserted in the daily activities of teaching, research and extension of FIs, presents potent theoretical methodological and technical support for the construction of ethical, technical and political directions, that match and enable the materialization of the principles put to the Federal Institutes. In view of the present moment, it is necessary to face the limits and challenges posed to professional praxis in this socio-occupational space, in the perspective of struggle and resistance for a professional education committed to the full right to life.

Keywords: Federal Institutes of Education, Science and Technology; teaching, research and extension actions; political senses; Social Service.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Estabelecimentos e matrículas da Educação Profissional de nível médio (2003-2012).....	84
Tabela 2 – Indicadores dos câmpus do IFSP	119
Tabela 3 – Indicadores dos municípios da Região Administrativa de Campinas com câmpus do IF.....	135
Tabela 4 – Dados demográficos dos municípios pesquisados.....	137
Tabela 5 – Dados do Programa Bolsa Família dos municípios pesquisados	138
Tabela 6 – Dados do Programa Bolsa Família dos municípios pesquisados	140
Tabela 7 – Dados do Programa Bolsa Família dos municípios pesquisados	141
Tabela 8 – Dados por cursos nos câmpus da Região Administrativa de Campinas	149

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Composição – em percentuais – da Rede de Educação Profissional e Tecnológica.....	96
Gráfico 2 – Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica em unidades.....	99
Gráfico 3 – Quantidade de câmpus criados na constituição histórica do IFSP	110
Gráfico 4 – Orçamento do IFSP entre 2014 e 2020	114
Gráfico 5 – Total de atividades de extensão categorizadas por área temática	163

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no país.....	97
Figura 2 – Atual configuração do IFSP.....	111
Figura 3 – Região Administrativa de Campinas	142

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Caracterização das entrevistadas	30
Quadro 2 – Câmpus criados entre 2009 e 2013 no IFSP	109
Quadro 3 – Desafios colocados ao IFSP na contemporaneidade	115
Quadro 4 – Objetivos propostos para as ações de ensino, pesquisa e extensão no período de 2014-2018	123
Quadro 5 – Informações sobre o perfil econômico dos municípios da Região Administrativa de Campinas com câmpus do IFSP	144
Quadro 6 – Cursos ofertados nas diversas modalidades nos câmpus do IFSP da Região Administrativa de Campinas	151
Quadro 7 – Atividades de extensão desenvolvidas nos câmpus de 2019 a 2021..	155
Quadro 8 – Projetos de pesquisa desenvolvidos nos câmpus em 2014	167
Quadro 9 – Projetos de pesquisa desenvolvidos nos câmpus em 2015	170
Quadro 10 – Projetos de pesquisa desenvolvidos nos câmpus em 2016	174
Quadro 11 – Projetos de pesquisa desenvolvidos nos câmpus em 2017	178
Quadro 12 – Projetos de pesquisa desenvolvidos nos câmpus em 2018 e 2019 ..	181
Quadro 13 – Projetos de pesquisa desenvolvidos nos câmpus em 2020	188

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APLs Arranjos Produtivos Locais
CEFET Centro Federal de Educação Tecnológica
CEPAL Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
EMI Ensino Médio Integrado
EMPLASA Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A
EPT Educação Profissional e Tecnológica
ETEC Escola Técnica Estadual de São Paulo
ETFSP Escola Técnica Federal de São Paulo
FMI Fundo Monetário Internacional
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IF Instituto Federal
IFs Institutos Federais
IFSP Instituto Federal de São Paulo
LDBEN Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC Ministério da Educação
PAC Programa de Aceleração do Crescimento
PBF Programa Bolsa Família
PDE Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI Plano de Desenvolvimento Institucional
PIB Produto Interno Bruto
PNP Plataforma Nilo Peçanha
PPA Plano Pluri-Anual
PROTEC Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico
PT Partidos dos Trabalhadores
REUNI Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
REPCT Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
RFEPCT Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
UNICEF Fundo Nacional das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	21
2. TRAJETÓRIAS CRUZADAS: EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA	33
2.1. Formação social brasileira e a constituição das relações societárias	34
2.2. Educação e Trabalho: binômio central na sociedade de classes	53
2.3. Educação e a satisfação das necessidades do capital	59
3. A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL: UM CONCERTO ATRAVESSADO POR DIFERENTES ELENÇOS	65
3.1. Trajetória socio-histórica da Educação Profissional no Brasil: das escolas-oficinas à Educação Profissional e Tecnológica.....	68
3.2. A Educação Profissional (e Tecnológica): entre o neoliberalismo e o neodesenvolvimentismo	77
3.3. Os Institutos Federais: a institucionalidade de um novo modelo de Educação Profissional e Tecnológica	93
4. PAPEL ESTRATÉGICO DOS INSTITUTOS FEDERAIS: A ARTICULAÇÃO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO E OS NOVOS AGENCIAMENTOS SOCIOTERRITORIAIS	103
4.1. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo: aproximações da realidade institucional	104
4.2. As Políticas de Ensino, pesquisa e extensão do IFSP e os objetivos traçados nos Planos de Desenvolvimento Institucional	122
4.3. Região Administrativa de Campinas e os câmpus do IFSP: o lugar de “escolha” para delinear a pesquisa	134
<u>4.3.1. Indicadores Sociais da Região Administrativa de Campinas: conhecer para explorar</u>	<u>135</u>
5. O(S) SENTIDO(S) POLÍTICO(S) DOS INSTITUTOS FEDERAIS EM MOVIMENTO NO COTIDIANO DE GESTÃO: A PERSPECTIVA DO SERVIÇO SOCIAL A PARTIR DAS TRABALHADORAS-SUJEITAS	147
5.1. Os câmpus do IFSP da Região Administrativa de Campinas e as ações de ensino, pesquisa e extensão: similitudes e diferenças	148
5.2. Os sentidos políticos das ações de ensino, pesquisa e extensão dos IFs	192
5.3. O Serviço Social nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia	204
6. CONCLUSÃO	223
REFERÊNCIAS.....	237
APÊNDICES	248
ANEXOS	252

1. INTRODUÇÃO

*“Fazer da palavra um embalo
é o mais puro e apurado
senso da poesia” Mia Couto*

Um dos maiores desafios na produção de conhecimento, parafraseando Mia Couto na epígrafe acima, é iniciar o embalo da sistematização das ideias que pulsam a todo instante e se colocam em movimento, adensadas por reflexões teóricas, vivências empíricas, hipóteses construídas e/ou refutadas, problematizações que geram inquietações e dúvidas. A construção desta Tese não esteve inerte ao desembalo das palavras, que constantemente fugiram.

Inicialmente, cabe afirmar que construir esta Tese foi um desafio. Para além do resultado final de um processo de doutoramento no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), este estudo condensa debates e reflexões que tangenciam a inserção profissional como assistente social. E produzir conhecimento em interconexão com a realidade profissional exige um esforço que dialogue com as emoções suscitadas pelo cotidiano e com o rigor científico inerente às pesquisas científicas.

O debate e análise central desta Tese relaciona-se ao(s) sentido(s) político(s) dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia a partir do cotidiano das ações de ensino, pesquisa e extensão. Essas interlocuções foram desenvolvidas a partir das ações realizadas pelos câmpus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo situados nas cidades pertencentes à Região Administrativa de Campinas, ou seja, Bragança Paulista, Campinas, Capivari, Jundiaí, Hortolândia, Piracicaba e São João da Boa Vista.

Tal direcionamento de pesquisa foi norteado pelos debates coletivos acerca da Educação Profissional e Tecnológica em diferentes espaços formativos e pela inserção como assistente social no IFSP. Essa articulação permitiu observar e compreender a grandiosidade da Rede de Educação Profissional e Tecnológica e seu histórico de desenvolvimento no país, suscitando elementos que careceram de aprofundamento empírico para seu desvelamento.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram criados em 2008, em meio às políticas governamentais implementadas pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, de modo a

construir mudanças na Política de Educação Profissional e Tecnológica do país. Entretanto, apesar da introdução de novas perspectivas e concepções, os IFs não são instituições “novas”, pois são fruto do desenvolvimento histórico das Escolas de Aprendizes e Artífices e, ao longo do processo de formação social do Brasil, recebeu outras denominações, como as Escolas Técnicas Federais e os Centros Federais de Educação Tecnológica.

Apesar de não ser algo “novo”, os Institutos Federais introduziram novas perspectivas e concepções para a Política de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no país, ao formar a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT). Assim, os IFs ganharam centralidade na materialização da EPT, tendo em vista que seus câmpus estão presentes em todas as unidades federativas, além de vivenciarem um crescimento exponencial entre 2008 e 2016.

Daros (2019, p. 34) afirma que o processo de criação e expansão dos Institutos Federais, além de ser “a maior expansão da educação profissional já realizada pelo Governo Federal na história brasileira”, é fruto das políticas neodesenvolvimentistas¹ adotadas pelos governos do Partido dos Trabalhadores no período de 2003 a 2014, bem como “relaciona-se ao imbricamento e às tessituras existentes entre a noção de ‘sociedade do conhecimento’” (DAROS, 2019, p. 34):

A noção de “sociedade do conhecimento” torna-se visível no debate educacional perante as transformações do mundo do trabalho nas últimas décadas [...], o uso de tal noção pode ser entendido, em síntese, como a tomada do conhecimento e, por assim dizer, da ciência e tecnologia, como entidades autônomas, independentes das relações sociais, e supostamente capazes de superar desigualdades sociais e de reduzir o abismo tecnológico e de desenvolvimento econômico existente entre nações hegemônicas e nações de inserção capitalista subalterna (DAROS, 2019, p. 34-35).

A expansão significativa de IFs foi considerada pela entrevistada Turmalina (2020) como um avanço para a Educação Profissional e Tecnológica, pois possibilitou a vivência de significativas construções, como o Ensino Médio Integrado.

¹ Embora compreenda-se que os governos relacionados ao Partido dos Trabalhadores no período 2003-2016 não promoveram mudanças significativas no adensamento do neoliberalismo no país, há uma série de autores que defendem a ideia do neodesenvolvimentismo como algo que baliza as políticas governamentais do período, ao promover “crescimento econômico e a possibilidade de inclusão social por meio da reorientação social e econômica dos territórios” (DAROS, 2019, p. 35). Este debate será apresentado ao longo da Tese.

[...] os avanços, **o processo de expansão em si, foi um avanço**, [...] porque a **gente conseguiu estar presente em vários locais**, em vários estados, isso por si só já é um avanço, você **possibilitar o direito à educação em vários lugares onde não existia a Educação Profissional e Tecnológica**, nessa perspectiva do Instituto Federal, que não é a perspectiva do SENAI, SENAC, que eu acho que é uma outra organização, por ser gratuita, de qualidade, apesar que a gente também pode refletir sobre o que é essa qualidade, mas enfim.. nem vou entrar nisso daí, [...] mas acho que um avanço, a gente teve esse processo de expansão. **Eu acho que um outro avanço foi a implementação dos cursos técnicos integrados**, eu acho que a gente possibilitar o Ensino Médio foi um avanço muito grande, principalmente aqui em São Paulo, que a gente tinha uma resistência grande por essa questão do Ensino Médio, tinha uma ânsia por Ensino Superior, então acho que a gente conseguir trazer os adolescentes, né, dá uma outra cara, um outro formato para os Institutos [...] (TURMALINA, 2020, grifo nosso).

Atualmente, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica é constituída por 653 unidades, das quais 599 são Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, o que representa 92,82%, segundo a Plataforma Nilo Peçanha. A inserção e expansão da RFEPCT dialoga com a inserção nos espaços locais e regionais dos territórios, de modo a promover o desenvolvimento socioeconômico. No âmbito dos Institutos Federais, o portal do Ministério da Educação define os IFs como

[...] instituições, pluricurriculares e multicampi (reitoria, campus, campus avançado, polos de inovação e polos de educação a distância), **especializados na oferta de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) em todos os seus níveis e formas de articulação com os demais níveis e modalidades** da Educação Nacional, oferta os diferentes tipos de cursos de EPT, além de licenciaturas, bacharelados e pós-graduação stricto sensu (MEC, s.d., grifo nosso)².

De acordo com Frigotto (2018, p. 7), os IFs “desde sua criação [...] expressam a mais ampla e significativa política no campo da educação pública”. Há oferta de milhares de vagas em cursos de Ensino Médio Integrado ao Técnico, Técnicos concomitantes/subsequentes ao Ensino Médio, cursos vinculados à Educação de Jovens e Adultos, cursos superiores (bacharelados, tecnólogos, engenharias, licenciaturas), cursos de pós-graduação nas modalidades lato sensu e stricto sensu,

² Trecho extraído de: <<http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/instituicoes>>. Acesso em: 25 mar. 2021.

cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), além de cursos de extensão e qualificação profissional, ou seja, há variedade de oferta.

As concepções e diretrizes dos IFs direcionam seu objetivo de promover o acesso à Educação Profissional pública e de qualidade, abarcando na mesma instituição diferentes níveis e modalidades de ensino e propiciando uma formação integral, além de contribuir para o desenvolvimento dos arranjos produtivos regionais e locais. Entendemos que tal formação integral deve propiciar o acesso, a permanência e o êxito em ações de ensino, pesquisa e extensão que dialoguem com uma perspectiva crítica, de modo a potencializar o desenvolvimento omnilateral dos sujeitos nas diferentes dimensões que o constituem, já que compreendemos a Educação como parte ontológica e constitutiva do ser social. Além disso, como reflete Turmalina (2020), a expansão significativa dos IFs propicia a construção de instituições fundamentais para a sociedade.

[...] E eu acho que também **os Institutos trouxeram essa possibilidade de transformação e reflexão** para quem ocupa esse espaço nos Institutos Federais, para os estudantes, para as famílias, para a comunidade, acho que é um espaço que possibilitou essa reflexão de que uma **transformação de visão de mundo, de olhar as coisas com uma outra perspectiva**, então acho que são avanços bem importantes (TURMALINA, 2020, grifo nosso).

Desse modo, remetendo à epígrafe desta Introdução, os desassossegos, angústias e inquietudes que levaram à sistematização desta pesquisa e efetivaram “fazer da palavra um embalo”, encontram direcionamento ao analisar a reconfiguração da Política de Educação Profissional e Tecnológica e seus sentidos políticos a partir das ações de ensino, pesquisa e extensão vivenciadas no cotidiano dos Institutos Federais, enquanto objetivo geral deste estudo. Como trabalhadora do Serviço Social que se insere no cotidiano de trabalho das ações desenvolvidas em um câmpus do IF, sempre houve o questionamento acerca dos sentidos políticos das ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas naquele espaço, de modo a dialogar com os objetivos políticos e normativos estabelecidos aos Institutos Federais.

Além disso, a aproximação teórica com as produções e debates inerentes aos Institutos Federais e à Educação Profissional e Tecnológica suscitavam dúvidas e necessidade de aprofundamento. Embora o dia a dia de trabalho permita realizar elaborações e aproximações iniciais, entendemos que o desenvolvimento da pesquisa científica fomenta o aprofundamento, o desvelamento e a busca por respostas dos

elementos que compõem a realidade social e emergem no cotidiano (GIL, 2002) ao propiciar a análise de fatores políticos, econômicos, sociais e culturais que percorrem a totalidade da vida social.

É fundamental partir da compreensão de que o momento presente é marcado pelo contexto de ofensiva ultraconservadora do capital (LIMA, 2021), um cenário que apresenta rebatimentos no modo como a política pública se efetiva. Por isso, os objetivos específicos da pesquisa direcionam-se a: analisar o processo de formação social do Brasil e sua influência na constituição da Educação Profissional no país; conhecer as determinações históricas, sociais, políticas, culturais e econômicas do IF nos territórios de atuação e a influência da lógica neodesenvolvimentista; analisar a institucionalidade dos IFs no âmbito das políticas públicas de EPT, bem como seu processo de expansão e de investimentos financeiros, sociais, políticos e intelectuais; compreender a relação do IF com o papel estratégico de ação política e transformação social no processo de desenvolvimento local/regional a partir da Região de Campinas; avaliar e conhecer a articulação de ensino, pesquisa e extensão dos IFs diante dos novos agenciamentos socioterritoriais da Região de Campinas; e analisar como as/os trabalhadoras/es do Serviço Social compreendem os sentidos políticos dos Institutos Federais da Região de Campinas, a partir de sua atuação cotidiana e articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Esta Tese buscou responder às seguintes problemáticas: qual foi o papel do Estado para redimensionar a Educação Profissional e Tecnológica no país, sobretudo após os anos 2000?; É possível afirmar que houve mudança de perspectiva e orientação na concepção desta?; Se sim, qual foi o elemento direcionador do debate e seus sentidos políticos?; Quais os avanços, limites ou recuos identificados, e como o discurso dos instrumentos normativos/jurídicos se efetivam na prática dessa modalidade de Educação?; Como aconteceu a reconfiguração da Política de Educação Profissional e Tecnológica no período de 2003 a 2016?; E como isso se expressa nas ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas no âmbito das unidades de ensino e nos territórios onde essas unidades se inserem?; As atividades desenvolvidas têm relação com os princípios e valores expressos nos documentos normativos institucionais, sobretudo no que se refere ao desenvolvimento local e regional, articulação das políticas públicas e dos arranjos produtivos e o enfrentamento das desigualdades sociais?; Como o Serviço Social se insere nesse espaço profissional e quais as possibilidades, limites e desafios da profissão em

promover as ações de ensino, pesquisa e extensão e o diálogo com os princípios normativos e institucionais?

Nesse sentido, considerando as problemáticas apresentadas, colocaram-se como hipóteses norteadoras deste estudo: a) os elementos normativos expressam uma nova concepção de Educação Profissional que se configura na maneira pela qual perpassa as atividades dos câmpus nos territórios onde estão inseridos, contribuindo para o desenvolvimento local e regional, bem como na formação integral e com qualidade para o mundo do trabalho; b) o neodesenvolvimentismo influenciou a Política de Educação Profissional e Tecnológica no período, pois a partir dela há necessidade de promover avanços que não atinjam somente a esfera econômica da produção capitalista, mas que contemplem a melhoria do acesso dos sujeitos sociais às políticas públicas, sobretudo às educacionais, propiciando a garantia de direitos sociais, embora ainda pautada numa lógica neoliberal de política pública; c) as ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas no âmbito das unidades de ensino e nos territórios tem relação com os arranjos produtivos locais e se articulam às políticas públicas locais e/ou regionais, sobretudo às especificidades econômicas e capitalistas; d) a/o assistente social, apesar de encontrar limitações em seu trabalho profissional institucional, tem possibilidade de construir uma intervenção profissional que dialogue com as ações de ensino, pesquisa e extensão, de modo a promover a articulação dessas ações e potencializar os sentidos políticos dos Institutos Federais nos territórios onde se localizam.

Com essas hipóteses no radar, partimos para a construção dos caminhos metodológicos, que, conforme Minayo (1994), buscam o conhecimento da realidade, enquanto um caminho do pensamento. Desse modo, o processo metodológico diz respeito às etapas consubstanciadas na realização da construção da pesquisa, bem como envolve “as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador” (MINAYO, 1994, p. 16).

A abordagem fundamentou-se na perspectiva quanti-qualitativa, corroborando o que Souza e Kerbauy (2017) afirmam quanto à necessidade de romper com a dicotomia quantitativo versus qualitativo, já que se compreende a realidade como multifacetada e, portanto, as abordagens se complementam e possibilitam a melhor apreensão dos temas, sobretudo quando se vinculam às pesquisas educacionais.

As abordagens qualitativas e quantitativas são necessárias, mas segmentadas podem ser insuficientes para compreender toda a realidade investigada. Em tais circunstâncias, devem ser utilizadas como complementares. Logo, a literatura da área aponta claramente que a pesquisa quanti-qualitativa/quali-quantitativa e/ou mista consiste em uma tendência que indica o surgimento de uma nova abordagem metodológica. Uma abordagem que possibilite mais elementos para descortinar as múltiplas facetas do fenômeno investigado, atendendo os anseios da pesquisa. Caracteriza-se como um movimento científico, que se opõe à histórica dicotomia quantitativa-qualitativa (SOUZA; KERBAUY, 2017, p. 40).

Assim, a pesquisa consubstanciou-se na perspectiva materialista histórico-dialética, possibilitando analisar o objeto de estudo para além da aparência, inserindo-o na essência e no conjunto da totalidade social de uma forma crítica e reflexiva, pois entendemos a realidade social em constante movimento. Buscamos, nesse sentido, apreender o movimento do real para além da aparência, penetrando na essência dos fenômenos de modo a compreender as dimensões imediatas e mediatas, construídas e reconstruídas, tendo em vista que a construção da realidade social se constitui em um processo dinâmico, contraditório, ontológico e histórico, que exige do pesquisador a capacidade de articular esses elementos de modo a contribuir no desvelamento do objeto estudado (LIMA; MIOTO, 2007).

Como afirmado anteriormente, o ponto de partida para a análise se concentrou nos câmpus do Instituto Federal de São Paulo localizados na Região Administrativa de Campinas, ou seja, nas cidades de Bragança Paulista, Campinas, Capivari, Jundiá, Hortolândia, Piracicaba e São João da Boa Vista. Assim sendo, além das pesquisas bibliográficas em livros, artigos científicos, materiais informativos e jornalísticos, Dissertações e Teses, foram realizadas pesquisas documental e de campo.

A pesquisa documental encontrou subsídios em documentos institucionais do IFSP, como o Plano de Desenvolvimento Institucional dos períodos 2014-2018 e 2019-2023 e os Relatórios de Gestão disponíveis no site institucional do IFSP, bem como legislações (leis, portarias, decretos, resoluções etc.), além de materiais³ disponibilizados pela Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à informação referente aos períodos e anos analisados. A mensuração de dados estatísticos foi

³ Por meio dessa plataforma foram solicitadas informações referentes ao orçamento do IFSP, aos Projetos Político-Pedagógicos dos câmpus, bem como às ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas nos câmpus analisados, durante o período de 2014 a 2020.

realizada a partir de fontes como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, Fundação SEADE, bem como os Relatórios de Informações Sociais da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação-SAGI, vinculada ao Ministério da Cidadania, dentre outras fontes.

Sob esse aspecto, importa ressaltar a relevância dos indicadores sociais para o adensamento da contextualização dos cinco IFs, atentando-nos para as potencialidades e limites em seu uso, conforme tem alertado Carola Arregui (2012):

Não há dúvida que a produção crescente de indicadores alternativos representa a perspectiva de construir socialmente os novos olhares sobre a realidade social. Mas, também, o desafio da escolha das dimensões do real que serão priorizadas da construção, das convenções e medidas com sentido e pertinência tanto para o conhecimento da realidade como para a ação pública, bem como do avanço das indagações sobre como construir e fundar esses indicadores, para que servirão, e que consequências resultarão dos seus usos (ARREGUI, 2012, p. 550).

Em relação à pesquisa de campo, embora o universo da pesquisa compreendesse um total de 7 câmpus, foram realizadas entrevistas com assistentes sociais inseridas, como trabalhadoras de Serviço Social, em 4 câmpus (Bragança Paulista, Campinas, Hortolândia e Piracicaba). Cabe destacar que um dos grandes desafios foi a realização das entrevistas, pois inicialmente a metodologia previa realização de entrevistas *in loco* com as profissionais de Serviço Social em efetivo exercício nos câmpus da Região Administrativa de Campinas. Além disso, a metodologia aprovada pelo Comitê de Ética da PUC-SP e do IFSP⁴ previa a realização de grupos focais, caso houvesse questões que precisassem ser trabalhadas no coletivo e não tivessem sido exploradas nas entrevistas individuais.

Todavia, em virtude da pandemia de COVID-19⁵ e dos rebatimentos na sociedade, que exigiram medidas de isolamento e distanciamento social como uma das formas de frear a contaminação, foi necessário rever o modo de realização das entrevistas, bem como alterar a metodologia inicialmente definida. No momento em que se agravava a pandemia e foram instauradas as medidas de isolamento no país,

⁴ O parecer de ambos segue em anexo.

⁵ Há uma nota específica para esta temática na conclusão do trabalho, tendo em vista que se vivencia uma crise internacional em virtude da pandemia provocada pelo COVID-19, que tem ceifado a vida de milhões de pessoas.

apenas 1 entrevista presencial havia sido realizada. Dessa forma, as demais entrevistas foram realizadas de forma remota, utilizando plataformas de reuniões síncronas ou por meio de envio de questionário para algumas participantes, pois infelizmente no Brasil não se alterou a situação pandêmica, que em 27 de março de 2021 já havia ceifado a vida de mais de 300.000 pessoas. Todas as entrevistas, exceto as realizadas por meio de formulário online, foram gravadas e transcritas pela pesquisadora.

Além disso, não foi possível realizar entrevistas com a totalidade de assistentes sociais inseridas nos câmpus pesquisados, uma vez que o isolamento e o distanciamento social intensificaram a precarização das condições de trabalho e agravaram as diversas expressões da questão social que circunscrevem o processo de ensino-aprendizagem, passando a exigir que o trabalho profissional se efetivasse de forma remota e afetando também o cotidiano de vida das profissionais⁶.

Assim, o Quadro 1 a seguir apresenta as características funcionais e acadêmicas das profissionais entrevistadas. Para garantir o sigilo e anonimato das profissionais, as entrevistadas foram identificadas por nomes fictícios de pedras preciosas, considerando que pedras preciosas simbolizam riquezas, habilidades e qualidades únicas. Todas as entrevistas foram realizadas em 2020. Cabe ressaltar que embora tenham sido entrevistadas 5 assistentes sociais, elas estão inseridas profissionalmente em 4 câmpus do IFSP, tendo em vista que há câmpus com mais de uma profissional em seu quadro de servidores técnicos-administrativos.

Quadro 1 – Caracterização das entrevistadas

Entrevistada		Titulação	Está no IFSP desde	Câmpus
1	Turmalina	Mestra	2011	Bragança Paulista Campinas Hortolândia Piracicaba
2	Ametista	Mestra	2010	
3	Pérola	Mestra	2014	
4	Jade	Mestra	2012	
5	Ágata	Especialista	2013	

Fonte: Pesquisa de campo e Plataforma Lattes. Elaboração própria.

⁶ A adoção do trabalho remoto em meio à pandemia provocou impactos no cotidiano de vida das profissionais, que passaram a ter que administrar as demandas pessoais e as demandas inerentes ao trabalho profissional. Isso implica em um relato de esgotamento e adoecimento das trabalhadoras que não conseguem articular e lidar com todas as demandas do período.

Esta Tese divide-se em 4 capítulos, além de Introdução e Conclusão, que condensam os resultados da pesquisa. Todas as construções objetivaram articular as categorias teóricas e empíricas que perpassaram o desenrolar deste processo.

O primeiro capítulo intitula-se “Trajetórias cruzadas: educação e formação social brasileira”. O objetivo central desse capítulo consistiu em aproximar os elementos que demarcam e caracterizam o processo de formação social do país, identificando marcas e marcos que contribuem para a vivência de avanços e retrocessos no campo das relações sociais. Além disso, o capítulo fomenta o debate acerca dos sentidos políticos da Educação, em sua perspectiva ontológica e constitutiva do ser social, mas que ganha centralidade na sociedade do capital, como uma das estratégias utilizadas para produção e reprodução social.

O segundo capítulo denomina-se “A Educação Profissional e Tecnológica no Brasil: um concerto atravessado por diferentes elencos” e tem como finalidade apresentar o histórico de constituição da Educação Profissional e Tecnológica do país entrelaçado à formação da classe trabalhadora, mas com distintos e diferentes objetivos estabelecidos em suas diversas configurações institucionais. Nesse sentido, o capítulo disserta sobre os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia enquanto um novo modelo de instituição criado em determinada conjuntura social, política, econômica e cultural, tornando-se importante agente no processo de formação socio-histórica do país na primeira década do século XXI. Concomitantemente, o capítulo demarca e materializa um sentido político importante na promoção de ações de ensino, pesquisa e extensão, voltados à formação integral e à promoção do desenvolvimento social e econômico dos territórios.

O terceiro capítulo, aborda o “Papel estratégico dos Institutos Federais: articulação de ensino, pesquisa e extensão e os novos agenciamentos socioterritoriais”. A partir da delimitação empírica dos câmpus da Região Administrativa de Campinas, buscamos construir inicialmente um breve histórico da constituição do IFSP no país, desde os seus primórdios, além de apresentar um panorama institucional atual, com indicadores das ações de ensino, pesquisa e extensão realizadas, além de seus objetivos, valores e missão institucional. Também buscamos conhecer a realidade social da Região Administrativa de Campinas, como uma forma de aproximar, caracterizar e problematizar elementos dessa região.

Por fim, o quarto capítulo traz construções que discutem “O(s) sentido(s) político(s) dos Institutos Federais em movimento no cotidiano de gestão: a perspectiva do Serviço Social a partir das trabalhadoras-sujeitas”. Entendemos que o IFSP possui sentidos políticos em efetivar ações de ensino, pesquisa e extensão que articulem e promovam os objetivos e valores institucionais, materializados na forma pela qual os câmpus pesquisados se inserem nos territórios, embora permeados de limites, possibilidades e desafios. Assim, inicialmente apresentamos um panorama das ações realizadas, de maneira a refletir acerca de similitudes e diferenças, de forma singular.

Após esse panorama, buscamos refletir acerca do(s) sentido(s) político(s) dessas ações, pensadas de forma articulada e dialogando com os valores e objetivos institucionais, na perspectiva de uma formação integral e omnilateral associada ao fomento do desenvolvimento territorial alicerçado nos arranjos produtivos regionais e locais. Ainda nesse sentido o capítulo aborda o Serviço Social nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia como um espaço socio-ocupacional que apresenta demandas institucionais, porém circunscritas às possibilidades reais do cotidiano profissional. Finalizamos a Tese com a Conclusão, em que são construídas sínteses dos resultados alcançados a partir dos objetivos propostos neste estudo, apresentando as possibilidades, os limites e os desafios vivenciados pelo Serviço Social na possibilidade de construir sua práxis profissional articulada às ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas na Instituição e de favorecer que as ações efetivem seus sentidos políticos.

Diante do exposto, consideramos que o presente estudo, em tempos de retrocesso no campo dos direitos sociais e políticas sociais, importa por desvelar a realidade e, ao mesmo tempo, revelar as engrenagens das relações históricas, sociais, culturais, econômicas e políticas que circunscrevem os fenômenos.

Entendemos que no âmbito da produção de conhecimento em Serviço Social se faz fundamental a construção dessa temática, pois possibilita revelar a essência da Política de Educação Profissional e Tecnológica, que tem se tornado um espaço socio-ocupacional cada vez mais significativo para as/os assistentes sociais. Além disso, o estudo contribui para a defesa dos princípios éticos e políticos profissionais, que se colocam ao lado da defesa de uma Educação pública, de qualidade e socialmente referenciada, tendo em vista que é urgente a sistematização acerca da importância de políticas públicas voltadas à classe trabalhadora, no intuito de demonstrar sua relevância e significado social.

Não sem motivo o título desta Tese demarca a unicidade e a multiplicidade do “sentido político” do IFSP, pois embora seus dispositivos legais demarquem com objetividade seu lugar político-institucional, a dinâmica do cotidiano vivenciada em seus câmpus desdobra esse sentido político em muitos outros. Na busca por decifrar tais desdobramentos as vivências compartilhadas pelas trabalhadoras-sujeitas da pesquisa foram fundamentais. Como tem afirmado a Profa. Maria Lúcia Martinelli (2019):

Embora tenhamos ainda um caminho a percorrer no que se refere à questão dos fundamentos teóricos da metodologia da história oral e de seu alcance enquanto pesquisa científica, é importante ressaltar que este é um modo de pesquisar que nos coloca muito próximos dos sujeitos históricos em suas práticas cotidianas, oportunizando-nos a mais rica das possibilidades humanas, a sua experiência social, o seu modo de esquecer, de lembrar, de narrar, de denunciar, de se fazer presente, enfim, na tessitura da história (MARTINELLI, 2019, p. 36-37).

As vozes das trabalhadoras-sujeitas também “embalam as palavras” desta Tese, evocam o testemunho do cotidiano profissional permeado pelas próprias histórias de vida, em que trabalho e vida encontram-se intimamente imbricados, e possibilitaram a riqueza desta Tese. Por isso foram identificadas como “pedras preciosas”.

Com isso, no âmbito desta Tese experimentamos a produção de conhecimento em Serviço Social enquanto processo coletivo de construção a partir do **chão cotidiano**, que se transformou ao longo do percurso da pesquisa de um espaço institucional a ser desvendado a uma escala de análise a ser adotada enquanto “território de vivência”.

2. TRAJETÓRIAS CRUZADAS: EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

A compreensão do modo como se constitui a Educação Profissional e Tecnológica no país exige a reflexão acerca do processo de formação socio-histórica brasileira, articulando a constituição do capitalismo aos processos inerentes às relações sociais estabelecidas entre as classes no país.

No momento presente, o capital financeirizado repercute em políticas públicas de contenção, o que leva à elaboração de propostas comprometidas com as ideais neoliberais vigentes (SANTOS, 2017). No caso brasileiro temos, por exemplo, a Emenda Constitucional n. 95/2016, que congelou por vinte anos os orçamentos das políticas sociais. De acordo com Santos (2017, p. 18), na cena contemporânea “as políticas públicas neoliberais voltam suas miras para o complexo educacional, elegendo a chamada educação profissionalizante como prioridade para os problemas de formação da classe trabalhadora”. Além disso, essas políticas “recebem uma privilegiada atenção dos guardiões do capital” (SANTOS, 2017, p. 20).

Segundo Mézáros (2003), o capital transforma as necessidades humanas em coisas, em objetos de consumo, em mercadorias. Com isso, pode-se afirmar que o momento presente é de crise estrutural do capital. Não mais uma crise cíclica, mas uma crise que apresenta características específicas, sendo: universal, ou seja, afeta diversos âmbitos dos modos de produção capitalista; global, pois não afeta apenas um número específico de países; permanente, pois não se limita a uma escala de período temporal; e rastejante, considerando a forma como se desdobra.

De acordo com Santos (2017), o cenário político-econômico atual é balizado pelo “binômio global-neoliberal”, que se apresenta como a possibilidade de “solucionar os problemas sociais” advindos da crise estrutural do capital a partir de um processo de reestruturação das legislações e políticas sociais, bem como da mundialização do capital. Sob essa perspectiva, caberia ao neoliberalismo e à globalização,

[...] em linhas gerais, a seguinte síntese: a gestão neoliberal seria responsável por propor uma nova leitura político-econômica da realidade, cuja adequação ao capital tentaria melhor responder à falência das políticas totalizantes do Estado de Bem Estar Social operacionalizadas pelo Keynesianismo, que abriria agora uma total liberdade para que o público fosse invadido pela iniciativa privada. Aos governos neoliberais competiria operacionalizar as políticas focalistas, parcelizadas, contingencialistas e particularistas (SANTOS, 2017, p. 30).

Nesse contexto, o complexo educativo é compreendido e responsabilizado como um elemento importante para responder às necessidades impostas pelo capital. Com tais questões em vista, este capítulo divide-se em três momentos. Inicialmente, apresentam-se considerações sobre a formação socio-histórica brasileira, que imprimiu marcos e marcas nas dinâmicas das relações sociais estabelecidas entre Estado, sociedade e mercado. O intuito é percorrer o linear histórico de constituição do Estado brasileiro, discutindo os principais elementos presentes nesse processo.

Já no segundo tópico, intitulado “A relação Educação e Trabalho na sociedade de classes”, o objetivo é discutir perspectivas acerca do caráter classista vinculado ao debate sobre a Educação, tendo em vista que a Educação (em seus diferentes tipos) possui sentidos políticos que perpassam as relações sociais estabelecidas nas diferentes sociedades e que, portanto, incide diretamente na constituição do ser social e em sua relação com o Trabalho e a luta de classes.

Por fim, buscamos dissertar acerca da Educação como um dos instrumentos determinantes para garantir a satisfação das necessidades do capital, já que, historicamente, observam-se tentativas de apreensão da Educação no processo de reprodução social, entendendo que tal processo é contraditório, circunscrito de interesses e, portanto, passível de retrocessos, avanços, limites e possibilidades, sobretudo no âmbito da formação da classe trabalhadora.

2.1. Formação social brasileira e a constituição das relações societárias

Ao pensar a importância e o sentido político da Educação na sociedade brasileira, é fundamental abordar o processo de formação social do país. De acordo com Ianni (2000), a formação socio-histórica brasileira passa por constante análise e reflexão de teóricos⁷, abarcando traços que misturam o novo e o velho⁸ e que ganham

⁷ De acordo com Ianni (2000), esse constante processo de reflexão acerca da formação social e da conjuntura do país contempla diferentes análises e vertentes teóricas. Cabe enfatizar que o presente tópico não tem o intuito de apresentar esse rol de pensamentos. Optou-se aqui pelo desenvolvimento de um pensamento a partir da teoria crítica marxista, de modo a elucidar, analisar e refletir brevemente sobre as características da formação social do país.

⁸ A compreensão quanto à conjugação de novo e velho pode ser compreendido à luz de Ianni (2004, p. 60): “O presente, em cada época, parece um mapa histórico, ou melhor, arqueológico, no qual se combinam vários pretéritos”. Ainda nessa direção de pensamento, essa articulação promove um “[...]”

particularidade no âmbito do desenvolvimento capitalista brasileiro. Desse modo, discutir o processo de formação social brasileira é fundamental a fim de desconstruir elementos que demarcam a falsa ideia de que o Brasil possui o seguinte mito fundador:

[...] é um “dom de Deus e da Natureza”; [...] tem um povo pacífico, ordeiro, generoso, alegre e sensual, mesmo quando sofredor; [...] é um país sem preconceitos [...] desconhecendo discriminação de raça e de credo, e praticando a mestiçagem como padrão fortificador da raça; [...] é um país acolhedor para todos os que nele desejam trabalhar e, aqui, só não melhora e só não progride quem não trabalha, não havendo por isso discriminação de classe e sim repúdio da vagabundagem, que, como se sabe, é a mãe da delinquência e da violência; [...] é um “país dos contrastes” regionais, destinado por isso à pluralidade econômica e cultural. Essa crença se completa com a suposição de que o que ainda falta ao país é a modernização – isto é, uma economia avançada, com tecnologia de ponta e moeda forte –, com a qual sentar-se-á à mesa dos donos do mundo (CHAUÍ, 2013, p. 8).

Segundo Chauí (2013), há a necessidade de distinguir entre fundação e formação socio-histórica brasileira, pois, enquanto a formação implica em “continuidade ou descontinuidade dos acontecimentos, percebidos como temporais” (CHAUÍ, 2013, p. 9), a fundação “pretende situar-se além do tempo, fora da história, num presente que não cessa nunca... põe a transcendência e a imanência do momento fundador [...] fundação como mito” (CHAUÍ, 2013, p. 10).

Nesse sentido, ao referirmo-nos, neste capítulo, ao processo de formação socio-histórica brasileira, buscamos atentar para as marcas do “mito fundador” que permanecem e continuam interferindo ao longo de nossa história. Ianni (2004, p. 13) inicia o livro *A ideia de Brasil Moderno* com as seguintes palavras: “Em 1822 o Brasil não conseguiu entrar no ritmo da história”. Ao aludir, evidentemente, à Independência do país e às marcas desse acontecimento, segue afirmando:

O que prevaleceu foi o passado, a continuidade colonial, o escravismo, o absolutismo. O modo pelo qual se organizou o Estado nacional garantiu a continuidade, o conservantismo, as estruturas sociais herdadas do colonialismo, o lusitanismo. [...] A persistência do escravismo e os artifícios do mandato monárquico configuravam um poder estatal com as características de uma administração distante, estranha, alheia aos interesses populares (IANNI, 2004, p. 14 e 20).

resultado periodicamente alcançado e recriado, é uma vasta e surpreendente ‘desarticulação’” (IANNI, 2004, p. 60).

Medeiros e Bezerra (2019, p. 22), ao abordarem o que a tradição marxista denomina “lei do desenvolvimento desigual e combinado”⁹, afirmam que “o capitalismo erigiu, ao longo dos últimos séculos, configurações histórico-concretas demasiadamente intrigantes”. Adotando como referência Octavio Ianni para pensar o modelo brasileiro, os autores referenciam esse desenvolvimento do seguinte modo: “o amálgama entre o arcaico e o moderno constitui-se uma tendência histórica universal deste modo de produção, e não um aspecto específico das economias de capitalismo dependente” (MEDEIROS; BEZERRA, 2019, p. 23).

Na interpretação marxista da história da sociedade brasileira, lida-se principalmente com as relações, os processos e as estruturas que constituem as configurações sociais de vida. Configurações que se expressam em realidades sociais, econômicas, políticas, culturais e outras, conforme a época e o lugar, a pompa e a circunstância (IANNI, 2004, p. 51).

Ao refletir sobre as articulações entre as forças sociais e os arranjos de poder, temos importantes contrapontos a serem analisados, tendo em vista que, segundo Ianni (2000, p. 56), há “determinações internas e externas que configuram e movimentam as situações e épocas da história”.

Ainda conforme Ianni, o país possui três idades denominadas os tempos históricos vivenciados na Colônia, na Monarquia e na República¹⁰. Cada período histórico possui características próprias no âmbito social, político, econômico e cultural. Em linhas gerais, embora haja particularidades nos períodos demarcados, eles são responsáveis por trazer ao momento presente contribuições a fim de refletirmos acerca de nossa constituição enquanto sociedade, compreendendo que o passado se conserva permanentemente presente (CHAUÍ, 2013).

Para analisar a formação social do país há a necessidade de compreender como o Estado, a política, a sociedade de classes e a cultura se constituem, pois são categorias que se inter-relacionam, considerando a totalidade das relações sociais,

⁹ “O desenvolvimento desigual e combinado caracteriza toda a formação social brasileira, ao longo da Colônia, Império e República” (IANNI, 2004, p. 59).

¹⁰ O período histórico demarcado enquanto Colônia compreende os anos entre 1530, tempo histórico no qual a Coroa Portuguesa e a Família Real se estabelecem no país, até 1822, ano demarcado pela Independência brasileira e início da Monarquia, que se estende até 1889. Nesse sentido, o período republicano vigente atualmente data-se desde então. Vale frisar que anteriormente a 1530, o Brasil configurou-se como uma pré-Colônia de Portugal.

posto que “[...] a transição histórica de uma sociedade para a outra não implica na decomposição ou no definhamento completo e/ou mecânico de aspectos velhos que, em tese, contestariam o novo” (MEDEIROS; BEZERRA, 2019, p. 25).

Nesse sentido, uma reflexão conceitual acerca da “lei do desenvolvimento desigual e combinado” é importante a fim de considerarmos que o desenvolvimento histórico das sociedades passa por descompassos históricos entre o processo de produção e reprodução social¹¹, sobretudo ao pensarmos o amadurecimento do capitalismo enquanto sistema que circunda e baliza as relações sociais ao longo de um determinado período histórico-social. É preciso compreender, portanto, que a formação social brasileira se constitui por uma história de ciclos e épocas econômicas diferentes.

Nesse processo de descompassos, em alguns momentos houve avanços, ou seja, um desenvolvimento acelerado, e, em outros momentos, houve retrocessos, com mudanças que ocorreram de forma lenta e gradual. Além disso, conforme Ianni (2004, p. 54), “esses processos influenciam-se reciprocamente, em diferentes modalidades, conforme a época, o lugar e a ocasião”.

A necessidade de circulação de mercadorias exigiu que as sociedades transformassem suas características sociais, incorporando novos arranjos. Entretanto, “a lógica interna de funcionamento do capitalismo não produz um desenvolvimento uniforme”, mas exige a necessidade de um desenvolvimento que seja “autoarticulado” e que “impulsione a produção mundial, a socialização do trabalho e a apropriação privada de riquezas” (MEDEIROS; BEZERRA, 2019, p. 27).

Ao mesmo tempo, ao partir da compreensão da “lei do desenvolvimento desigual e combinado”, presume-se que o desenvolvimento das sociedades não

¹¹ “[...] ressalta-se que a interpretação marxista pressupõe um olhar sobre a condição primeira da existência humana: a vida. Para tanto, é necessário ao ser humano desenvolver meios para a satisfação de necessidades como comer, beber, vestir, morar, etc. A produção destes meios afirma-se, para Marx, como condição fundamental de toda a história. Através do trabalho o ser humano interage com a natureza, retirando dela os meios para sua sobrevivência, e constrói-se como ser social estabelecendo relações sociais na esfera da produção/reprodução social. A história social do homem constitui-se pelo processo de produção/reprodução da vida compreendido em torno da satisfação das necessidades através do trabalho pela produção de objetos, no caso da sociedade burguesa pela produção de mercadorias. Este processo se desenvolve historicamente como resultado das ações e experiências humanas alcançadas nas gerações anteriores, acumuladas e transmitidas por meio da cultura. Deste modo, a análise do processo de produção/reprodução da totalidade da vida social assenta-se nas configurações de um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais e das relações sociais de produção que lhes são correspondentes” (PFEIFER; ADAMS, s.d., p. 1).

aconteça de modo idêntico ou similar em todos os lugares, numa mera repetição de ciclos históricos, pois é preciso considerar

[...] a complexidade das circunstâncias historicamente determinadas, enfeixadas na economia, na política, na cultura, nas práticas das classes sociais, na ação do Estado, nas oscilações temporais e territoriais que distinguem as mais variadas formações econômico-sociais partícipes do desenvolvimento capitalista (MEDEIROS; BEZERRA, 2019, p. 28).

Nessa direção, entende-se que a análise da realidade envolve a compreensão das formas desiguais pelas quais o desenvolvimento histórico das sociedades e suas relações sociais acontecem. Conforme elucidado anteriormente, esses processos possuem diversas determinações e se dão de maneira diferenciada nos diversos contextos sociais, o que Ianni (2004) elucidou como o caso brasileiro de “desenvolvimento desigual e combinado”.

A sucessão dos ciclos e épocas das atividades econômicas predominantes, aqui ou lá, voltadas para o mercado externo, marca os lineamentos dos estados e regiões, da geografia e história. Assinalam os movimentos do povoamento, colonização, escambo, escravidão, fazendas, engenhos, sertões, fronteiras, povoados, cidades, províncias, estados e regiões. É aí que se encontra a raiz do desenvolvimento desigual e contraditório, característico da economia e sociedade no Brasil. Grande parte da história, senão toda ela, está assinalada no presente, como um conjunto complexo de diversidades e disparidades, no qual se constituem e dispersam estados e regiões, raças e classes, formas de produção material e espiritual. É como se fosse um caleidoscópio de tempos e lugares (IANNI, 2004, p. 167).

Certamente há elementos particulares que se fazem presentes em países considerados avançados, bem como nos ditos países atrasados. No entanto, é preciso considerar que, conforme a “lei do desenvolvimento desigual e combinado”, a interpretação da realidade não ocorre de modo “etapista”, esquemático ou “dual” (DEMIER, 2007). Nesse sentido, Demier (2007), a partir da teoria de Trotsky, afirma que os países considerados realidades sociais atrasadas possuem uma historicidade particular naquilo que concerne ao desenvolvimento do capitalismo em seu interior.

Neste capítulo, a abordagem acerca do processo de formação social brasileira tem como referência a perspectiva adotada por Ianni, situando o Brasil como um país advindo e particularizado pelo processo de colonização, no que Coutinho (2008) denominou de “via brasileira”.

Ora, isso provoca consequências extremamente perversas, como, por exemplo, o fato de que tivemos, desde o início de nossa formação histórica, uma classe dominante que nada tinha a ver com o povo, que não era expressão de movimentos populares, mas que foi imposta ao povo de cima para baixo ou mesmo de fora para dentro e, portanto, não possuía uma efetiva identificação com as questões populares, com as questões nacionais (COUTINHO, 2008, p. 111).

De acordo com Prado Jr. (2012), o país constituiu-se para a acumulação de capital dos países centrais, voltando-se economicamente para fora e tendo como base de sua formação social a grande propriedade (*plantation*), a monocultura e o trabalho escravo. Dessa forma, cabe destacar sua definição da “formação econômico-social da era colonial [...] como um escravismo mercantil fundado na grande exploração rural, produtora de valores de troca para o mercado internacional” (COUTINHO, 2011, p. 204).

[...] o que se adaptou “conservadoramente” ao capitalismo não foi um domínio rural do tipo feudal, mas sim uma forma de latifúndio peculiar: uma exploração rural do tipo colonial (ou seja, voltada desde as origens para a produção de valores de troca para o mercado externo) e fundada em relações escravistas de trabalho (COUTINHO, 2011, p. 206).

Nesse sentido, há a alusão ao Brasil como uma “nação parida pelo (e para) o desenvolvimento desigual e combinado” (MEDEIROS; BEZERRA, 2019, p. 31), tendo em vista que no país o capitalismo não se desenvolveu pela “via clássica”¹² (referindo-se à categoria desenvolvida por Lênin), mas a partir de uma perspectiva pautada na interpretação da “via prussiana”, ou “via não clássica”.

[...] aqui a velha propriedade rural, conservando sua grande dimensão, vai se tornando progressivamente empresa agrária capitalista, mas no quadro de manutenção de formas de trabalho fundadas na coerção extraeconômica, em vínculos de dependência ou subordinação que se situam fora das relações “impessoais” do mercado, e que vão desde a violência aberta até a intromissão na vida privada do trabalhador. É evidente que isso permite a conservação (ou mesmo o fortalecimento) do poder político do velho tipo de proprietário rural, que continua a

¹² “A via ‘clássica’ implica uma radical transformação da estrutura agrária: a antiga propriedade pré-capitalista é destruída, convertendo-se em pequena exploração camponesa. Nesse caso, não só desaparecem as relações de trabalho pré-capitalistas fundadas na coerção extraeconômica sobre o trabalhador, mas também é erradicada a velha classe rural dominante, já que são eliminadas as formas econômicas em que ela se apoiava e de cuja reprodução dependia a sua própria reprodução como classe” (COUTINHO, 2011, p. 205).

ocupar postos privilegiados no aparelho de Estado da nova ordem capitalista (COUTINHO, 2011, p. 205).

Coutinho (2008, p. 107) defende que “o Brasil foi, pelo menos até os anos 1930, uma formação político-social do tipo ‘oriental’, na qual o Estado é tudo e a sociedade civil é primitiva e gelatinosa”. Posteriormente houve, no decorrer da formação social e histórica brasileira, a conjugação de elementos decorrentes da manutenção de características antigas (como as relações servis de trabalho) e de elementos inerentes ao “progresso” e avanço do capital nas relações sociais estabelecidas. Desse modo, a manutenção do antigo é transpassada por novas roupagens e configurações institucionais, aludindo a mudanças econômicas, sociais, culturais e políticas em consequência do processo histórico.

Aí está uma peculiaridade básica da formação social brasileira, conforme ela se revela no século XX. O presente capitalista, industrializado, urbanizado, convive com vários momentos pretéritos. Formas de vida e trabalho díspares aglutinam-se em um todo insólito. A circulação simples, a circulação mercantil e a capitalista articulam-se em um todo no qual comanda a reprodução ampliada do capital, em escala internacional (IANNI, 2004, p. 60-61).

Nesse processo de abordagem da formação social brasileira, cabe destacar a constituição das classes sociais no país, pois a configuração da sociedade brasileira é heterogênea e diversa – compõem-se de negros, indígenas, imigrantes etc. –, mas o processo de transição do Império à República desempenha um papel determinante da constituição da burguesia nacional:

A república “levará para uma posição central e culminante” uma nova figura, o “homem de negócios”, ou seja, o “indivíduo inteiramente voltado com suas atividades e atenções para o objetivo único de enriquecer”, dinamizar os negócios no campo e na cidade (IANNI, 2004, p. 67).

Dessa maneira, a constituição da burguesia nacional perpassa a constituição de interesses relacionados aos setores produtivos, como a indústria, a agricultura, o comércio, o campo. Assim, a burguesia brasileira estava empenhada em um projeto político de sociedade que não envolvia necessariamente uma ruptura ou alteração do que estava posto, embora exigisse alterações econômicas, políticas, tecnológicas, sociais, dentre outras (IANNI, 2004). Para tanto, historicamente, a burguesia tende a

“acomodar-se e associar-se” (IANNI, 2004, p. 68), articulando alianças com os diferentes sujeitos sociais em cena.

Cabe destacar que o processo de constituição da burguesia nacional evidencia aspectos relacionados às expressões da questão social na sociedade brasileira, que “passou a ser um elemento essencial das formas e movimentos da sociedade nacional” (IANNI, 2004, p. 87). Considerando que o processo de transformação social vivenciado expressa as fragilidades das contradições e antagonismos sociais, a questão social passou a ser vista como uma realidade que deve ser enfrentada pelo Poder Público e pela sociedade enquanto um aspecto político e social.

Há processos estruturais que estão na base das desigualdades e antagonismos que constituem a questão social. Dentre esses processos, alguns podem ser lembrados agora. O desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo, na cidade e no campo, provoca os mais diversos movimentos de trabalhadores, compreendendo indivíduos, famílias, grupos e amplos contingentes. As migrações internas atravessam os campos e as cidades, as regiões e as nações. Movimentam trabalhadores em busca de terra, trabalho e condições de vida, garantias, direitos. A industrialização e a urbanização expandem-se de modo contínuo, por fluxos e refluxos, ou surtos. Assim como ocorre a metropolização dos maiores centros urbanos-industriais, também ocorre a abertura e a reabertura das fronteiras. Os surtos de atividades agrícolas, pecuárias, extrativas, mineradoras e industriais, ao longo das várias repúblicas, assinalam os mais diversos movimentos de populações e negócios, de fatores econômicos ou forças produtivas. As crescentes diversidades sociais estão acompanhadas de crescentes desigualdades sociais. Criam-se e recriam-se as condições de mobilidade social horizontal e vertical, simultaneamente às desigualdades e aos antagonismos (IANNI, 2004, p. 91-92).

Ao analisar o processo de formação social do país, Oliveira (2011, p. 45) remete à figura do Ornitorrinco, ou seja, “um bicho que não é isso e nem aquilo”, referindo-se ao modo pelo qual a sociedade brasileira se transforma diante do avanço das forças produtivas e do desenvolvimento capitalista. Em *Crítica à razão dualista/ O ornitorrinco* o autor explica que aborda a economia brasileira, “para efeitos práticos” (OLIVEIRA, 2011, p. 175) após a Revolução de 1930¹³, mas de forma a possibilitar uma leitura das

¹³ Cabe destacar que este estudo reconhece a relevância dos períodos históricos anteriores a 1930. Entretanto, não é objetivo desta pesquisa dissertar detalhadamente acerca do processo de formação social do país, mas compreender como suas marcas incidem sobre a configuração da Educação Profissional e Tecnológica brasileira. Dessa maneira, metodologicamente optou-se por dar ênfase ao processo de formação social pós 1930, entendendo que este período “marca o fim de um ciclo e o início de outro na economia brasileira: o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância

“condições de expansão do sistema enquanto modo capitalista de produção” (OLIVEIRA, 2011, p. 177), articulando essa leitura ao “nível político ou as condições políticas do sistema” (OLIVEIRA, 2011, p. 181).

A Revolução de 1930 configura-se, conforme o *Dicionário de verbetes* da Fundação Getúlio Vargas, como “movimento armado [...] sob a liderança civil de Getúlio Vargas [...] com o objetivo imediato de derrubar o governo de Washington Luís e impedir a posse de Júlio Prestes” (FGV, s.d.). Esse marco histórico implica o início da Segunda República e diversas mudanças econômicas, políticas e culturais, sendo motivado inicialmente pelos efeitos políticos advindos do processo de urbanização e industrialização vivenciados na década anterior.

Oliveira (2011) afirma que a Revolução de 1930 propiciou a concretização de uma nova forma de acumulação, tendo em vista que ela pressupõe uma

[...] nova correlação de forças sociais, a reformulação do aparelho e da ação estatal, a regulamentação dos fatores, entre os o trabalho ou o preço do trabalho, têm o significado, de um lado, de destruição das regras do jogo segundo as quais a economia se inclinava para as atividades agrário-exportadoras e, de outro, de criação das condições institucionais para a expansão das atividades ligadas ao mercado interno (OLIVEIRA, 2011, p. 224).

A fim de garantir o novo processo de acumulação, foram estabelecidas as condições necessárias (como a inserção e regulamentação da economia, a intervenção do Estado na economia e a Consolidação das Leis do Trabalho), que propiciaram um impulso ao processo de transição, ou seja, de modo “que o processo de acumulação se oriente, com certo grau de automaticidade, pelos novos parâmetros, que serão o novo leito do rio” (OLIVEIRA, 2011, p. 273).

A partir de uma leitura marxista da realidade, “o motor da história são os interesses concretos das classes” (OLIVEIRA, 2011, p. 1055-1056). Nessa direção, entender os novos formatos de acumulação de capital na sociedade brasileira após 1930 compreende retomar elementos já discutidos, como o fato de o Brasil ter sido uma colônia portuguesa, fundada no escravismo como forma de trabalho e produção

da estrutura produtiva de base urbano-industrial” (OLIVEIRA, 2011, p. 222). Ao período anterior, este tópico do capítulo remete aos aspectos de desenvolvimento desigual e combinado que atrela características de arcaico e moderno, considerando que esse é um ponto chave para analisar o período pós Revolução de 1930.

de riquezas e com uma “função histórica de [...] fornecer elementos para a acumulação de capital no centro” (OLIVEIRA, 2011, p. 1060).

A industrialização ocupou lugar central para o desenvolver da Revolução de 1930, como parte de um projeto de sociedade e de acumulação de capital na periferia da divisão social do trabalho. Oliveira (2011) observa que o subdesenvolvimento brasileiro se constituiu (sobretudo no período de transição de uma economia hegemonicamente agrário-exportadora para uma economia de perfil urbano-industrial) a partir da articulação da agricultura de subsistência¹⁴, que contribuía para rebaixar o custo da reprodução da força de trabalho nos espaços das cidades.

Costumava-se dizer que foi a partir de 1930 que ingressamos na “modernidade” [...] é depois de 1930 que se dá efetivamente a consolidação e generalização das relações capitalistas em nosso País, inclusive com a expansão daquilo que Marx considerava o “modo de produção especificamente capitalista”, ou seja, a indústria (COUTINHO, 2008, p. 112).

O Estado também desempenhou um papel importante no processo de transformação das relações sociais no país, já que adotou políticas estratégicas, como a adoção de políticas cambiais e de créditos e a criação de empresas estatais que beneficiavam diretamente o capitalismo industrial. Com isso, o Estado brasileiro pós 1930 assumiu um caráter fortemente intervencionista e corporativista, com a adoção de múltiplos e diversificados interesses (COUTINHO, 2008). Nessa direção, o “modelo de Estado burguês – intervencionista e corporativista – perdura, pelo menos, até o Governo Geisel, ainda que conhecendo manifestações [...] variadas” (COUTINHO, 2008, p. 117-118).

Após a Revolução de 1930, as características que adensaram a formação do Estado Brasileiro conferiram peculiaridades ao desenvolvimento social, econômico, político e cultural entrelaçado às relações sociais do país, com a implementação de políticas nacional-desenvolvimentistas e a afirmação de que Estado deveria

¹⁴ Conforme expõe Oliveira (2011, p. 42), “[...] a agricultura deve suprir as necessidades das massas urbanas, para não elevar o custo da alimentação, principalmente e secundariamente o custo das matérias-primas, e não obstacularizar, portanto, o processo de acumulação urbano-industrial. Em torno desse ponto girará a estabilidade social do sistema e de sua realização dependerá a viabilidade do processo de acumulação pela empresa capitalista industrial, fundada numa ampla expansão do ‘exército industrial de reserva’”. Além disso, o autor afirma que “[...] as culturas de subsistência tanto ajudavam a baixar o custo de reprodução da força de trabalho nas cidades, o que facilitava a acumulação de capital industrial, quanto produziam um excedente não reinvertível em si mesmo, que se escoava para financiar a acumulação urbana” (OLIVEIRA, 2011, p. 129).

potencializar o desenvolvimento econômico e sua modernização. Conforme Coutinho (2008), essa característica permanece ao longo dos governos denominados “populistas”, mas não se altera mesmo durante os governos advindos do Golpe Ditatorial de 1964.

[...] o que se viu, na prática, foi que o Estado ditatorial continuou a exercer uma decisiva influência na economia, até fortalecendo a ação estatal nesse terreno, através da manutenção, desenvolvimento e criação de inúmeras empresas estatais de intervenção direta na economia. Além disso, o Estado continuou a ter, em face da sociedade civil, uma atitude que poderia ser assim resumida: quando não fosse possível assimilar corporativamente um organismo da sociedade civil, então deveria ser reprimido. A política governamental, como era de se prever numa ditadura, não foi nunca a de respeitar a autonomia da representação dos interesses sociais (COUTINHO, 2008, p. 120).

Ao buscarmos apreender as características do Estado brasileiro é importante identificar as variações (ao longo dos períodos históricos) das relações estabelecidas com o capital. Inicialmente, nos governos vinculados à Getúlio Vargas, primou-se pelo favorecimento do capital nacional, o que se alterou a partir do governo de Juscelino Kubitschek, em que o processo de acumulação encontrou subsídios na articulação do Estado ao capital nacional e internacional.

Todavia, esse processo não se desvinculou do nacional-desenvolvimentismo, apenas readequou-se, já que em virtude de o Estado brasileiro ser fruto de uma revolução passiva¹⁵ (COUTINHO, 2008), os anos entre 1930 e 1980 foram marcados pela “presença de uma dominação sem hegemonia” (COUTINHO, 2008, p. 123). Na realidade, mesmo nos governos “populistas” o nacional-desenvolvimentismo aliava-se à expansão capitalista de modo a atender aos objetivos burgueses, sobretudo da sua fração industrial.

Dessa maneira, a forma autoritária e centralizadora que o Estado brasileiro assumiu ao longo do processo de formação possibilitou sua utilização como estratégia para alcançar os interesses privados e expandir o capital.

¹⁵ “O conceito de ‘revolução passiva’ é categoria fundamental que Gramsci utiliza para compreender a formação do Estado burguês moderno na Itália. No Brasil, Coutinho (1985) defende que o conceito gramsciano de ‘revolução passiva’ é imprescindível para entendermos a trajetória de constituição do modelo de capitalismo brasileiro, protagonizado pelo Estado. [...] O conceito gramsciano de ‘revolução passiva’ aplicado ao caso brasileiro pressupõe o entendimento do fortalecimento do Estado em favor das forças hegemônicas e a prática do transformismo como modalidade de desenvolvimento histórico que exclui as massas populares desse processo. Assim sendo, a modernização capitalista brasileira – industrialização, urbanização e estrutura social complexa – foi implementada pelo Estado” (SOUSA, 2010, p. 29-34).

O período seguinte, da Ditadura Militar, entre os anos de 1964 e 1985, foi marcado pela forte repressão e por estar a “serviço do grande capital, nacional e internacional [...] que promoveu um intenso crescimento das forças produtivas e, em consequência, tornou mais complexa a ordem capitalista no Brasil” (COUTINHO, 2008, p. 130).

Uma característica importante na conjuntura ditatorial é o florescimento das forças que movimentam a sociedade civil no enfrentamento ao Estado autoritário, repressivo e violento. Nesse sentido, o fortalecimento da sociedade civil foi fundamental para que o processo de abertura democrática acontecesse de uma forma que se “materializa em rupturas parciais e progressivas” (COUTINHO, 2008, p. 132).

Conforme destaca Coutinho (2008), essas rupturas não eliminaram os traços autoritários e excludentes que permeiam a política e o Estado brasileiro, no entanto o fortalecimento da sociedade civil foi importante, pois contribuiu para mudanças significativas, principalmente se tratando de um país constituído por características de tipo “ocidental”, numa perspectiva gramsciana de análise.

Malgrado todos os seus limites, a transição revelou, em seu ponto de chegada, um dado novo e extremamente significativo: o fato de que o Brasil, após mais de vinte anos de ditadura, havia se tornado definitivamente uma sociedade “ocidental” no sentido gramsciano do termo. [...] Para usar suas próprias palavras: No oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação”. Portanto, não é que o Estado “ocidental” seja fraco, débil; no “Ocidente”, o Estado também é forte, pode até ser mais forte do que numa situação “oriental”, mas o que caracteriza a condição “ocidental” é que temos nela *também* uma sociedade civil forte e articulada, que equilibra e controla a ação do Estado *strictu sensu* (COUTINHO, 2008, p. 133-134, grifo do original).

A compreensão acerca da constituição histórica do Estado é central, pois suas características conformam modos de dominação utilizados pelo capital para sua reprodução e alcance de suas finalidades, tendo em vista o intuito das classes dominantes de perpetuar o que estava estabelecido nos âmbitos social, político, econômico e/ou ideológico. Embora cada período histórico tenha exigido formas diferenciadas de intervenção conforme as necessidades de reprodução do capital.

Araújo (2012), em *Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro*, afirma que o modelo de desenvolvimento brasileiro não se redefiniu mas adaptou-se à trajetória

externa, a partir de condicionantes do cenário internacional. Frente a isso, temos como herança “um país com economia altamente dinâmica e uma sociedade fraturada” (ARAÚJO, 2012, p. 243).

Acho que o Brasil não é um país desenvolvido, mas sem dúvida é uma economia muito dinâmica. Uma das economias mais dinâmicas do mundo. O século XX mostrou isso. A história econômica do nosso século vai mostrar o Brasil como um dos casos de brilhante dinamismo. No começo do século éramos um país agrícola, de base primário-exportadora. [...] Do governo de Juscelino Kubitschek [...] até os anos 70, o Brasil viveu uma fase de intensa expansão econômica. [...] esta é uma economia dotada de fantástica capacidade de crescimento (ARAÚJO, 2012, p. 244).

Ainda nessa perspectiva, Araújo (2012) afirma que a economia brasileira promoveu uma intensa “articulação com a economia internacional [...] abrindo espaço [...] para a vinda das grandes empresas multinacionais que hoje estão fortemente presentes na estrutura produtiva do país” (ARAÚJO, 2012, p. 245). Devido a isso, uma das características do processo de formação social é a articulação entre a dinâmica do capital produtivo e a sensibilidade às transformações que o afetam.

Conforme exposto, o perfil brasileiro é permeado de determinantes socio-históricos. Nesse sentido, quatro elementos contribuem significativamente para que a sociedade brasileira vivencie as presentes relações sociais (ARAÚJO, 2012): a *alta concentração de riqueza e a dificuldade de acesso aos meios de produção*, pois o Brasil promoveu o acesso desigual à riqueza produzida e ao oligopólio da maioria dos setores; a *orientação da produção*, o que implica dizer que o mercado brasileiro foi construído para abastecer dois grandes consumidores, a classe média (alta) brasileira e o externo; o *papel do Estado brasileiro*, com grande responsabilidade em relação às outras características, pois foi quem impulsionou o desenvolvimento centrado em promover e reforçar as condições para garantir a acumulação do capital e a expansão das atividades econômicas¹⁶; e a *mentalidade da elite brasileira*, um aspecto cultural

¹⁶ “[...] aqui atuou um Estado desenvolvimentista, o que é inegável. Ele foi o grande patrocinador da expansão da atividade econômica no Brasil nos anos recentes. [...] O Brasil nunca foi um Estado essencialmente provedor de saúde, educação, saneamento básico etc. Foi um Estado que construía estradas, montava sistemas de comunicação, estatizava empresas para modernizá-las e ofertar insumos básicos, muitas vezes a preços mais baratos que os custos de produção. O Estado era o grande condutor do que os marxistas chamariam de ‘desenvolvimento das forças produtivas’. Foi essa tarefa básica que o Estado atribuiu a si próprio” (ARAÚJO, 2012, p. 247-248).

da nossa formação, afiançada na escravidão e no pensamento do uso do trabalhador para produção de riquezas da burguesia.

Tais elementos são fundamentais para a percepção de que a formação social brasileira possui características inerentes e específicas, que configuram seu modo peculiar de estabelecer as relações sociais.

No linear histórico, a década de 1980 demarca um momento importante da história brasileira: as tentativas de romper com a ditadura militar e a criação de uma conjuntura permeada por diversos movimentos sociais desvelam a necessidade de abertura democrática, colocam na cena política sujeitos historicamente excluídos e constroem elementos jurídicos e normativos que visam afiançar direitos, implicando elementos importantes o período de transição democrática como um processo político (MIGUEL, 2019).

Foi nesse período que emergiram movimentos sociais – como o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – que articularam lutas e garantiram, por exemplo, a promulgação do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), em 1990, um importante instrumento de garantia de direitos das crianças e adolescentes. Também o Movimento Sanitarista merece destaque, conquistando a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) na mesma década de implementação do ECA, a partir de garantias afiançadas na Carta Magna.

A Constituição Federal de 1988 configura-se como um marco histórico na garantia dos direitos sociais, sobretudo para os cidadãos historicamente excluídos, pois o seu rol de artigos elenca direitos fundamentais como saúde, educação, cultura e lazer, previdência social, habitação, assistência social etc. Além disso, de forma inédita houve a articulação das políticas de Saúde, Previdência Social e Assistência Social como o tripé da Seguridade Social, a ser ofertada como um conjunto integrado de ações pelo Estado e pela sociedade brasileira (BRASIL, 1988).

Entretanto, apesar das conquistas, nem tudo são “amores e flores” (como diz o título de uma canção da Banda Melim). A transição para a década de 1990 impôs ao cenário político, econômico, social e cultural brasileiro a aproximação ao ideário neoliberal como uma forma de delinear as ações do Estado brasileiro, o que acarretou diversos prejuízos e desafios, principalmente às políticas sociais delineadas como conquistas na CF/88.

[...] é importante lembrar o caráter algo paradoxal da Constituição, fruto de acordos múltiplos e sobrepostos, com um resultado insatisfatório tanto para progressistas quanto para conservadores. Ela foi escrita ainda no embalo das batalhas contra o regime militar, nas quais a bandeira da justiça social desempenhou papel significativo – mas num momento em que, pelo mundo afora, o modelo socialista vivia sua crise terminal e se via a maré montante do neoliberalismo. A conjuntura internacional de refluxo dos direitos sociais condenou a Constituição a permanecer, por longo tempo, como o momento mais elevado do projeto democrático e igualitário no Brasil, isto é, na condição de um texto a ser defendido contra a reação conservadora e, não como de início sonhava a esquerda, de ponto de partida para avanços maiores (MIGUEL, 2019, p. 24-25).

Anderson (1995, p. 9), em “Balanço do neoliberalismo”, afirma que o neoliberalismo “foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar” que surgiu logo após a Segunda Guerra Mundial e encontrou subsídios iniciais em Friedrich Hayek (em *O Caminho da Servidão*). A base filosófica do neoliberalismo pretendia “combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro” (ANDERSON, 1995, p. 10), pois afirmava que “a desigualdade era um valor positivo – na realidade imprescindível em si”.

Dessa maneira, após o capitalismo vivenciar uma crise no início dos anos 1970, o neoliberalismo encontra terreno fértil para seus ideais, tendo em vista que, para Hayek, a crise tinha origem no poder que os sindicatos detinham sobre as reivindicações e conquistas da classe trabalhadora, o que propiciava o aumento dos gastos sociais do Estado e que, por isso, seria necessário um Estado forte para o capital e mínimo para o social. Além disso, seria fundamental a promoção de reformas fiscais e a geração de taxas de desemprego (ANDERSON, 1995).

Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa “natural” de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. Ademais, reformas fiscais eram imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos. Em outras palavras, isso significava reduções de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas. Desta forma, uma nova e saudável desigualdade iria voltar a dinamizar as economias avançadas, então às voltas com uma estagflação, resultado direto dos legados combinados de Keynes e de Beveridge, ou seja, a intervenção anticíclica e a redistribuição social, as quais haviam tão desastrosamente deformado o curso normal da acumulação e do livre mercado. O crescimento retornaria quando a estabilidade

monetária e os incentivos essenciais houvessem sido restituídos (ANDERSON, 1995, p. 10-11).

Assim, o neoliberalismo entra na cena mundial na década de 1970, embora no Brasil ganhe notoriedade apenas no início da década de 1990, na contramão das conquistas sociais garantidas pela CF/88, fruto da luta histórica da classe trabalhadora.

A última década do século XX propiciou que o discurso neoliberal ecoasse em todos os governos eleitos pós promulgação da Carta Magna e propiciasse a reestruturação capitalista no país, integrando o Brasil ao movimento mundial do capital. Todavia, em alguns governos, como os de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1994-1998; 1998-2002), o discurso neoliberal¹⁷ foi expresso com nitidez ao reforçar a ideia de “modernização” das instituições enquanto um projeto de governo (PAULANI, 2006).

A ascensão do neoliberalismo promoveu o “espírito do cada um por si, do individualismo exacerbado, da demonização do Estado e dos movimentos sociais, da esterilização da força política dos sindicatos” (PAULANI, 2006, p. 97), o que contribuiu para o aumento da desigualdade, bem como da barbárie social no país.

Além disso, a adoção do ideário neoliberal para reger as relações econômicas brasileiras promoveu a adesão à financeirização internacional do capital, a elevação das taxas de juros, a privatização de empresas públicas, a redução dos gastos públicos em políticas sociais e a escolha por políticas sociais compensatórias e focalizadas, bem como a submissão às políticas dos organismos internacionais, como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Alves (2013) afirma que a década de 1990 vivenciou reformas estruturais na economia brasileira a fim de reestrutura o capitalismo brasileiro e adequá-lo à hegemonia do capital mundial. Tal processo rompeu com o padrão de desenvolvimento implementado após a Revolução de 1930 e o Estado ganhou centralidade ao se orientar pela abertura econômica, a privatização e a desregulamentação do Estado.

¹⁷ Destaca-se que não é objeto desta Tese apresentar, especificamente, os impactos do neoliberalismo na sociedade brasileira. Tal ideologia é abordada neste ponto como algo que permeia a nossa formação social recente e que implica consequências ao modo como o Estado estabelece as suas relações, sobretudo com as políticas sociais pós Constituição de 1988, reduzindo, significativamente, os investimentos públicos e transferindo ao mercado a responsabilidade em promover direitos constitucionais.

Utilizando-nos da expressão que introduz o livro de Miguel (2019, p. 11), o que se observa é uma “terra arrasada”: “esta é a expressão que vem à mente quando se pensa no Brasil nos últimos anos” devido aos retrocessos promovidos pelo “modo desigual e combinado” que historicamente permeia a formação social brasileira e à negação das conquistas promovidas pela Constituição Federal, que não se materializaram na realidade social dos sujeitos.

Mesmo quando um governo do Partido dos Trabalhadores¹⁸ assumiu o comando do país em 2003 – ao eleger o primeiro ex-metalúrgico nordestino como presidente –, o neoliberalismo¹⁹ continuou sendo a carta coringa que delineia o modo como o Estado promove a política no país, constituindo-se no que Singer (2012, p. 9) considerou “o signo da contradição. Conservação e mudança, reprodução e superação, decepção e esperança num mesmo movimento”. Isso porque a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) e posteriormente a eleição de Dilma Rousseff não significaram a construção de novos modos de relações sociais na sociedade brasileira, já que ambos adotaram formas conservadoras de promover política, evitando conflitos com o capital e mantendo a “ordem neoliberal estabelecida nos mandatos de Collor e FHC” (SINGER, 2012, p. 10).

Todavia, apesar das críticas aos governos do PT na história política do país, é necessário destacar que a sociedade brasileira também vivenciou inúmeras conquistas nesse período, sobretudo no campo social, pois as políticas adotadas proporcionaram ao Estado o papel de financiador e investidor (ALVES, 2013).

Naquele momento houve a diminuição das taxas de juros, a diminuição das taxas de desemprego, o aumento da formalização do trabalho e do valor do salário mínimo, a inserção de milhões de famílias como beneficiárias de programas de transferência de renda, o aumento do padrão de consumo da classe trabalhadora

¹⁸ “O Partido dos Trabalhadores representou uma experiência inovadora para a esquerda não só no Brasil, mas do planeta. Nascido de um conjunto heterogêneo de elementos, com destaque para o sindicalismo combativo que emergiu em São Paulo no final dos anos 1970, o catolicismo progressista vinculado à Teologia da Libertação e veteranos da esquerda comunista interessados na renovação das práticas revolucionárias, o partido unia diferentes visões de transformação social, mas tendo como eixos o compromisso forte com a ideia de uma democracia mais inclusiva e aberta à participação popular (aí incluída a democracia interna ao partido) e a visão de que a organização partidária deveria estar a serviço dos movimentos sociais” (MIGUEL, 2019, p. 61).

¹⁹ Há uma polêmica acerca deste debate, pois alguns autores, como Pochman (2010), afirmam que o país rompeu com o neoliberalismo e implementou políticas neodesenvolvimentistas a partir da inserção do PT no Governo Federal. Entretanto, defende-se a ideia de que as políticas adotadas possuíram caráter neoliberal, ao se manter a essência de elementos inerentes ao neoliberalismo.

(SINGER, 2012), a criação de programas com foco na promoção do crescimento, construção e aumento de Universidades e Institutos Federais etc. Entretanto, os avanços não configuraram a alteração da ordem²⁰. Conforme Chico de Oliveira (2011), se manteve “uma acumulação truncada e uma sociedade desigualitária sem remissão” (OLIVEIRA, 2011, p. 150).

Daros (2019, p. 88) defende que os períodos atrelados aos governos do PT propiciaram conciliação de classes e construção de alianças políticas²¹ que possibilitaram “governabilidade da ordem burguesa no Brasil, conseqüentemente evitando o enfrentamento aos interesses da oligarquia financeira”. Tais alianças políticas configuraram uma conjunção de diversos setores da burguesia brasileira, representada de forma heterogênea, a partir de diferentes interesses, como a burguesia vinculada ao

[...] agronegócio e mineração, interessada na exportação de *commodities*; a burguesia atrelada ao capitalismo de empreiteiras, que, em geral, estabelece parcerias com o governo federal; o setor da burguesia industrial oligopolizada, das grandes empresas multinacionais da indústria, comércio e serviços; e por fim, [...], a fração hegemônica da burguesia brasileira, que é a da fração financeira, representada pelos bancos, detentores da maior parcela da dívida pública (DAROS, 2019, p. 89).

Portanto, apesar das conquistas sociais advindas dos governos petistas, não houve a ruptura com características inerentes ao processo de formação social do país, posto que não alteraram substancialmente a natureza oligárquica burguesa que se consolidou nas relações sociais brasileiras, bem como lograram construir novos patamares de acumulação do capital (ALVES, 2013).

Na medida em que se colocou como legatário da ordem burguesa o PT, *em si e para si*, tornou-se incapaz por si só, diga-se de passagem, de suprimir o DNA inscrito no “código genético” do capitalismo brasileiro: hipertardio, portanto carente de modernização; dependente, portanto integrado aos interesses do capital financeiro internacional, perseguindo, no limite, um “lugar ao sol” na decrépita ordem burguesa hegemônica; de extração colonial-prussiana e viés escravista,

²⁰ Cabe ressaltar, como será demonstrado no segundo capítulo desta Tese, que os períodos atrelados ao Partido dos Trabalhadores no país têm como elemento polêmico o debate acerca do neodesenvolvimentismo como um processo que rompe com o ideário neoliberal e implementa um novo cenário à política brasileira. Entende-se, entretanto, que essa afirmação é permeada de contradições, embora seja possível elencar mudanças significativas em diversos âmbitos da formação social do país.

²¹ A fim de ampliar este debate, sugere-se a leitura de Singer (2012).

portanto, carente de valores democráticos e republicanos tendo um metabolismo social do trabalho baseado visceralmente na superexploração da força de trabalho [...] (ALVES, 2013, s.p.).

Como as políticas adotadas por Lula e Dilma não se propuseram a promover mudanças significativas nas relações capitalistas e em características inerentes ao Brasil – como o fato de ser formado por um capitalismo dependente e vivenciar crises cíclicas do capital – esgotaram-se as alianças políticas conciliatórias promovidas junto à burguesia nacional. Após o início de seu segundo mandato governamental, a presidenta Dilma Roussef sofreu um processo de impeachment²² (neste estudo compreendido como um golpe parlamentar, político e midiático).

As ações do governo Dilma apontavam a crise de uma política de alianças estabelecida pelo Partido dos Trabalhadores no início de seus mandatos. Conforme aponta Daros (2019, p. 91) a partir das ideias de Alves (2014):

Dilma Roussef confrontou diretamente o capital financeiro reduzindo as taxas de juros e utilizando bancos públicos para a política de crédito. Somado a isso, naquela época, a burguesia interna iniciava a oposição ferrenha ao governo por não ter conseguido o apoio necessário para dar início à Reforma Trabalhista. A estratégia conciliadora de classes também entrou em crise, uma vez que parte do empresariado nacional se recusou a realizar investimentos num cenário de crise mundial. A pressão social vinda das ruas também sinalizava a crise do projeto conciliador de classe que envolveu os governos neodesenvolvimentistas (DAROS, 2019, p. 91).

Em virtude do golpe sofrido pela presidenta Dilma, da conjuntura pós 2016 decorreu um cenário avassalador de desmonte de direitos, desde o Governo Temer até a eleição de Jair Bolsonaro (em 2018), representando o avanço de ideias que reforçam o ultra liberalismo alicerçado em um conservadorismo que ganha tem ganhado força no modo como as políticas sociais são gestadas.

O momento presente é de cortes orçamentários e de contrarreformas que destituem direitos conquistados historicamente, como a Reforma Trabalhista e a Reforma Previdenciária, já aprovadas e sancionadas, bem como a Reforma Administrativa, atualmente em trâmite e proposta por Paulo Guedes (ministro da Economia), que visa sucatear o serviço público, as políticas públicas e seus servidores.

²² Para compreensão ampliada sobre o Golpe de 2016, sugere-se a leitura de Jinkings, Doria e Cleto (2016), intitulado **Por que gritamos golpe?**.

É um retrocesso que ocorre em múltiplas dimensões. A classe trabalhadora foi atingida pela revogação de parte importante da legislação que a protegia na relação com o capital e com a redução do financiamento para a educação, saúde e outros serviços públicos. [...] Tantos retrocessos foram acompanhados de discursos públicos em favor das hierarquias sociais, vistas como reflexos de uma ordem superior, definida por Deus ou pelo mercado, que não pode ser desafiada [...] (MIGUEL, 2019, p. 11).

Compreender tal debate é fundamental a fim de entrelaçar os objetos desta Tese de modo a identificar que a formação social do país e suas características apresentam consequências à forma como as políticas sociais se configuram na sociedade brasileira presente e especificamente com relação à Educação Profissional e Tecnológica, conforme abordado adiante.

2.2. Educação e Trabalho: binômio central na sociedade de classes

Debater acerca da Educação pressupõe compreender que se trata de um objeto de estudo dinâmico, permanente e em constante transformação, que participa de forma efetiva, constitutiva e constituinte das relações sociais, submetendo-se às diferentes ordens sociais, bem como aos aspectos inerentes às sociedades (FRIGOTTO, 2013).

Os diferentes tipos de educação, nas diferentes sociedades, têm como objetivo principal, conforme analisa Gadotti (2012), fazer com que as pessoas se adaptem a um modelo de sociedade estabelecido e àquilo que norteia as relações sociais nos protótipos colocados como padrões.

De acordo com Gadotti (2012), o debate em Educação não deve se valer apenas da reconstituição histórica dos processos educacionais, nem tampouco da apresentação dos fundamentos psicossociológicos dos atos educacionais, mas deve propiciar elementos que sirvam como embasamento da luta de classes historicamente constituída nos diferentes tipos de sociedade.

Orso (2014) explicita, a partir da compreensão materialista histórico-dialética, que o modo como os indivíduos se constituem em sociedade passa pela compreensão da organização e luta de classes dos homens, bem como sua relação com os processos de trabalho. O homem, enquanto sujeito histórico, origina-se,

fundamentalmente, da transformação da natureza para garantir a satisfação de suas necessidades sociais.

Tal processo ocorre devido à capacidade teleológica²³ de o homem olhar para a natureza e projetar finalidades e intencionalidades, transformando-a e criando possibilidades, isto é, realizando trabalho²⁴. As possibilidades de criação são construídas tendo como referência as habilidades humanas subjetivas de racionalidade, sociabilidade, consciência e liberdade de escolhas. Ou seja, o processo de modificação do homem, tornando-o e inserindo-o em um mundo humano, propicia que ele desenvolva capacidades e sentidos, sobretudo a partir da práxis²⁵, de modo a “superar sua estrita condição de animalidade e ascender à condição de homens, animais diferenciados, que adquirem a capacidade de pensar e produzir [...] sua existência” (ORSO, 2014, p. 172).

Nessa direção, Saviani (2007) defende que o homem é o ser do trabalho e que a partir disso é possível compreendê-lo em sua totalidade, ou seja, é o trabalho que possibilita a constituição histórica do homem e sua essência em função de suas necessidades. Entretanto, esse processo de formação do homem em sujeito dotado de habilidades e potencialidades não é algo natural, que aconteça sem mediações de outros elementos para além do trabalho.

²³ A partir da compreensão da categoria teleologia em Lukács, é possível afirmar que a atividade humana é a única capaz de ter, em seu direcionamento, algo que a determina e a especifica. Isso significa dizer que ao realizar uma atividade, o ser social, previamente, tem a capacidade objetiva de projetar algo, ou seja, previamente idealizar. Segundo Lukács, isso denomina-se por teleológico e atravessa o trabalho como a transformação da natureza de forma previamente idealizada, que visa satisfazer uma necessidade inerente à reprodução social do ser social.

²⁴ Para Lukács, o ser social tem como categoria fundante o trabalho, a partir da relação que este estabelece com a natureza para a satisfação das suas necessidades a fim de garantir sua reprodução social. Dessa forma, a partir de uma relação de troca que se estabelece entre o homem e a natureza e entre homens, na perspectiva do filósofo húngaro, foi possível construir o conhecimento da humanidade. Dessa maneira, o trabalho possui uma função social e política, ao propiciar que o ser social possa se construir em um processo de interação, no qual ele transforma a natureza e a si mesmo como pressuposto essencial para a sua existência em sociedade. Para ampliar este debate, sugere-se a leitura de Lessa (1996; 2012) e Lukács (2010).

²⁵ A teoria marxista afirma que através de uma práxis revolucionária o homem se transforma a si mesmo. Na III Tese sobre Feuerbach, Marx afirma que “os homens são produto das circunstâncias e da educação e que, portanto, homens modificados são produto de circunstâncias diferentes e de educação modificada” (trecho disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_fontes/acer_marx/tme_13.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2020). Dessa forma, compreender que o homem transforma a si mesmo a partir de uma práxis revolucionária implica em refletir que as circunstâncias da atividade humana, ou seja, as determinações sociais advindas da sociedade, podem influenciar diretamente o resultado desse processo de autotransformação.

Se a existência humana não é garantida pela natureza, não é uma dádiva natural, mas tem de ser produzida pelos próprios homens, sendo, pois, um produto do trabalho, isso significa que o homem não nasce homem. Ele forma-se homem. Ele não nasce sabendo produzir-se como homem. Ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender a produzir sua própria existência. Portanto, a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo (SAVIANI, 2007, p. 154).

Desse modo, partimos do pressuposto de que a Educação é uma mediação que possibilita o desenvolvimento do homem e de suas capacidades e potencialidades. Isto é, o “ponto de partida da relação entre trabalho e educação é uma relação de identidade” (SAVIANI, 2007, p. 154), tendo em vista que nas sociedades primitivas a transferência do saber adquirido ocorria entre os sujeitos que a compunham, repassando o conhecimento de forma geracional e adquirindo-os no processo de transformação da natureza.

Ao pensar a relação entre Educação e Trabalho, Saviani (2007, p. 152) afirma que é inerente um “estreito vínculo ontológico-histórico próprio da relação entre trabalho e educação”, pois somente o homem é capaz de trabalhar e educar, ou seja, somente ele possui essas possibilidades e atributos. Assim, há uma relação histórico-ontológica entre a relação trabalho-educação, pois é “um processo produzido e desenvolvido ao longo do tempo pela ação dos próprios homens” e “o produto dessa ação, o resultado desse processo, é o próprio ser dos homens” (SAVIANI, 2007, p. 155).

Entretanto, embora possamos refletir que o desenvolvimento do homem foi possível pela articulação e unidade do binômio trabalho-educação, cabe compreender que o processo de constituição das forças produtivas e da sociedade de classes incide diretamente sobre essa unidade. O processo de constituição da vida social, política e intelectual nesse modo determinado de sociedade (ou seja, no modo de produção social capitalista) se condiciona ao modo de produção da vida material (GADOTTI, 2012).

Esses atos não estão isolados, não se dão espontaneamente: estão intimamente relacionados e condicionados pela ação de cada homem, da natureza, da sociedade e da história. Nessa totalidade, o que une primordialmente os homens é a busca dos meios próprios para garantir a sua existência. Sua práxis é, portanto, eminentemente histórica e a maneira pela qual os homens se relacionam e buscam

preservar a espécie é o *trabalho*. É pelo trabalho que o homem se descobre como ser da práxis [...] (GADOTTI, 2012, p. 49).

Nessa direção, conforme analisa Daros (2019), o percurso histórico do desenvolvimento das forças produtivas propiciou o rompimento da unidade educação-trabalho. Pois, compreender o desenvolvimento do binômio trabalho-educação nas sociedades em que o desenvolvimento da produção se vincula à divisão do trabalho e à propriedade privada remete à análise da ruptura desse binômio.

A apropriação privada das terras gerou a divisão da sociedade em classes – classe proprietária e classe não proprietária –, o que teve consequências diretas no processo de constituição ontológica do homem, pois uma classe passou a viver do trabalho produzido pela outra classe, apropriando-se para garantir o seu processo de reprodução social. Nesse sentido, Saviani (2007, p. 155) afirma que “essa divisão dos homens em classes irá produzir uma divisão também na educação”, pois “introduz-se, assim, uma cisão na unidade da educação, antes identificada plenamente com o próprio processo de trabalho”.

O período histórico do modo de produção escravista propiciou a cisão de duas modalidades distintas de Educação: uma voltada à classe que detinha tempo livre, ou seja, a dona da propriedade privada (modalidade de educação identificada como a educação dos homens livres, voltava-se às atividades intelectuais, à arte das palavras e aos exercícios físicos de caráter lúdico ou militar); e outra identificada à educação dos escravos e serviçais, envolvendo o desenvolvimento de habilidades voltadas ao processo de trabalho.

O processo de cisão de duas modalidades de Educação contribuiu para o aprofundamento da divisão do trabalho e para o processo de institucionalização da Educação. De um lado, desenvolve-se uma forma específica de Educação, voltada à origem da escola como o lugar do ócio, do tempo livre; e de outro uma modalidade inerente ao processo produtivo. Esse processo contribuiu significativamente para a cisão entre Trabalho e Educação (SAVIANI, 2007).

Estamos, a partir desse momento, diante do processo de institucionalização da educação, correlato do processo de surgimento da sociedade de classes que, por sua vez, tem a ver com o processo de aprofundamento da divisão do trabalho. Assim, se nas sociedades primitivas, caracterizadas pelo modo coletivo de produção da existência humana, a educação consistia numa ação espontânea, não diferenciada das outras formas de ação desenvolvidas pelo homem, coincidindo inteiramente com o processo de trabalho que era comum

a todos os membros da comunidade, com a divisão dos homens em classes a educação também resulta dividida; diferencia-se, em consequência, a educação destinada à classe dominante daquela a que tem acesso a classe dominada. E é aí que se localiza a origem da *escola*. A educação dos membros da classe que dispõe de ócio, de lazer, de tempo livre passa a organizar-se na forma escolar, contrapondo-se à educação da maioria, que continua a coincidir com o processo de trabalho (SAVIANI, 2007, p. 155-156).

Observa-se que, nessa direção, a escola desempenha um papel de relevância na reprodução do modo de produção capitalista enquanto um aparelho ideológico que possibilita a preparação intelectual, sobretudo em aspectos relacionados à liderança (militar ou política), ao propiciar o domínio da arte da palavra, dos fenômenos naturais e das normas estabelecidas à convivência social, isto é, ela adquire relevância no campo da construção de valores, no domínio de uma cultura intelectual.

O advento do modo de produção capitalista e o avanço das forças produtivas, ao se constituir como uma economia de mercado (voltada à troca) acarretou novas determinações na reorganização das relações sociais e da relação trabalho-educação. Isso implica afirmar que a Revolução Industrial considerou a escola a instituição primordial e dominante de Educação, ou seja, contribuiu para uma Revolução Educacional, pois assegurou aos sujeitos a aproximação com códigos formais e modos de convivência inerentes à sociedade, propiciando a integração ao sistema produtivo (SAVIANI, 2007).

Segundo Gadotti (2012, p. 66) “a educação é social”, isto é, é possível compreender o significado da Educação na sociedade de classes ao inferir que, enquanto um fenômeno social, ela propicia a produção e reprodução de diversas determinações sociais. Assim, ao acompanhar a história da sociedade de classes, observamos que tal sociedade contribuiu para um desenvolvimento especializado voltado à classe trabalhadora da formação para o trabalho em detrimento das potencialidades humanas.

Nesse sentido, cabe analisar a perspectiva de Marx para a Educação. Conforme expressa Rodrigues (2009), os princípios da pedagogia marxiana compreendem que é fundamental enfrentar a sociedade do capital de forma a extinguir a propriedade privada, a divisão do trabalho, a exploração e a unilateralidade do homem, elementos basilares de constituição desse modo específico de produção. Já segundo Manacorda (2007), há entre os escritos de Marx e Engels textos

pedagógicos, que embora não sejam numerosos apresentam ideias novas e coerentes associadas a um cenário de emancipação do homem e da sociedade.

Segundo Daros (2019), os principais textos de Marx e Engels que possuem algumas reflexões acerca da Educação são: “Os princípios do comunismo e o manifesto” (1847-1848), “As instruções aos delegados”, *O Capital* (1866-1867) e “A crítica ao programa de Gotha” (1875). Marx e Engels integram um conceito de educação e de formação profissional que vise a crítica à divisão social do trabalho e a superação da especialização, tendo em vista a compreensão da necessidade de desenvolvimento de todos os domínios da vida social dos homens. Cabe enfatizar que o pensamento marxiano associa o trabalho produtivo ao ensino, compreendendo essa articulação como uma importante forma de transformação da sociedade.

O trabalho em Marx, conforme aponta Gadotti (2012), é um valioso instrumento de formação moral e física, propicia a motivação para a formação técnico-científica e cultural, desenvolve o sentido da responsabilidade social e prepara o jovem para a vida social. Assume, portanto, um caráter formativo e tem o intuito de superar a dicotomia trabalho manual e trabalho intelectual, ou seja, há a reunião do ato produtivo e do ato educativo como uma unidade entre educação e produção material, uma forma elementar de propiciar a emancipação do homem.

Sob esta perspectiva, importa ressaltar a proposição de escolas politécnicas e agrônômicas e escolas profissionais. O ensino politécnico²⁶ compreende dois níveis, que visam se realizar na articulação de teoria e prática de modo a transmitir conhecimentos e capacidades técnicas e científicas fundamentais ao entendimento do processo produtivo. Além disso, esse tipo de ensino deveria demonstrar que o trabalho possui uma dimensão social, sobretudo inserido em uma sociedade sem classes. Dessa maneira, esse ensino deve “fazer compreender e viver a estrutura econômico-social a partir de sua inserção na atividade de produção e intensificar assim suas capacidades de ação” (GADOTTI, 2012, p. 62).

²⁶ Cabe destacar que o termo politecnia é permeado de discussões entre os intelectuais que abordam a temática. Para Saviani (2007, p. 162) “politecnicia implica a união entre escola e trabalho ou, mais especificamente, entre instrução intelectual e trabalho produtivo [...]”. O autor, ao discordar da posição de Manacorda, afirma que “sem desconsiderar a validade das distinções efetuadas por Manacorda, penso que, grosso modo, pode-se entender que, em Marx, ‘ensino tecnológico’ e ‘ensino politécnico’ podem ser considerados sinônimos” (SAVIANI, 2007, p. 163), além disso, “a concepção de politecnia foi preservada na tradição socialista, sendo uma das maneiras de demarcar essa visão educativa em relação àquela correspondente à concepção burguesa dominante” (SAVIANI, 2007, p. 163).

Dessa forma, os princípios da educação na pedagogia marxiana consistem em uma educação pública e universal, voltada a todos; uma educação gratuita, de responsabilidade do Estado; uma educação pelo trabalho, isto é, politécnica, que tenha unidade entre trabalho e ensino; e uma educação omnilateral, como o fim último numa sociedade sem classes, compreendida enquanto o desenvolvimento de todas as capacidades e sentidos humanos (DAROS, 2019).

A omnilateralidade é, pois, o chegar histórico do homem a uma totalidade de capacidades e, ao mesmo tempo, a uma totalidade de capacidade de consumo e gozo, em que se deve considerar sobretudo o usufruir dos bens espirituais, além dos materiais que o trabalhador tem estado excluído em consequência da divisão do trabalho (GADOTTI, 2012, p. 67).

Gadotti (2012) afirma, ainda, que a divisão da sociedade em classes propicia o desenvolvimento da especialização da classe trabalhadora em prejuízo à formação das potencialidades humanas, pois a escola capitalista é divisionista, reprodutora, e conspiradora, o que demanda uma concepção dialética de Educação que esteja baseada na “análise concreta das relações existentes no trabalho” – entendendo que o “processo de emancipação do homem é antes de mais nada econômico e histórico” (GADOTTI, 2012, p. 65) – e que propicie o desenvolvimento da omnilateralidade enquanto possibilidade de superar a profissionalização e a especialização e desenvolver os sujeitos em todas suas potencialidades a partir do trabalho.

2.3. Educação e a satisfação das necessidades do capital

A Educação é um fenômeno social inerente aos seres humanos que se desenvolve no âmbito das relações sociais e das contradições vivenciadas nos diferentes períodos históricos de uma sociedade, isso significa que a Educação possui um importante lugar na reprodução social, tendo em vista seu papel de potencializar o desenvolvimento humano e transmitir a cultura historicamente acumulada pela humanidade (SANTOS, 2017).

No desenvolvimento contraditório da sociedade, com seus ganhos, perdas, retrocessos, avanços, limites e possibilidades, a Educação não permanece inerte, tendo em vista que se compreende a realidade a partir da perspectiva de totalidade

social²⁷. Retomando Netto e Braz (2012, p. 182), é necessário afirmar que “capital [...] é relação social e as relações sociais são, antes de mais, relação de essência histórica: são mutáveis, transformáveis”.

Nessa direção, a ascensão e o desenvolvimento do capitalismo²⁸ como modo de produção que rege a vida social colocou a necessidade sistemática de formação aos trabalhadores, estabelecendo uma dependência ontológica entre a Educação e o Trabalho. Dependência que não está imune às contradições que permeiam a luta de classes, pois “a história, real e concreta, do desenvolvimento do capitalismo, a partir da consolidação do comando da produção pelo capital, é a história de uma sucessão de crises econômicas [...]” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 169) e o “capital é movimento, dinamizado pelas suas contradições” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 182).

A história do capitalismo – a sua evolução -, portanto, é produto da interação, da imbricação, da intercorrência do desenvolvimento de forças produtivas, de alterações nas atividades estritamente econômicas, de inovações tecnológicas e organizacionais e de processos sociopolíticos e culturais que envolvem as classes sociais em presença numa dada quadra histórica (NETTO; BRAZ, 2012, p. 182-183).

O atual momento capitalista configura-se por um estágio imperialista em que o capitalismo financeiro ocupa a centralidade. Conforme Lênin²⁹ (1977 apud NETTO; BRAZ, 2012, p. 193), “o imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais [...]”. Além disso, o modo como o capitalismo se desenvolveu nos diferentes países foi “desigual e combinado”, (conforme exposto no início deste capítulo) devido a razões políticas, sociais e históricas.

Articulando o desenvolvimento do capitalismo e o debate inerente à Educação, Santos (2017) identifica que a escola pública nasce no século XX, em realidades como

²⁷ “A categoria de totalidade significa [...], de um lado, que a realidade objetiva é um todo coerente em que cada elemento está, de uma maneira ou de outra, em relação com cada elemento e, de outro lado, que essas relações formam, na própria realidade objetiva, correlações concretas, conjuntos, unidades, ligados entre si de maneiras completamente diversas, mas sempre determinadas (LUKÁCS, 1967, p. 240).

²⁸ Não é objetivo deste capítulo dissertar acerca do processo histórico de desenvolvimento do capitalismo enquanto modo de produção. Para tanto, recomenda-se a leitura de Netto e Braz (2012).

²⁹ LÊNIN, Vladimir. **Obras escolhidas em três tomos**. Lisboa/Moscou: Avante!/Progresso, 1977, t. 1.

a da Europa e dos Estados Unidos. Para o autor, a burguesia, enquanto proprietária dos meios de produção, utilizou-se da escola como uma forma de conservar o estado de dominação para a reprodução do capital, adequando-a às suas necessidades. O início desse período histórico configura-se como o momento em que as ideias advindas das orientações científicas elaborados por Friedrich Taylor e as necessidades fabris de Henry Ford³⁰ se articularam para atender o capitalismo na extração de mais-valia.

O período de 1940 a 1970 consolidou o padrão taylorista-fordista e a grande acumulação de capital, junto a políticas públicas intervencionistas keynesianas³¹. De acordo com Santos (2017), o momento foi marcado por otimismo, bem como o aparecimento de oportunidades de emprego e a necessidade imposta ao trabalhador, de forma individual, de buscar qualificação, associando diretamente a educação e o desenvolvimento econômico.

Esse aspecto relacionado à busca de qualificação pelo trabalhador, vinculando-se à educação e ao desenvolvimento econômico, encontra subsídios teóricos na denominada Teoria do Capital Humano³². Esta teoria, conforme Frigotto (2010), desenvolve-se mais veementemente durante o final da década de 1950 e início dos anos 1960, ganhando expressão ideológica e política. A sustentação de seus princípios ampara-se na compreensão da educação como um investimento e como um capital humano que potencializa o trabalho.

O processo educativo, escolar ou não, é reduzido à função de produzir um conjunto de habilidades intelectuais, desenvolvimento de determinadas atitudes, transmissão de um determinado volume de conhecimentos que funcionam como geradores de capacidade de trabalho e, conseqüentemente, de produção. De acordo com a

³⁰ O taylorismo é uma teoria criada pelo americano Frederick W. Taylor que tinha como pressuposto a organização dos trabalhadores a partir de uma forma hierarquizada e sistematizada, de modo a maximizar a produção. Isso implica que haveriam funções determinadas e específicas aos trabalhadores no âmbito do processo produtivo, a partir de elementos, por exemplo, que controlavam o tempo despendido por cada trabalhador em seu processo de trabalho. Conforme Moraes Neto (1986, p. 32), a ideia do taylorismo era “o controle de todos os passos do trabalho vivo, controle de todos os tempos e movimentos do trabalhador, claro que de forma necessariamente despótica”. Já o fordismo, desenvolve seu modo de produção a partir das ideias tayloristas, adotando a produção a partir das linhas de montagem e da produção em massa.

³¹ John Maynard Keynes foi um economista britânico que em seu livro *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, defende o intervencionismo do Estado. De forma sintética, isso significa fazer a defesa de um Estado que promova o bem-estar político e social do seu país e de seus cidadãos, sobretudo ao adotar políticas que promovam e garantam direitos sociais e trabalhistas.

³² Um dos fundadores desta Teoria é Theodore W. Schultz, economista da Universidade de Chicago.

especificidade e complexidade da ocupação, a natureza e o volume dessas habilidades deverão variar. A educação passa, então, a constituir-se num dos fatores fundamentais para explicar economicamente as diferenças de capacidade de trabalho e, conseqüentemente, as diferenças de produtividade e renda (FRIGOTTO, 2010, p. 51).

Dessa maneira, a Teoria do Capital Humano sintetiza a importância de investimentos individuais e coletivos na educação com a expectativa de obter retornos que propiciem ascensão social, econômica e produtiva, ou seja, a educação é vista como algo que propiciará a mobilidade social dos sujeitos, além do aumento da renda, algo que potencializará os ganhos econômicos e financeiros. Ela possui, então, uma função expressa no âmbito das relações sociais de produção e remete à ideia de justificar as diferenças no âmbito da mobilidade social dos sujeitos, já que a teoria “vincula educação ao desenvolvimento econômico, à distribuição de renda, configurando-se como uma ‘teoria do desenvolvimento’” (FRIGOTTO, 2010, p. 51).

[...] o raciocínio da concepção do capital humano, tanto do ponto de vista do desenvolvimento econômico como da renda individual, é que a educação, o treinamento são criadores de capacidade de trabalho. Um investimento marginal (pelo menos até certo nível) em educação ou treinamento permite uma produtividade marginal (FRIGOTTO, 2010, p. 61).

Cabe ressaltar que a Teoria do Capital Humano escamoteia as contradições inerentes ao modo de produção capitalista e veicula uma concepção dominante atrelada à perspectiva burguesa no que tange ao homem, à sociedade e às relações sociais. Conforme aponta Dantas (2020), esta teoria contribuiu para que a educação escolar se submetesse aos ditames vinculados à economia e ao mercado, pois passou a ser considerada um elemento chave para a promoção dos países de capitalismo periférico e dependente, já que a Educação agregaria valor ao trabalhador ao propiciar acesso aos conhecimentos e habilidades aplicados no trabalho.

O conceito de capital humano, que constitui o construtor básico da economia da educação, vai encontrar campo próprio para seu desenvolvimento no bojo das discussões sobre os fatores explicativos do crescimento econômico. A preocupação básica ao nível macroeconômico é, então, a análise dos nexos entre os avanços educacionais e o desenvolvimento econômico de um país (FRIGOTTO, 2010, p. 49-50).

Dantas (2020) observa que a Teoria do Capital Humano voltou a circular na década de 1990, apoiada nos ditames dos Organismos Internacionais e do ideário neoliberal, como uma das formas apontadas para enfrentar a pobreza e promover a ascensão social a partir da educação, além de afrontar a crise estrutural do capital, que, nessa conjuntura, incide diretamente no aumento das taxas de desemprego, de informalidade e de desregulamentação do trabalho.

A teoria do capital humano mascara, portanto, as contradições do próprio capitalismo, atribuindo ao indivíduo a responsabilidade de se qualificar para o mercado de trabalho. Assim, na teoria do capital humano a relação entre Educação e Trabalho se dá de forma superficial e invertida, reduzindo a concepção de trabalho a emprego, estimulando os processos meritocráticos e analisando o Trabalho a partir da Educação (DANTAS, 2020, p. 62).

Além disso, cabe mencionar acerca da persistência do paradigma da “sociedade do conhecimento”³³ no âmbito educacional (DAROS, 2019), que as mudanças na divisão internacional do trabalho, ancoradas na financeirização da economia, requerem a adoção de medidas com o intuito de permitir a reprodução do capital e da dominação burguesa. O momento do final do século XX e início do século XXI traz à cena o aumento significativo, no âmbito do processo produtivo, do uso da Ciência e da Tecnologia (C&T) e das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's), além da produção de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação.

A valorização da ciência e da tecnologia como elementos potencializadores na criação de inovações produtivas levam também ao engrandecimento do conhecimento e da informação como veículos para o desenvolvimento dessas inovações no campo social. Cria-se a expectativa de que tais inovações, a serviço da produção, possibilitariam o desenvolvimento dessas inovações no campo social e econômico dos países em geral, supostamente encurtando os abismos sociais entre nações do capitalismo mundializado (DAROS, 2019, p. 78).

Perspectivas como a Teoria do Capital Humano e as que se baseiam na sociedade do conhecimento, levam ao entendimento falacioso de que para superar as desigualdades sociais, historicamente estabelecidas na formação das sociedades, é preciso construir uma linearidade meritocrática entre educação e desenvolvimento.

³³ Para ampliar os debates sobre o tema, recomenda-se a leitura de Neves e Pronko (2008, p. 96), que consideram esta como a “formulação ideológica do capital para o século XXI”.

Aliam-se a isso, os ditames³⁴ dos Organismos Internacionais, como o Banco Mundial e a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), para os quais a Educação tem sido considerada um importante e potente instrumento para promover o desenvolvimento.

A partir do exposto, defende-se que a Educação tem sido constantemente cooptada a garantir a satisfação das necessidades do capital, sobretudo incorporando perspectivas teóricas que coadunam com os interesses burgueses do capital e negligenciam o caráter desigual, permeado de relações de poder, em uma conjuntura de ajustes estruturais e superestruturais (NEVES; PRONKO, 2008).

Entretanto, é preciso garantir que seja efetivada uma Educação que não ofereça apenas uma dimensão instrumental, no intuito de adquirir habilidades e competências, mas que promova a construção de novas possibilidades societárias e a apreensão da indissociabilidade entre pensamento crítico e as dimensões científico-tecnológica, político-ideológica e ético-política vinculadas ao Trabalho.

³⁴ Para ampliar a compreensão sobre o tema, sugerimos a leitura de Neves e Pronko (2008).

3. A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL: UM CONCERTO ATRAVESSADO POR DIFERENTES ELENCOS

A fim de compreender a Educação em meio à totalidade social é necessário considerar sua origem histórica e ontológica (ROSSI, 2018)³⁵. Também é importante apreender os limites e possibilidades da práxis educativa sem supervalorizar ou subestimar a Educação, mas analisando essa categoria teórica a partir de mediações na realidade social e seus vários complexos³⁶.

A Educação, como afirma Meszáros (2008), tem como sentido estruturante sua relação com o trabalho e com as possibilidades criativas e emancipatórias dos sujeitos. Nesse sentido, a Educação e os processos educacionais estão conectados aos processos sociais de reprodução, sendo que, enquanto educação institucionalizada ela serve “ [...] no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva, como também a gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes [...]” (MESZÁROS, 2011, p. 35).

Na sociedade capitalista, o capital influencia todos os complexos sociais, inclusive a Educação, tendo em vista que cabe a ela a transmissão dos conteúdos e conhecimentos que atendem às necessidades do sistema social. Isso significa que a Educação tem uma função social no processo de reprodução do ser social, pois há uma dependência ontológica entre Educação e Trabalho e isso implica a maneira como são transmitidos os valores, comportamentos, habilidades etc. para a reprodução de um determinado tipo de trabalho na sociedade, enquanto um processo histórico-social (TONET, 2005).

Nesse sentido, refletir sobre o processo de expansão da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no espaço dos territórios remete-nos a compreender a influência neodesenvolvimentista que circunscreve as políticas governamentais a partir dos anos 2000 e sua vinculação à formulação de uma nova concepção de EPT, sobretudo nos

³⁵ A perspectiva ontológica possibilita compreender as múltiplas articulações ocorridas na totalidade social, de forma a apreender os complexos sociais por meio de sua origem, natureza e função social (ROSSI, 2018).

³⁶ O termo “complexos” está sendo utilizado considerando que Rossi (2018) constrói seu pensamento a partir da perspectiva relacionada entre Lukács e a Educação.

anos de 2003 a 2016, tendo em vista que documentos normativos publicados durante o período apresentam “um novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica” ao referirem-se aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados com a lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

Algebaile (2013) defende que as políticas públicas são processos em constante movimento de institucionalização. Há, portanto, forças sociais e políticas que se constituem em elementos fundamentais atuando na perspectiva de disputar sentidos e formas assumidas pelas políticas públicas. Nessa direção, ao analisar uma política pública, impõe-se a necessidade de identificar suas características formais e marcos institucionais. Portanto, são essenciais questionamentos que direcionem essa análise, tais como:

Que aspectos da realidade e que forças sociais ela pretende governar? Por que meios? Que projetos de governo da vida social esses meios configuram? Quais são as forças políticas que os portam? Quais forças se interpõem à sua realização? A que processos históricos elas se vinculam? De onde resulta sua potência ou fragilidade no presente? Em que medida as formas presentes dos projetos de governo antecipam os aspectos do futuro que se pretende colonizar (ALGEBAILLE, 2013, p. 201).

Desse modo, cabe analisar a realidade, as forças sociais, os meios utilizados e os projetos de governo que interferem na vida dos sujeitos, além da presença das forças sociais e políticas que se vinculam a determinados processos históricos relacionados à expansão das instituições escolares. O processo de expansão escolar no Brasil vincula-se historicamente a demandas por escolarização e guarda relação com os processos políticos, econômicos, sociais e culturais que circunscrevem a formação socio-histórica brasileira. Assim, a expansão escolar sempre esteve vinculada à “subordinação a interesses externos ao âmbito da educação como direito coletivo” (ALGEBAILLE, 2013, p. 203).

A fim de articular e embasar esta Tese, o presente capítulo tem como objetivo central discutir a trajetória da Educação Profissional e Tecnológica no país, de modo a enfatizar seus momentos históricos e sua relação com as políticas públicas, problematizando o tema proposto para estudo. Inicialmente é apresentada a trajetória socio-histórica da Educação Profissional no Brasil, desde a criação de escolas oficinas à atual Educação Profissional e Tecnológica, que se materializa na Rede Federal de

Educação Profissional, Científica e Tecnológica, tendo em vista que, conforme aponta uma das participantes da pesquisa, a EPT,

[...] a Educação Profissional e Tecnológica, ela é uma educação que tem um objetivo de uma formação para o mundo do trabalho [...] a gente tem que pensar o mundo do trabalho, a questão da transformação desse mundo do trabalho, de como essas transformações vão afetando a vida do trabalhador e das famílias [...]. A gente tem uma responsabilidade de uma formação crítica, reflexiva, a respeito da vida, a respeito do cotidiano, das relações sociais, então ela é uma educação que é para além dessa questão [...], ela extrapola, apesar do trabalho ser uma questão central, acho que a gente tem uma responsabilidade muito grande de pensar a educação numa perspectiva mais ampla, mais crítica, numa perspectiva política, cidadã mesmo [...] (TURMALINA, 2020).

Em seguida, o estudo visa construir um debate sobre as mudanças vivenciadas na Educação Profissional e Tecnológica (principalmente nos anos 2000) como algo que se apresenta no horizonte dos debates teóricos acerca do neodesenvolvimentismo, porém permeado por elementos ancorados no neoliberalismo. O intuito é abordar como a EPT obteve um papel significativo em promover a oferta de cursos que articulem ações de ensino, pesquisa e extensão de modo a favorecer o desenvolvimento dos arranjos produtivos locais.

[...] ela foi criada dentro das perspectivas do mundo do trabalho, do capitalismo, enfim, então a educação profissional no início era totalmente voltada para o ensino de uma tarefa, de um ofício que eles chamavam, né. E agora, eu acredito que houve avanços, a educação profissional tomou uma dimensão dentro dos avanços das discussões educacionais e pedagógicas, que não é só aprender um ofício, é também a pessoa ter uma trajetória humana, plural, também profissional. [...] a gente tem atuado no Instituto Federal tentando abarcar a totalidade do ser humano, os aspectos dentro da sua totalidade, tanto que tem a relação do ensino, da pesquisa, da extensão [...] (AMETISTA, 2020).

Por fim, o debate acerca dos Institutos Federais como uma nova institucionalidade e materialidade da EPT no país. O objetivo é dissertar sobre essas instituições e os elementos teóricos, sociais e políticos que as direcionam, demonstrar a centralidade que assumem na conjuntura da EPT após 2008 e expor seu processo de expansão, que contribuiu significativamente para a relevância dos Institutos Federais na Educação pública do país, considerando que são

[...] instituições de educação muito importantes, fundamentais na questão histórica, social do Brasil. Vem fortalecer a questão da inclusão dos mais vulneráveis, porque ele vem com a proposta de estar inserido em comunidades, em regiões mais vulneráveis, com a questão do acesso, da reserva de vaga, cotas, então assim, de trazer oportunidade, de possibilitar o acesso daqueles que estudaram em escola pública, negros [...]. Então, no âmbito educacional, eu acredito muito nos Institutos Federais como um espaço de inclusão. [...] a gente atua para que não tenha só essa visão tecnicista, mas que tenha uma visão humana também de preparar para o mundo do trabalho também, para as questões humanas, para questões políticas, para questões sociais [...] (PÉROLA, 2020).

3.1. Trajetória socio-histórica da Educação Profissional no Brasil: das escolas-oficinas à Educação Profissional e Tecnológica

Ao traçarmos uma linha histórica desde o período colonial³⁷, observamos, conforme Caires e Oliveira (2018), que a formação de mão de obra no Brasil Colônia remetia às experiências diárias, sem que houvesse sistematização e organização formal de modalidades de ensino. Essas experiências eram desenvolvidas informalmente nos ambientes de trabalho, de maneira indefinida, ou seja, sem padrões, atribuições ou regulamentações.

A relação entre educação básica e profissional no Brasil está marcada historicamente pela dualidade. Nesse sentido, até o século XIX não há registros de iniciativas sistemáticas que hoje possam ser caracterizadas como pertencentes ao campo da educação profissional. O que existia até então era a educação propedêutica para as elites, voltada para a formação de futuros dirigentes (RAMOS, 2014, p. 24).

Manfredi (2002) afirma que a principal característica da economia brasileira nos dois primeiros séculos da colonização portuguesa era de agroindústria açucareira, em que predominava o uso do sistema escravocrata de organização do trabalho e da produção.

Cabe enfatizar que durante esse período houve uma divisão do trabalho entre o trabalho intelectual (voltado à formação dos filhos dos colonizadores) e o trabalho manual e físico (direcionado principalmente aos escravos). Essa divisão origina-se com os Jesuítas, que ministravam em seus colégios e residências uma formação

³⁷ O período colonial corresponde aos anos de 1500 a 1822.

clássica, intelectual e humanista voltada à camada considerada mais elevada da sociedade e uma formação para o trabalho, a partir de **escolas-oficinas**, voltada a escravos e homens negros, mestiços ou indígenas, preferencialmente crianças e adolescentes. A inserção das **Corporações de Ofício dos Jesuítas** possibilitou a adoção de um modelo de organização e aprendizagem aos ofícios artesanais da época.

No que diz respeito ao modelo econômico do Brasil, nessa época desenvolveu-se um modelo circunscrito ao molde agroexportador voltado à produção para a metrópole e interesses europeus, uma vez que a extensão territorial do país e o clima tropical propiciavam a produção de matérias-primas e gêneros alimentícios fundamentais às manufaturas europeias.

Nessa direção, compreende-se que “a estrutura socioeconômica brasileira foi organizada para atender ao pacto colonial e favorecer o enriquecimento do empresariado europeu, fazendo avançar o capitalismo, em âmbito internacional” (CAIRES; OLIVEIRA, 2018, p. 305). Cabe ressaltar que no período colonial há a escassez de mão de obra voltada à indústria, tendo em vista a valorização do trabalho manual e a proibição durante um determinado período de instalação de indústrias no território da colônia.

Com o advento de empreendimentos industriais, principalmente a partir da vinda de D. João VI e da família real, houve significativas alterações econômicas, sociais, políticas, culturais e educacionais no país. No âmbito da constituição da Educação Profissional, a solução encontrada para lidar com a escassez de mão de obra industrial foi a adoção da aprendizagem compulsória, que tinha como público alvo crianças e jovens pobres e excluídos.

Assim, a transferência da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808 provocou transformações significativas nas relações econômicas e políticas do país, como a extinção das relações de intercâmbio e exploração entre metrópole e colônia, a substituição do sistema da agroindústria, a implantação de atividades industriais, o aumento da produção manufatureira e a expansão da economia cafeeira.

Na direção de constituição histórica da Educação Profissional no país, cabe ressaltar que no período do Império³⁸ não houve mudanças significativas acerca da

³⁸ O Império Brasileiro iniciou-se em 7 de setembro de 1822, em virtude da Proclamação da Independência, e encerrou-se em 1889.

compreensão do Ensino de Ofícios, uma vez que continuou direcionado “aos humildes, aos pobres, aos desvalidos” (FONSECA³⁹, 1986 apud CAIRES; OLIVEIRA, 2018, p. 384). O processo de elaboração da constituinte, que culminou na Constituição de 1824, não contemplou o Ensino de Ofícios.

Porém, de acordo com Xavier, Ribeiro e Noronha (1994), embora não tenha sido objeto específico de alguma legislação, o ensino profissional teve destaque no período Imperial, pois as transformações no país, como a Abolição da Escravatura e o processo de industrialização e imigração, contribuíram para o processo de urbanização da região sudeste.

Em 1827 houve a aprovação de um processo de organização da Educação Pública no país que contemplava: as escolas de Pedagogias, para o primeiro grau, que incluiu estudos de noções de geometria, mecânica e agrimensura; os **Liceus** (segundo grau), com a introdução de estudos de desenho e capacitação para as artes e ofícios e costura e bordados, especificamente para as meninas; e as Academias para o Ensino Superior. Entretanto, apesar do processo de organização das modalidades de ensino, houve dificuldade para implementar as alterações, sobretudo devido à extensão territorial do Império e a questões vinculadas aos recursos orçamentários (CAIRES; OLIVEIRA, 2018).

Nessa conjuntura, entre 1840 e 1856, houve a fundação das **casas de educandos artífices**, espaços (assim como as oficinas ministradas pelos Jesuítas) voltados à crianças e jovens em situação de mendicância, que ao serem encaminhados para esses locais aprendiam instruções direcionadas à leitura, escrita, aritmética, álgebra elementar, escultura, desenho, geometria, com formações nas áreas de tipografia, encadernação, alfaiataria, tornearia, carpintaria, sapataria etc. Essas casas eram mantidas integralmente pelo Estado e vistas como espaços de obras de caridade, diferentemente dos Liceus, que eram criados pela sociedade e recebiam apoio governamental (MANFREDI, 2002). Entre 1858 e 1886 foram criados liceus de artes e ofícios no Rio de Janeiro, Salvador, Recife, São Paulo, Maceió e Ouro Preto, com acesso livre da população (exceto aos escravos) e cursos voltados às ciências aplicadas e às artes.

³⁹ FONSECA, Celso Suchow da. **História do ensino industrial no Brasil**. v. 5. Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA, 1986.

O período Republicano⁴⁰ foi constituído a partir de cinco grandes eixos que demarcam características importantes para analisar o desenvolvimento da **Educação Profissional** no país.

Na Primeira República (1889-1930), o cenário conjuntural foi marcado por intensas transformações sociais, econômicas e políticas, como a Abolição da Escravatura, a instauração de governos militares e civis e de oligarquias agrárias, o avanço do capitalismo, a expansão da industrialização e o processo de urbanização, favorecido pelo intenso êxodo rural.

Tais transformações alteraram os modos de produção e organização do trabalho e propiciaram o aumento da implementação e sistematização da Educação Profissional, além da alteração de seu público alvo, que deixam de ser os pobres e “desafortunados” e passam a ser trabalhadores pertencentes às classes populares urbanas, pois possuíam o potencial de se transformarem em força de trabalho para o capital industrial em ascensão. Nesse período, em virtude do regime federativo de República, houve a possibilidade de reorganização dos antigos Liceus, “que criaram suas próprias redes de ensino profissional” (MANFREDI, 2002, p. 85).

Nessa direção, a conjuntura da Primeira República aponta para a transformação do sistema de Educação Profissional, com a influência dos ideários liberais e positivistas que possibilitaram que a Educação Profissional estivesse em sintonia com preceitos da Igreja Católica e atuasse numa perspectiva preventiva e corretiva, já que essa modalidade educacional permitiria disciplinar e capacitar tecnicamente crianças e adolescentes, evitando, assim, que “escolhessem o caminho do pecado, dos vícios, dos crimes, da subversão político ideológica” (CAIRES; OLIVEIRA, 2018, p. 500).

Cabe enfatizar que data de 1909 o primeiro decreto que criou dezenove **Escolas de Aprendizes Artífices**, “como o marco inicial das atividades do Governo Federal no âmbito do Ensino de Ofícios” (CAIRES; OLIVEIRA, 2018, p. 516). O presidente da época, Nilo Peçanha, determinou através do Decreto n. 7.556, de 23 de setembro de 1909, a criação dessas escolas, nas capitais dos estados e na cidade de Campos, voltadas ao Ensino Profissional Primário gratuito e vinculadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

⁴⁰ O período Republicano data de 1889 até os dias atuais.

O início do século XX trouxe uma novidade para a educação profissional do país quando houve um esforço público de sua organização, modificando a preocupação mais nitidamente assistencialista de atendimento a menores abandonados e órfãos, para a da preparação de operários para o exercício profissional. Assim, em 1909, o Presidente Nilo Peçanha criou as Escolas de Aprendizes Artífices, destinadas “aos pobres e humildes”, e instalou dezenove delas, em 1910, nas várias unidades da Federação (RAMOS, 2014, p. 25).

Segundo Manfredi (2002), a criação dessas escolas foi uma resposta aos desafios econômicos e políticos da época, já que o cenário de organização dos trabalhadores e dos movimentos grevistas propiciou que a educação profissional fosse vista como um “antídoto contra o apregoamento das ideias exóticas das lideranças anarco-sindicalistas existentes no operariado brasileiro, o qual, na época, era majoritariamente formado por imigrantes estrangeiros” (RAMOS, 2014, p. 82). Além disso, a classe dominante tinha a visão de que o ensino público permitiria a emancipação social, econômica e política. Cabe ressaltar que

A finalidade educacional das escolas de aprendizes era a formação de operários e de contra-mestres, por meio do ensino prático e de conhecimentos técnicos transmitidos aos menores em oficinas de trabalhos manuais ou mecânicos mais convenientes e necessários ao Estado da Federação em que a escola funcionasse, consultando, quando possível, as especialidades das indústrias locais (MANFREDI, 2002, p. 85).

Dessa forma, além de configurar-se como um marco na institucionalização da Educação Profissional no país (DAROS, 2019), a localização das escolas estava vinculada muito mais a uma questão política que econômica, tendo em vista que o parque industrial nas capitais era escasso, ou seja, pouco desenvolvido. Entretanto, as escolas eram um instrumento que propiciava a barganha política do governo federal junto às oligarquias locais. Nesse sentido, os ofícios oferecidos estavam relacionados mais a uma questão artesanal, como marcenaria, alfaiataria, sapataria, e tinham conexão com a realidade dos locais em que se inseriam.

Havia uma distância dos objetivos industriais da época, já que poucas escolas possuíam instalações para os processos fabris, exceto a Escola de Artífices e Aprendizes de São Paulo⁴¹, que segundo Oliveira (2003, p. 31) “se voltou mais para

⁴¹ Cabe enfatizar o destaque da Escola de Aprendizes e Artífices de São Paulo, tendo em vista que o objeto de estudo desta Tese centra-se, justamente, nos sentidos políticos dos Institutos Federais de

o atendimento ao setor fabril, oferecendo cursos de tornearia, eletricidade e mecânica”. Assim, a Escola de Aprendizes e Artífices de São Paulo, em conjunto com o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, ganharam notoriedade na Política de Educação Profissional durante as primeiras décadas do século XX.

O Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, entidade de natureza privada, beneficiou-se de uma articulação com a Escola Técnica da mesma cidade que envolveu professores de ambas as instituições e até mesmo dirigentes. O volume de doações de recursos privados e de subsídios públicos propiciou uma montagem de oficinas nas quais os aprendizes – muitos deles filhos de imigrantes estrangeiros, que valorizavam positivamente os ofícios manufatureiros – aprendiam estes ofícios trabalhando diretamente na produção. Por isso, o Liceu Paulista foi chamado de escola-oficina, chegando a ter 1.200 alunos em um só ano, sempre com um número maior de candidatos do que de vagas disponíveis. A articulação do ensino profissional desenvolvido pelo Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo com as empresas de construção civil permitiu que a formação ali ministrada fosse considerada da mais alta qualidade pelos empregadores, o que, de um lado, facilitava a obtenção de recursos públicos e privados e, de outro, aumentava a procura de seus cursos pelos candidatos à aprendizagem de ofícios industriais e manufatureiros (MANFREDI, 2002, p. 87-88).

Em virtude do crescimento urbano-industrial, houve o fomento da escolarização como uma das demandas capitalistas e da divisão técnica do trabalho a um novo modelo de sociedade e de produção, conforme apontam Caires e Oliveira (2018). Nesse sentido, a Era Vargas⁴², ao criar em 1930 o Ministério da Educação e Saúde Pública, deu início a uma reestruturação da Educação brasileira⁴³ com vistas a atender a industrialização emergente, o que conferiu destaque importante à efetivação de um

Educação, Ciência e Tecnologia, a partir do IFSP, cujo desenvolvimento histórico tem origem nessa Escola.

⁴² Período de 1930 a 1945.

⁴³ O período vivenciado na Era Vargas possui reformas fundamentais para compreender a Educação Profissional no país e os objetivos a ela atrelados historicamente. Data de 1931 a chamada Reforma Francisco Campos, em que a educação secundária torna-se objeto de significativas alterações visando uniformizar a política educacional no país, numa perspectiva centralizadora. Segundo Cunha (2005, apud PELISSARI, 2019, p. 68), a reforma provocou “(I) Inclusão do ensino religioso nas escolas primárias, (II) reforma do ensino secundário, adaptando-o aos exames vestibulares, (III) Estatuto das Universidades Brasileiras, que passaram a reger o ensino superior”. Além dessa reforma, conforme Pelissari (2019, p. 68) houve também a Reforma Capanema que se configura como um “conjunto de leis instituídas pelo ministro da educação, Gustavo Capanema, que reforçava os princípios da reforma de 1931”.

modelo de educação profissional que tinha a preocupação do Estado em propiciar a formação e o aumento significativo de trabalhadores qualificados (PELISSARI, 2019).

Os primeiros anos do Governo Vargas constituíram-se na tentativa de reorganizar o sistema educativo brasileiro, o que culminou na mudança de perspectiva na Constituição de 1934, que apresentava um capítulo dedicado ao Ensino Profissional, “então denominado de Ensino Especializado, organizando-o em três etapas: Ensino Elementar (preparação profissional inicial); Ensino Médio (formação técnica); e Ensino Superior” (CAIRES; OLIVEIRA, 2018, p. 667). Cabe destacar, conforme ressalta Pelissari (2019), a dualidade que se apresentava na base das reformas propostas, uma vez que a educação brasileira passava a obter funcionalidade à industrialização que se iniciava na sociedade brasileira.

Na base das reformas, estava a dualidade da educação brasileira, agora institucionalizada para ser funcional ao projeto de industrialização emergente. A partir da Reforma Capanema, o ensino médio passou a ser dividido entre secundário (propedêutico à Universidade, com educação conteudista) e técnico (comercial, industrial, agrícola e normal, com formação para o trabalho). A possibilidade restrita, aos concluintes dos cursos técnicos, de acesso ao ensino superior e os próprios objetivos do secundário apresentados pela lei explicitavam a dualidade (PELISSARI, 2019, p. 68).

Todavia, esse modelo não se efetivou, pois a instauração do Golpe que culminou com o Estado Novo revogou essa Constituição e outorgou a Constituição de 1937, que atribuiu à União o poder de legislar sobre as diretrizes da educação e incluiu o Ensino Profissional como dever do Estado. O artigo 129 dessa Constituição afirmava:

À infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos estados e dos municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais.

O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos estados, dos municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais.

É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera da sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulamentará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado, sobre

essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo Poder Público (BRASIL, 1937).

Ramos (2014), embasada em Marini (2000)⁴⁴, Fernandes (2006)⁴⁵ e Coutinho (2006)⁴⁶, afirma que esse processo de transição de uma economia semicolonial para uma economia diversificada articulou-se com as classes dominantes e propiciou que o desenvolvimento capitalista nacional fosse pautado em um processo de coalisão e de industrialização enquanto expressão de uma Revolução Burguesa de cima para baixo, de capitalismo dependente, com a presença da “modernização do arcaico”, conforme discutimos no capítulo anterior.

O Estado Novo vivenciou a emergência da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), possibilitando a alteração nos modos de produção do Governo Vargas, que priorizou a política de substituição de importações e as políticas protecionistas que beneficiavam a produção interna do e ampliavam o processo de industrialização. Isso possibilitou, por exemplo, a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional (CNS), em 1941.

Esses processos fomentaram a necessidade de formação de trabalhadores qualificados para atender aos setores produtivos. Dessa forma, foram criados em 1942 e em 1946, respectivamente, o **Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)**, gerenciado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e o **Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC)**, administrado pela Confederação Nacional do Comércio (CNC). Houve, assim, a articulação público-privado estabelecida para atender às demandas advindas da divisão social e técnica do trabalho e da necessidade de mão de obra qualificada. Além disso, ocorreu nesse período a Reforma Capanema, que redefiniu a estrutura curricular e deslocou o Ensino Profissional para o grau médio, além da criação de cursos técnicos, sendo que “[...] os cursos técnicos eram destinados a ofertar uma preparação profissional específica,

⁴⁴ MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. In: SADER, Emir (Org.) **Dialética da Dependência**: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis/RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000, p.11-103.

⁴⁵ FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: Ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.

⁴⁶ COUTINHO, Carlos Nelson. O Estado brasileiro: gênese, crise e alternativas. In: LIMA; NEVES (Org.) **Fundamentos da Educação Escolar do Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006, p. 173-200.

circunscrita pelas atividades inerentes às áreas produtivas da indústria, do comércio ou da agricultura” (CAIRES; OLIVEIRA, 2018, p. 748).

Assim, o ensino industrial foi completamente deslocado para o nível médio, ficando a cargo da ambiguidade entre público e privado, tanto os chamados cursos técnicos quanto os de aprendizagem. [...] essa situação se manteve por duas décadas, período no qual o Senai sofreu uma onda bem marcado como efeito das transformações no setor produtivo [...] (PELLISSARI, 2019, p. 69).

Na Segunda República⁴⁷, período que sucede o Estado Novo, houve uma organização político-partidária de cunho populista. Data deste momento histórico a promulgação da quarta Constituição brasileira, a de 1946, que reafirmava a importância da aprendizagem e da capacitação para trabalhadores, mas que não fazia menção à Educação Profissional. Todavia, apesar desse retrocesso, o ensino industrial já estava fomentado no país e não mais somente voltado à classe “deserdada de fortuna’ ou ‘miserável” (CAIRES; OLIVEIRA, 2018).

Nessa direção, a década de 1950, permeada pelo Plano de Metas⁴⁸ do governo Juscelino Kubitschek, constituiu-se enquanto uma política baseada em elementos desenvolvimentistas que tinham como norte ações que priorizassem técnica, ciência, eficácia e abertura para o capital internacional. Esse período é demarcado pela necessidade de formação de profissionais de nível técnico, sobretudo devido à expansão econômica acelerada do capital monopolista e à implementação da indústria automobilística. Houve, então, em 1959, a transformação das Escolas Industriais Técnicas em Escolas Técnicas Federais, que ganharam personalidade jurídica e autonomia didática, administrativa técnica e financeira. Segundo Cunha (1977⁴⁹ apud CAIRES; OLIVEIRA, 2018), isso possibilitou o aumento de matrículas e melhor adequação dos cursos às necessidades e realidades locais.

Baseada na Teoria do Capital humano, a década de 1960 foi marcada pela oferta do **Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra (PIPMO)**, extinto em 1982. Essa teoria, conforme Xavier, Ribeiro e Noronha (1984) foi elaborada por

⁴⁷ Período de 1945 a 1964.

⁴⁸ Esse Plano de Metas tinha como slogan “50 anos em 5, isto é, 50 anos de desenvolvimento em cinco anos de governo” (CAIRES; OLIVEIRA, 2018, p. 820).

⁴⁹ CUNHA, Luiz Antônio Rodrigues da. **Política Educacional no Brasil: a profissionalização no Ensino Médio**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1977.

Theodore W. Schultz e atribui à educação uma capacidade de equalização social e econômica que a reduz a uma forma de treinar indivíduos para ingressar na divisão técnica do trabalho. Para o elaborador desse conceito, os investimentos em habilidades e conhecimentos aumentam as possibilidades de ascensão dos indivíduos, da mesma forma que os investimentos em bens de produção, tendo em vista que “a educação[...] é o principal capital humano concebida como produtora de capacidade de trabalho, potenciadora do fator trabalho. Nesse sentido é um investimento como qualquer outro” (FRIGOTTO, 2010, p. 51).

Trata-se, portanto, de acordo com Frigotto (2010), de uma teoria vinculada à burguesia e sua produção intelectual, no sentido de tentar explicar o fenômeno da desigualdade entre as nações e entre os indivíduos ou grupos sociais, mas sem remeter à essência da produção dessa desigualdade. Essa teoria não explicita os fundamentos reais da desigualdade social de forma premeditada, mas sim como uma maneira de analisar a realidade social a partir do seu viés de classe social. Desse modo, o processo educativo é reduzido ao objetivo de significar um conjunto de habilidades intelectuais e transmitir um volume de conhecimento que funciona “como geradores de capacidade de trabalho, conseqüentemente, de produção” (FRIGOTTO, 2010, p. 51).

3.2. A Educação Profissional (e Tecnológica): entre o neoliberalismo e o neodesenvolvimentismo

Dando sequência à abordagem da constituição histórica da Educação Profissional e os elementos conjunturais que impactam no seu ordenamento, observa-se que o período do Regime Militar⁵⁰ inseriu o país na esfera do capital internacional e colocou a Educação como força motriz ao desenvolvimento nacional. Sob essa perspectiva, a Educação deveria estar voltada ao mercado de trabalho e à sua concepção tecnicista, buscava-se que a escola adotasse como modelo uma concepção empresarial e voltada à produtividade capitalista (OLIVEIRA, 2003). Além disso, a percepção era de que a Educação propiciaria integrar o país ao capitalismo, pois “[...] a educação profissional brasileira viveria a segunda onda de expansão [...]

⁵⁰ Período de 1964 a 1985.

procurando adequar a formação dos trabalhadores ao novo projeto de desenvolvimento” (PELISSARI, 2019, p. 71).

Esse período histórico é marcado pela profissionalização atrelada à formação de nível médio enquanto algo obrigatório em virtude da reforma educacional da época. Todavia, segundo Caires e Oliveira (2018), essa profissionalização somente se efetivou com qualidade nas instituições vinculadas às **Escolas Técnicas e Agrícolas** da época, em virtude da larga experiência do corpo docente e da instituição.

A transformação de algumas escolas técnicas federais localizadas em Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro em **Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs)** propiciou a oferta de cursos de graduação e pós-graduação com vistas à formação de engenheiros industriais, tecnólogos e professores, além dos tradicionais cursos técnicos. Isso ocorreu em virtude do reconhecimento do setor produtivo quanto à capacidade e qualidade dessas instituições, como uma estratégia política para formar profissionais em uma temporalidade razoavelmente reduzida.

A conjuntura do fim do período da Ditadura Militar foi marcada por uma situação socioeconômica desfavorável, em um ambiente político repressor e autoritário que provocou crises em todas as esferas da vida social dos sujeitos e rebateu na década de 1980, configurando esse período histórico como uma “década perdida”. Houve, então, um processo de organização de diversos atores que passaram a exigir mudanças radicais e urgentes relacionadas à política nacional, o que incorreu em intensas greves e mobilizações sociais com pauta para o retorno do Estado Democrático de Direito e para a melhoria das condições sociais, econômicas, políticas, culturais e educacionais do país.

O período de transição para a democracia, no âmbito da Educação Profissional, foi pautado pelo processo de reordenamento que atravessou a conjuntura histórica. Nesse sentido, em 1986 ocorreu a instituição do **Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico (PROTEC)**, que por meio de recursos do Banco Mundial previa a instalação de duzentas novas escolas técnicas industriais e agrícolas, porém baseadas em uma visão produtivista e fragmentada da educação, apontando uma reedição da Teoria do Capital Humano.

Essa ação do Estado de expandir a rede federal teve um caráter populista, considerando que a conjuntura da década de 1980 apresentava instabilidade quanto às perspectivas para o país em âmbito econômico, político e social. Desse modo, a educação profissional é vista como uma possibilidade de atender aos interesses

imediatos do mercado de trabalho e contribuir para a economia e alavancar o desenvolvimento tecnológico no país (CAIRES; OLIVEIRA, 2018; RAMOS, 2014).

A Constituição Federal, promulgada em 1988, não trata – especificamente – da Educação Profissional. Todavia, aponta, em seu artigo 205, que a educação tem como objetivo o “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Ramos (2014) observa que a CF/88 e os processos políticos que envolvem sua elaboração significaram a tentativa de redirecionar a educação brasileira para beneficiar a classe trabalhadora, rompendo com a dualidade presente no seu processo de constituição socio-histórica e ofertando um projeto educacional que promovesse formação humana, cidadã, integral, voltada ao trabalho, isto é, “um ensino que integrasse ciência e cultura, humanismo e tecnologia, visando ao desenvolvimento de todas as potencialidades humanas” (RAMOS, 2014, p. 16).

Todavia, cabe destacar aspectos conjunturais referentes à transição de aprovação e primeiros anos de implementação da atual Carta Magna do país. Conforme Caires e Oliveira (2018), o período histórico do final dos anos 1980 foi marcado por três fatos importantes, sendo dois de caráter internacional e um nacional. O primeiro refere-se à derrubada do Muro de Berlim e ao desmoronamento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, que promoveram o fim do socialismo e o fortalecimento do neoliberalismo, acarretando impactos aos planos políticos, econômicos, culturais e educacionais.

Já o segundo fato tem relação com o Consenso de Washington, que promoveu um arcabouço de medidas de ajuste econômico, ancoradas na privatização e na abertura ao mercado como possibilidade de desenvolvimento econômico. Por fim, o terceiro elemento, foi a eleição de Fernando Collor de Melo, derrotando o candidato Luiz Inácio da Silva, do Partido dos Trabalhadores, pois essa eleição desempenhou um papel importante de vinculação aos interesses da elite derrotando uma proposta de governo democrático-popular.

Nessa conjuntura, a Educação passou a ocupar a centralidade dos interesses capitalistas e de instituições internacionais no campo educacional, como o Fundo Nacional das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Conseqüentemente, ocorreu a aproximação aos discursos neoliberais acoplados à promessa de modernização do país, pois se considerava que o modelo

desenvolvimentista, vigente anteriormente, teria propiciado um fracasso econômico, produtivo e social (RAMOS, 2014).

Nesta linha, o Estado foi acusado de protetor e mantenedor de um quadro institucional improdutivo, já que sua figura centralizadora teria causado uma inflação crescente incompatível com a estabilidade e com o crescimento econômico. Desta forma, a liberalização da economia tenderia a trazer o equilíbrio entre a produtividade, a modernidade e a prosperidade. A direção neoliberalizante implementada pelo Governo Collor procurou atribuir novos contornos ao Estado, de modo que este fosse promotor, articulador e mobilizador nacional do suposto processo de modernização do país no que se refere à construção de infraestrutura básica para tal. O Estado ficaria também responsável por gerar condições para as empresas se capacitarem tecnologicamente (RAMOS, 2014, p. 48-49).

Nesse contexto foi aprovada a Lei n. 8.948, de 8 de dezembro de 1994, que instituiu o **Sistema Nacional de Educação Tecnológica**. O artigo 3 dessa lei define o processo conhecido como *cefetização* das Escolas Técnicas Federais (CAIRES; OLIVEIRA, 2018). Dessa forma, foram criados os **Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs)**. Segundo Ramos (2014), essa transformação aconteceu na tentativa de evitar o sucateamento das instituições e de promover a atenção para a educação que deveria ser reformada no sentido de promover as mudanças necessárias e presentes no discurso de modernização da época.

A eleição de Fernando Henrique Cardoso implicou em tendências e reformas para a política de Educação Profissional no País, tendo em vista que as ideias de seu plano de governo preconizavam a formação de trabalhadores que pudessem se adaptar às mudanças tecnológicas⁵¹. Manfredi (2017, p. 1254) afirma que devido a essa direção política o final da década de 1990 apresentava uma “nova institucionalidade no campo da Educação Profissional no Brasil”.

Nesse período, as formulações de agências internacionais concebiam a Educação Profissional como um instrumento para sanar as dificuldades da produção de mão de obra para o capital. Dessa forma, a política voltada à Educação Profissional direcionou-se à formação de cursos técnicos concomitantes ou sequenciais, desvinculando o Ensino Médio desse processo e propiciando que o Estado fosse

⁵¹ Conforme Caires e Oliveira (2018, p. 1246) “A década de 1990 foi marcada por transformações na forma de organização do trabalho e, conseqüentemente, da educação, tendo em vista a influência do ideário da produção flexível, da automação, do livre mercado, da competitividade, da empregabilidade e da intensificação e globalização capitalista”.

retirado da Educação Profissional, transferindo a responsabilidade para parcerias entre governo e sociedade civil (RAMOS, 2014).

Quanto ao papel do Estado, o governo FHC caracterizou-se por ser uma gestão em que o Estado foi diminuindo seu papel de executor de políticas sociais, delegando, em grande parte, as políticas de educação profissional para as agências do setor privado e/ou da sociedade civil (MANFREDI, 2017, p. 3932).

Dessa maneira, a concepção de Educação Profissional nesse período era, segundo Caires e Oliveira (2018, p. 1376), “fragmentada, modularizada, flexível e desvinculada da possibilidade de elevação do nível de escolaridade dos trabalhadores”, visando atender aos intuitos do setor produtivo.

No que diz respeito à aprovação de aspectos legislativos, cabe observar a promulgação da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) –, após longos e intensos debates. No que tange à Educação Profissional, passa a ser considerada uma modalidade de educação, apresentada separadamente dos níveis de ensino ofertados pela educação brasileira.

A concepção de Educação Profissional que tangencia esse documento normativo, bem como outros elementos jurídicos publicizados no período, remete à Educação Profissional focada no setor produtivo, “por meio da aproximação dos processos formativos escolares aos processos de treinamento de trabalhadores e, portanto, tratando de uma formação meramente técnica” (CAIRES; OLIVEIRA, 2018, p. 1413). Nesse sentido, a reforma proposta era orientada a atender “as premissas do mercado e do setor produtivo; afastar a administração pública do custeio da Educação Profissional [...]” (CAIRES; OLIVEIRA, 2018, p. 1445), o que contribui para construir uma nova institucionalidade.

Cabe destacar a influência direta do Banco Mundial nas premissas organizativas e nas reformas da Educação Profissional brasileira no final do século XX, de cunho altamente discriminatório. De acordo com Kuenzer⁵² (2000 apud MANFREDI, 2002), houve a recomendação para que não ocorressem investimentos na Educação Profissional especializada, tendo em vista seu alto custo e a necessidade de ajustamento das metas de ajuste fiscal. Dessa forma, a instituição

⁵² KUENZER, Acácia Zeneida. O ensino médio agora é para a vida: entre o pretendido, o dito e o feito. **Educação e Sociedade**, Campinas, p. 15-39, ano 21, n. 70, abr. 2000.

financeira recomendava investimentos no Ensino Fundamental, considerando a alta extinção de postos de trabalho e o argumento de que

[...] a maioria não nasce competentes para o exercício de atividades intelectuais: os pobres, os negros, as minorias étnicas e as mulheres. Para estes, mais racional seria oferecer educação fundamental, padrão mínimo exigido para participar da vida social e produtiva nos atuais níveis de desenvolvimento científico e tecnológico, complementando-a por qualificação profissional de curta duração e baixo custo (KUENZER, 2000 apud MANFREDI, 2002, p. 137).

Nessa direção, as políticas educacionais desse período foram reformadas com forte subserviência ao capital internacional, privilegiando uma lógica monetária, privatista e discriminatória que reduziu o atendimento das escolas técnicas, contribuiu para o seu desmonte e incentivou as políticas de caráter neoliberal, já que a formação ofertada era voltada para a formação em massa da classe trabalhadora.

[...] a qualificação e requalificação profissional, desviando a atenção da sociedade das causas reais do desemprego para a responsabilidade dos próprios trabalhadores pela condição de desempregados ou vulneráveis ao desemprego. Esse ideário [...] teve um importante aporte ideológico, justificando, entre outras iniciativas, projetos fragmentados e aligeirados de formação profissional, associados aos princípios de flexibilidade dos currículos e da própria formação (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2012, p. 38).

Caires e Oliveira (2018) afirmam que o número total de matrículas no nível básico da Educação Profissional em 1999 era de 2.859.135. Desse total, 2.045.234 vinculavam-se ao nível básico, representando 71,5%. Já o ensino técnico configurava o total de 716.652 matrículas e o ensino tecnológico, 97.249 matrículas. O percentual vinculado ao nível básico era ofertado majoritariamente pela rede privada de ensino e demonstrava o compromisso desse projeto educacional com uma formação aligeirada, fragmentada e focada no mercado de trabalho. Observa-se que o período do governo FHC foi demarcado por uma série de decretos e reformas da Educação Profissional que corroboraram para os preceitos neoliberais instituídos.

O período pós governo FHC e principalmente as gestões vinculadas ao governo Lula (2003-2010) configuraram-se como anos nos quais a Educação Profissional foi constantemente debatida e modificada. Manfredi (2017, p. 3863) afirma que esse período fornece um “quadro comparativo de permanências, continuidades e possíveis rupturas das políticas públicas nacionais”, já que resgata o papel do Estado na

promoção de políticas sociais. A Educação Profissional desempenharia um papel central nesse processo, pois se apresentava como direito social e dever do Estado, com a perspectiva de propiciar redução de desigualdades sociais e exclusão social ao aproximar as políticas educacionais das políticas de desenvolvimento socioeconômico.

Todavia, os anos entre 2003 e 2007 foram marcados por permanências, pois não houve a proposição de uma agenda a fim de modificar a configuração da Educação Profissional no país – ainda que Manfredi (2017) apresente a tentativa de imprimir uma nova marca à política educacional que se desenhava no país e de construir políticas que dialogassem (em diálogos atravessados por projetos em disputa) com o discurso da campanha eleitoral⁵³.

De acordo com Frigotto (2006, p. 271) o governo Lula não significou uma ruptura com os períodos anteriores, pois “um (des)caminho foi sinalizado antes mesmo da eleição, quando o candidato Lula assinou a Carta aos Brasileiros [...] com o compromisso de manter a política dos organismos internacionais – a política neoliberal [...]”.

Entretanto, ainda que não houvesse um projeto de ruptura, o contexto diferenciou-se do anterior, pois havia uma agenda voltada à questão social, com a ampliação de políticas e programas que atendessem à classe trabalhadora. Além disso, conforme aponta Ramos (2014), houve uma determinada direção no intuito de expandir a Educação Profissional no país.

Assim, as principais mudanças situam-se no resgate da formação integral, articulando as dimensões do trabalho (enquanto uma capacidade ontológica de realização humana) e da ciência (como os conhecimentos produzidos pela sociedade) frente ao avanço das forças produtivas e da cultura, como a reprodução de valores éticos e estéticos que conduzem as relações humanas e devem se inserir no processo educativo (MANFREDI, 2017).

De acordo com Manfredi (2017), a reestruturação da Educação Profissional, sobretudo no nível básico, configurou-se como uma ação prioritária nas gestões do governo Lula, propiciando a expansão das instituições públicas vinculadas à

⁵³ Quanto aos projetos em disputa, Manfredi (2017) afirma que havia “embates entre projetos de desenvolvimento em disputa – o projeto desenvolvimentista nos marcos do capitalismo associado, na lógica da acumulação flexível, com a alternativa de construir um projeto de desenvolvimento mais autônomo, sustentável e solidário, voltado para os interesses daqueles que vivem do trabalho” (MANFREDI, 2017, p. 3959).

Educação Profissional e Tecnológica e a ampliação da democratização do acesso ao ensino. A tabela abaixo demonstra essas afirmativas⁵⁴.

Tabela 1 – Estabelecimentos e matrículas da Educação Profissional de nível médio (2003-2012)

Ano	Estabelecimentos	Variação % em relação ao ano anterior	Matrículas	Variação % em relação ao ano anterior
2003	2.789	-	589.383	-
2004	3.047	9,3	676.093	14,7
2005	3.294	8,1	747.892	10,6
2006	3.335	1,2	744.690	-0,4
2007	3.494	4,8	789.938	6,0
2008	3.535	1,2	927.972	17,5
2009	3.535	0,0	1.036.945	11,7
2010	3.884	9,9	1.140.388	9,9
2011	4.501	15,8	1.250.900	9,7
2012	4.956	10,1	1.416.815	11,7

Fonte: Extraída de Manfredi (2017).

De acordo com Santos (2018), a construção de políticas de educação formal e de qualificação para o trabalho se apresentam no Plano Plurianual (PPA) de 2004 a 2007, com o objetivo de enfrentar os baixos níveis de formação profissional de jovens e adultos.

Para enfrentar esse desafio, a proposta do PPA 2004-2007 foi a de desenvolver uma nova política pública para a educação profissional, a qual incluía a revisão da legislação então vigente, com o objetivo de ampliar a oferta desta modalidade educacional, a qual deveria se articular às políticas nacionais de geração de emprego, trabalho e renda (SANTOS, 2018, p. 114).

Nessa direção, no campo normativo jurídico houve mudanças significativas na legislação federal pertinente à **Educação Profissional e Tecnológica** no país, que alteraram, por exemplo, a possibilidade de integrar currículos do Ensino Médio e Técnico. Além disso, houve a transformação dos CEFETs e criação de Institutos Federais.

⁵⁴ Cabe indicar que os dados inseridos na tabela mensuram a rede de escolas de Educação Profissional e Tecnológica no período de 2003 a 2012. Essa rede diz respeito à rede “formada por um conjunto de estabelecimentos públicos (federal, estadual e municipal) e privados (particular, confessional, comunitário e filantrópico) que se caracterizam como escolas técnicas, agrotécnicas, centros de educação profissional, associações/escolas, entre outros” (MANFREDI, 2017, p. 4589). A sua utilização nesta pesquisa tem como intuito demonstrar a prioridade dada à Educação Profissional e Tecnológica no período em questão.

Durante o primeiro mandato do presidente Lula, as medidas legislativas foram mais pródigas do que no segundo, pois se tratou de criar instrumentos legais que dessem conta de um novo marco regulatório e que servissem de base institucional para as futuras reformas no sistema de educação profissional e tecnológica (MANFREDI, 2017, p. 4143).

A revogação do Decreto n. 2.208/97 pelo Decreto n. 5.154/2004 restabeleceu a possibilidade de integrar o Ensino Médio e Técnico e foi fruto de intensas mobilizações de diversos sujeitos, tanto no âmbito acadêmico quanto na esfera da sociedade civil de modo a reconstruir os princípios que balizavam a política de educação profissional no país (RAMOS, 2014).

Nesse sentido, cabe destacar que no campo normativo houve a alteração de leis que propiciaram que o Governo Federal pudesse voltar a investir na ampliação da rede por meio de novas escolas vinculadas à Educação Profissional além da implementação do Plano de expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica.

[...] o referido plano visava atender ao crescimento da demanda social pela Educação Profissional e Tecnológica, por meio de instituições públicas, gratuitas e de reconhecida qualidade, na oferta dessa modalidade de educação. O atendimento se referia não, apenas, ao aumento do número de vagas, mas, também, à diversificação da oferta de cursos, em consonância com o desenvolvimento dos processos produtivos e da definição de novos perfis profissionais (CAIRES; OLIVEIRA, 2018, p. 1858).

Como explica Ramos (2014), a política de EPT não avançou nos primeiros anos do governo Lula e somente ganhou força no segundo mandato, quando se traçavam novas perspectivas em um contexto socioeconômico de retomada do desenvolvimentismo, tendo em vista que

Desde os anos 1930 o nacional-desenvolvimentismo exerceu uma forte influência ideológica e política nos principais debates da agenda nacional, até o seu ocaso nos anos 1990 com a ascensão do neoliberalismo. A partir do segundo mandato do governo Lula (2007-10), com o aumento das taxas de crescimento econômico e a tímida melhora de alguns indicadores sociais, a ideologia desenvolvimentista voltou repaginada à cena – acoplada dos prefixos “novo” e “social” – e tornou-se o tema da moda no Brasil (CASTELO, 2012, p. 614).

Cabe ressaltar que a I Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica⁵⁵, realizada em 2006, trouxe questões fundamentais ao debate da EPT e significou um marco na história desta Política de Educação, propiciando o diálogo entre diversos sujeitos no intuito de fortalecer e consolidar a Educação Profissional e Tecnológica. Esta conferência teve como objetivos:

- I - Definir diretrizes para a política nacional de Educação Profissional e Tecnológica através do diálogo entre os diversos agentes envolvidos, visando contribuir para o desenvolvimento do país e para a inclusão social;
- II - Discutir o papel da Educação Profissional e Tecnológica no desenvolvimento nacional e nas políticas de inclusão social, observando as realidades regionais;
- III – Discutir sobre a atuação da Educação Profissional e Tecnológica na melhoria da competitividade do país na economia global;
- IV – Propor mecanismos permanentes de financiamento, visando à manutenção e expansão da Educação Profissional e Tecnológica;
- V - Analisar e discutir o pacto federativo e o papel das instâncias governamentais e não governamentais na organização institucional da Educação Profissional e Tecnológica;
- VI – Propor estratégias operacionais para a Educação Profissional e Tecnológica quanto ao sistema de gestão, à proposta pedagógica, à Educação a Distância, à formação e à valorização dos trabalhadores da educação profissional;
- VII - Instituir a realização periódica da Conferência Nacional da Educação Profissional e Tecnológica (MEC, 2006, p. 1-2).

O tema dessa Conferência esteve atrelado à “Educação Profissional como estratégia para o desenvolvimento e a inclusão social” e se organizou a partir de eixos que debateram: “I – Papel da Educação Profissional e Tecnológica no desenvolvimento nacional e nas políticas de inclusão social”; “II – Financiamento”; “III – Organização institucional e papel das instâncias de governo e da sociedade civil”; “IV – Estratégias operacionais de desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica”; e “V – A relação da Educação Profissional e Tecnológica com a universalização da Educação Básica – Ensino Médio Integrado” (MEC, 2006, p. 3).

Em abril de 2007 foi lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), organizado em quatro eixos: Educação Básica; Educação Superior; Educação Profissional e Tecnológica; e alfabetização, educação continuada e diversidade. Em conjunto ao PDE foi promulgado o Decreto n. 6.095, que apresentava as diretrizes para as instituições federais e para a constituição e proposição dos Institutos Federais,

⁵⁵ O regimento desta Conferência está disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/conferencia_regimento.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2021.

de modo as entrelaçar uma educação sistêmica, seu desenvolvimento e sua territorialização. Cabe destacar que a partir da publicização do PDE, diversas ações foram desenvolvidas no que concerne à EPT (CAIRES; OLIVEIRA, 2018).

Pelissari (2019, p. 230) defende que o PDE, ao apresentar “trinta metas a serem atingidas pelos sistemas de educação em todo país” constituiu-se em um “esforço de síntese” para propiciar que as ações do Ministério da Educação pudessem estar atreladas ao neodesenvolvimentismo, vinculando-se ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)⁵⁶.

O PDE foi, na verdade, o esforço de síntese do Ministério da Educação para inserir suas ações num programa maior, lançado pelo Governo Federal meses antes e que sintetizava o neodesenvolvimentismo em curso, sinalizando de maneira bastante enfática os interesses da grande burguesia interna, sobretudo sua fração industrial. Tratava-se do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Situar o PDE nesse momento conjuntural é especialmente importante, já que o plano apontava diretrizes bastante objetivas para a educação profissional (PELISSARI, 2019, p. 230).

Com isso, é necessário problematizar que o governo Lula (2003-2011), apesar de estar atrelado à um partido operário, não promoveu mudanças estruturais de enfrentamento à desigualdade, mesmo apresentando avanços sociais e educacionais. Frigotto (2011, p. 241) destaca que na primeira metade do século XXI não houve a disputa de “um projeto societário antagônico à modernização e ao capitalismo dependente e, portanto, à expansão do capital em nossa sociedade, centrando-se num projeto desenvolvimentista com foco no consumo”.

Assim, o projeto neoliberal⁵⁷ implementado nos países latino-americanos no início dos anos 1970 obteve êxito no plano ideológico e cultural ao engendrar valores

⁵⁶ Conforme site oficial do programa, o PAC foi criado em 2007 e “[...] promoveu a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável”. Ele foi “pensado como um plano estratégico de resgate do planejamento e de retomada dos investimentos em setores estruturantes do país” de modo a contribuir “[...] de maneira decisiva para o aumento da oferta de empregos e na geração de renda” bem como potencializar “o investimento público e privado em obras fundamentais”. Maiores informações, documentos técnicos, publicações sobre o assunto podem ser consultados em: <<http://www.pac.gov.br/>>. Acesso em: 2 mar. 2021.

⁵⁷ Para Castelo (2012, p. 623), “O neoliberalismo surgiu na América Latina com a instauração da autocracia burguesa nos anos 1970. Em 1973, a via chilena para o socialismo foi interrompida pelo golpe liderado pelo general Pinochet, que implementou medidas neoliberais propostas por economistas monetaristas da escola de Chicago. Em 1976, o golpe na Argentina fez algo parecido no campo da economia, bem como na violação dos direitos humanos. A segunda fase do neoliberalismo no continente ocorreu nos anos 1980 [...]. A partir de então até o início do século XXI, a agenda política

como o individualismo, a mercantilização dos direitos e ausência do Estado. Todavia, os anos 2000 demonstraram o fracasso econômico desse projeto e apontaram a necessidade de um novo modelo para nortear a economia que estivesse ancorado no livre mercado atrelado à intervenção do Estado.

Essa perspectiva foi colocada pelo Banco Mundial, que afirmava a necessidade de realizar ajustes nas políticas econômicas, fortalecendo a presença do Estado e criando condições favoráveis a investimentos, no intuito de que os países latino-americanos fizessem a reunião de um “[...]Estado forte com mercado livre”, o que propiciaria “[...]rotas para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB)”, além de “maior oferta de empregos o que, combinado com a adoção de políticas de assistência aos mais pobres, deveria resultar num círculo virtuoso de crescimento econômico com maior equidade social” (MACÁRIO, 2015, p. 2771).

Nessa direção, Boito Jr. (2012) afirma que esse processo constitui as ideias expressas pelo neodesenvolvimentismo, que congrega ideários de desenvolvimento no âmbito do capital neoliberal.

[...] se formou no Brasil do século XXI uma frente política, que denomino neodesenvolvimentista, que foi a base ampla e heterogênea de sustentação da política de crescimento econômico e de transferência de renda encetadas pelos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff. Vivemos, hoje, uma situação política que, em seus traços mais gerais, apresenta semelhanças com aquela indicada acima para o período desenvolvimentista e populista (BOITO JR., 2012, p. 3).

O neodesenvolvimentismo estabelece um processo de desenvolvimento dentro da ótica neoliberal, ou seja, defende a intervenção estatal nos índices de crescimento, mas sem romper com a lógica de reestruturação produtiva e financeirização do capital que permeia o atual processo de acumulação capitalista (PEREIRA et al., 2015).

Todavia, esse processo social planeja e implementa políticas que promovam o desenvolvimento econômico e social. Para Pacheco (s.d.), a Rede de Educação Profissional sobreviveu à hegemonia neoliberal que visava descaracterizá-la ou extingui-la.

Dessa maneira, é fundamental contextualizar o PDE, tendo em vista que esse Plano apresentava “diretrizes bastante objetivas para a educação profissional”

da região girou em torno do Consenso de Washington, que previa uma série de medidas para acabar com a crise da dívida externa, a estagnação econômica e os altos índices inflacionários”.

(PELISSARI, 2019, p. 230), que se expressavam em forma de ações para promover a expansão da EPT e propiciar as bases legais que futuramente promoveriam a expansão da RFEPT (conforme será abordado adiante).

(a) a ação “educação profissional”, que propôs a reorganização das instituições da rede federal para a educação profissional. O modelo proposto foi o dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). As diretrizes para o processo de integração das Escolas foram instituídas pelo Decreto n. 9.095 [sic] de abril de 2007, e pela chamada pública 002/2007, de dezembro de 2007; (b) a ação “novos concursos públicos”, que foi autorizada pelo Ministério do Planejamento, prevendo preencher 2100 vagas nas instituições federais de educação profissional e tecnológicas; (c) a ação “cidades polos”, que propunha a criação de uma unidade da rede federal em cada cidade considerada polo do país (ORTIGARA⁵⁸, 2014 apud PELISSARI, 2019, p. 230-231).

Nesse sentido, é no bojo do neodesenvolvimentismo que a EPT ganha centralidade, mobilizando diversos níveis de educação, como básica, técnica, superior, Educação de Jovens e Adultos e variadas instituições com o intuito de formar força de trabalho qualificada para o mercado, tendo em vista que era estratégica a melhoria, expansão e reestruturação de instituições educacionais (VASCONCELLOS, 2017).

A redução das desigualdades sociais era o foco em diversas políticas públicas, pois tinha função econômica estratégica de ampliação do mercado consumidor interno, e surgia ainda mais incisivamente nos discursos. Principalmente com o presidente Lula, mas também com a presidenta Dilma Roussef, suas falas em geral traziam à tona a importância das políticas de distribuição de renda, de infraestrutura, educação, saúde, habitação, para a superação da condição de pobreza e para a redução das desigualdades sociais no país. Ao passo que também teriam a importante colaboração para fomentar o comércio e a indústria nacional, essas políticas tornaram-se o carro chefe da propaganda governista (VASCONCELLOS, 2017, p. 29).

O debate acerca do neodesenvolvimentismo é permeado de elementos polêmicos, o que leva a escolhas teóricas para sua definição no âmbito desta Tese. Consideramos importante atrelar o neodesenvolvimentismo aos períodos vivenciados pelos governos petistas de Lula e Dilma. Entretanto, corroboramos a afirmação de Plínio Sampaio Jr. (2012, p. 12) de que é preciso compreender que “o

⁵⁸ ORTIGARA, Claudino. **Políticas para a educação profissional no Brasil**: os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e a educação integral. Pouso Alegre: Ifsuldeminas, 2014.

neodesenvolvimentismo é um rótulo vazio. É muito mais uma estratégia de propaganda dos governos Lula e Dilma, no seu afã de diferenciar-se dos governos FHC, do que um corpo de doutrina para orientar a ação do Estado”.

O posicionamento teórico aqui sustentado é de que os governos de Lula e Dilma mantiveram as orientações neoliberais, mas as atrelaram a uma perspectiva de garantia e ampliação de políticas sociais. Contudo, não se desvincularam da tentativa de manutenção dos privilégios do capital e de suas orientações, sustentando seus valores e reproduzindo tais privilégios nas relações sociais estabelecidas, sobretudo na produção e reprodução do capital. Assim, as políticas adotadas nesses governos não buscaram enfrentar e transformar os elementos que historicamente compõem a formação social do país, como apontados no primeiro capítulo.

Assim, toda a reflexão neodesenvolvimentista enquadra-se perfeitamente na pauta neoliberal. Na prática, a terceira via torna-se uma espécie de versão *ultra light* da estratégia de ajuste da economia brasileira aos imperativos do capital financeiro. O diferencial do neodesenvolvimentismo se resume ao esforço de atenuar os efeitos mais deletérios da ordem global sobre o crescimento, o parque industrial nacional e a desigualdade nacional. Não se questiona a possibilidade de a igualdade social e a soberania nacional serem simplesmente antagônicas com a estabilidade da moeda, a austeridade fiscal, a disciplina monetária, a busca incessante da competitividade internacional, a liberalização da economia. Procura-se o segredo da quadratura do círculo que permita conciliar crescimento e equidade (SAMPAIO JR., 2012, p. 680).

A criação dos **Institutos Federais**, em 2008, foi direcionada a identificar demandas regionais e apontar políticas públicas de forma a contribuir para o enfrentamento das desigualdades sociais. Nesse sentido, observa-se que a sua expansão relaciona-se a potencializar os arranjos produtivos, sociais e culturais locais, sendo, portanto, fundamental compreender os sentidos políticos dessa expansão, pois, conforme afirma Daros (2017), refere-se a analisar

[...] as influências dos organismos internacionais na formulação de políticas no âmbito da formação para o trabalho complexo e na massificação da educação terciária; a forte presença do caráter neodesenvolvimentista do Estado, presente na primeira década dos anos 2000; e a expectativa de que a Educação Profissional e Tecnológica, por meio de suas diversas vias formativas possibilite oportunidades de emprego aos trabalhadores, buscando a geração de renda e o desenvolvimento de objetivos que reforçam o ideário da sociedade do conhecimento. A finalidade dos Institutos Federais em

formar cidadãos para atuar nos diversos ramos da economia com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional transparece a complexidade de seu significado (DAROS, 2017, p. 50).

Nessa conjuntura, cabe destacar o Decreto n. 6.095/2007⁵⁹ determinando que as instituições federais de educação tecnológica se orientassem pelos modelos de Institutos Federais como instituições “[...] com natureza jurídica de autarquia, detentores de autonomia administrativa, patrimonial, didático-pedagógica e disciplinar” (BRASIL, 2007, s.p.).

Esse decreto estabeleceu, portanto, que os Institutos Federais condensassem a oferta de “educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampus, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino” e conjugassem “conhecimentos técnicos e tecnológicos às suas práticas pedagógicas” a serem organizadas “em bases territoriais definidas, compreendidas na dimensão geográfica de um Estado, do Distrito Federal ou de uma ou mais mesorregiões dentro de um mesmo Estado” com particularidades e “caracterizadas por identidades históricas, culturais, sociais e econômicas” (BRASIL, 2007, s.p.).

Cabe ressaltar, com base em Frigotto (2018), que os Institutos Federais desenham a mais ampla e significativa política no campo da educação pública, uma macropolítica que possibilita alterar e interiorizar o mapa da educação federal pública e formar trabalhadores para se inserirem nos sistemas produtivos. Essa característica articula-se às estratégias políticas, econômicas e sociais do neodesenvolvimentismo, propiciando que essas instituições ocupem espaços geográficos e atendam aos princípios desse desenvolvimento.

Pelissari (2019, p. 294) defende que embora “as características da política econômica inaugurada por Lula já em seu primeiro mandato [...]” tenham mantido “[...] sua base no tripé macroeconômico neoliberal”, suas medidas e ações possibilitaram a ampliação da compreensão da EPT, sobretudo no período pós governos petistas, conferindo a essa política um novo conteúdo e forma⁶⁰, diferente daquela que vinha sendo executada “nos governos neoliberais da década de 1990”.

⁵⁹ Para Pelissari (2019, p. 237) “[...] esse é o instrumento legal que dá início ao processo de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica”.

⁶⁰ Pelissari (2019) apresenta estudos que remetem à disputa de concepções no âmbito da Confederação Nacional da Indústria (CNI) como representante de fração da burguesia industrial brasileira e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Os meandros desse debate não são objeto desta

O debate ancorado na perspectiva neodesenvolvimentista assimila a ideia de que a conjuntura social, política e econômica, apesar de contradições inerentes ao processo estabelecido nas relações capitalistas, favoreceu o modelo e concepções adotados na EPT, sobretudo no âmbito público, a partir de reivindicações atreladas à classe trabalhadora. Observa-se, no período correspondente aos governos Lula (2003-2010) mudanças de modo a favorecer o âmbito público da EPT e nos governos Dilma Rousseff (2011-2016) uma acentuação da EPT no campo da esfera privada⁶¹.

[...] o período correspondente aos dois governos Lula (2003-2010) caracterizou-se, na política de educação profissional, por uma inflexão em benefício do público. Além dessa característica, essa inflexão consistiu na prioridade dada ao atendimento das reivindicações dos trabalhadores assalariados. No entanto, os interesses da burguesia industrial brasileira não foram deixados de lado pela política pública, que pôde contar com um tipo de formação profissional adequado ao desenvolvimento por ela defendido e colocado em prática (PELISSARI, 2019, p. 333-334).

Cabe enfatizar que o pacto neodesenvolvimentista e suas características “expressaram-se nas políticas públicas de educação profissional com os consensos e distanciamentos possíveis dentro da correlação de forças a ele subjacente” (PELISSARI, 2019, p. 334). Contudo, conforme abordado anteriormente, as relações sociais brasileiras foram formadas a partir de traços estruturais que permeiam o Estado e seu papel na formação social do país, bem como sua articulação com a luta de classes, seu caráter dependente e o desenvolvimento da burguesia nacional (marcado por momentos de ascensão e favorecimentos econômicos, além de destaque na condução das decisões inerentes ao Estado).

Nesse sentido, as mudanças promovidas no âmbito da EPT consolidam-se como conquistas históricas da educação pública ofertada à classe trabalhadora, sobretudo ao se desenhar a partir de princípios que coadunam com a necessidade de promover a formação integral dos sujeitos e de ter o Estado como figura central na economia e na oferta dessa política pública, embora esse processo não esteja imune às contradições intrínsecas ao capital. Dessa maneira, o próximo tópico deste capítulo

Tese, mas vale ressaltar que há a prevalência e incorporação da concepção defendida pelo Movimento Sindical aos marcos legais que apresentam um novo panorama à EPT ofertada nos estabelecimentos públicos do país. Para saber mais sobre esse debate, consultar Pelissari (2019).

⁶¹ Para saber mais sobre o debate, consultar Pelissari (2019).

tem como objetivo apresentar um debate acerca dos Institutos Federais enquanto um novo modelo de Educação Profissional e Tecnológica, permeado de uma nova institucionalidade e de novos horizontes.

3.3. Os Institutos Federais: a institucionalidade de um novo modelo de Educação Profissional e Tecnológica

Na direção dos debates anteriormente estabelecidos e conforme defende Macário (2014), no bojo do ideário neodesenvolvimentista a Educação Profissional ganhou centralidade, pois estava vinculada à construção de estratégias para recompor o capital nacional. Nessa direção, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) foram criados⁶² em 2008 com a perspectiva de apresentar um novo modelo em Educação Profissional e Tecnológica.

Pacheco (2011, p. 13) afirma que os IFs se configuram, em termos de proposta político-pedagógica, como um modelo institucional inovador, sustentando “um conceito de educação profissional e tecnológica sem similar em nenhum outro país”. Um conceito que abarca a verticalidade de níveis e modalidades de ensino, oferecendo cursos técnicos (a maioria articulados ao Ensino Médio), cursos de graduação (licenciaturas, tecnológicas e bacharelados) e pós-graduação (especializações, mestrados e doutorados). Assim, o

O Instituto Federal [...] é uma instituição muito completa. Para mim, eles são ricos, pela forma como eles foram configurados. É uma instituição de ensino, que atende diversas modalidades, então ele atende desde o PROEJA, do curso de Ensino Médio Integrado, cursos técnicos, curso superior de tecnologia, de pós-graduação, de mestrado, enfim... [...] é difícil você ter uma instituição no Brasil que uma pessoa possa ter o acesso, entrar na instituição e percorrer todos esses caminhos... E acho que no sentido da cidadania, no sentido de levar o acesso à educação para as comunidades mais vulnerabilizadas, de desenvolvimento de regiões empobrecidas, eu

⁶² Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia surgem a partir da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais (IFs). A criação dos IFs ocorre, conforme exposto anteriormente, a partir do potencial dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), das Escolas Técnicas Federais e Agrotécnicas vinculadas às Universidades Federais. Conforme lei supracitada, a Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica é formada pelas seguintes instituições: a) Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – Institutos Federais; b) Universidade Tecnológica do Paraná – UTFPR; c) Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET-RJ e de Minas Gerais – CEFET-MG; d) Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais e Colégio Pedro II.

acho que o Instituto é muito, como eu posso dizer, é privilegiado, nesse sentido, a gente tem as universidades focadas só nos cursos de graduação, cursos superiores, enfim. Mas os Institutos não, a gente tem a oportunidade de conviver com diversos níveis do ensino e os docentes também, as suas experiências são para trabalhar desde pessoas com baixa escolaridade, até o mais alto nível, então a gente transita por todas essas modalidades. Então eu considero que o Instituto é um modelo, a sua concepção é rica, eu acho que vai ao encontro do que a sociedade precisa, e ele ainda está nesse processo de entender o seu papel (AMETISTA, 2020).

De acordo com documentos oficiais, o intuito era de que os Institutos Federais possibilitassem ao país atingir condições estruturais necessárias ao desenvolvimento educacional e socioeconômico, tendo como foco a justiça social, a equidade, a competitividade econômica e a geração de novas tecnologias, além de responder às demandas por formação profissional, difundir conhecimento científico e tecnológico e oferecer suporte aos arranjos produtivos locais. Buscava-se, assim, construir novas perspectivas para a Educação Profissional e Tecnológica no Brasil.

[...] o próprio processo de expansão dos Institutos, ele traz um pouco dessa mudança, né, eu vejo assim, que o Instituto, quando ele foi criado, ele já veio numa perspectiva, apesar de que quando a gente fala Educação Profissional e Tecnológica a gente tem a perspectiva do mercado, dos empresários, tanto que quando você tem a implementação dos institutos nas cidades, têm as audiências públicas é esse pessoal que vai nas audiências, falar “ah, a gente quer o curso de tal porque tem uma empresa que precisa dessa mão de obra, então eu vejo que tem essa contradição também no, na Educação Profissional e Tecnológica, atendendo o mercado de trabalho e de como os empresários, os donos do meio de produção local, de uma certa forma se beneficiam, da presença da Educação Profissional e Tecnológica, mas ao mesmo tempo de como o Instituto tem uma potência transformadora, pra mudar, pra pensar a respeito da educação, pra propor projetos, ações, de como a presença dos institutos nas cidades transforma, ele traz novas possibilidades, então eu acho que o Instituto tem essa contradição, nesse sentido, de as vezes de como ele foi pensado, qual era o objetivo dele, quais eram os, o objetivo do porquê ele foi criado, essa questão de atender o mercado de trabalho, de qualificar a mão de obra, toda essa justificativa que a gente acaba lendo nos documentos, e ao mesmo tempo de como os profissionais que estão na Educação Profissional e Tecnológica fazem essa educação de uma outra forma, não todos, porque não é hegemônico, aliás, homogêneo. Hegemônico e homogêneo, né, é os dois. Mas a gente que tem uma grande parte de profissionais que está disposto a trazer um outro olhar e uma outra práxis para este espaço, acho que essa contradição ela existe (TURMALINA, 2020).

Desse modo, a institucionalidade dos IFs constituiu-se como uma ação concreta no âmbito das políticas públicas para a Educação Profissional e Tecnológica no país e ocupou papel estratégico de ação política e de transformação social no processo de desenvolvimento nacional (BRASIL, 2010). Atualmente, conforme dados da Plataforma Nilo Peçanha⁶³, a Rede de Educação Profissional e Tecnológica (REPCT) contempla 653 unidades, das quais 92,82% são Institutos Federais, 3,59% de CEFET's (Centros Federais de Educação Tecnológica), 1,94% de Escola Técnica Vinculada e 1,66% do Colégio Pedro II. Nessas unidades, há oferta de 10.888 cursos, com 1.023.303 matrículas, 443.682 ingressantes, 203.612 concluintes e 496.333 vagas.

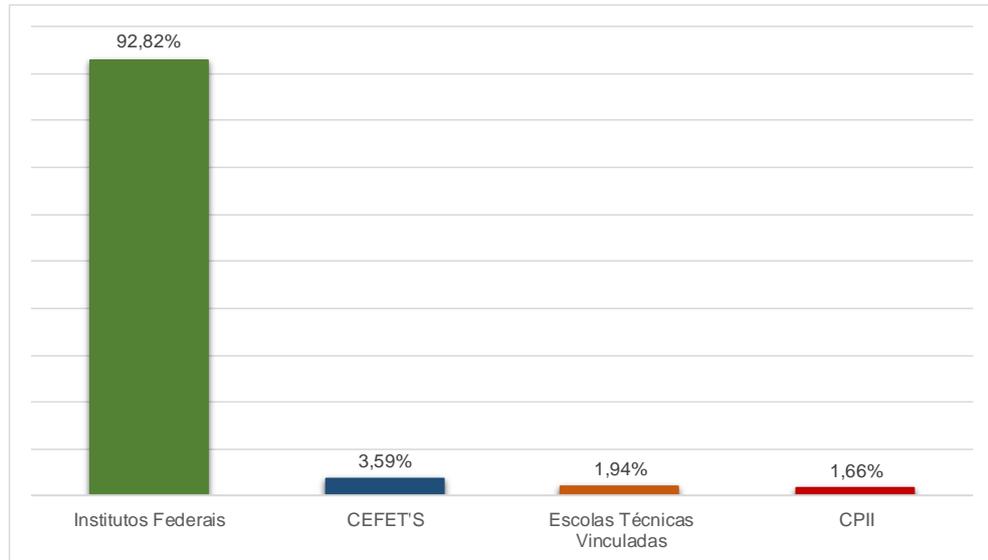
Diante disso, verifica-se que os Institutos Federais **representam uma centralidade** na composição da Rede de Educação Profissional e Tecnológica⁶⁴ do

⁶³ Dados extraídos da Plataforma em 16 jan. 2021, tendo como referência o ano base de 2019.

⁶⁴ As instituições que compõem a REPCT atualmente são: **Acre (AC)**: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC); **Alagoas (AL)**: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (IFAL) e Escola Técnica de Artes/UFAL; **Amapá (AP)**: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP); **Amazonas (AM)**: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM); **Bahia (BA)**: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IFBaiano); **Ceará (CE)**: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE); **Distrito Federal (DF)**: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB); **Espírito Santo (ES)**: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo; **Goiás (GO)**: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IFGoiano); **Mato Grosso (MT)**: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT); **Maranhão (MA)**: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão e Colégio Universitário/UFMA; **Mato Grosso do Sul (MS)**: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS); **Minas Gerais (MG)**: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas (IFSuldeMinas), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas (IFNMG), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sudeste de Minas Gerais (IFSUDESTEMG), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM), Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), Escola Técnica de Saúde/UFU, Centro de Formação em Saúde/UFTM, Centro Técnico Pedagógico/UFMG, Centro de Ensino e Desenvolvimento Agrário/UFV, Teatro Universitário/UFMG e Colégio Técnico/UFMG; **Pará (PA)**: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, Escola de Teatro e Dança/UFPA e Escola de Música/UFPA; **Paraíba (PB)**: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), Colégio Agrícola Vidal de Negreiros/UFPB, Escola Técnica de Saúde/UFPB, Escola Técnica de Saúde de Cajazeiras/UFCG e Faculdade de Tecnologia Vitor Civita – Fatec Tatuape; **Paraná (PR)**: Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR); **Pernambuco (PE)**: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IFSertão-PE), Colégio Agrícola Dom Agostinho IKAS/UFRPE; **Piauí (PI)**: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Colégio Técnico de Floriano da UFPI, Colégio Técnico de Teresina/UFPI e Colégio Técnico de Bom Jesus/UFPI; **Rio de Janeiro (RJ)**: Colégio Pedro II, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ) e Colégio Técnico/UFRRJ; **Rio Grande do Norte**

país (conforme se pode observar no gráfico abaixo), o que ressalta sua importância enquanto um modelo institucional para a Política de Educação Profissional e Tecnológica do país.

Gráfico 1 – Composição – em percentuais – da Rede de Educação Profissional e Tecnológica



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha – Elaboração Própria.

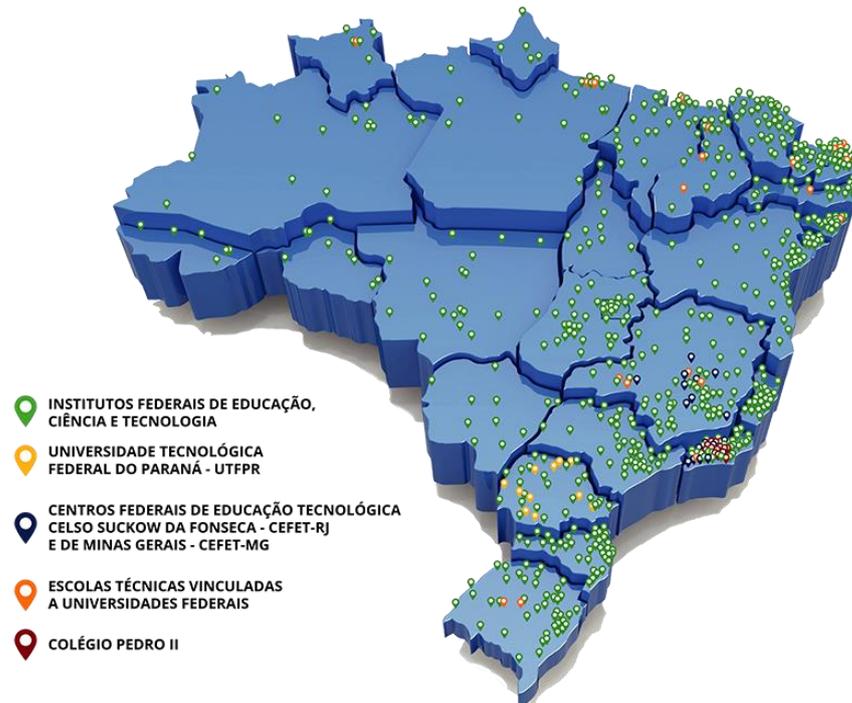
Quanto à abrangência territorial, a Rede de Educação Profissional e Tecnológica está presente em todas as unidades federativas do país, conforme pode ser verificado na Figura 1⁶⁵ (extraída do site do Ministério da Educação), o que suscita o acesso à Educação Profissional e Tecnológica como basilar para a democratização

(RN): Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), Escola Agrícola de Jundiá/UFRN, Escola de Enfermagem/UFRN e Escola de Música/UFRN; **Rio Grande do Sul (RS):** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul Rio-Grandense (IFSul), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFarroupilha), Colégio Técnico Frederico Westphalen/UFSM, Colégio Politécnico de Santa Maria/UFSM e Colégio Técnico Industrial Santa Maria/UFSM; **Rondônia (RO):** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO); **Roraima (RR):** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) e Escola Agrotécnica/UFRR; **São Paulo (SP):** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo e Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE); **Santa Catarina (SC):** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IFC); **Sergipe (SE):** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe; **Tocantins (TO):** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Tocantins (IFTO). Dados extraídos do site: <redefederal.mec.gov.br/instituições>. Acesso em: 19 dez. 2018.

⁶⁵ A imagem em questão aponta as instituições que compõem a Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do país. Cabe destacar que o site do qual a Figura foi extraída não discrimina as instituições e as cores utilizadas. Neste estudo ela é utilizada para indicar a importância da abrangência territorial, em nível nacional, da REPECT.

do ensino público, gratuito e de qualidade, uma vez que as concepções e diretrizes dos IFs os caracterizam enquanto política pública, mantida pelo orçamento público e de compromisso com o social. Para Gouveia (2016), o processo de expansão da REPCT não é apenas institucional, mas também territorial, como observa-se a seguir:

Figura 1 – Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no país



Fonte: MEC. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/secretarias/secretaria-de-educacao-profissional/rede-federal>>. Acesso em: 16 jan. 2021.

Dessa maneira, compreendemos a Educação Profissional e Tecnológica como uma política pública comprometida com a garantia da igualdade e equidade social, acessível a todos, com a articulação de políticas setoriais que promovam impactos no universo em que se insere. Além disso, a criação dos IFs atende a necessidade de propiciar visibilidade ao papel dessa modalidade de educação no contexto social mais amplo do Brasil, reconhecendo essas experiências como uma ação concreta voltada ao fortalecimento da educação no país.

Isso significa dizer que, enquanto política pública, os IFs se expressam em território nacional e desempenham o papel de agentes colaboradores na estruturação de outras políticas públicas para a região, devendo manter uma relação direta com o Poder Público e as comunidades locais, na perspectiva de inclusão social e na

configuração de um projeto que tenha como lugar comum o território, estabelecendo um projeto mais amplo para a Educação Pública que supere a subordinação ao poder econômico e intervenha na realidade com o objetivo de resgatar a cidadania e a transformação social.

Nessa direção, estudos de intelectuais⁶⁶ envolvidos no processo de formulação da proposta dos IFs indicam a educação profissional ofertada por essas instituições na função de articular um projeto de desenvolvimento nacional e transformar-se em um instrumento institucional para a emancipação e a radicalização democrática, por meio de uma proposta progressista, que aponte para um novo tipo de instituição identificada e comprometida com o projeto de desenvolvimento da sociedade e que propicie um “salto qualitativo em uma caminhada singular” (PACHECO, 2009, p. 2).

Para Pacheco (2009), os IFs devem ter compromisso de intervenção nas regiões onde se inserem, identificando problemas e criando soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento local e regional, além da articulação com o ensino, pesquisa e extensão e as forças sociais da região, propiciando que a Educação Profissional e Tecnológica seja mais do que um mero meio instrumentalizador de pessoas para ocupar o mercado, mas que articule o trabalho, a ciência e a cultura na perspectiva de emancipar sujeitos.

[...] a oferta da EPT deve ser desenvolvida como um processo educativo e investigativo interessado à geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais, de maneira a orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal (DAROS, 2019, p. 103).

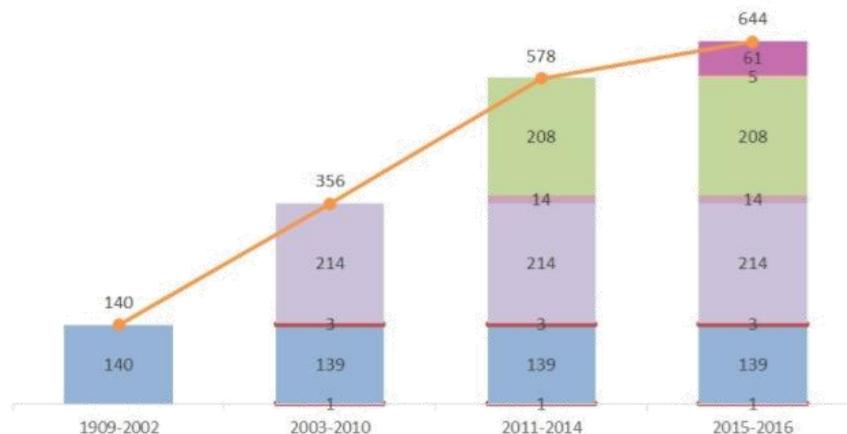
Nesse processo, importa trazer para o debate as reflexões de Mészáros (2008), para quem a educação deve resgatar a relação com o trabalho e com suas possibilidades criativas e emancipatórias, pautada pela lógica da continuidade e do caráter permanente, tendo como norte uma educação libertadora que transforme

⁶⁶ Eliezer Pacheco é um dos intelectuais que referenciam a compreensão sobre a temática. Ele foi secretário de Educação Profissional e Tecnológica no período de 2005 a 2012 e é uma das principais referências na produção de conteúdo teórico sobre os Institutos Federais.

politicamente os sujeitos e o modelo econômico e político hegemônico, contemplando uma alternativa educacional diferente⁶⁷.

No âmbito da expansão dos IFs cabe frisar que a última década apresenta números significativos no que diz respeito ao aumento das instituições vinculadas a REPCT, alcançando um patamar considerável de atuação do governo federal sob o protagonismo do Partido dos Trabalhadores (PT) (2003-2016). Conforme Gouveia (2016, p. 1) “a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica tem sofrido significativa ampliação fazendo-se presente em ambientes urbanos e interiorizados sob a lógica de que é necessário desenvolver o local para desenvolver o nacional”. A expansão da Rede pode ser visualizada no Gráfico 2 a seguir, ao demonstrar o considerável aumento quantitativo de instituições que a compõem.

Gráfico 2 – Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica em unidades



Fonte: MEC. Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>>. Acesso em: 16 jan. 2021.

Para Santos (2018), uma significativa expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica teve início durante o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) com continuidade no primeiro mandato da Presidenta Dilma Rousseff (2011-2014). Esse processo estava atrelado a uma ampliação quantitativa e

⁶⁷ Ao pensarmos uma alternativa educacional diferente, cabe afirmar que para Paulo Freire (que completaria 100 anos em 2021), a Educação é um ato libertador, por meio do qual as pessoas transformam o mundo. Para Freire, há duas concepções de Educação: a bancária, que reflete práticas tradicionais e opressoras em que os sujeitos são vistos de forma vazia e sem conteúdo; e a concepção libertadora, em os sujeitos são vistos como fundamentais para a transformação do mundo onde vivem, sobretudo a partir de uma apreensão crítica e criativa da realidade. Nessa concepção, as práticas educacionais encontram sustentação no diálogo horizontal e na ação. Para ampliar o debate, recomenda-se a leitura de Freire (1986; 1987).

estrutural da Rede (que passou a sustentar novas formas de organização político-administrativa) e compôs um rol de estratégias políticas, econômicas e sociais que permearam as políticas públicas com forte matriz social. Por isso, segundo Santos (2018), essas instituições ocupam espaços geográficos capazes de atender o desenvolvimentismo que marca o período.

Nessa direção, a expansão das instituições que compõem a RFEPCT estava prevista no Plano Pluri-Anual (PPA 2004-2007) do Governo Lula, um Plano que definiu os objetivos propostos pelo governo com o intuito de propiciar políticas de educação formal e de qualificação para o trabalho. Assim, a expansão proposta⁶⁸ coaduna com a realidade social do período, em que havia uma parcela considerável de jovens e adultos que demandavam inserção na educação, bem como havia uma expectativa da esfera da produção, que passou a ter parâmetros mínimos de formação do trabalhador de nível médio.

Para Daros (2013), a expansão dos câmpus dos Institutos Federais esteve atrelada à lógica expansionista do Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), sendo objetivos da expansão:

Expandir, ampliar, interiorizar e consolidar a rede de Institutos e Universidades Federais, democratizando e ampliando o acesso a vagas na Educação Profissional e Tecnológica e Superior; promover a formação de profissionais qualificados, fomentando o desenvolvimento regional e estimulando a permanência de

⁶⁸ Essa expansão foi materializada no Plano de Expansão da RFEPCT. Esse Plano divide a expansão em três fases: **Fase I**: “A prioridade inicial foi a construção de escolas em unidades da federação ainda desprovidas destas instituições, como Acre, Amapá, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, além da instalação de instituições federais de educação profissional nas periferias de grandes centros urbanos e municípios do interior. Na primeira fase do plano de expansão, o projeto previu a criação de 5 (cinco) escolas técnicas federais e de 4 (quatro) escolas agrotécnicas federais, bem como a implantação de 33 novas unidades de ensino descentralizadas, contemplando 23 unidades da federação com a instalação de pelo menos uma instituição federal de educação tecnológica”; **Fase II**: “Em sua segunda fase, iniciada em 2007, a Setec/MEC estabelece como meta a criação, em quatro anos, de mais 150 novas instituições federais de educação tecnológica no marco do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica. As instituições foram distribuídas nos 26 estados e no Distrito Federal, contemplando 150 municípios diferentes escolhidos pelo próprio MEC e mediante manifestação de interesse por parte das prefeituras municipais”; **Fase III**: “Sua terceira fase, iniciada em 2011, estabeleceu um projeto de criação de 208 novas unidades até 2014, permanecendo o propósito de superação das desigualdades regionais e na viabilização das condições para acesso a cursos de formação profissional e tecnológica como ferramenta para melhoria de vida da população. Como resultado, a expansão e interiorização das instituições federais de EPT partiu, em 2006, de um total de 144 unidades. Chegou em 2018, a 659 unidades em todo o país, das quais 643 já se encontram em funcionamento. Isto representou a construção de mais de 500 novas unidades, quantitativo maior do que o previsto nas três fases (que totalizava 400 novas unidades)”. Informações extraídas do site: <<http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-aco-es/expansao-da-rede-federal>>. Acesso em: 26 dez. 2018.

profissionais qualificados no interior do Brasil; Potencializar a função social e o engajamento dos Institutos e Universidades como expressão das políticas do Governo Federal na superação da miséria e na redução das iniquidades sociais e territoriais (BRASIL, s.d. p. 2).

O Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional⁶⁹ tinha como objetivo ampliar a presença das instituições em todo o território nacional de modo a ampliar o acesso da população à Educação Profissional e Tecnológica. Foi criado no final de 2005 e buscou melhorar a distribuição territorial e a cobertura das instituições de ensino no país.

A expansão da Rede Federal atendeu a três dimensões, a saber: 1) Dimensão social, com o intuito de universalizar o atendimento aos Territórios da Cidadania, o atendimento aos municípios populosos e com baixa renda per capita integrantes do G100⁷⁰ e municípios com percentual elevado de extrema pobreza; 2) Dimensão Geográfica com foco no atendimento prioritário aos municípios com mais de 50.000 habitantes ou microrregiões não atendidas, universalização do atendimento às mesorregiões brasileiras, municípios em microrregiões não atendidas por escolas federais, interiorização da oferta pública de Educação Profissional e Ensino Superior e oferta de Educação Superior Federal por estado abaixo da média nacional; e 3) Dimensão de desenvolvimento: para abarcar municípios com arranjos produtivos locais – APLs identificados, no entorno de grandes investimentos (BRASIL, s.d.).

Observa-se, de acordo com apontamentos de Vasconcellos (2017), uma relação entre essas dimensões e o projeto neodesenvolvimentista que circunscreve as políticas públicas desenvolvidas nos governos do Partido dos Trabalhadores, no período de 2003 a 2016, pois “seria necessário a um governo interessado no desenvolvimento econômico e social do país, formar milhares de pessoas de modo diferente do comum” de modo a “[...] suprir a demanda de trabalho qualificado e ao mesmo tempo formar-se enquanto cidadãos ativos no processo de desenvolvimento” (VASCONCELLOS, 2017, p. 42).

Nesse sentido, ressaltamos, conforme Vasconcellos (2017), que há um esforço de aliança entre a Educação Profissional e Tecnológica e o desenvolvimento

⁶⁹ Informações extraídas do site: <<http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-aco/es/expansao-da-rede-federal>>. Acesso em: 12 jan. 2019.

⁷⁰ Grupo das 100 cidades brasileiras com receita per capita inferior a R\$ 1mil e com mais de 80 mil habitantes.

econômico e social, pois a inserção de escolas ligadas a esta modalidade de educação contribuiria para a criação de projetos de pesquisa, de inovação tecnológica, projetos de extensão e até mesmo a criação de cursos/ modalidades de ensino voltadas à inserção nos arranjos produtivos locais e à formação para o mundo do trabalho.

Portanto, de modo a contribuir para o debate, o próximo capítulo desta Tese tem como objetivo apresentar elementos empíricos e teóricos que abordam o papel estratégico dos Institutos Federais e seus sentidos políticos a partir das ações de ensino, pesquisa e extensão. Essas análises serão desenvolvidas a partir de dados extraídos de documentos (como o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e Relatórios de gestão) e a partir de entrevistas com sujeitos envolvidos nesse processo.

4. PAPEL ESTRATÉGICO DOS INSTITUTOS FEDERAIS: A ARTICULAÇÃO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO E OS NOVOS AGENCIAMENTOS SOCIOTERRITORIAIS

Diante dos objetivos propostos nesta Tese, o presente capítulo tem como intuito apresentar resultados teóricos e empíricos que possibilitem compreender o IF em seu papel estratégico de ação política e transformação social no processo de desenvolvimento local/regional a partir dos câmpus da Região Administrativa de Campinas, bem como avaliar e conhecer a articulação de ensino, pesquisa e extensão dos IFs frente aos novos agenciamentos socioterritoriais da Região de Campinas.

Como indicado anteriormente, as reflexões desta Tese estão ancoradas na materialidade do cotidiano do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. Entende-se que a escala de análise referenciada no cotidiano do IFSP é fundamental – considerando a realidade em constante movimento articulada às marcas e aos marcos da trajetória histórica desta instituição – para compreender como a instituição foi constituída ao longo da formação da Educação Profissional no nosso país (diferenciando “formação” de “fundação”, conforme argumento de Marilena Chauí apresentado no primeiro capítulo).

Nesse sentido, reconhecemos que as heranças socio-históricas incidem no cotidiano vivenciado nos câmpus do IFSP e se configuram como elementos fundantes do Instituto Federal como um todo, constituindo-se em sua “fundação”, para além de sua formação ao longo do tempo.

Além disso, cabe traçar um panorama da atual realidade institucional do IFSP, de modo a encontrar o ponto de partida para a apreensão de seus sentidos políticos nas ações de ensino, pesquisa e extensão ao considerar que no contexto institucional a atuação ocorre em realidades concretas, ou seja, nos territórios das cidades onde estão instalados os diferentes câmpus. Nesta pesquisa o foco privilegiado de análise situa-se nos câmpus do IFSP pertencentes à Região de Campinas, como abordado mais detidamente no último capítulo desta Tese.

4.1. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo: aproximações da realidade institucional

O documento institucional que subsidiou a presente reconstituição histórica foi o atual Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que estabelece as ações para a instituição entre os anos de 2019-2023⁷¹. Trata-se do mais atual documento do IFSP, tendo em vista que traça o perfil institucional do IFSP, seu histórico, missão, valores, planejamento institucional, desafios, indicadores e portfólio de ações⁷² para o período. Além desse documento, o Relatório de Gestão de 2019 também propiciou caracterizar a instituição.

Com base nas análises de Frigotto (2018), o Plano de Desenvolvimento Institucional é a síntese de documentos que contemplam informações e propicia refletir sobre a identidade institucional. Nesse sentido, é um “documento de caráter mais indicativo” e que permite “contemplar projeções” (FRIGOTTO, 2018, p. 138). No âmbito legal, a construção do PDI é subsidiada pelo Decreto n. 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que estabelece:

Art. 21. Observada a organização acadêmica da instituição, o PDI conterá, no mínimo, os seguintes elementos: I - missão, objetivos e metas da instituição em sua área de atuação e seu histórico de implantação e desenvolvimento, se for o caso; II - projeto pedagógico da instituição, que conterá, entre outros, as políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão; III - cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição e de cada um de seus cursos, com especificação das modalidades de oferta, da programação de abertura de cursos, do aumento de vagas, da ampliação das instalações físicas e, quando for o caso, da previsão de abertura de campus fora de sede e de polos de educação a distância; IV - organização didático-pedagógica da instituição, com a indicação de número e natureza de cursos e respectivas vagas, unidades e campus para oferta de cursos presenciais, polos de educação a distância, articulação entre as modalidades presencial e a distância e incorporação de recursos tecnológicos; V - oferta de cursos e programas de pós-graduação lato e stricto sensu, quando for o caso; [...] (BRASIL, 2017).

⁷¹ Embora este PDI não seja elemento central para subsidiar a análise de dados empíricos desta Tese, optou-se ao menos por reconstituir o histórico institucional do IFSP, tendo em vista que ele é o documento mais atual produzido pela instituição e que, portanto, propicia maior aproximação de sua formação socio-histórica.

⁷² Essas ações não são objeto de análise desta Tese. O documento está disponível em: <https://www.ifsp.edu.br/images/pdf/PDI1923/PDI-2019-2023_Aprovado-CONSUP-12.03.2019-valendo.pdf>. Acesso em: fev. 2021.

O PDI do IFSP para o período 2019-2023, ao apresentar o histórico institucional, afirma que o IFSP é constituído a partir da Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e tem como finalidade a oferta de Educação Profissional e Tecnológica, nos seus diferentes níveis, formas de articulação e modalidades. O ponto de partida histórico do documento é a Escola de Aprendizes e Artífices de São Paulo, posteriormente denominada Liceu Industrial de São Paulo, Escola Industrial de São Paulo, Escola Técnica de São Paulo, Escola Técnica Federal de São Paulo e, antes de tornar-se IFSP, Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo.

Como abordado anteriormente, as Escolas de Aprendizes e Artífices foram criadas em 1909 por Nilo Peçanha, tendo objetivo inicial estritamente focado na formação profissional. Em São Paulo a Escola foi inaugurada em 1910, com a oferta de cursos de tornearia mecânica, eletricidade, carpintaria e artes decorativas. O público-alvo desses cursos eram “menores” de famílias de baixa renda, a partir de 12 anos de idade. Progressivamente, a instituição desenvolveu-se conforme marcos legais que apresentaram novas normativas, passando a oferecer curso primário e desenho. A instituição foi extinta em 1937, com a criação do Liceu Industrial de São Paulo (IFSP, 2019).

Devido a mudanças no Ministério da Educação, a transformação das Escolas de Aprendizes Artífices em Liceus possibilitou sua destinação ao ensino profissional em todos os ramos e graus, além de funcionar como espaço voltado à manufatura, o que significa que os Liceus incidiam na fabricação e comércio da produção. O Liceu Industrial de São Paulo foi extinto em 1942, quando transformou-se em Escola Técnica de São Paulo. Em 1965, a denominação foi alterada para Escola Técnica Federal de São Paulo (ETFSP), atrelando a expressão federal como uma forma de vincular-se à União.

Conforme o PDI, foi na condição de Escola Técnica Federal de São Paulo que a instituição passou a funcionar no prédio onde atualmente está localizado o IFSP, na Rua Pedro Vicente, 625, no Bairro Canindé, em São Paulo/SP. A mudança possibilitou a ampliação da Escola em estrutura física, de pessoal e na oferta de cursos, pois as modificações no mundo do trabalho propiciaram a implantação de novos cursos, como os de Eletrônica e Telecomunicações, Eletrotécnica e Processamento de Dados, que se somaram aos cursos de Edificações e Mecânica, já ofertados. Vale ressaltar que a ETFSP também promoveu a oferta de cursos técnicos integrados ao Ensino Médio.

As décadas de 1970 e 1980 promoveram mudanças na forma administrativa da Escola. No período de abertura democrática vivenciado no país, em 1986 ocorreu a primeira eleição direta para diretor da ETFSP e, com a vitória do Professor Antônio Soares Cervila, teve início uma expansão em unidades descentralizadas da Escola, pois sua plataforma política “propunha uma luta constante para tentar melhorar a qualidade do ensino, estimular a participação de servidores e estudantes na gestão escolar e mudar estruturas obsoletas, com transparência e democracia, sobretudo sem ilusões” (IFSP, 2019, p. 43). Assim, em 1987, foi criada a primeira Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) em Cubatão/SP; e em 1996, em Sertãozinho/SP.

Em seguida, em decorrência da promulgação de decreto pelo Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, em 1999 a ETFSP foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo (CEFET-SP), uma mudança que propiciou a ampliação de possibilidades de inserção da instituição (IFSP, 2019).

A obtenção do status de CEFET também agilizou a entrada da escola no oferecimento de cursos superiores, em especial na Unidade de São Paulo, na qual, no período compreendido entre 2000 a 2008, foram implantados diversos desses cursos, voltados à formação de tecnólogos na área da Indústria e de Serviços, Licenciaturas e Engenharias (IFSP, 2019, p. 49).

Considerando as possibilidades de inserção educacional e os objetivos institucionais, o período entre 2000 e 2008 garantiu a ampliação de unidades de ensino descentralizadas vinculadas ao CEFET-SP, o que possibilitou o alcance de sua função social a outras cidades. Foram criadas as seguintes unidades: Guarulhos (2006), Bragança Paulista (2006), Salto (2006), Caraguatatuba (2006), São João da Boa Vista (2006), São Carlos (2007) e São Roque (2008) (IFSP, 2019). Por fim, em 2008, foram criados 38 Institutos Federais, dentre eles o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, conforme expresso no PDI 2019-2023:

Além do oferecimento de cursos técnicos, integrados e modulares e do ensino superior (graduação e pós-graduação), os institutos foram formados para ter forte inserção na área de pesquisa e extensão, visando a estimular o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas e estender seus benefícios à comunidade (IFSP, 2019, p. 53).

Como indicado anteriormente, a criação dos Institutos Federais promoveu uma nova institucionalidade à Educação Profissional e Tecnológica no país. A promoção

de diferentes níveis e modalidades de ensino, além dos princípios que subsidiam a oferta dos cursos na instituição, propiciou o compromisso com a formação da classe trabalhadora e da sociedade numa perspectiva integral e crítica. Além disso, de acordo com Costa e Marinho (2018, p. 305), os IFs são “instituições sem igual no mundo” e possuem demandas e segmentos que exigem ações diversificadas. Conseqüentemente, analisar os Institutos Federais “demanda trabalho com lente de aumento, in loco, dadas as diversas possibilidades que podem ser encontradas em cada realidade”.

Conforme Relatório de Gestão de 2019, o IFSP, enquanto instituição

[...] é uma autarquia Federal, dotada de personalidade jurídica e autonomia Administrativa, Patrimonial e Financeira. Com atuação estratégica na educação superior, básica e profissional, tem como objetivo a qualificação profissional dos cidadãos para atendimento e atuação em diversos setores da economia (IFSP, 2020, p. 12).

Dessa maneira, o IFSP foi construído, conforme expressa o Plano de Desenvolvimento Institucional, para “atuar no desenvolvimento da cultura, do empreendedorismo e do cooperativismo” além disso, ele tem o intuito de promover o apoio ao “desenvolvimento regional, contribuindo assim com o próprio desenvolvimento nacional, com forte atenção às novas tendências do mundo produtivo e aos arranjos locais e nacionais”, por meio do desenvolvimento de “pesquisa em novos processos e produtos e na formação de novos educadores, envolvendo sua comunidade interna, e atraindo a comunidade externa” de forma a “somar forças nessa grande tarefa de promover o desenvolvimento humano na sua plenitude” (IFSP, 2019, p. 53). Agrega-se o fato de que o IFSP tem como visão “ser referência em educação profissional, científica e tecnológica, na formação de professores e na produção e socialização do conhecimento” (IFSP, 2020, p. 12) e como missão:

Ofertar educação profissional, científica e tecnológica orientada por uma práxis educativa que efetive a formação integral e contribua para a inclusão social, o desenvolvimento regional, a produção e a socialização do conhecimento (IFSP, 2020, p. 12).

Entendemos que há uma direção explícita dos IFSP para uma formação integral e inclusiva e, ao mesmo tempo, comprometida com a inserção do Instituto no território

local/regional em que se encontra localizado, no sentido de contribuir com o “desenvolvimento regional, produção e socialização do conhecimento”.

Tal compromisso ético-político que extrapola o universo interno do IFSP pode ser observado no Relatório de Gestão, pois a instituição está pautada por valores centrados na Democracia, Direitos Humanos, Ética, Excelência, Gestão Participativa e Democrática, Inclusão Social, Inovação, Respeito à Diversidade, Soberania Nacional, Sustentabilidade e Transparência. Assim, são valores institucionais:

1. Democracia, pautada na ampla participação, igualdade e representatividade, na criação e desenvolvimento coletivo;
2. Direitos Humanos, pautado na dignidade a todas as pessoas, na liberdade de opinião e de expressão e no respeito mútuo;
3. Ética, pautada pela responsabilidade com o bem público e pela cooperação e justiça social;
4. Excelência, pautada na governança pública, no aperfeiçoamento das relações sociais e no desenvolvimento humano;
5. Gestão participativa e democrática, pautada pelos princípios de democracia, corresponsabilidade, coletividade e respeito à liberdade de expressão;
6. Identidade institucional, pautada nas finalidades e características institucionais, distintivas e duradouras (resistentes ao tempo);
7. Inclusão Social, pautada na igualdade, respeito, solidariedade, na participação igualitária de todos na escola e na sociedade;
8. Inovação, pautada no desenvolvimento do arranjo produtivo e para a qualidade de vida das pessoas;
9. Respeito à diversidade, pautado pelos princípios da igualdade nas relações sociais e o reconhecimento e respeito às diferenças;
10. Soberania Nacional, pautada na democracia, na igualdade dos Estados na comunidade internacional, associado a independência nacional;
11. Sustentabilidade, pautada pela responsabilidade ambiental e social;
12. Transparência, relacionado ao Estado Democrático e de Direito, pautado na publicidade e no acesso à informação (IFSP, 2020, p. 12).

Mediante os elementos apontados, podemos afirmar que o linear histórico da instituição não se encerra em sua criação e na constituição de sua definição, objetivos, missão e valores. Tendo em vista o processo de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, no período de 2009 a 2013 foram inaugurados novos câmpus do IFSP (conforme Quadro 3 a seguir), com um aumento significativo da Instituição, sobretudo devido ao momento e contexto político, econômico, social e cultural que o país vivia, o que contribuiu para a valorização da Educação Profissional e Tecnológica como exposto anteriormente.

Quadro 2 – Câmpus criados entre 2009 e 2013 no IFSP

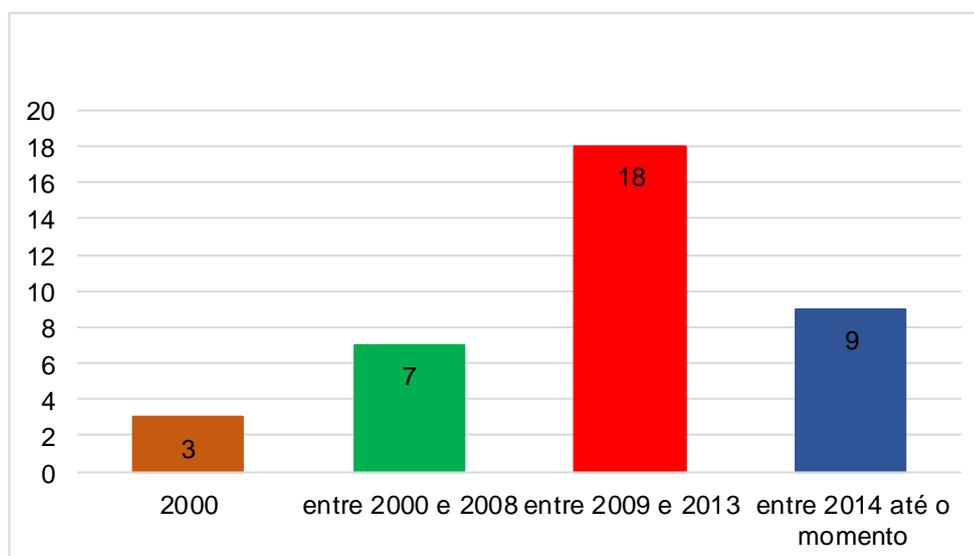
Câmpus	Início das atividades
Campos do Jordão	2009
Birigui	2010
Piracicaba	2010
Itapetininga	2010
Catanduva	2010
Araraquara	2010
Suzano	2010
Barretos	2010
Boituva	2010
Capivari	2010
Matão	2010
Avaré	2011
Hortolândia	2011
Votuporanga	2011
Presidente Epitácio	2011
Registro	2012
Campinas	2012
São José dos Campos	2012
Assis (Núcleo Avançado)	2013

Fonte: PDI 2019-2023.

Nesse sentido, cabe ressaltar a fala de uma das sujeitas de pesquisa, ao afirmar que este período histórico de ampliação de câmpus propiciava a vivência de avanços significativos no campo da Educação Profissional e Tecnológica.

Então, quando eu entrei no Instituto, a gente estava em um outro momento político, econômico, social, no país. A gente estava com os Institutos no início do processo de expansão, a gente estava com outro governo, que tinha outra perspectiva de educação, com investimentos crescentes, a gente tinha estrutura para trabalho, para as políticas, para a própria política de assistência estudantil, que a gente vê que ao longo do tempo foi minando, né? Hoje a gente vê que o processo de expansão está totalmente parado, estão retrocedendo, os investimentos estão cada vez mais escassos, a gente vê que os recursos estão diminuindo, a gente está cada vez mais em um processo precarizado, não só de investimentos, mas de investimento também [...] e toda uma insegurança que isso traz. Mas além disso, numa questão política mesmo, a gente ver várias mudanças [...] (TURMALINA, 2020).

Observa-se que o período relatado é o de maior expansão numérica de câmpus (antigas Unidades Descentralizadas de Ensino) no IFSP, como apresentado no Gráfico a seguir.

Gráfico 3 – Quantidade de câmpus⁷³ criados na constituição histórica do IFSP

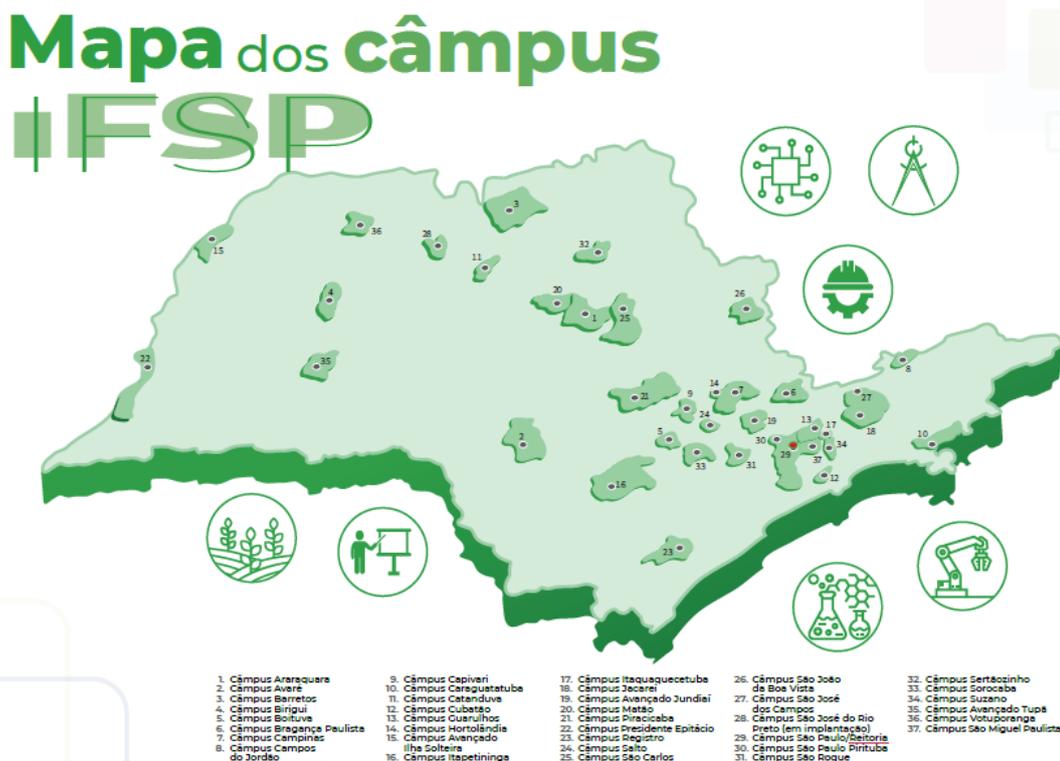
Fonte: PDI 2019-2023. Elaboração própria.

Como delineado no primeiro capítulo desta Tese, o período posterior a 2014 foi atravessado por uma sequência de mudanças na sociedade brasileira, entretanto, apesar de timidamente, verifica-se a criação de novos câmpus, sendo eles: Câmpus avançado de Ilha Solteira (2014), Jacareí (2014), Câmpus avançado de Jundiaí (2014), Sorocaba (2014), Câmpus avançado de Tupã (2015), Itaquaquecetuba (2016), Pirituba (2016), Câmpus avançado de São Miguel Paulista (2016) e São José do Rio Preto (2018). Dessa forma, a atual configuração do IFSP está representada na Figura 2, extraída do Relatório de Gestão de 2019⁷⁴.

⁷³ Este gráfico não mensura o Núcleo Avançado de Assis, criado em 2013, tendo em vista que ele não possui a característica de câmpus e não está mais em funcionamento.

⁷⁴ O Relatório de Gestão de 2020 não havia sido publicado na íntegra até o momento de elaboração deste capítulo.

Figura 2 – Atual configuração do IFSP



Fonte: Relatório de Gestão de 2019.

Na Portaria n. 1.291, de 30 de dezembro de 2013, o MEC estabelece diretrizes para a organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e define seus parâmetros e normas para expansão. De acordo com a Portaria, em seu artigo 2, “as unidades dos Institutos Federais deverão atender às demandas regionais por educação profissional e tecnológica, pesquisa aplicada, inovação e extensão” e sua constituição e estruturação poderá contar com câmpus⁷⁵, câmpus avançado⁷⁶, polo de inovação⁷⁷ e polo de educação à distância⁷⁸.

⁷⁵ “Voltado ao exercício das atividades permanentes de ensino, pesquisa aplicada, inovação e extensão e ao atendimento das demandas específicas nesse âmbito, em sua área de abrangência territorial” (MEC, 2013).

⁷⁶ “Vinculado administrativamente a um campus ou, em caráter excepcional, à Reitoria, e destinado ao desenvolvimento da educação profissional por meio de atividades de ensino e extensão circunscritas a áreas temáticas ou especializadas, prioritariamente por meio da oferta de cursos técnicos e de cursos de formação inicial e continuada” (MEC, 2013).

⁷⁷ “Destinado ao atendimento de demandas das cadeias produtivas por Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) e à formação profissional para os setores de base tecnológica” (MEC, 2013).

⁷⁸ “Destinado à oferta de cursos de educação profissional e tecnológica na modalidade a distância, que poderá ser criado por meio de parceria com órgãos da administração pública, com o objetivo de

Dessa maneira, em termos quantitativos, considerando o ano base de 2019, o IFSP, de acordo com a Plataforma Nilo Peçanha⁷⁹, possui 37 câmpus, 801 cursos, 62.660 matrículas⁸⁰, 32.811 ingressantes⁸¹, 15.780 concluintes⁸² e 38.779 vagas⁸³, para 138.649 inscritos⁸⁴. Esses números demonstram a grandiosidade da Instituição, já que o IFSP é o maior Instituto Federal do país, considerando o número de câmpus (IFSP, 2015).

O Relatório de Gestão de 2014 destaca um aspecto importante para o presente capítulo ao abordar as transformações vivenciadas pela instituição como algo valioso, pois é fundamental que o IFSP assuma “características necessárias a cada momento histórico, ao mesmo tempo em que colabora para um desenvolvimento orientado da sociedade” (IFSP, 2015, p. 18).

Entretanto, no momento atual, atravessado pela intensa investida do neoliberalismo e seus ideais, é necessário avaliar a construção da instituição de modo a oferecer educação pública e de qualidade e promover inclusão social sintonizada com os desafios sociais, de maneira a não corroborar com os preceitos neoliberais impostos.

O neoliberalismo configura-se como “a nova razão do mundo”, aludindo ao título da obra de Dardot e Laval (2016, p.190). Nesse sentido, o neoliberalismo alterou “radicalmente o modo de exercício do poder governamental”, sobretudo ao impor “uma subordinação a certo tipo de racionalidade política e social articulada à globalização e à financeirização do capitalismo”, o que implica novas lógicas normativas às políticas

expandir o atendimento às demandas por formação profissional em todo o território de abrangência do Instituto Federal” (MEC, 2013).

⁷⁹ Acesso em: 19 fev. 2021.

⁸⁰ Conforme a Plataforma Nilo Peçanha, matrícula “corresponde ao aluno que esteve com sua matrícula ativa em pelo menos um dia do ano de referência”.

⁸¹ Ingressantes correspondem “aos alunos que ingressaram em um curso no ano de referência”. (PLATAFORMA NILO PEÇANHA).

⁸² “É o somatório dos alunos formados com os integralizados em fase escolar no ano de referência” (PLATAFORMA NILO PEÇANHA).

⁸³ De acordo com a Plataforma Nilo Peçanha, “corresponde às vagas disponibilizadas para a fase inicial de um curso, por meio de processo seletivo, vestibular, sorteio, SISU ou outras formas de ingresso, no ano de referência”.

⁸⁴ “Corresponde aos candidatos que concorreram às vagas disponibilizadas para a fase inicial de um curso, em suas diversas formas de ingresso” (PLATAFORMA NILO PEÇANHA).

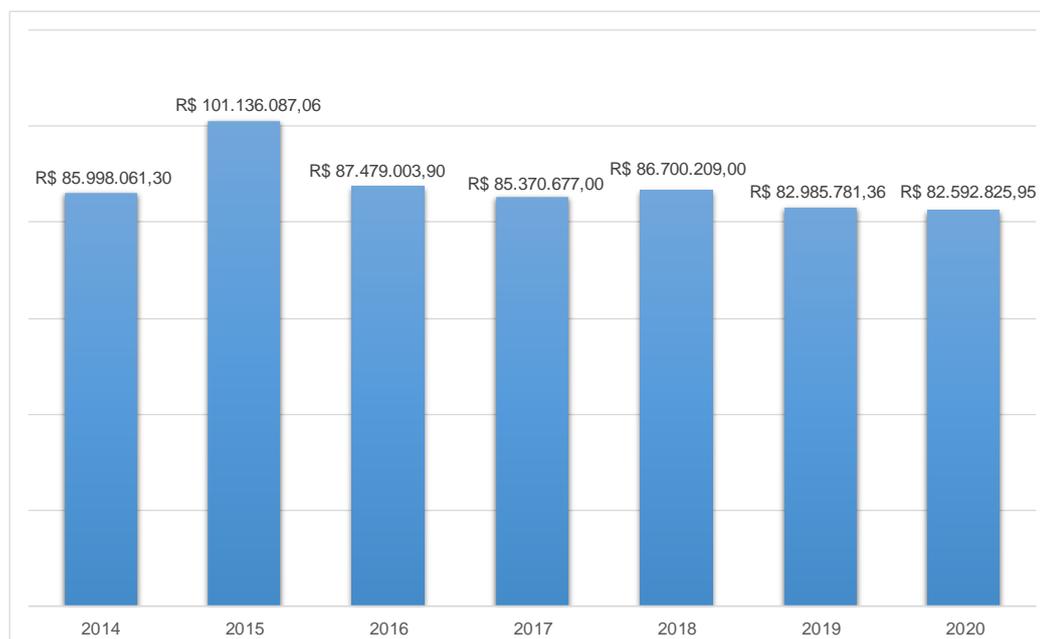
sociais e a alteração do papel do Estado na sua garantia, restringindo a proteção social e diminuindo o gasto público, inclusive articulando a isso mudanças constitucionais.

O prefácio da obra de Laval (2019, p. 9) afirma que o neoliberalismo tem uma parcela considerável de “responsabilidade na degradação mundial das condições de vida e trabalho, mas também na deterioração das instituições educacionais, universitárias e científicas”. Em âmbito específico, o neoliberalismo escolar atinge o modo de funcionamento do sistema educacional a partir da promoção de medidas. Nessa direção, considerando as discussões acerca dos impactos do neoliberalismo nas políticas sociais, é fundamental apresentar o orçamento do IFSP no período de 2014 a 2020, já que os elementos de análise desta Tese compreendem esses anos.

O objetivo de apresentar o orçamento (no Gráfico 4 a seguir) é demonstrar que o valor tem diminuído significativamente⁸⁵ – considerando que a instituição aumentou o número de câmpus, estudantes e servidores, sobretudo devido aos processos de expansão que vivenciou anteriormente –, o que implica desafios à Política de Educação Profissional ofertada pela instituição. As informações apresentadas no gráfico foram obtidas a partir de solicitação feita junto à instituição por meio da Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação, também foram utilizadas informações disponíveis no site institucional⁸⁶.

⁸⁵ Além dos impactos do neoliberalismo nas Políticas Sociais, a conjuntura pós 2016, como demonstrado no primeiro capítulo desta Tese, colaborou para um período de “crise política no país” e a alteração dos governos no Executivo Federal promoveu significativas reformas e alterações constitucionais, dentre elas a Emenda Constitucional 95, que além de limitar por vinte anos os gastos públicos, determina que os gastos federais somente poderão aumentar considerando a inflação acumulada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Embora Saúde e Educação estejam excluídas desta Emenda, observa-se que há rebatimentos nos orçamentos de ambas as políticas, implicando desafios à garantia de direitos dos sujeitos.

⁸⁶ As informações orçamentárias do IFSP estão disponíveis em: <<https://drive.ifsp.edu.br/s/fbaed2be65502e94319836427a9a7267>>. Acesso em: 20 fev. 2021.

Gráfico 4 – Orçamento do IFSP entre 2014 e 2020

Fonte: IFSP. Elaboração própria.

No contexto apresentado, o PDI 2019-2023 elenca os desafios ao IFSP na cena contemporânea, mensurados no Quadro 3 abaixo. Esses desafios incidem sobre as possibilidades de reflexão, apontadas por Quevedo (2018) para a construção de uma Política de Educação Profissional e Tecnológica que promova a integração dos diferentes níveis de escolarização da EPT e possibilite a inter-relação dos saberes e a oferta contextualizada dessa política pública.

[...] os desafios desta nova prática administrativa e pedagógica consistem, em síntese: na superação de culturas institucionais que não correspondem à atual configuração da instituição; na aderência da comunidade a esta nova institucionalidade e nova prática pedagógica; no comprometimento dos *campi* com a oferta de cursos nos mais diferentes níveis e modalidades, de modo particular, com relação aos cursos técnicos integrados ao ensino médio que encontram, ainda, muita resistência; na valorização de todos os níveis e modalidades de ensino; na capacitação dos profissionais no que diz respeito à implementação da verticalização; na superação da resistência de parte dos docentes com relação à atuação em cursos técnicos em nível médio; na implementação de uma cultura de trabalho coletivo, principalmente no que diz respeito à proposição de cursos e à elaboração dos projetos pedagógicos a ele vinculados; à superação de práticas nas quais os cursos são ofertados de acordo com a formação e o interesse dos docentes e não em resposta a demandas; nas dificuldades relativas ao processo seletivo discente, relacionadas à questão da inclusão; nos índices de evasão e

dificuldades metodológicas da ação docente (QUEVEDO, 2018, p. 233).

Desse modo, refletir sobre os desafios impostos propicia compreender a importância do diálogo entre os sujeitos envolvidos, da formação integral e da superação da dualidade historicamente vivenciada na Educação, além da necessidade de práticas educacionais criativas, que ensejem a construção da autonomia, da inclusão, da universalização do acesso e de estratégias para favorecer a permanência e o êxito.

Ademais, os desafios possibilitam construir ações “baseadas nos princípios da ética, da solidariedade, da cidadania, do respeito, entre outros princípios indispensáveis à convivência e ao desenvolvimento humano” (QUEVEDO, 2018, p. 232), já que um dos intuitos dos Institutos Federais é a promoção de propostas pedagógicas que rompam com concepções e visões estáticas, mas que estejam sintonizadas com as necessidades colocadas pelo tempo presente.

Quadro 3 – Desafios colocados ao IFSP na contemporaneidade

Desafio	Descrição
Defender a Educação Profissional e Tecnológica e do ensino superior públicos, gratuitos e de qualidade	Realizar ações que busquem a garantia de ensino de qualidade, laico, público e gratuito e realizar parcerias com atores sociais, aliados na defesa do IFSP
Garantir Permanência e Êxito com foco na formação integral do estudante	Desenvolver uma formação inclusiva, baseada na educação integral do cidadão, visando ampliar a participação dos alunos no mundo do trabalho e contribuir para o desenvolvimento econômico e social das regiões
Fortalecer a imagem do IFSP	Consolidar a imagem do IFSP como Instituição de qualidade, bem como sua abrangência, história, identidade e valores
Construir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão	Desenvolver a indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão; flexibilização curricular e implementar ações de cultura empreendedora, inovação e transferência tecnológica; economia solidária; e desenvolvimento local com sustentabilidade ambiental
Aperfeiçoar os sistemas informatizados e a governança do IFSP	Consolidar soluções de tecnologia da informação e aprimorar a governança

Desafio	Descrição
Promover melhores condições de trabalho e qualidade de vida para os servidores	Estabelecimento de ações voltadas para o desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores visando a melhoria do clima organizacional na reitoria e nos câmpus do IFSP
Adequar a utilização dos recursos às ofertas dos cursos atuais e futuros	Adequação do orçamento, da infraestrutura física (acessibilidade, bibliotecas, etc.), tecnológica, do uso dos recursos de forma sustentável e da força de trabalho às ofertas dos cursos atuais e futuros

Fonte: PDI 2019-2023. Elaboração própria.

A fim de contribuir para a construção do panorama institucional, é necessário compreender a inserção dos câmpus do IFSP nos territórios em que atuam, pois um dos objetivos propostos à EPT é a promoção do desenvolvimento territorial em sintonia com os arranjos produtivos, sociais e culturais locais. No âmbito territorial, o Relatório de Gestão assinala que a atuação do IFSP se relaciona à localidade e arredores dos câmpus construídos e em pleno funcionamento.

O território, segundo Sposati (2013), é uma construção histórica, política e socio-relacional que não se limita à localização de equipamentos sociais. Ele supõe movimento, agregando uma dimensão histórica e cultural que constrói sua identidade na dinâmica de relações com o espaço geográfico. Assim, a relação entre política social e território implica a necessidade de apreender “as relações sociais recoladas em seu contexto espaço-temporal e sócio histórico” (SPOSATI, 2013, p. 8), considerando suas particularidades e possibilidades, marcadas por múltiplos elementos que materializam a identidade da política social no cotidiano dos sujeitos.

É no âmbito do território que as políticas sociais ofertam seus serviços, enquanto uma expressão real e concreta dos serviços sociais para a população. Entretanto, há políticas sociais que “não chegam a se territorializar” (SPOSATI, 2013, p. 15), ao se efetivarem sem considerar “as condições objetivas do lugar onde vivem as pessoas ou sem considerar se estas afetam ou não o resultado da política”. No entanto, ao desconsiderar a realidade do território nega-se a dimensão coletiva que o território possui.

Segundo Koga (2011), há que considerar, ainda, a distinção entre políticas territorializadas e políticas territoriais, com base nas reflexões de Michel Autès:

Autès (1991) denomina de políticas *territorializadas* essencialmente aquelas em que o território passa a ser o palco das velhas políticas existentes. Elas passam a ser administradas descentralizadamente, mas não mudam sua lógica ou seu desenho em função do lugar onde passam a atuar...Na perspectiva de Autès, as *políticas territoriais* são aquelas capazes de elaborar fórmulas inéditas de gestão do vínculo social. Aqui, o lugar realmente faz a diferença, sendo o agente motor da engrenagem das políticas. A partir da inter-relação entre políticas e território é que novas formas de gestão são introduzidas (KOGA, 2003, p. 227-228, grifo no original).

Tais reflexões nos impulsionam a pensar sobre os sentidos políticos da presença do IFSP nos territórios em que se inserem, pois não basta uma direção territorializada de distribuição e instalação de câmpus, mas os vínculos que cada câmpus constrói com o lugar, com o cotidiano vivenciado entre os diferentes e diversos agentes e os agenciamentos que criam seu contexto. A essa escala de gestão da política pública, Koga (2015) denomina “territórios de vivência”. Segundo a autora, se faz fundamental

[...] agregar ao contexto a dimensão temporal que comporta a escala de vivência no território, e que permite olhar para as dinâmicas cruzadas de mundos e diversidades que fazem parte da riqueza sociocultural. Ao mesmo tempo, a vivência no território evoca experiências e práticas que passam por tensões e conflitos na disputa cotidiana pela sobrevivência humana (KOGA, 2015, p. 24).

Pensar os territórios de vivência dos Institutos Federais está em conformidade com seus sentidos políticos, pois se trata da construção de interconexões com os agentes socioterritoriais, com os movimentos sociais e seus sujeitos coletivos, com os espaços das cidades que mobilizam e articulam a Educação Profissional e Tecnológica ofertada nessas instituições, como expresso por Turmalina (2020) ao relatar a relação do câmpus onde atua.

[...] a gente tem uma relação muito boa com a comunidade, com os movimentos sociais, com o sindicato dos professores, mas eu vejo que fica muito restrita a cidade [aqui]⁸⁷, na verdade os nossos alunos não são só [daqui], nós temos alunos de Campinas, de Sumaré, de Monte Mor, de Paulínia, e a gente fica muito restrito com a cidade [aqui]. Eu acho que a gente devia melhorar nesse sentido, porque se a gente tem alunos de cinco, seis cidades aqui da região, a gente deveria realizar articulação com todas, mas ao mesmo tempo a gente não tem pernas para fazer isso. Mas na cidade [aqui], a gente consegue fazer uma boa articulação com a prefeitura, com os movimentos sociais,

⁸⁷ Nome da cidade suprimido para garantir o anonimato da entrevistada.

com as instituições, associações, ONG's, então a gente tem uma relação muito próxima com eles, eles sempre estão participando das ações, a gente sempre também está buscando construir ações juntos, em conjunto, porque acho que isso traz uma riqueza grande para a instituição e também na relação de troca mesmo, do que a gente pode junto construir para a cidade [...] (TURMALINA, 2020).

Nesse sentido, pensando o IFSP enquanto uma instituição educacional e na direção de conhecer a realidade dos territórios nos quais os câmpus do Instituto Federal de São Paulo se localizam, a Tabela 2 a seguir apresenta indicadores que permitem, em um primeiro momento, a aproximação com a realidade das cidades nas quais se faz presente a Política de Educação Profissional e Tecnológica, representada pelo Instituto Federal de São Paulo.

Cabe ressaltar que analisar o território, como síntese de um coletivo, significa pensar a “concretude da vida cotidiana desenvolvida no chão da cidade” e “não há como construir uma relação democrática sem procurar entender as interações que se dão num determinado espaço/território, onde está instalado um determinado serviço social público” (SPOSATI, 2013, p. 17). Dessa forma, discutir política social implica conhecer como se aproxima da realidade da população e constrói mediações. Nessa direção, os indicadores sociais se apresentam – em primeiro plano – como uma forma de se aproximar da realidade das cidades nas quais os câmpus se inserem.

A partir da leitura de Jannuzzi (2005) compreende-se que os indicadores são instrumentos basilares para subsidiar o planejamento, a formulação, a avaliação e o monitoramento de políticas públicas, pois possibilitam traduzir as dimensões sociais e o monitoramento das condições de vida e bem-estar da população a partir de escolhas teóricas e políticas, além de possibilitar que pesquisas acadêmicas aprofundem a compreensão dos fenômenos sociais. Isso implica dizer que os indicadores propiciam a tradução “em cifras tangíveis e operacionais” (JANNUZZI, 2005, p. 138) de diversos aspectos da realidade social.

Apesar dos limites intrínsecos à natureza dos dados estatísticos e da necessidade de manter uma postura crítica frente aos dados, optamos por categorizar os municípios a partir dos indicadores sociais vinculados ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) devido a seu “sucesso e impacto [...] na disseminação da cultura do uso de indicadores nos círculos políticos” (JANNUZZI, 2005, p. 146). Além disso, entendemos que esse indicador “corresponde a uma média de medidas derivadas originalmente de indicadores [...] de escolarização,

alfabetização, renda média e esperança de vida” (JANNUZZI, 2005, p. 145), o que propicia uma análise inicial das cidades nas quais os câmpus do Instituto Federal estão presentes, já que os indicadores sociais são elos explicativos entre a teoria social e a realidade empírica (JANNUZZI, 2002).

Os indicadores sociais se prestam a subsidiar as atividades de planejamento público e formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo, possibilitam o monitoramento, por parte do poder público e da sociedade civil, das condições de vida e bem-estar da população e permitem o aprofundamento da investigação acadêmica sobre a mudança social e os determinantes dos diferentes fenômenos sociais (JANNUZZI, 2002, p. 55).

Tabela 2 – Indicadores dos câmpus do IFSP

Região Administrativa	Câmpus	IDHM (2010)	IDHM Educação (2010)	População 2010	População estimada (2020)
São José do Rio Preto	Catanduva	0,785	0,74	112.820	112.497
	São José do Rio Preto	0,797	0,748	408.258	464.983
	Votuporanga	0,79	0,744	84.692	95.338
Barretos	Barretos	0,789	0,738	112.101	122.833
Franca	Não há				
Ribeirão Preto	Sertãozinho	0,761	0,672	110.074	127.142
Araçatuba	Birigui	0,78	0,734	108.728	26.788
	Ilha Solteira	0,812	0,782	25.064	25.064
Central	Araraquara	0,815	0,782	208.662	238.339
	Matão	0,773	0,713	76.786	83.626
	São Carlos	0,805	0,766	221.950	254.484
Bauru	Não há				
Presidente Prudente	Presidente Epitácio	0,75	0,7	41.318	44.389
Marília	Tupã	0,771	0,704	63.476	65.570
Itapeva	Não há				
Sorocaba	Avaré	0,767	0,695	82.934	91.232
	Boituva	0,78	0,728	48.314	62.170
	Itapetininga	0,763	0,705	144.377	165.526
	Salto	0,78	0,751	105.516	119.736
	São Roque	0,768	0,687	78.821	92.060
	Sorocaba	0,798	0,762	586.825	687.357

Região Administrativa	Câmpus	IDHM (2010)	IDHM Educação (2010)	População 2010	População estimada (2020)
Campinas⁸⁸	Bragança Paulista	0,776	0,704	146.744	170.533
	Campinas	0,805	0,731	1.080.113	1.213.792
	Capivari	0,75	0,669	48.576	56.379
	Hortolândia	0,756	0,703	192.692	234.259
	Jundiaí	0,822	0,768	370.126	423.006
	Piracicaba	0,785	0,717	364.571	407.252
	São João da Boa Vista	0,797	0,749	83.639	91.771
São José dos Campos	Campos do Jordão	0,749	0,648	47.789	52.405
	Caraguatatuba	0,759	0,705	100.840	123.389
	Jacareí	0,777	0,749	211.214	235.416
	São José dos Campos	0,807	0,764	629.921	729.737
São Paulo	Guarulhos	0,763	0,717	1.221.979	1.392.121
	Itaquaquecetuba	0,714	0,648	321.770	375.011
	São Paulo	0,805	0,725	11.253.503	12.325.232
	São Paulo - Miguel Paulista				
	São Paulo - Pirituba				
	Suzano	0,765	0,723	262.480	300.559
Santos	Cubatão	0,737	0,681	118.720	131.626
Registro	Registro	0,754	0,702	54.261	56.393

Fonte: Atlas para o Desenvolvimento e IBGE Cidades. Elaboração própria.

Mediante a Tabela 2, observa-se que as realidades nas quais os câmpus do IFSP estão inseridos são diversas e heterogêneas. Cabe destacar que o número de câmpus inseridos em municípios com IDHM acima de 0,8 é pequeno, sendo Jundiaí (0,822), Araraquara (0,815), Ilha Solteira (0,812), São José dos Campos (0,807) e os municípios de Campinas, São Carlos e São Paulo (ambos com IDHM de 0,805). Os menores IDHM são registrados nas cidades de Itaquaquecetuba (0,714), Cubatão (0,737), Campos do Jordão (0,749), Capivari (0,75), Presidente Epitácio (0,75), Registro (0,754), Hortolândia (0,756), Sertãozinho (0,761), Guarulhos (0,763), Itapetininga (0,763), Suzano (0,765), Avaré (0,767), São Roque (0,768), Tupã (0,771), Matão (0,773), Bragança Paulista (0,776), Jacareí (0,777), Birigui (0,78), Boituva

⁸⁸ O destaque na tabela para a Região Administrativa de Campinas foi realizado por ser o lugar de delimitação da pesquisa nesta Tese. A Região Administrativa de Campinas terá enfoque no próximo capítulo.

(0,78) e Salto (0,78), Catanduva (0,785), Piracicaba (0,785), Barretos (0,789), Sorocaba (0,79), Votuporanga (0,79), São José do Rio Preto (0,797) e São João da Boa Vista (0,797).

Ao tomar como referência a Região de Campinas, observa-se que as medidas de desigualdade entre as cidades de uma mesma região também se evidenciam, pois, enquanto as cidades de Jundiaí e Campinas apresentam IDHM acima de 0,8, as cidades de Capivari e Hortolândia estão classificadas com IDHM de 0,75. E a discrepância intrarregional pode ser melhor observada no IDHM Educação, em que Jundiaí apresenta um índice de 0,77, enquanto Capivari tem 0,67, ou seja, dez pontos de diferença, uma diferença considerável para municípios de uma mesma região administrativa.

Como afirma Daros (2019), o “devir ser” dos IFs está articulado aos arranjos produtivos locais e compartilha do processo de potencializar o desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional; e a reprodução das relações sociais e materiais capitalistas, além de favorecer o acesso à cultura e à formação para o mundo do trabalho nos territórios em que se localizam, respondendo aos interesses da classe trabalhadora.

[...] ao entender que o desenvolvimento socioeconômico local e regional não pode prescindir de mediações com a reprodução das relações materiais e sociais em sua dimensão universal, ao mesmo tempo, entendemos que os IFs podem estabelecer relações orgânicas com os seus territórios, no sentido de se tornarem equipamentos públicos com possibilidade de acesso à cultura e construção de conhecimento que respondam aos interesses legítimos da classe trabalhadora (DAROS, 2019, p. 171).

Neste tópico foi possível compreender que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo possui peculiaridades atreladas a seu processo de desenvolvimento histórico, que a investem de uma dimensão política fundamental na história da EPT no país. O IFSP é uma instituição pública, gratuita, que oferece educação profissional e tecnológica com qualidade, ancorada em missão, valores, objetivos e princípios centrados na classe trabalhadora e seus processos formativos. Há, portanto, uma grandiosidade nos números que se vinculam à instituição que vai além do número de câmpus.

4.2. As Políticas de Ensino, pesquisa e extensão do IFSP e os objetivos traçados nos Planos de Desenvolvimento Institucional

Os documentos institucionais que subsidiam as análises desta Tese demonstram como a instituição tem pautado suas políticas de ensino, pesquisa e extensão e o direcionamento de seus objetivos e ações. Entretanto, é preciso considerar que as realidades sociais, culturais, políticas e econômicas dos câmpus são heterogêneas e diversas, como pode ser observado pelas discrepâncias dos respectivos índices de IDHM. Além disso, a conjuntura socioeconômica e política do país expressa desafios que rebatem nas ações do IFSP e que requerem olhar atento. É fundamental garantir o acesso público, gratuito e de qualidade, que promova a permanência e o êxito dos itinerários formativos, além da indissociabilidade entre as políticas de ensino, pesquisa e extensão. Essa afirmação dialoga com a percepção de Turmalina acerca das ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas no Instituto e sua relação com o território:

Eu percebo que é uma das riquezas dos institutos federais, a questão do ensino, da pesquisa e da extensão, principalmente nessa relação com a comunidade, a gente vê o quanto a população valoriza as ações que são realizadas, o quanto isso traz impacto na vida, no cotidiano, na realidade. É assim, não tem muito como explicar, é uma coisa inexplicável, só quando você vê o impacto de um projeto na vida de uma pessoa e você fala: “- nossa!”. Às vezes pra gente é uma coisa tão cotidiana, tão no dia a dia do trabalho, e pra aquela pessoa trouxe uma transformação tão grande, que você só consegue ver no olhar e na palavra de agradecimento, né, nas ações. Então é muito legal, assim, eu acho que traz um impacto muito grande (TURMALINA, 2020).

Uma das etapas metodológicas desta Tese contempla a análise documental, considerando que esses insumos possibilitam o entendimento dos processos e transformações nas relações sociais, contribuindo, muitas vezes, para o desvelamento histórico dos fenômenos pesquisados, enquanto um processo social e político que oferece informação acerca das aspirações e intenções daquilo que está escrito, possibilitando analisar lugares e relações sociais de épocas distintas (MAY, 2004). Nesse sentido, uma das escolhas de pesquisa foi analisar os Planos de Desenvolvimento Institucional referentes aos períodos 2014-2018 e 2019-2023, de modo a contribuir para as reflexões e objetivos desta Tese.

Como exposto anteriormente, o objetivo geral deste estudo é analisar a reconfiguração da Política de Educação Profissional e Tecnológica e seus sentidos políticos a partir das ações de ensino, pesquisa e extensão vivenciadas no cotidiano dos Institutos Federais nos câmpus da Região de Campinas. Dessa maneira, em um primeiro momento buscamos mensurar como o ensino, pesquisa e extensão se apresentam no PDI 2014-2018, sobretudo considerando os objetivos propostos para esses segmentos no âmbito do IFSP. O Quadro 4 a seguir apresenta esses resultados, que se considera importantes para esta análise.

Quadro 4 – Objetivos propostos para as ações de ensino, pesquisa e extensão no período de 2014-2018

Pró-reitoria	Objetivo geral	Objetivos específicos
Ensino	Atuar de forma que cada câmpus, baseado na lei de criação dos Institutos Federais, Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, artigos 7º e 8º, garanta o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para atender aos objetivos definidos no inciso I, do caput do art. 7 dessa lei (ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do Ensino Fundamental e para o público da Educação de Jovens e Adultos), e o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para atender ao previsto na alínea b, do inciso VI, do caput do citado art. 7 (cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a Educação Básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional)	Regular a oferta de cursos
		Zelar pela qualidade de cursos da Educação Profissional Técnica de nível Médio e Educação Superior
		Promover e consolidar a oferta de cursos Proeja e Proeja-FIC nas proporções estabelecidas no Decreto n. 5.840, de 13 de julho de 2006, que institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) em todos os câmpus
	Priorizar, em relação ao Ensino Médio Técnico, a oferta de cursos Integrados Próprios em todos os câmpus	Consolidar o Ensino Médio Técnico Integrado como prioridade no IFSP

	Objetivo geral	Objetivos específicos
Ensino	Promover itinerários formativos verticalizados aos alunos egressos do Proeja e do Ensino Médio Técnico Integrado/concomitante ou subsequente por eixo tecnológico	Incentivar a criação de cursos de graduação nas áreas de cursos já implementados
	Refletir e discutir sobre a concepção e estruturação dos Cursos de Licenciatura no IFSP	Desenvolver uma formação de Educadores alinhada com as pesquisas acadêmicas mais recentes dessa área Articular, nos cursos de Licenciatura, a formação específica e a formação pedagógica, garantindo também a indissociabilidade entre a teoria e a prática de ensino
	Promover Programas Especiais de Formação Pedagógica, que buscam disponibilizar ao profissional, bacharel e tecnólogo, formação didático-pedagógica para o ensino profissional e tecnológico	Propiciar a formação pedagógica para docência no Ensino Médio profissional e tecnológico
	Implementar, incentivar e fortalecer a atuação do Serviço Sociopedagógico	Implantar o Serviço Sociopedagógico em todos os campi, com procedimentos comuns
	Garantir o acesso, a permanência e o êxito de alunos dos diferentes níveis e modalidades de ensino	Garantir apoio pedagógico aos discentes nas questões de aprendizagem Implantar ações de atendimento e acompanhamento dos estudantes, com vista a democratizar condições de permanência e minimizar efeitos das desigualdades sociais, contribuindo para a inclusão social e a redução das taxas de evasão Divulgar as ações dos NAPNEs Promover a inclusão do estudante com deficiências Desenvolver projetos que visem à implementação de ações inclusivas Desenvolver programas e políticas de capacitação de servidor na ação inclusiva
	Elaborar ações de Supervisão Pedagógica no IFSP	Estruturar e implantar o serviço de supervisão pedagógica Promover a elaboração do Projeto Político-Pedagógico (PPP) dos câmpus Assessorar os câmpus na avaliação dos cursos técnicos e superiores pelo MEC/Setec
	Promover a formação docente baseada em uma práxis reflexiva, propiciando a atuação contextualizada com práticas	Fortalecer e ampliar a autonomia do professor na elaboração das aulas e na busca das melhores práticas didático-pedagógicas

Ensino	pedagógicas inovadoras e o aprimoramento contínuo da qualidade das atividades acadêmicas	<p>Aprimorar a formação continuada dos professores a fim de contribuir para o processo de ensino-aprendizagem</p> <p>Subsidiar o processo de tomada de decisão dos docentes</p>
	Objetivo geral	Objetivos específicos
	Fomentar a oferta de cursos técnicos, tecnológicos, bacharelados, licenciaturas e de pós-graduação lato e stricto sensu na modalidade da Educação a Distância (EAD)	Oferecer cursos técnicos e superiores
	Incentivar a pesquisa em EAD e recursos tecnológicos no IFSP por meio de Iniciação Científica, Eventos e Produção Científica e Núcleos de Inovação Tecnológica, em parceria com a Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação	Criar equipes de pesquisa e desenvolvimento de recursos em EAD
	Incentivar a criação de repositório de objetos de aprendizagem para EAD no IFSP, utilizando novas tecnologias interativas e tecnologias de aprendizagem móvel	Criar núcleo de desenvolvimento de material didático
	Desenvolver política de gestão acadêmica	Aprimorar os procedimentos de gerenciamento da informação e guarda de documentos acadêmicos
	Desenvolver políticas de gestão para as Bibliotecas do IFSP	Identificar as necessidades para a criação do Sistema de Bibliotecas
	Promover política institucional de divulgação, focada no ensino e na Instituição, com ações gerais e particularizadas por câmpus	Promover as ações de ensino do instituto na mídia
	Desenvolver política de Processo Seletivo, tanto para cursos da educação básica, quanto da educação superior	Articulação da Coordenadoria de Processo Seletivo com outras diretorias e Pró-Reitorias que estejam a cargo de projetos e políticas de ingresso
Pesquisa, Inovação e Pós-graduação	Consolidar e regulamentar as atividades de pós-graduação no IFSP	<p>Estabelecer normas, regulamentos e critérios para criação e avaliação de cursos, programas e planejamento da pós-graduação conforme PDI</p> <p>Incentivar os programas de pós-graduação Stricto Sensu no IFSP</p>

	Objetivo geral	Objetivos específicos
Pesquisa, Inovação e Pós-graduação	Consolidar e regulamentar as ações de Inovação Tecnológica	Estruturar o Núcleo de Inovação Tecnológica
		Estruturar o Programa Hotel de Projetos
		Reestruturar os eventos de inovação tecnológica do IFSP
		Criar polos de inovação no IFSP
		Sensibilização da comunidade interna sobre inovação e empreendedorismo
	Consolidar e regulamentar as ações de pesquisa	Reestruturação da política das Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica Institucional – IFSP
		Criar e promover a pesquisa no IFSP com recursos internos – PRP
		Incentivar e promover a busca por recursos das agências de fomento
		Aumentar a produção, a divulgação científica e a integração com a comunidade
		Aumentar a quantidade de Grupo de pesquisa com produção
	Consolidar e regulamentar as ações da PRP	Ampliar as discussões sobre as ações de pesquisa, inovação, pós-graduação
		Ampliar e facilitar a divulgação das atividades da PRP
		Desenvolver parcerias e acordos que envolvam a pesquisa
		Criação de polos tecnológicos
		Permitir utilização de animais não humanos em pesquisas
Estruturar o Comitê de Ética na Pesquisa – CEP		
Implementar o Conselho de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação		
Extensão	Criar programas institucionais de Extensão	Consolidar uma cultura extensionista
		Ampliar e descentralizar a cultura extensionista
	Institucionalizar as ações de extensão	Criar o Conselho de Extensão (ConEx)
		Sistematizar e informatizar dados sobre as ações de extensão
		Compartilhar práticas de extensão
	Ampliar ações de fomento interno e incentivar a participação em editais externos	Atualizar regulamentações de extensão em consonância com a política de extensão
		Expandir a participação na realização de projetos de extensão
		Consolidar o Programa de Bolsas Discentes – Bolsa Extensão
		Divulgar amplamente os editais externos voltados às atividades de extensão

Extensão	Objetivo geral	Objetivos específicos
	Articular ações de extensão para a promoção do desenvolvimento socioeconômico, político e cultural local e regional	Ampliar os recursos de editais voltados às ações socioculturais
		Apoiar a transformação das bibliotecas dos campi em bibliotecas comunitárias
		Desenvolver empreendedorismo social
		Promover a extensão tecnológica e a pesquisa aplicada
	Fortalecer as coordenadorias de extensão dos câmpus	Consolidar as coordenadorias nos câmpus
		Formar multiplicadores de conhecimentos extensionistas nos câmpus
	Acompanhar a inserção de alunos no mundo de trabalho	Implantar programa de acompanhamento de egresso
		Realizar parcerias com os setores produtivos e demais instituições da sociedade civil organizada para ações de ensino, pesquisa aplicada e extensão tecnológica
	Consolidar as ações de Extensão como processo educativo, cultural e científico, articulado com o ensino e a pesquisa no cotidiano acadêmico e o mundo do trabalho	Consolidar os cursos de extensão na articulação ensino-extensão, promovendo a verticalização
		Contemplar atividades extensionistas no currículo dos cursos do IFSP
		Fortalecer e ampliar a cooperação e as relações internacionais
		Estabelecer a previsão de atividades de extensão enquanto prática educativa nos projetos pedagógicos de curso
	Desenvolver programas para a promoção da cultura da diversidade e direitos humanos, educação ambiental, manifestações artísticas, esportivas e culturais além da conservação da memória	Fomentar ações culturais
		Fomentar eventos esportivos
		Implantar do Centro de Memória do IFSP
		Estimular o debate visando à implantação de grupos de discussão sobre políticas inclusivas e ações afirmativas
	Consolidar as Ações do Pronatec	Articular a oferta dos Cursos Técnicos e de Formação Inicial e Continuada – FIC com a expertise de cada câmpus
		Incentivar a adesão a programas governamentais
		Oferecer Cursos FIC

Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2018. Elaboração própria.

Os objetivos propostos para essas ações são mensurados no PDI 2019-2023 como as Políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão ofertadas na instituição. Observamos que a construção do Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPPI) apresentado nesse documento elenca princípios norteadores, que, mediante o ideário neoliberal e as políticas de ajuste econômico em vigência, reafirmam a “identidade do

IFSP como canal de construção de diálogos e compromisso com a educação pública, gratuita, e de qualidade, compreendida como recurso necessário para a transformação dessa realidade” (IFSP, 2019, p. 174).

A percepção de sujeito apresentada no PPPI dialoga com a perspectiva que entende o trabalho como central na constituição do ser social, que, além de estar em constante processo de transformação, é histórico e relacional, sendo que suas potencialidades, capacidades, habilidades, competências, valores e atitudes se formam junto a processos educativos formais e informais. Dessa maneira, o PPPI afirma que o trabalho permeia todas as esferas da vida social, como sustentado no primeiro capítulo desta Tese. Por meio do trabalho é possível construir uma práxis que em todas as esferas da vida humana, ou seja, como respostas às necessidades no plano econômico, material, da arte, da cultura, das linguagens e símbolos (IFSP, 2019).

Eu acho que o Instituto, ele tem um sentido político muito, muito grande, né. Eu acredito que [...] por ser uma instituição federal, por a gente estar presente em todos os estados, em diversos municípios, isso traz uma força que a gente ainda não sabe utilizar, mas que é uma força muito grande, que a gente precisa aprender a se organizar [...]. Eu acho que o sentido político mesmo, pensando em nível nacional, eu acho que é isso, é lutar pela educação, por uma educação de qualidade, pública, laica, transformadora, que traga uma transformação social na realidade dos estudantes, traga um impacto nas cidades, não só um impacto nesse sentido produtivo, mas um impacto político, social, que os alunos e que a família, e que a comunidade que participam desse espaço, consigam pensar aquela, a vivência deles enquanto cidadão, enquanto pessoa, né, como eles podem buscar mudanças e buscar acesso aos seus direitos, então, acho que a gente tem [...] muita potencialidade (TURMALINA, 2020).

Dentre os princípios estabelecidos no PPPI 2019-2023 do IFSP está a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, compreendendo que essa articulação deve propiciar a aproximação da instituição aos arranjos produtivos, de modo a desenvolver e difundir os conhecimentos científicos e tecnológicos e a relação indissociável entre trabalho, ciência, cultura, tecnologia, organização, desenvolvimento curricular. Além disso, deve promover uma formação humana cidadã integral que contemple a construção de autonomia e criticidade (IFSP, 2019).

Para as **políticas de Ensino** o PDI 2019-2023, afirma:

A essência da Educação Profissional e Tecnológica permanece ativa no IFSP enquanto diretriz elementar, contribuindo para o progresso socioeconômico, pelas ações que dialogam efetivamente com as políticas sociais e econômicas, dentre outras, com destaque para aquelas com enfoques locais e regionais. O IFSP, outrossim, permanece com a verticalização do ensino, uma vez que orienta as políticas de atuação pela oferta de diferentes níveis e modalidades da educação profissional e tecnológica, pactuando com a diversificação da escolarização como forma de efetivar o seu compromisso com a sociedade (IFSP, 2019, p. 179).

Os cursos do IFSP se inserem nos diferentes níveis e modalidades. Atualmente, conforme o PDI 2019-2023, os cursos técnicos e os tecnológicos se distribuem nos eixos tecnológicos de Ambiente e Saúde; Controle e Processos industriais, Desenvolvimento Educacional e Social, Gestão e negócios, Informação e Comunicação, Infraestrutura, Produção alimentícia, Produção cultural e design, Produção industrial, Recursos Naturais, Segurança, Turismo, Hospitalidade e Lazer. Já os cursos de graduação ofertados, na modalidade bacharelado, são: Administração, Agronomia, Arquitetura e Urbanismo, Ciência da Computação, Engenharia de Alimentos, Engenharia de Biosistemas, Engenharia da Computação, Engenharia Civil, Engenharia de Controle e Automação, Engenharia Elétrica, Engenharia de Recursos Renováveis, Engenharia Eletrônica, Engenharia Mecânica e Engenharia de Produção. Na modalidade das licenciaturas, são ofertados cursos nas áreas de Ciências Biológicas/Biologia, Física, Geografia, Letras, Matemática, Pedagogia, Química e Formação Pedagógica para não licenciados.

Frente à multiplicidade de cursos ofertados, nas mais diversas áreas, avalia-se que os Institutos Federais buscam dialogar com os diversos arranjos produtivos locais que perpassam o mundo do capital atualmente. Uma das entrevistadas ressalta que observa essa articulação a partir das necessidades das regiões onde os câmpus se inserem e que, embora seja possível uma variedade de possibilidades de cursos, nas mais diferentes áreas, há escolhas que são feitas a partir do perfil da instituição, que direciona seus cursos em determinados eixos. Além disso, é notório que o avanço da Instituição frente aos territórios ampliou-se a partir da gama de cursos e ações que se relacionam com os arranjos produtivos locais.

[...] então, trazendo aqui para a região, acho que dialoga sim com os arranjos produtivos, com as necessidades da região. Eu acho que é uma região que caberia também muitas outras necessidades de

cursos. Mas também o Instituto não tem como, pela sua formatação, pela questão dos professores [...]

[...] antes a gente falava que o Instituto não era conhecido, o pessoal não sabia que tinha um Instituto Federal [...]. Agora a gente está numa fase não que todo mundo sabe, mas a gente está numa fase que as pessoas já conhecem. O Instituto está concretizado como uma instituição de ensino [...] as pessoas sabem que é uma escola [...]. Já está naquela fase que as empresas estão conhecendo, as pessoas, até o processo seletivo, tem cursos agora que tem uma demanda bem grande [...] antes a gente tinha que ficar oferecendo, divulgando, não que a questão de divulgar não seja importante, mas agora por si só já tem cursos que tem demanda [...]. Então a gente entende que a Instituição está se tornando conhecida [...]. (PÉROLA, 2020).

Elas (as pessoas) estão chegando pelo interesse na instituição. Veem que a instituição é pública. Isso daí faz toda a diferença, né? Eles vêm porque é uma instituição pública, de qualidade. Acho que o nome do Instituto Federal, por ser uma Instituição pública e com isso eles reconhecem a qualidade. Isso que atrai o grande público (JADE, 2020).

Essa ampliação relatada pode ser justificada e corroborada pelo que a participante Ágata (2020) afirma sobre a “democratização do acesso ao ensino e a oferta do ensino público de qualidade” como uma das evidências de materialização da concretização dos princípios expressos nos documentos normativos institucionais e as ações desenvolvidas no cotidiano dos Institutos Federais. Dessa forma, os sentidos políticos expressos nas ações podem ser diversos, mas destaca-se a importância da formação crítica.

[...] contribuir para essa formação crítica dos seus estudantes, da sua comunidade. Eu acho que ele tem esse papel [...]. Eu acho que o papel do Instituto politicamente é esse. Ser esse canal de formação política e cidadã do indivíduo, que ele se torne uma pessoa que tenha conhecimento dos seus direitos e que vai tentar se inserir no mundo do trabalho com essa consciência. Então o papel é formar para que eles se insiram no mundo do trabalho com essa consciência cidadã também [...] (PÉROLA, 2020).

[...] os alunos ali ganharam, ganharam um espaço muito privilegiado, né? [...] É uma instituição comprometida. Tem um ensino de qualidade. Tem os professores muito capacitados. A qualidade da educação mesmo. Os alunos [...] ganharam muito por essa oportunidade, fazer um ensino mesmo de qualidade. Com professor reconhecido, capacitado. Isso reflete no comprometimento da educação (JADE, 2020).

No âmbito da **pesquisa e pós-graduação**, o PDI 2019-2023 estabelece que em 2019 o IFSP dispunha de 26 cursos de pós-graduação lato sensu e 4 programas

stricto sensu, sendo 1 mestrado acadêmico e 3 profissionais. Esses cursos têm ênfase em áreas interdisciplinares e articulam-se à inovação tecnológica, mantendo relação com as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação, além de atender as necessidades dos arranjos produtivos locais.

Os cursos e programas de pós-graduação do IFSP tem por propósito garantir meios adicionais de formação continuada e aprimoramento técnico nas comunidades nas quais estão inseridos. A oferta de cursos dessa natureza sintoniza-se com as concepções contemporâneas de qualificação permanente e distribuição equitativa do saber, premissas incondicionais de uma instituição educacional pública e inclusiva que orientam os mais diversos ramos de atuação profissional e acadêmica (IFSP, 2019, p. 193).

No campo da pesquisa, atrela-se aos Programas Institucionais de Iniciação Científica e Tecnológica – o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIFSP) e o Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica (PIVICT) – as principais políticas de pesquisa no IFSP. O intuito desses programas, para além da formação para o mundo da pós-graduação, é promover a busca por soluções que se articulem às demandas da sociedade e dos arranjos produtivos locais.

[...] a pesquisa responde pela produção de vanguarda da instituição. Seja corroborando iniciativas que visam atender as demandas do arranjo produtivo local/regional, seja pautando-se pela investigação científica básica e aplicada. Para tanto, o IFSP tem fomentado projetos de imediato interesse público, ligados ao universo produtivo, bem como projetos voltados para a especulação científica mais geral ou para a ciência pura (IFSP, 2019, p. 200).

Além desses programas, o PDI estabelece o incentivo à criação e ao fortalecimento de grupos de pesquisa, de modo a desenvolver pesquisas que se articulem aos eixos tecnológicos ofertados pela instituição. Há também o incentivo e a constituição de parcerias por meio de agências de fomento, que propiciam “a captação de recursos para a pesquisa no IFSP; o aprimoramento pessoal e profissional de discentes e servidores; e a ascensão da pesquisa para o desenvolvimento científico, tecnológico e social” (IFSP, 2019, p. 202). Atualmente, tais políticas de parceria, que envolvem repasses financeiros, são geridas pela Agência de Inovação e Transferência de Tecnologia do Instituto Federal de São Paulo (Inova-IFSP).

No campo da extensão, o PDI 2019-2023 compreende que, a partir da definição do Fórum de Pró-reitores de Extensão da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, a extensão tem a troca de saberes como algo essencial, ou seja, há uma relação com a “dimensão educativa, baseada na dialogicidade entre os agentes internos da instituição (professores, técnicos administrativos e estudantes) e os agentes externos da sociedade” (IFSP, 2019). Nessa perspectiva, Turmalina (2020) afirma:

[...] os Institutos Federais têm essa capacidade de articulação de ensino, pesquisa e extensão. A gente teve um aumento muito grande, principalmente nos projetos de extensão, ainda vejo que a pesquisa está muito atrelada à docência [...], é muito difícil, até pelos editais, que os Institutos disponibilizam, que um técnico administrativo, por exemplo, submeta um projeto de pesquisa. Mas a extensão, por possibilitar isso, né, que o profissional técnico administrativo possa submeter, eu acho que ela ficou muito mais rica, muito mais ampla, e tem uma visibilidade muito maior mesmo. Então, eu acho que a extensão trouxe uma nova cara para os Institutos Federais, principalmente que de 2014 a 2017 teve bastante investimento na extensão, com recursos para a abertura de editais, e nessa questão de divulgação, de incentivo, de fomento. E eu vejo que essas ações também estão sendo prejudicadas por essa questão orçamentária, não só aqui, mas nas demais instituições de ensino do país (TURMALINA, 2020).

Assim, entendemos que a extensão também possui importância basilar em induzir, desenvolver, consolidar e fortalecer os arranjos produtivos, sociais e culturais locais, além de contribuir para a construção de espaços de vivências e trocas que possibilitem a reflexão crítica e a articulação com o desenvolvimento socioeconômico equitativo e sustentável (IFSP, 2019).

A Extensão se materializa por meio de atividades que dialogam com o mundo do trabalho, como o estágio e o acompanhamento de egressos, bem como pela realização de ações de extensão que podem ser classificadas como programas, projetos, cursos de extensão, eventos e prestações de serviço, que incorporam as diretrizes dessa dimensão educativa, destacando o envolvimento da comunidade externa e a participação protagonista de estudantes (IFSP, 2019, p. 205-206).

Cabe ressaltar a importância da extensão na promoção de mudanças e transformações sociais nas comunidades e nos territórios onde suas ações se inserem e se articulam, tendo em vista que envolve diferentes áreas temáticas, como

“Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção e Trabalho” (IFSP, 2019, p. 205). De acordo com o PDI, no IFSP suas ações se materializam em

[...] atividades que dialogam com o mundo do trabalho, como o estágio e o acompanhamento de egressos, bem como pela realização de ações de extensão que podem ser classificadas como programas, projetos, cursos de extensão, eventos e prestações de serviço, que incorporam as diretrizes dessa dimensão educativa, destacando o envolvimento da comunidade externa e a participação protagonista de estudantes (IFSP, 2019, p. 205-206).

Em relação à avaliação dos objetivos propostos pelo PDI 2014-2018, o atual PDI ressalta que há avanços significativos na extensão – presente em diversos documentos e diretrizes institucionais – ao perceber sua importância na criação de mecanismos que permitam a aproximação e diálogo com a comunidade externa. Houve um aumento nas ações desenvolvidas nos câmpus, entretanto avalia-se a necessidade de aprimorar o seu papel no que tange a propiciar o desenvolvimento socioeconômico e cultural no território (IFSP, 2019).

Para tanto, é necessário o reconhecimento dos contextos socioterritoriais em que os câmpus encontram-se inseridos, bem como das dinâmicas da vida cotidiana local e regional, que se articulam à dinâmica cotidiana vivenciada por cada câmpus. Ou seja, a perspectiva dialética de totalidade e de realidade se coloca como fundamental para a compreensão dos sentidos políticos do IFSP a partir dos seus “territórios de vivência”.

Sob esse aspecto, uma das entrevistadas faz um apontamento bastante interessante acerca da necessidade de as ações ofertadas dialogarem com a realidade dos participantes e se articularem às suas necessidades, para além de especificidades colocadas nos cursos. Jade (2020) afirma: “às vezes tem essa dificuldade de inscrição, de formar turma. Às vezes são cursos muito específicos. Não sei se é falta de divulgação” e exemplifica ao descrever a experiência de um curso ofertado que, para ela, obteve sucesso:

Eu acho que talvez seja a forma de divulgação. Eu acredito, porque o de libras tem dado tão certo. E olha que libras é uma coisa muito específica. Surdo, né? Mas, ela é uma professora muito comprometida. Ela foi na instituição, ela foi atrás de surdos, ela abraçou esses surdos. E aí esses surdos não vinham até o Instituto,

ela foi até eles. Ela ofereceu o curso lá dentro na própria instituição. Depois ela ofereceu lá no centro da cidade. Onde seria mais fácil o transporte. Que lá o Instituto é bem difícil mesmo, é bem afastado do centro da cidade (JADE, 2020).

A afirmativa da entrevistada se relaciona à importância de a extensão se comprometer com a realidade social e, conforme elucida Ferraz (2019), atuar na resolução dos problemas, de modo a favorecer a sociedade. É necessário que ela se integre “com as políticas públicas e aos movimentos sociais, bem como os constructos que podem surgir dessas parcerias” (FERRAZ, 2019, p. 57).

Nesse sentido, entende-se que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo está inserido em territórios heterogêneos e diversos e há uma multiplicidade de realidades que se aproximam de sua realidade institucional, o que implica em potencialidades das ações de ensino, pesquisa e extensão que se desenvolvem no cotidiano da instituição.

Em relação às políticas de ensino, pesquisa e extensão do IFSP e aos objetivos traçados nos Planos de Desenvolvimento Institucional, observa-se que essas políticas possuem objetivos delimitados nos documentos institucionais que tem pautado a efetividade dessas ações, mesmo diante de desafios e recuos cotidianos e políticos conjunturais. Apesar das divergências e dificuldades, há riqueza nas ações desenvolvidas. Nesse sentido, o próximo tópico se aproxima das ações realizadas nos câmpus do IFSP pertencentes à Região Administrativa de Campinas para, em seguida, refletir sobre a identidade dos Institutos Federais em movimento no cotidiano de gestão e a perspectiva do Serviço Social.

4.3. Região Administrativa de Campinas e os câmpus do IFSP: o lugar de “escolha” para delinear a pesquisa

Este tópico tem como objetivo apresentar indicadores e elementos importantes para entender a realidade socioeconômica da Região Administrativa de Campinas e, especificamente, dos municípios que compõem a amostra desta pesquisa. Entendemos que é necessário conhecer para explorar, considerando os objetivos deste trabalho de pesquisa. Assim, buscamos abordar as diversidades e desigualdades na Região Administrativa de Campinas e a importância do contexto

para o direcionamento do tripé do IF (ensino, pesquisa e extensão) enquanto um agente político nos territórios locais e regionais.

4.3.1. Indicadores sociais da Região Administrativa de Campinas: conhecer para explorar

Metodologicamente, a Região Administrativa de Campinas foi definida como o lugar de “escolha” da pesquisa por, atualmente, configurar-se como a região com o maior número de câmpus do IFSP, como demonstrado na Tabela 2, apresentada anteriormente. Nessa Região há 7 (sete) câmpus, localizados nas cidades de Bragança Paulista, Campinas, Capivari, Hortolândia, Jundiaí, Piracicaba e São João da Boa Vista. A tabela a seguir apresenta os dados destacados no tópico anterior, com o intuito de retomá-los e observar a importância do conjunto de municípios em suas particularidades e, ao mesmo tempo, em sua configuração regional, enquanto locus de atuação do IFSP nessa porção do estado de São Paulo.

Cabe afirmar que a constituição do país, demarcada por dimensões continentais, desigualdades e diversidades socioterritoriais e socioculturais, impacta na forma como as cidades ganham importância e centralidade na política pública (KOGA, 2015).

Tabela 3 – Indicadores dos municípios da Região Administrativa de Campinas com câmpus do IF

	Câmpus	IDHM (2010)	IDHM Educação (2010)	População 2010	População estimada (2020)	Incremento populacional estimado
1	Capivari	0,750	0,669	48.576	56.379	16,1
2	Hortolândia	0,756	0,703	192.692	234.259	21,6
3	Bragança Paulista	0,776	0,704	146.744	170.533	16,2
4	Piracicaba	0,785	0,717	364.571	407.252	11,7
5	São João da Boa Vista	0,797	0,749	83.639	91.771	9,7
6	Campinas	0,805	0,731	1.080.113	1.213.792	12,4
7	Jundiaí	0,822	0,768	370.126	423.006	14,3

Fonte: Atlas para o Desenvolvimento e IBGE Cidades. Elaboração própria.

Observa-se que todos os municípios da região estudada apresentaram um incremento populacional estimado positivo, sendo superior a 10% em sua maioria, com destaque para o município de Hortolândia, que teve um aumento estimado de

21,6% em sua população. O município de São João da Boa Vista foi o que apresentou menor percentual de incremento populacional (9,7%), sendo o único município da região de estudo com índice inferior a 10%.

Cabe salientar, ainda, que Campinas é o município com maior concentração populacional da região, com população estimada em 2020 de 1.213.792 habitantes, além de possuir o segundo maior IDHM, atrás apenas do município de Jundiaí. Também é uma das três cidades do estado de São Paulo que apresenta mais de 1 milhão de habitantes, juntamente com a capital e a cidade de Guarulhos, na região metropolitana de São Paulo.

Assim, o destaque à cidade de Campinas é fundamental, pois a cidade abarca a Região Metropolitana de Campinas⁸⁹ e, conforme a Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A (EMPLASA), configura-se como a segunda maior região metropolitana do Estado de São Paulo, com mais de 3,2 milhões de habitantes (IBGE), sendo responsável por 8,75% do PIB (Produto Interno Bruto) em 2016. Apesar de somente duas cidades da região metropolitana possuírem câmpus do IFSP (Campinas e Hortolândia), é fundamental destacar sua importância nos arranjos produtivos:

Nos últimos anos, a região vem ocupando e consolidando importante posição econômica nos níveis estadual e nacional. Contígua à Região Metropolitana de São Paulo, a RMC comporta um parque industrial moderno, diversificado e composto por segmentos setoriais complementares. Possui uma estrutura agrícola e agroindustrial bastante significativa e desempenha atividades terciárias de expressiva especialização. Destaca-se, ainda, pela presença de centros inovadores no campo das pesquisas científica e tecnológica, bem como do Aeroporto de Viracopos, localizado no município de Campinas, o segundo maior do país em transporte de carga. Em 2015, foi a maior porta de entrada de mercadorias importadas (EMPLASA, s.d.).

Entretanto, apesar da grandiosidade dos números relacionados à Campinas e sua região metropolitana, destacam-se disparidades entre os municípios da região de estudo, pois há ao mesmo tempo uma metrópole (Campinas) e um município de pequeno porte II (Capivari, com 56.379 habitantes).

⁸⁹ A Região Metropolitana de Campinas foi criada em 2000 e é integrada por 20 municípios: Americana, Artur Nogueira, **Campinas**, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, **Hortolândia**, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Morungaba, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara d'Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo.

A Tabela 4 a seguir foi elaborada com dados advindos do Relatório de Programa e Ações do Ministério da Cidade, por meio da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI). Além de conhecer a realidade econômica dos municípios em questão, é fundamental a apreensão de seus indicadores demográficos e sociais.

Observamos que a região de estudo apresenta um total estimado (2020) de aproximadamente 2.600.000 habitantes, sendo a cidade de Campinas responsável por praticamente metade desse total, em contraponto à cidade de Capivari, cuja população corresponde a apenas 2,2% do total da população da região estudada.

Tabela 4 – Dados demográficos dos municípios pesquisados

Município	População estimada IBGE (2020)	% da população da região estudo	População Urbana	População rural	Porte do município
Campinas	1.213.792	46,7	98%	2%	Metrópole
Jundiaí	423.006	16,3	96%	4%	Grande
Piracicaba	407.252	15,7	98%	2%	Grande
Hortolândia	234.259	9,0	100%	Não há	Grande
Bragança Paulista	170.533	6,6	97%	3%	Grande
São João da Boa Vista	91.771	3,5	96%	4%	Médio
Capivari	56.379	2,2	94%	6%	Pequeno porte II
TOTAL REGIÃO	2.596.992	100,0			

Fonte: SAGI/base fevereiro, 2021. Elaboração própria.

Portanto, a região de estudo apresenta em sua composição 4 portes populacionais distintos: a metrópole (Campinas), 4 municípios de porte grande (Jundiaí, Piracicaba, Hortolândia e Bragança Paulista), um município de porte médio (São João da Boa Vista) e um município de pequeno porte II (Capivari).

Para além das discrepâncias populacionais, concorda-se com Koga (2015) que os territórios de vivência, parte da dinâmica das cidades brasileiras, são intensamente permeados por diversidades socioculturais e desigualdades sociais. E, embora “as presenças corriqueiras da política social” tendam a passar “despercebidas”, a tabela a seguir demonstra o quanto essas cidades vivenciam intensas e profundas

desigualdades, o que pode ser verificado ao observar, por exemplo, os números do Programa Bolsa Família⁹⁰ atualmente. Isso implica significados políticos atrelados.

Tabela 5 – Dados do Programa Bolsa Família dos municípios pesquisados

	População total (2020)	Pessoas cadastradas no CadÚnico (Dez., 2020)	Percentual de pessoas cadastradas em relação à população total	Total de beneficiários do Programa Bolsa Família (Fev., 2021)	Percentual da população beneficiária do PBF em relação à população total	Valor anual repassado (2020)
Capivari	56.379	12.065	21%	8.209	14,56%	R\$ 18.029.168,00
Hortolândia	234.259	53.301	23%	26.616	11,36%	R\$ 64.105.361,00
Campinas	1.213.792	221.444	18%	112.302	9,25%	R\$ 272.708.097,00
Piracicaba	407.252	74.875	18%	32.390	7,95%	R\$ 77.291.363,00
Bragança Paulista	170.533	35.747	21%	11.518	6,75%	R\$ 30.418.339,00
São João da Boa Vista	91.771	14.212	15%	3.135	3,42%	R\$ 7.683.855,00
Jundiaí	423.006	33.160	8%	14.319	3,39%	R\$ 33.039.367,00
TOTAL REGIÃO	2.596.992	444.804	17%	208.489	8,03%	R\$ 503.275.550,00

Fonte: SAGI/base fevereiro, 2021. Elaboração própria.

Na Tabela 5, que apresenta indicadores dos municípios pesquisados com câmpus do IF, Capivari e Hortolândia são os municípios com os menores IDHM, respectivamente 0,75 e 0,756. Isso justifica o fato de as duas cidades apresentarem os maiores percentuais de população beneficiária do Programa Bolsa Família: Capivari com praticamente 15% de sua população como beneficiária do PBF e Hortolândia com 11,3%. Em contrapartida, o município que possui o maior IDHM, Jundiaí (0,822), apresenta o menor percentual de beneficiários (3,39%), considerando a população total da cidade.

⁹⁰ O Programa Bolsa Família é um programa de transferência de renda voltado a famílias em vulnerabilidade social. Analisar seus números leva a perceber o quanto as marcas da desigualdade social permeiam os espaços da cidade e colocam os territórios dos câmpus do IFSP em função estratégica e significativa para promover o acesso ao direito à educação, entendendo que esta cumpre um papel fundamental na formação da classe trabalhadora, como exposto no primeiro capítulo desta Tese.

Também desperta atenção o fato de que a região estudada apresenta praticamente 445.000 pessoas cadastradas no CadÚnico (dezembro 2020), correspondendo a uma média de 17% do total da população da região. Ao passo que os municípios de Hortolândia, Capivari e Bragança Paulista apresentam os maiores percentuais de pessoas cadastradas em relação à população total, sendo respectivamente 23%, 21% e 21%. O menor percentual de pessoas cadastradas se encontra em Jundiaí, com apenas 8% do total da população.

A seguir, na Tabela 6, que toma como referência somente o total de pessoas cadastradas no CadÚnico do Governo Federal e o total de beneficiários do PBF, observa-se que a classificação dos municípios se altera, porém, Capivari se mantém com o maior percentual de beneficiários do PBF em relação ao total de pessoas cadastradas, alcançando o patamar de 68%, tendo como referência os dados fornecidos por SAGI/MC, em fevereiro de 2021. Em lugar de Jundiaí (que apresentava na tabela anterior o menor percentual de beneficiários do PBF em relação à população total), a cidade de São João da Boa Vista é que figura com o menor percentual de beneficiários do PBF em relação ao total de pessoas cadastradas no CadÚnico, com apenas 22,06%. A média da região estudada é de 46,87% de beneficiários do PBF em relação ao total de pessoas cadastradas.

Assim, a discrepância entre Capivari e São João da Boa Vista é de três vezes; ou seja, para cada beneficiário do PBF em relação à população cadastrada em São João da Boa Vista, há 3 beneficiários nessa condição em Capivari.

Também é interessante observar a discrepância em relação aos valores passados aos municípios da região pelo governo federal no ano de 2020, ficando em 35 vezes a maior distância entre São João de Boa Vista e Campinas. Percebe-se que há uma correlação entre os valores repassados e o total de benefícios concedidos.

Tabela 6 – Dados do Programa Bolsa Família dos municípios pesquisados

Município	Pessoas cadastradas no CadÚnico (Dez. 2020)	Total de benefícios do Programa Bolsa Família (Fev. 2021)	Percentual da população beneficiária do PBF em relação ao total de população cadastrada	Discrepância percentual de população beneficiária PBF	Valor anual repassado (2020)	Discrepância valores repassados (2020)
Capivari	12.065	8.209	68,04	3	R\$ 18.029.168,00	2
Campinas	221.444	112.302	50,71	2	R\$ 272.708.097,00	35
Hortolândia	53.301	26.616	49,94	2	R\$ 64.105.361,00	8
Piracicaba	74.875	32.390	43,26	2	R\$ 77.291.363,00	10
Jundiaí	33.160	14.319	43,18	2	R\$ 33.039.367,00	4
Bragança Paulista	35.747	11.518	32,22	1	R\$ 30.418.339,00	4
São João da Boa Vista	14.212	3.135	22,06	1	R\$ 7.683.855,00	1
TOTAL REGIÃO	444.804	208.489	46,87		R\$ 503.275.550,00	

Fonte: SAGI/base fevereiro, 2021. Elaboração própria.

Ao analisar a Tabela 7 em relação ao público prioritário (somando-se a população extremamente pobre, pobre e de baixa renda) da região de estudo, observam-se também as discrepâncias. Embora a média da região esteja em torno de 14% de público prioritário em relação à população total, este percentual sobe para 81% em relação à população cadastrada. No caso de Capivari, por exemplo, a população do público prioritário corresponde a 90% do total das pessoas cadastradas, embora o mesmo público represente 19% da população total do município. Em contraponto, o percentual do público prioritário de Jundiaí é de apenas 6% da população total, porém, 77% em relação ao total de pessoas cadastradas.

Em relação ao total de beneficiários do PBF, destaca-se novamente o município de Capivari, com 76% de seu público prioritário sendo beneficiário do PBF, enquanto o município de São João da Boa Vista apresenta apenas 31% de beneficiários do PBF em relação ao público prioritário. A média, portanto, da região é de 58% de beneficiários do PBF em relação ao total da população da região identificada como de público prioritário.

Tabela 7 – Dados do Programa Bolsa Família dos municípios pesquisados

Município	População Total (2020)	Pessoas cadastradas no CadÚnico (Dez. 2020)	Pessoas em situação de extrema pobreza	Pessoas em situação de pobreza	Pessoas de baixa renda	Total Público prioritário	Total de público prioritário em relação à	% público prioritário em relação ao total de	Total de benefícios do Programa Bolsa Família (Fev. 2021)	% de beneficiários em relação ao público prioritário
Capivari	56.379	12.065	8.679	655	1.497	10.831	19%	90%	8.209	76%
Hortolândia	234.259	53.301	28.112	5.623	11.253	44.988	19%	84%	26.616	59%
Campinas	1.213.792	221.444	109.400	25.496	48.756	183.652	15%	83%	112.302	61%
Bragança Paulista	170.533	35.747	10.977	6.536	11.063	28.576	17%	80%	11.518	40%
Piracicaba	407.252	74.875	28.324	8.389	21.451	58.164	14%	78%	32.390	56%
Jundiaí	423.006	33.160	10.679	6.895	8.075	25.649	6%	77%	14.319	56%
São João da Boa Vista	91.771	14.212	1.700	2.558	5.857	10.115	11%	71%	3.135	31%
TOTAL DA REGIÃO	2.596.992	444.804	197.871	56152	107.952	361.975	14%	81%	208.489	58%

Fonte: SAGI/base fevereiro, 2021. Elaboração própria.

Assim, percebe-se que as cidades brasileiras expressam as marcas das desigualdades que historicamente permeiam o processo de formação social do país.

As cidades brasileiras expressam em suas configurações tais marcas societárias, que funcionam como águas subterrâneas que perpassam todos os territórios do país. Trata-se de legados que determinam persistentes modos excludentes e desiguais de produção e reprodução dos espaços urbanos, de se instituir cidades (KOGA, 2015, p. 13).

Conforme dados apresentados no site da Assembleia Legislativa de São Paulo, a Região Administrativa de Campinas representa 10,9% em km² de área do Estado de São Paulo. É suprida por grandes malhas rodoviárias, como a Anhanguera e a Bandeirantes, que liga a capital ao interior do estado. Além disso, possui o Aeroporto de Viracopos, que se configura como o segundo maior do país em movimento de carga aérea e o primeiro em volume e valor de importação.

Economicamente, a região que articula os municípios analisados caracteriza-se por uma agricultura moderna e diversificada, pelo mais expressivo parque industrial do interior do estado de São Paulo (o que representa 10% da produção industrial do país) e por um setor de serviços moderno, sofisticado e de alta tecnologia. Na agricultura, há predominância da cana de açúcar, mas há também a participação da

citricultura, do café, de batata, de flores e de frutas. A Figura 3 ilustra a Região Administrativa de Campinas⁹¹ em sua totalidade e demonstra sua importância, tendo em vista a quantidade de municípios que a compõem, destacando em círculos os 7 municípios que compõem a região de estudo.

Figura 3 – Região Administrativa de Campinas



Fonte: ALESP. Disponível em: <<https://www.spbr.com.br/faq/regiao-administrativa-de-campinas/>> Acesso em: 1 mar. 2021.

⁹¹ Segundo dados da fundação SEADE, disponíveis e extraídos do site da Assembleia Legislativa de São Paulo, a Região Administrativa de Campinas é composta por 90 municípios: Aguai, Águas da Prata, Águas de Lindóia, Águas de São Pedro, Americana, Amparo, Analândia, Araras, Artur Nogueira, Atibaia, Bom Jesus dos Perdões, **Bragança Paulista**, Brotas, Cabreúva, Caconde, **Campinas**, Campo Limpo Paulista, **Capivari**, Casa Branca, Charqueada, Conchal, Cordeirópolis, Corumbataí, Cosmópolis, Divinolândia, Elias Fausto, Engenheiro Coelho, Espírito Santo do Pinhal, Estiva Gerbi, Holambra, **Hortolândia**, Indaiatuba, Ipeúna, Iracemápolis, Itapira, Itatiba, Itirapina, Itobi, Itupeva, Jaquariúna, Jarinu, Joanópolis, **Jundiá**, Leme, Limeira, Lindóia, Louveira, Mococa, Mogi Guaçu, Mogi Mirim, Mombuca, Monte Alegre do Sul, Monte Mor, Morungaba, Nazaré Paulista, Nova Odessa, Paulínia, Pedra Bela, Pedreira, Pinhalzinho, Piracaia, **Piracicaba**, Pirassununga, Rafard, Rio Claro, Rio das Pedras, Saltinho, Santa Bárbara d'Oeste, Santa Cruz da Conceição, Santa Cruz das Palmeiras, Santa Gertrudes, Santa Maria da Serra, Santo Antonio de Posse, Santo Antonio do Jardim, **São João da Boa Vista**, São José do Rio Pardo, São Pedro, São Sebastião da Gramma, Serra Negra, Socorro, Sumaré, Tambaú, Tapiratiba, Torrinha, Tuiuti, Valinhos, Vargem, Vargem Grande do Sul, Várzea Paulista e Vinhedo.

É importante afirmar a dificuldade em encontrar informações referentes aos Arranjos Produtivos Locais⁹² dos municípios pesquisados. Breves dados podem ser encontrados no site do Observatório Brasileiro APL, que apresenta os seguintes APL's para os municípios: Ferramentaria (Bragança Paulista), Tecnologia da Informação e Comunicação (Campinas) e Vitivinicultura (Jundiaí). Simonetti e Kamimura (2017) afirmam, com base em Cassiolato e Lastres (2003)⁹³, que nos Arranjos Produtivos Locais há a intersecção de diversos atores: 1) atores econômicos, que se configuram como os clientes, competidores, parceiros, fornecedores, técnicos etc.); 2) atores de conhecimento (consultores, universidades e institutos de pesquisa); 3) atores de regulação, que são os órgãos gestores dos APLs vinculados ao governo; e 4) atores sociais, ligados aos sindicatos, associações, terceiro setor etc.). Para as autoras, é necessária uma sinergia entre esses atores, para o êxito dos APLs, tendo em vista que são importantes estratégias para promover o desenvolvimento local e regional.

Caracterizam-se como APLs

Aglomeraciones territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais – com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e interação de empresas – que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultorias e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros, e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para a formação e capacitação de recursos humanos (escolas técnicas e universidades), pesquisa, desenvolvimento, engenharia, política, promoção e financiamento. Tais arranjos comumente apresentam fortes vínculos envolvendo atores localizados no mesmo território; por sua vez, as interações referem-se não apenas a empresas atuantes em diversos ramos de atividade e suas diversas formas de representação e associação (particularmente cooperativas), mas também às diversas

⁹² De acordo com o site do Observatório Brasileiro APL, “arranjos produtivos locais são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais – com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas – que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros – e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras organizações públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidades; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento”.

⁹³ CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, M. H. O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. In: LASTRES, M. H.; CASSIOLATO, J. E.; MACIEL, M. L. (Org.). **Pequenas empresas: cooperação e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003. p. 21-34.

outras instituições públicas e privadas (LASTRES; CASSIOLATO, 2004, p. 10-11).

O Quadro 5 a seguir apresenta, sinteticamente, informações acerca das características econômicas dos municípios que possuem câmpus do IFSP e estão localizados na Região Administrativa de Campinas. Ressalta-se, como dito anteriormente, a dificuldade de encontrar esses dados condensados em um único lugar, de forma mais ampla, mas pretende-se demonstrar que a grande maioria desses municípios encontram na área de serviços, indústria, comércio, agricultura e construção a maior inserção dos empregos formais, conforme expresso pelos dados da Fundação SEADE.

Quadro 5 – Informações sobre o perfil econômico dos municípios da Região Administrativa de Campinas com câmpus do IFSP

Município	Característica da economia	Fonte
Bragança Paulista	Atualmente, a cidade, famosa pela tradicional produção de embutidos, tem uma produção têxtil e de laticínios	Site da Assembleia Legislativa de São Paulo
	A maioria dos trabalhadores dessa região de governo atua no comércio, mas a prestação de serviços e o trabalho nas indústrias têm papel importante na economia regional	
	Serviços (40,77%), Indústria (27,24%), Comércio (25,91%), Agricultura (3,58%) e Construção (2,5%)	Fundação SEADE (2018)
Campinas	É reconhecida como a capital brasileira da ciência, tecnologia e inovação, contando com os maiores centros nacionais de PD&I e a universidade que mais deposita patentes no Brasil, a Unicamp	Guia de Investimentos Prefeitura Municipal de Campinas
	Está entre as dez cidades do mundo que mais realizam eventos de negócios	
	A cidade é a maior do interior do estado de São Paulo e desempenha importante papel no escoamento da produção e distribuição de produtos e insumos na região	Site da FECOMERCIO SP
	Conhecida como “Vale do Silício brasileiro”, é um dos principais polos tecnológicos da América Latina e concentra 30 das 500 maiores empresas de alta tecnologia do mundo	

Município	Característica da economia	Fonte
Campinas	O intenso fluxo populacional e de atividades econômicas está intimamente ligado ao investimento em infraestrutura logística, que retroalimenta a economia local	Site da FECOMERCIO SP
	Possui economia dinâmica e confere à cidade um papel importante no escoamento da produção	
	Participação de empregos formais na área de serviços (62,94%), Comércio (21,86%), Indústria (10,96%), Construção (3,85%) e Agricultura (0,39%)	Fundação SEADE (2018)
Capivari	Indústria (40,75%), Serviços (37,07%), Comércio (18,16%), Agricultura (2,34%) e Construção (1,69%)	Fundação SEADE (2018)
Hortolândia	Os setores de serviços e indústrias são responsáveis por mais da metade dos empregos formais no município	Daros (2019)
	Serviços (36,95%), Indústria (32,14%), Comércio (27,80%), Construção (3,06%) e Agricultura (0,05%)	Fundação SEADE (2018)
Jundiaí	Atualmente, além da atividade agropecuária, o município tem importante polo industrial e, com a instalação de parques temáticos, o turismo passou a gerar mais empregos na região	Site da Assembleia Legislativa de São Paulo
	O comércio e a prestação de serviços são os setores responsáveis por empregarem a grande maioria dos trabalhadores desta região, mas o trabalho nas indústrias tem sua importância na economia regional	
	Serviços (48,64%), Indústria (24,79%), Comércio (23,28%), Construção (2,98%) e Agricultura (0,31%)	Fundação SEADE (2018)
Piracicaba	Serviços (56,12%), Comércio (19,91%), Indústria (17,5%), Construção (4,09%) e Agricultura (2,3%)	Fundação SEADE
São João da Boa Vista	Serviços (43,05%), Comércio (26,32%), Indústria (20%) e Agricultura (7,77%)	Fundação SEADE

Fonte: Diversas. Elaboração própria.

Diante do exposto, é preciso considerar que a leitura dos espaços da cidade é atravessada por disparidades em seus indicadores e pela manifestação concreta das condições socioeconômicas de suas populações. Embora as cidades costumem ser vistas “como um todo homogêneo capturado pelos números médios de renda, habitação, saúde, educação, proteção social” (KOGA, 2015, p. 13), há elementos que qualificam as diferenças e divergências dos territórios e, por isso, a necessidade de refletir sobre as formas pelas quais a política social se materializa nos seus cotidianos, pois

Embora os textos institucionais tratem da perspectiva territorial e do respeito às diversidades regionais do país, ainda perdura uma cultura de pensar e operar serviços públicos de forma homogênea, desconsiderando-se os respectivos contextos em que se encontram inseridos (KOGA, 2015, p. 14).

Assim, o próximo capítulo tem o intuito de aproximar as realidades e os contextos dos câmpus do IFSP da Região Administrativa de Campinas, apresentando suas similitudes, diferenças e particularidades. O objetivo é propiciar ao leitor conhecer o que tem sido feito no âmbito do cotidiano do ensino, da pesquisa e da extensão.

5. O(S) SENTIDO(S) POLÍTICO(S) DOS INSTITUTOS FEDERAIS EM MOVIMENTO NO COTIDIANO DE GESTÃO: A PERSPECTIVA DO SERVIÇO SOCIAL A PARTIR DAS TRABALHADORAS-SUJEITAS

Na direção dos objetivos expostos nesta Tese, o presente capítulo tem como intuito dissertar acerca do papel estratégico do Instituto Federal de ação política e transformação social no processo de desenvolvimento local/regional a partir da Região Administrativa de Campinas, como indicado no capítulo anterior. Buscamos avaliar e conhecer a articulação de ensino, pesquisa e extensão dos IFs diante dos novos agenciamentos socioterritoriais da Região Administrativa em amostra, bem como continuar a analisar a maneira pela qual as/os trabalhadoras/es do Serviço Social compreendem os sentidos políticos dos Institutos Federais da Região de Campinas, considerando a atuação cotidiana, as demandas profissionais e a articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Privilegiamos, nesse contexto, os “territórios de vivência” enquanto referência para a abordagem do cotidiano profissional das trabalhadoras-sujeitas, cujas vozes se colocam como protagonistas da história dos próprios IFs em que estão inseridas. Segundo Koga e Alves (2010),

[...] o território se configura como um elemento relacional na dinâmica do cotidiano de vida de populações. E o fato do território estar tão presente no cotidiano e na vida das pessoas evidencia que a história não se faz fora do mesmo, mesmo porque não existe sociedade a-espacial (KOGA; ALVES, 2010, p. 71).

Mary Jane e Peter Spinky (2017, p. 593) referem-se à dimensão do cotidiano na pesquisa social como uma “virada para o mundo do vivido”, tratando-se de “pesquisar o cotidiano como lugar de vida, de competência e de ação”. É nessa escala de análise que buscaremos decifrar o(s) sentido(s) político(s) dos IFs.

5.1. Os câmpus do IFSP da Região Administrativa de Campinas e as ações de ensino, pesquisa e extensão: similitudes e diferenças

No mesmo sentido do último tópico do capítulo anterior, temos o objetivo de apresentar dados que exponham as atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas nos câmpus do IFSP localizados na Região Administrativa de Campinas. As informações foram levantadas a partir da Plataforma Nilo Peçanha, dos sítios institucionais dos câmpus e de informações solicitadas por meio do Sistema Eletrônico de Informações ao Cidadão⁹⁴ (e-sic). Desse modo, pretendemos relacionar os debates propostos nesta Tese a partir da realidade institucional dos câmpus.

Inicialmente, a Tabela 8 a seguir apresenta dados gerais relativos aos números dos cursos do IFSP nos câmpus da Região Administrativa de Campinas tendo como base o ano de 2019 (dados extraídos da Plataforma Nilo Peçanha). Reafirmando as discussões apresentadas anteriormente, com base em Orsi e Ribeiro (2021) entende-se que os Institutos Federais representam um novo modelo de instituição e propõem uma formação omnilateral a partir de uma educação politécnica. Há, portanto, oferta de Educação Profissional e Tecnológica de forma verticalizada, ou seja, atingindo diversos níveis e modalidades de ensino. Nesse sentido, cabe apresentar a fala de Turmalina (2020) ao afirmar que não se deve esquecer a temporalidade do Instituto Federal, enquanto algo recente e que está em processo de implementação.

Mas acho que também e apesar do Instituto ser centenário, a rede de educação ser centenária, os Institutos têm um pouco mais de 10 anos, né, desde 2008, que foi o processo de criação, então a gente ainda é criança, se for ver.... então a gente vai tá aprendendo, a gente vai aprender, a gente vai fazer a lição de casa certinha e aí quando a gente aprender, ninguém vai segurar a gente não (TURMALINA, 2020).

Com base em Algebaile (2009) é necessário partir do pressuposto de que não há homogeneidade de interesses no que tange à formação ofertada pelo IFSP. Compreende-se que a Educação – e a EPT não está imune a isso – é permeada e cindida de conflitos e interesses. Assim, ao apresentar esses dados é preciso afirmar

⁹⁴ A manifestação no e-sic está registrada pelo número 546.008516/2021-73 e foi pronta e competentemente atendida pela instituição e pelos servidores da Ouvidoria do IFSP. Cabe ressaltar esta informação, considerando a importância da ferramenta para garantir o acesso à informação aos cidadãos, sobretudo em uma conjuntura política e social que tem atacado constantemente o serviço público e o seu servidor, inclusive com perseguições políticas e sanções administrativas de conduta.

que se intui que “a escola não resulta de um projeto único e intencionalmente dirigido a um fim claramente traçado, mas da complexa fusão, [...] de projetos em princípio distintos e mesmo antagônico” (ALGEBAILLE, 2009, p. 27).

Portanto, o objetivo inicial desta homogeneização dos dados é mostrar uma riqueza nesses números, tendo em vista que representam cursos oferecidos aos estudantes, sobretudo àqueles que compõem os filhos e filhas da classe trabalhadora dessa sociedade aniquilada pelo capital.

Tabela 8 – Dados por cursos nos câmpus da Região Administrativa de Campinas

Tipo de curso	Cursos	Matrículas	Ingressantes	Concluintes	Vagas	Inscritos
Qualificação Profissional (FIC)	64	1990	1990	1160	3117	4499
Técnico	41	3864	1441	785	1510	6220
Bacharelado	6	786	306	49	294	2640
Licenciatura	7	689	259	40	293	1421
Tecnologia	14	1819	492	204	483	3518
Especialização	7	442	261	54	305	693

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha, 2019. Elaboração própria.

Desse modo, se fosse somado o número de ingressantes apresentado na tabela acima, poderíamos afirmar que há 4.749 estudantes ingressando nos cursos ofertados pelos câmpus em análise. Observar que tais vagas são públicas, gratuitas, que oferecem uma Educação Profissional e Tecnológica de qualidade e cujos princípios valorizam e priorizam uma formação integral, com efetividade na vida dos estudantes, representaria por si só um aporte fundamental nos resultados desta Tese. Todavia, acredita-se que os sentidos políticos dos Institutos Federais (representados por uma amostra significativa de câmpus do IFSP) ultrapassam os muros institucionais e alcançam o cotidiano das relações estabelecidas entre os sujeitos conviventes em cada câmpus e dos territórios em que se encontram instalados.

As teses de Amanda Machado Duarte (2019) e Michelli Daros (2019), ao percorrerem diferentes câmpus do país, privilegiando em suas respectivas pesquisas as vozes dos estudantes e suas trajetórias de vida nos territórios de vivência, demonstraram de forma contundente o quanto o cotidiano institucional é permeado

por uma teia de relações em que estão presentes tensões, conflitos e ações solidárias entre os sujeitos e as diferentes áreas de cada IF.

É necessário refletir, nesse sentido, que a formação da escola⁹⁵ passa “pelas relações sociais que atuam na produção da escola” (ALGEBAILLE, 2009, p. 29) e pelos desencontros associados à formação social do país e sua “formação econômico-social de largo espectro, capitalista” (ALGEBAILLE, 2009, p. 28). Esse espaço materializa-se como “equipamento de uso coletivo e como lugar de encontro” e há “cotidianidade de seu uso” (ALGEBAILLE, 2009, p. 41). Assim, é preciso cuidado ao investigar as formas assumidas pela escola em determinado país, região, cidade para não incorrer no erro de reduzir esse espaço, sem considerar que sua inserção é permeada de elementos sociais, econômicos e políticos e que, portanto, há contradições.

O Quadro 6 a seguir tem como intuito inicial apresentar os cursos ofertados nos câmpus do IFSP que compõem a região de estudo. O objetivo é demonstrar quais têm sido os cursos e modalidades ofertados e realizar uma análise da percepção das sujeitas de pesquisa, articulando a(s) realidade(s) da Região Administrativa de Campinas.

⁹⁵ Compreende-se o Instituto Federal enquanto uma escola, considerando as definições apontadas por Algebaile (2009, p. 39): “é necessário reconhecer, inicialmente, que a escola, em perspectiva ampla, é uma ‘instituição social especializada’ à qual cabe realizar uma forma determinada de educação. Uma instituição especializada pode ser definida, genericamente, como aquela à qual cabem certas funções específicas, cuja realização sistemática exige um conjunto de condições permanentes, relativas à sua organização e aos recursos e meios utilizados. Essa definição pode ser atribuída à escola, tendo em vista tratar-se de uma instituição social cuja constituição histórica está inevitavelmente implicada na especialização da função de ‘educar as novas gerações’”.

Quadro 6 – Cursos ofertados nas diversas modalidades nos câmpus do IFSP da Região Administrativa de Campinas

Câmpus	Técnico		Bacharelado	Licenciatura	Tecnologia	Especialização
	Concomitante/ subsequente	Integrado ao Ensino Médio				
Bragança Paulista	Técnico em Mecatrônica	Técnico em Eletroeletrônica; Técnico em Mecânica; Técnico em Informática	Engenharia de Controle e Automação	Licenciatura em Matemática	Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Mecatrônica Industrial	Gestão estratégica de Tecnologia da Informação
Campinas	Desenvolvimento de Sistemas; Eletroeletrônica; Informática	Técnico em Eletrônica; Técnico em Informática; Técnico em Telecomunicações (PROEJA)	Não há	Não há	Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Eletrônica Industrial	Ciência de Dados; Educação para a inserção social; Microeletrônica e sistemas embarcados; Tecnologias da Informação e Comunicação; Aplicadas ao Ensino de Ciências
Capivari	Técnico em Química	Técnico em Química; Técnico em Informática; Técnico em Administração (PROEJA)	Não há	Licenciatura em Química	Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Tecnologia em Processos Químicos	Tecnologia da Informação e Comunicação na Educação; Docência para a Educação Profissional e Tecnológica

Câmpus	Concomitante/ subsequente	Integrado ao Ensino Médio	Bacharelado	Licenciatura	Tecnologia	Especialização
Hortolândia	Técnico em Eletroeletrônica; Técnico em Fabricação Mecânica; Técnico em Manutenção e Suporte em Informática	Automação Industrial; Informática; Mecânica	Engenharia de Controle e Automação	Licenciatura em Matemática	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Ensino de Línguas e Literaturas
Jundiaí	Técnico em Comércio	Técnico em Logística Técnico em Administração (PROEJA)	Não há			
Piracicaba	Técnico em Mecânica	Técnico em Informática; Técnico em Manutenção Automotiva	Engenharia da Computação Engenharia Elétrica Engenharia Mecânica	Licenciatura em Física	Automação Industrial	Educação em Direitos Humanos
São João da Boa Vista	Técnico em Administração; Técnico em Automação Industrial; Técnico em Informática para Internet; Técnico em Manutenção e Suporte em Informática; Técnico em Mídias Digitais; Técnico em Química	Técnico em Eletrônica Técnico em Informática	Ciência da Computação; Engenharia de Controle e Automação	Licenciatura em Ciências Naturais - Habilitação Química e Habilitação em Física	Tecnologia em Eletrônica Industrial; Tecnologia em Processos Gerenciais; Tecnologia em Sistemas para Internet	Desenvolvimento e Aplicações para Dispositivos Móveis; Informática na Educação; Humanidade: Ciência, Cultura e Sociedade

Fonte: Sítios institucionais. Elaboração própria.

Observa-se, no âmbito do **ensino**, que há cursos em diferentes níveis e modalidades, nas áreas de Administração, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Automação Industrial, Ciência da Computação, Ciência de Dados, Comércio, Desenvolvimento de Sistemas, Desenvolvimento e Aplicação de Dispositivos Móveis, Docência para a Educação Profissional e Tecnológica, Educação em Direitos Humanos, Educação para a inserção social, Eletroeletrônica, Eletrônica, Eletrônica

Industrial, Engenharia da Computação, Engenharia de Controle e Automação, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Ensino de Línguas e Literaturas, Fabricação Mecânica, Gestão estratégica de Tecnologia de Informação, Humanidades: Ciência, Cultura e Sociedade, Informática, Informática na Educação, Informática para Internet, Licenciatura em Ciências Naturais - Habilitação em Física, Licenciatura em Ciências Naturais - Habilitação em Química, Licenciatura em Física, Licenciatura em Química, Logística, Manutenção Automotiva, Manutenção e Suporte em Informática, Mecânica, Mecatrônica, Mecatrônica Industrial, Microeletrônica e sistemas embarcados, Multimeios Didáticos, Processos Gerenciais, Processos Químicos, Química, Sistemas para internet, Tecnologia da Informação e Comunicação na Educação, Tecnologias da Informação e Comunicação aplicadas ao Ensino de Ciências e Telecomunicações.

Os cursos ofertados dialogam com a realidade apresentada pela economia das cidades da Região Administrativa dos câmpus do IFSP. Como notado no Quadro 5, que dispõe sobre o perfil econômico dos municípios, a maioria das cidades concentram seus empregos formais nas áreas ligadas ao setor de serviços, indústria e comércio. Há destaque para cursos vinculados às áreas técnicas e tecnológicas, sobretudo no campo da tecnologia e das ciências da natureza, em detrimento de cursos ligados a humanidades, por exemplo. Entretanto, considerando os objetivos dos Institutos Federais, analisamos que isso se expressa nos cursos relacionados ao **ensino**⁹⁶.

Entretanto, observamos nas falas das participantes da pesquisa algumas críticas acerca dos cursos oferecidos no âmbito do **ensino** no IFSP. Para Ametista (2020), a escolha dos cursos nem sempre dialoga com as necessidades e a realidade dos sujeitos e do território. As escolhas direcionam-se, muitas vezes, ao perfil do corpo docente da Instituição, suas afinidades e escolhas.

[...] então, eu senti nesse processo que não é a necessidade produtiva da região, o curso que vai abrir é o interesse do fulano que falou. Então como é que daí você está contribuindo com o arranjo local, se você não pensa nem no curso que é mais viável, se você está pensando no

⁹⁶ Tendo em vista os objetivos desta Tese, os dados referentes aos projetos de Bolsa Ensino não serão pauta de análise. O programa Bolsa Ensino tem como objetivo apoiar a participação de alunos em atividades ligadas ao ensino e projetos de estudos que contribuam para a formação integral do estudante. No âmbito do ensino, concentrou-se nos cursos ofertados pelos câmpus, nos diferentes níveis e modalidades de ensino.

curso que vai ter muita evasão, você já está pensando em curso que as pessoas não vão chegar [...] (AMETISTA, 2020).

Na mesma direção, a entrevistada Jade (2020) afirma:

Então, eu comecei [aqui]⁹⁷, tinha o integrado, que era o integrado junto com o Estado e tinha o técnico em mecânica. Depois eu entrei na comissão. Quando eu entrei, quando você entra, você entra com tudo, e o câmpus era muito pequenininho, tinha pouquinho aluno, então eu comecei a me engajar em toda comissão que iam me colocando. Então eu participei da comissão do PDI, na época. E falava da definição, do objetivo, o que seria a Educação Tecnológica. Só que foi implantado lá de forma... por interesse mesmo. Por interesse de um grupo lá. [...] e a intenção era ficar só com as engenharias e depois veio lá de cima para baixo, exigiu que o câmpus tivesse o integrado [...] (JADE, 2020).

Nesse sentido, considerando os objetivos estabelecidos pelos documentos que norteiam e normatizam as concepções dos Institutos Federais, reafirmamos a necessidade de a oferta de cursos na área de **ensino** dialogar com a realidade social, política, econômica e cultural dos territórios das cidades. As possibilidades devem ser contempladas para além de interesses individuais e/ou coletivos dos docentes e/ou gestores e/ou servidores técnicos administrativos dessas instituições. É preciso considerar as potencialidades da Educação Profissional e Tecnológica em ofertar formação integral, plural e omnilateral a seus estudantes. Daros (2019) apresenta resultados que comprovam a importância dessas instituições na formação de estudantes, sobretudo ao ampliar os horizontes críticos acerca da realidade.

Nos nove campi dos cinco IFs que tive a oportunidade de conhecer e pude verificar por meio de dados e depoimentos dos estudantes diversas particularidades regionais, territoriais, sociais e econômicas [...], quando tratamos dos IFs a partir das lentes da categoria território. Embora a diversidade seja uma matriz constitutiva de todos os IFs visitados, há algo universal que emerge do particular, que adquire também roupagens singulares: a mudança de visão de mundo dos estudantes quando ingressam nos IFs (DAROS, 2019, p. 305).

Portanto, é necessário elaborar propostas que discutam a realidade de forma mais ampla, tendo em vista que “é na totalidade que os construtos particulares se fazem verdade” (FRIGOTTO; ARAUJO, 2018, p. 250). Embora a afirmação de Frigotto e Araújo (2018) faça referência apenas ao Ensino Médio Integrado, pode ser

⁹⁷ Nome da cidade suprimido para garantir o anonimato da entrevistada.

mobilizada para a defesa de proposição que dialogue com as necessidades impostas pelo cotidiano, pois é necessária

[...] uma proposição pedagógica que se compromete com a utopia de uma formação inteira, que não se satisfaz com a socialização de fragmentos da cultura sistematizada e que compreende como direitos de todos o acesso a um processo formativo, inclusive escolar, que promova o desenvolvimento de suas amplas faculdades físicas e intelectuais (FRIGOTTO; ARAUJO, 2018, p. 250).

Dando sequência ao debate proposto, no intuito de apresentar ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas nos câmpus, considerando a importância de articulação dessas ações, o Quadro 7 apresenta ações de **extensão** desenvolvidas no período de 2019, 2020 e 2021. Tais informações foram disponibilizadas pela Pró-reitoria de extensão do IFSP, a partir de solicitação pelo e-sic⁹⁸.

Quadro 7 – Atividades de extensão desenvolvidas nos câmpus de 2019 a 2021

Câmpus	Ano	Título do projeto	Área Temática
Bragança Paulista	2019	Biologia, Física, Química, Matemática, Redação e Atualidades para exames de ingresso no Ensino Superior	Educação
		Caso Escola Base, será que aprendemos?	Comunicação
		CONEXÃO INDÚSTRIA - Visita técnica empresa YPE - Química Amparo LTDA.	Multidisciplinar
		Controle de pH e Monitoramento de Temperatura e de Condutividade Elétrica em um Sistema de cultivo Hidropônico	Tecnologia e Produção
		Criação de grupo musical e repertório permanente	Comunicação
		Currículo e Mercado de Trabalho	Comunicação
		Direitos Humanos Entretodos	Direitos Humanos e Justiça
		Elementos de máquinas aplicados a equipamentos de elevação e movimentação de carga	Tecnologia e Produção
		Equilibrium	Multidisciplinar
		Estudo do acelerador matemático presente na arquitetura de ARM de microcontroladores	Tecnologia e Produção
		Ginástica para o Ensino Fundamental I	Educação
		Governança Algorítmica	Tecnologia e Produção

⁹⁸ O período solicitado via e-sic foi de 2014 a 2020, todavia apenas os dados de 2019 e 2020 foram apresentados e, portanto, contemplados no estudo.

Câmpus	Ano	Título do projeto	Área Temática	
Bragança Paulista	2019	I Workshop Bragantec	Multidisciplinar	
		IX Semana de Matemática e Educação Matemática - SEMAT	Educação	
		Matemática Olímpica: promovendo inclusão social e ajudando a melhorar o entendimento da matemática	Educação	
		Matemática Olímpica: promovendo inclusão social e ajudando a melhorar o entendimento da matemática	Educação	
		Mulheres de Energia - Curso FIC de Auxiliar de Eletricista	Trabalho	
		Negócios Sustentáveis: como pensar o futuro	Trabalho	
		Negritude e direitos humanos: uma abordagem transdisciplinar	Direitos Humanos e Justiça	
		Oficinas virtuais de matemática para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Educação	
		Palestra Carreiras em TI Enterprise	Tecnologia e Produção	
		Projeto ENEM sem estresse	Educação	
		Robótica aplicada à Indústria 4.0	Tecnologia e Produção	
		Saúde e segurança no trabalho. O que se espera do colaborador no âmbito organizacional	Trabalho	
		SEMTEC - Trilha de informática	Tecnologia e Produção	
		Taperá AeroDesign - Dez Anos de Histórias e Conquistas	Tecnologia e Produção	
		VIII Semana de Matemática e Educação Matemática	Educação	
		Visita Técnica	Multidisciplinar	
		Visita técnica CCBB e Museu do Anchieta	Cultura	
		Visita técnica para empresa OSG	Multidisciplinar	
		Webinar (palestra técnica) - Desmistificando o uso de robôs na indústria	Tecnologia e Produção	
		Webinar: Cidades Inteligentes	Multidisciplinar	
		X SEMTEC – Semana de Tecnologia do IFSP-Câmpus Bragança Paulista - Área Industria	Tecnologia e Produção	
		XIII SEMTEC – Semana de Tecnologia do IFSP - 2020 - Câmpus Bragança Paulista	Multidisciplinar	
		2020	Ginástica para o Ensino Fundamental I	Educação
		IF meninas na rede	Direitos Humanos e Justiça	
		IF(Meninas){nas exatas}	Direitos Humanos e Justiça	
		IF(meninas){nas exatas}: promovendo a participação de mulheres na área de exatas	Direitos Humanos e Justiça	

		Inclusão Digital para Terceira Idade – IF(estudante){protagonista da Informática}	Educação
		Matemática Olímpica: promovendo inclusão social e ajudando a melhorar o entendimento da matemática	Educação
Câmpus	Ano	Título do projeto	Área temática
Campinas	2019	A jornada no caminho do bem comum	Direitos Humanos e Justiça
		Ação UrbanizARTE	Comunicação
		Arborização do câmpus Campinas unidade Campo Grande	Meio Ambiente
		As oportunidades de carreira e liderança no novo mercado digital	Educação
		B HANDS: tecnologias comunicacionais/ assistivas para comunicação entre surdos e ouvintes	Direitos Humanos e Justiça
		Bullying e Saúde Mental	Multidisciplinar
		Carreiras em TI Enterprise	Tecnologia e Produção
		Cine debate	Cultura
		Cursinho popular preparatório para ENEM e vestibulares	Educação
		Desafios de Controle e Segurança Alimentar na Ocupação "Marielle Vive"	Educação
		Fora da Ementa: conectando estudantes e profissionais de computação	Comunicação
		II Interifs - Maratona de Programação	Tecnologia e Produção
		III Semana da Mulher do IFSP Campinas	Direitos Humanos e Justiça
		Implantação da sede definitiva do IFSP Câmpus Campinas	Comunicação
		Lançamento do Livro Um cara, 6 passaportes	Multidisciplinar
		Mágica, Matemática e outras coisas menos perigosas	Educação
		Mágica, Matemática e outras coisas menos perigosas	Educação
		Mágica, Matemática e outras coisas menos perigosas	Educação
		Mesa redonda: Os Desafios de Gestão da Educação Profissional e Tecnológica para o Novo Milênio	Comunicação
		O Profissional 5.0	Multidisciplinar
		Roda de Conversa com especialistas da DPASCHOAL	Trabalho
Segurança alimentar e tecnologias sustentáveis para agricultura familiar agroecológica	Educação		
Segurança das Informações. Por que se preocupar?	Tecnologia e Produção		
Tecnologia e o futuro do Mundo do Trabalho	Trabalho		

Câmpus		Título do projeto	Área temática	
Campinas		Treinamento normas da ABNT 14724, 10520 e 6023	Multidisciplinar	
		Visita de pais e alunos para conhecer o IFSP	Comunicação	
		Visita Técnica do Projeto Há Esperança	Educação	
	2020		Agroecologia, tecnologias sociais e pesquisa social aplicada: criação de dispositivo para monitoramento de compostagem caseira em assentamento de reforma agrária	Meio Ambiente
			Avaliação dos portais de serviços públicos municipais para formulação de políticas públicas na implementação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD	Comunicação
			Brincando com o ENEM e vestibulares: Desenvolvimento de um aplicativo mobile (Android)	Multidisciplinar
			Desenvolvimento de apostilas de matemática com metodologias inclusivas de ensino-aprendizagem	Educação
			Desenvolvimento de materiais didáticos de matemática com metodologias inclusivas de ensino-aprendizagem	Educação
			Desenvolvimento do Site Vota Campinas	Tecnologia e Produção
			Estruturação de Cursos de extensão sobre Energia Fotovoltaica	Trabalho
			Estudo e Confeção de Jogos de Raciocínio Lógico e Intuitivo e Habilidades Matemáticas na Formação Continuada de Professores da Rede Pública	Multidisciplinar
			Fabricação de Álcool Gel - Química aplicada para um mundo melhor	Saúde
			Gestão e capacitação: um cronograma de construção coletiva para estruturação de Curso de Extensão voltado ao Mundo do Trabalho e à Gestão	Trabalho
			Jovens Mobilizadores pelos Direitos Sexuais e Reprodutivos - Mobiliza IFSP	Saúde
		2021		Roda de Conversa: convivendo na escola
	Capivari	2019	"Estratégias de Trabalho com o Aluno PAEE: Planejamento, Prática e Avaliação"	Multidisciplinar
Aspectos éticos e legais do plágio em trabalhos acadêmicos			Direitos Humanos e Justiça	
Associativismo de Mulheres para as Boas Práticas na Manipulação de Alimentos			Multidisciplinar	
Clube do livro			Cultura	
Construindo Hortas e Espaços de Vivência			Meio Ambiente	

Câmpus	Ano	Título do projeto	Área temática	
Capivari	2019	Enfrentamento da Violência contra Mulheres	Direitos Humanos e Justiça	
		English Conversation Club	Educação	
		Estufa modelo: Interdisciplinaridade na prática para produzir e compartilhar conhecimentos	Meio Ambiente	
		Formação e sustentação de grupos da Economia Solidária na feira municipal de artesanato de Capivari	Tecnologia e Produção	
		II Jornada de Acessibilidade e Inclusão - NAPNE	Direitos Humanos e Justiça	
		Inovação e Empreendedorismo	Multidisciplinar	
		Mostra Paralela Salão Internacional de Humor de Piracicaba	Multidisciplinar	
		O uso de Tecnologias da Informação e Comunicação no cenário escolar: os Podcasts	Tecnologia e Produção	
		Oficina: Ferramentas Google para Professores	Tecnologia e Produção	
		Semana da mulher: desafios da contemporaneidade	Direitos Humanos e Justiça	
		Semana do administrador	Multidisciplinar	
		VI Semana da Consciência Negra	Direitos Humanos e Justiça	
		VII Semana Nacional do Livro e da Biblioteca	Multidisciplinar	
		Visita Técnica - Fábrica da Ambev em Agudos/SP	Tecnologia e Produção	
		Visita Técnica - Fábrica da Arcor em Rio das Pedras/SP	Tecnologia e Produção	
		Visita Técnica - Fábrica da Hyundai em Piracicaba/SP	Tecnologia e Produção	
		Visita Técnica - Fábrica Natura em Cajamar/SP	Tecnologia e Produção	
		Visita Técnica à Fábrica da Ajinomoto	Tecnologia e Produção	
		2020	Conexão: reflexão e conscientização contra a violência à mulher	Direitos Humanos e Justiça
		Hortolândia	2019	2º Arduino Day - Câmpus Hortolândia
A ludicidade do inglês na sala de aula: (re)pensando o ensino de inglês para crianças	Educação			
AfroIF e Casa Quilombola: Arte, Literatura, Lazer e Empreendedorismo Social	Direitos Humanos e Justiça			
Apoio à Incubadora Municipal da Economia Solidária – Hortolândia	Direitos Humanos e Justiça			
Apresentação Teatral: An dê mos (Gato Coletivo Artístico)	Cultura			

Câmpus	Ano	Título do projeto	Área temática
Hortolândia	2019	Café Filosófico: um papo legal sobre a Vida Cotidiana	Educação
		Cine-debate III: a questão africana, afro-brasileira e indígena em pauta	Cultura
		Cine-debate III: a questão indígena em pauta (sessões em 17/12/2020)	Educação
		Cinema e Direitos Humanos	Educação
		Clube de Leitura Felicidade Clandestina	Cultura
		Comunic@Jovem 2020: Educomunicação, cultura e protagonismo juvenil	Cultura
		Costurando Oportunidades e Construindo Novos Horizontes	Direitos Humanos e Justiça
		Diálogos Contínuos sobre Educação Matemática: teoria e prática	Educação
		ENTRETODOS - Festival de Filmes Curtos e Direitos Humanos no Câmpus Hortolândia	Cultura
		Formação continuada em matemática para professores do Ensino Fundamental anos iniciais	Educação
		Formação continuada em matemática para professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental	Educação
		I Dia do Nerd	Multidisciplinar
		IV OLHA ELA	Direitos Humanos e Justiça
		II Olimpíada de Foguetes do IFSP Câmpus Hortolândia	Multidisciplinar
		III Olimpíada de Foguetes do Câmpus HTO	Multidisciplinar
		III Semana de Direitos Humanos	Direitos Humanos e Justiça
		IV Fórum de Empregabilidade e Estágio do IFSP	Trabalho
		IX Semana Nacional de Ciência e Tecnologia & Mostra de Arte e Cultura do IFSP Câmpus Hortolândia	Educação
		Língua Inglesa - Básico 3 (parte 2)	Educação
		Língua Inglesa - Básico 3 (parte I)	Educação
		Memórias III: encontros com raízes africanas e indígenas	Cultura
		Oficinas de formação para o uso de Tecnologias Sociais em sala de aula	Multidisciplinar
		Pomar Experimental: agrofloresta e restauração ambiental em microbacia hidrográfica	Meio Ambiente
		Práticas extensionistas – dialogando com a sociedade	Multidisciplinar
		Projeto de Extensão: V Olha Ela	Direitos Humanos e Justiça

Câmpus	Ano	Título do projeto	Área temática
Hortolândia	2019	Protagonismo Juvenil na divulgação científica: o ensino de inglês em escolas estaduais	Educação
		Semana da Educação Matemática	Educação
		Simpósio de Engenharia Ferroviária 2019	Multidisciplinar
		Slam: a palavra poética no IFSP - Hortolândia	Cultura
		V Semana de Consciência Negra do Câmpus Hortolândia	Multidisciplinar
		Clube de Leitura Felicidade Clandestina	Cultura
	2020	Diálogos Contínuos sobre Educação Matemática: teoria e prática	Educação
		Educomunicação, Comunica Jovem Rádio IF-HTO	Comunicação
		Educomunicação, Imprensa Jovem na Educação Ambiental	Educação
		Formação continuada em Matemática para docentes dos anos iniciais do Ensino Fundamental	Educação
		Jundiaí Informações não foram disponibilizadas pela PRX	
Piracicaba	2019	Aprendizado de Máquina: conceitos e aplicações atuais	Multidisciplinar
		Ceramicando - Comunicando	Multidisciplinar
		Ceramicando - Energizando	Multidisciplinar
		Cursinho Popular IFSP Câmpus Piracicaba 2019	Educação
		Formação acadêmica e profissional: relatos de estudantes da Engenharia de Computação	Educação
		Libras em Ação III - Gincana Setembro Azul	Educação
		Visita ao Laboratório Nacional de Computação Científica e ao supercomputador Santos Dumont	Tecnologia e Produção
	2020	Aprendendo, discutindo e ensinando a História de Piracicaba	Educação
		Ceramicando - Comunicando	Multidisciplinar
		Ceramicando - Comunicando	Multidisciplinar
		Ceramicando - Energizando	Multidisciplinar
		Ceramicando - Energizando	Multidisciplinar
		Ceramicando: CeraMina, CeraMana	Multidisciplinar
		Conheça o IFSP	Educação
		Música coral Piracanta	Cultura
Promovendo interações com egressas e egressos do IFSP Câmpus Piracicaba	Trabalho		
São João da Boa Vista	2019	2º Workshop de Empreendedorismo em Tempos de Crise, Crie	Multidisciplinar
		Conversando Direito	Direitos Humanos e Justiça
		Educação em Direitos Humanos	Direitos Humanos e Justiça

Câmpus	Ano	Título do projeto	Área temática
São João da Boa Vista	2019	Esportes Eletrônicos: Time de League of Legends do IFSP SBV	Tecnologia e Produção
		Fundamentos de RH	Multidisciplinar
		GDG - WHM	Tecnologia e Produção
		Laletec 2020 – Laboratório de Letramento Técnico-Científico Carga Horária Semanal: 5 horas-aula semanais	Comunicação
		Sarau virtual: cultura, arte e memórias	Cultura
		SJ Anime Fantasy	Cultura
		Treinamento sobre um Simulador de Jogos de Empresas	Multidisciplinar
		2020	Educação em Direitos Humanos: arte e ciência (reapresentação do projeto em modo remoto/on-line)
	Esportes Eletrônicos: Time de League of Legends do IFSP SBV		Tecnologia e Produção
	IFSP Musical		Cultura
	Laletec na Pandemia: ações extensionistas de letramento científico durante distanciamento social		Comunicação
	Laletec na Pandemia: ações extensionistas de letramento científico durante distanciamento social		Comunicação
	Preparatório para o Enem - EAD		Educação
	2021	Tudo (ou quase tudo) que você deveria saber de finanças para abrir uma empresa	Multidisciplinar

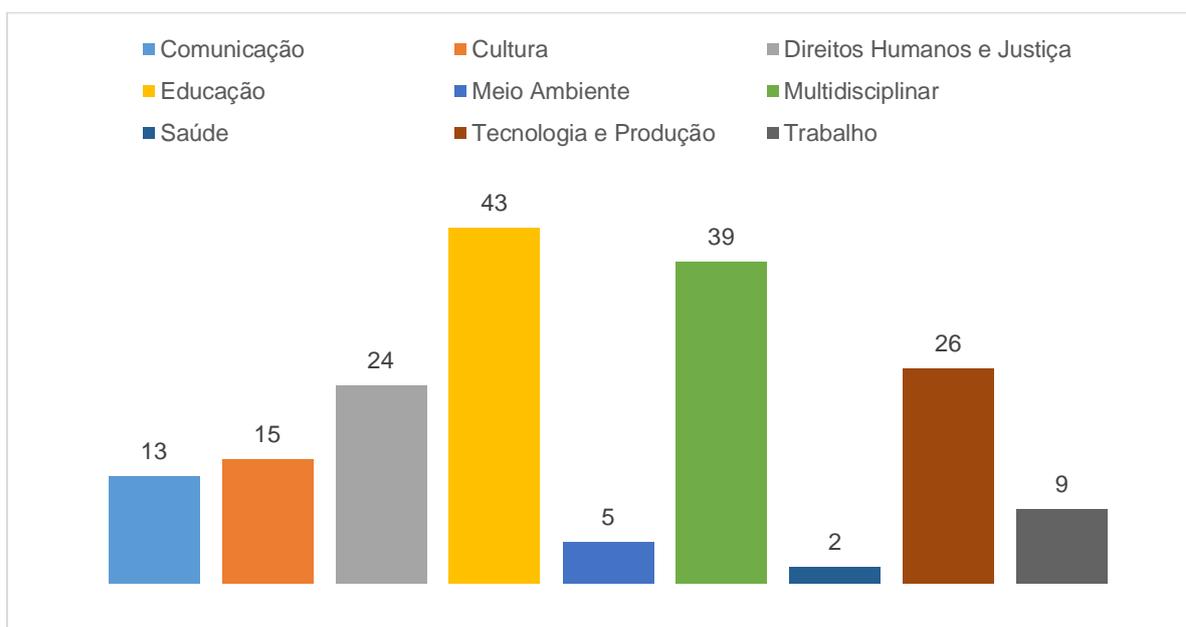
Fonte: Pró-reitoria de extensão do IFSP. Elaboração própria.

A observação do quadro acima possibilita identificar que a maioria das ações desenvolvidas dialogam com questões relacionadas a cursinhos preparatórios para avaliações externas, visitas técnicas, visitas culturais, promoção de visitas da comunidade externa aos câmpus, inserção no mundo do trabalho, atividades relacionadas às artes musicais, teatrais e visuais, debates relacionados aos Direitos Humanos e à Educação em Direitos Humanos, projetos vinculados à ciência, tecnologia e matemática, semanas científicas e tecnológicas, debates sobre relações étnico-raciais e indígenas, promoção de segurança no trabalho, saúde mental, eventos sobre cidades inteligentes, discussão de gênero (inclusive, relacionada a debates sobre a Mulher nas exatas) e direitos sexuais e reprodutivos, inclusão digital voltada à terceira idade, articulação entre os espaços da cidade e a arte, promoção de arborização em espaços públicos (como os câmpus do IFSP), confecção e debates sobre tecnologias assistivas e Educação Inclusiva, segurança alimentar em

ocupações, promoção e desenvolvimento de sites e acesso à informação, sustentabilidade e energia fotovoltaica, fabricação de insumos para enfrentamento à pandemia de Covid-19 (como álcool gel, *face shield* etc.), promoção da convivência escolar, eventos relacionados a procedimentos éticos em pesquisas e normativas como ABNT, associativismo para mulheres, construção de hortas comunitárias, enfrentamento de violência contra a mulher, inovação e empreendedorismo, economia solidária, protagonismo juvenil, tecnologias sociais e de educação, articulação com egressos, formação e conversação em idiomas, clube de leitura, dentre outros.

Percebemos uma riqueza de ações que envolvem principalmente aspectos inerentes à formação de valores éticos, culturais e sociais. O Gráfico 5 a seguir apresenta as áreas temáticas das ações no âmbito da **extensão**, com destaque para ações em Educação, Tecnologia e Produção, Multidisciplinar e Trabalho.

Gráfico 5 – Total de atividades de extensão categorizadas por área temática



Fonte: Pró-reitoria de extensão, 2021. Elaboração própria.

Entretanto, apesar da riqueza das ações de **extensão**, as entrevistadas apontam dificuldade de articulação e promoção da comunidade externa, um dos objetivos fins da extensão ofertada pelo IFSP, como discutido no capítulo anterior. Nessa direção, Ametista (2020) afirma:

[...] eu ainda sinto que a comunidade externa participa muito pouco, eu tô falando dentro do que eu vivencio e vejo, por que eu acho que assim, quando tem comissões, tem aquela coisa da lei, tá no papel, tem que chamar um membro da comunidade externa... Mas a gente não vê essa coisa do sair, sair daquele espaço, do ir mesmo para a comunidade, conhecer as pessoas [...] (AMETISTA, 2020).

Apesar da percepção de dificuldades nas atividades que articulem o IF à comunidade externa, observa-se que as ações de **extensão** ofertadas alcançam a participação das pessoas, embora não necessariamente da comunidade externa, o que novamente indica a importância desse diálogo e a promoção de ações que desenvolvam tal articulação. Como afirma Jade (2020):

Tem os cursos FICs lá... acho que os cursos FIC, que é o da extensão, né? Acho que acontece de forma legal assim... Acho que o que está tendo destaque é este de libras. Mas acho que todos os que são oferecidos conseguem formar turma, tem um aproveitamento legal (JADE, 2020).

Há sentidos políticos nas ações desenvolvidas, que estão em conformidade com os princípios, valores e objetivos postos à EPT, todavia, tais ações não estão imunes a contradições. Conforme elucida Geraldo (2015, p. 242), compete “aos Institutos Federais autonomia para criar, no âmbito de sua atuação, seus programas de extensão, em consonância com suas vocações, demandas locais e regionais”.

Partindo da premissa gramsciana de que “somos todos intelectuais”, é fundamental promover ações que potencializem os sujeitos na constituição e formação de valores relacionados às esferas econômica, produtiva, social, cultural, intelectual etc. Assim, é necessário possibilitar que a classe trabalhadora se aproprie dos espaços públicos voltados à sua constituição enquanto sujeito, tendo em vista que a Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996) abarca a compreensão de que a educação perpassa diversos e distintos processos formativos, em distintos contextos sociais, de modo a desenvolver plenamente os sujeitos e seu exercício para a cidadania, para a prática social e para o mundo do trabalho.

Dando sequência ao debate, os quadros expostos a seguir têm o intuito de possibilitar a visualização dos **projetos de pesquisa** desenvolvidos no período de 2014 a 2020. As informações foram compiladas e disponibilizadas pela Pró-reitoria de pesquisa, considerando os câmpus Bragança Paulista, Campinas, Capivari, Jundiaí,

Hortolândia, Piracicaba e São João da Boa Vista, que compõem os locais de estudo desta pesquisa.

Uma ressalva importante é que, embora as regulamentações para a realização dos **projetos de pesquisa** no âmbito do IFSP possibilitem a participação de técnicos administrativos como coordenadores dos projetos, as sujeitas pesquisadas relatam que a pesquisa é uma atividade muito mais vinculada aos docentes e seus processos de trabalho.

Pesquisa [...] dessas aí é o que tenho menos informação, na correria do dia a dia, o que eu busco, mas o que eu vejo do Instituto, fica muito para dentro da instituição. Acho que tem muitas coisas legais. Mas muito para dentro da Instituição e pelo que eu vejo, vejo mais as pesquisas dos professores, [...] mas a pesquisa está mais com os professores que estão desenvolvendo pesquisa (PÉROLA, 2020).

Em termos quantitativos, foram realizados 57 projetos em 2014; 79 projetos em 2015; 88 projetos em 2016; 63 projetos em 2017; 82 projetos em 2018; 73 projetos em 2019; e 91 projetos em 2020. Observa-se que houve um aumento no número de projetos se compararmos 2014 e 2020, todavia, verifica-se uma oscilação no período analisado, o que remete, inclusive, aos momentos políticos e econômicos vivenciados pelo país. A afirmação de Turmalina (2020) expressa os impactos desses processos, abordados ao longo do primeiro capítulo da Tese.

[...] eu acho que os recuos começaram um pouco já no governo Dilma, depois no Temer, depois no Bolsonaro.... (ai que ódio, risos). Enfim, mas a gente vinha num processo de expansão que aos poucos foi tendo os recursos limitados e aí depois parou... e aí a gente veio com diminuição dos recursos públicos, com diminuição de contratação, chegando ali numa limitação de número de professores, de técnicos administrativos, então isso trouxe alguns impactos para a própria organização institucional e, ao mesmo tempo, a gente foi sofrendo essa questão que eu falei dos cortes, do limite orçamentário, de algumas... acho que precarização mesmo, porque a partir do momento que você corta recursos, deixa de passar recursos, você contingencia, que foi muito falado no ano passado, não é corte, é contingenciamento, mas você segurar o dinheiro o ano todo e liberar em dezembro, é corte, né, porque em dezembro como que você paga a pessoa que você mandou embora em setembro, né, o funcionário terceirizado.. então são impactos que são muito ruins para a instituição, e isso impacta bastante, porque **a gente teve limitação de abertura de edital de pesquisa, ensino, extensão, a gente teve diminuição no número de projetos**, a gente teve diminuição no número de alunos atendidos pela assistência estudantil, a gente teve que fazer economias que não deveriam ser economias, porque como

you think education is a cost, you don't think education is a right... then, I think it's already a reflex of this project of government, of this constitutional amendment, of freezing the costs in education, health, after in this project of staying and saying that the public servant is a parasite, that the public servant is a cost, of making a negative propaganda about the public servant, about the public services, as if they were government costs and not a service to be provided for education, then it's a project that is being instituted in various fronts, a question of an ideological discourse about the public servant, about the public service, public service is bad, private service is good, then private university is good, public university is bad, public university only has bureaucracy and in short, terra plana... it's so absurd that you get so shocked as this absurd discourse perpetuates and reproduces, but it perpetuates and reproduces and it has impacts here (TURMALINA, 2020, emphasis mine).

In front of what was exposed, the charts 8 to 13 that follow present the titles of the **research projects** developed in the years 2014 to 2020. In the scope of the **research projects** developed in 2014, presented in Chart 8, we observe a heterogeneity of themes, but we observe that, considering the thematic axes of the Federal Institutes of Education, Science and Technology, the projects turn more towards issues related to the field of exact and natural sciences. There are few researches in the field of human and social sciences and we observe that few, apparently, turn towards the production of results that directly impact productive arrangements and the external community. However, it is important to delineate what is understood as the importance of researches in the field of Brazilian science, considering that they are turned towards teaching-learning, informatics (also applied to education), sustainability, articulation with graduates of IFSP, humanities and articulation between gender and resistance.

Quadro 8 – Projetos de pesquisa desenvolvidos nos câmpus em 2014

Câmpus	Título
Bragança Paulista	Desenvolvimento de uma ontologia para cidades digitais <i>peer-to-peer</i> baseado no Vocabulário Controlado do Governo Eletrônico Federal
	Estudo de um sistema de recomendação utilizando funções de similaridade e banco de dados baseado em grafos
	Exposição aos poluentes atmosféricos e a mortalidade por doenças respiratórias em município de porte médio
	Avaliação do efeito citotóxico de infusões de chá verde, usando teste <i>Allium cepa</i>
	Jogos para ensino de Matemática no ensino fundamental a partir de LIBRAS
	Predição de coautorias em computação na rede social acadêmica do IFSP
	Brincar, vivenciar e incorporar: o encantamento da (re)descoberta de noções e conceitos matemáticos
	Avaliação de uma ontologia baseada no VCGE para cidades Digitais P2P
	Avaliação do Crescimento Radicular de <i>Allium cepa</i> exposta as Águas do Lago do Taboão em Bragança Paulista, SP
	Estudo da indexação de dados nos padrões Linked Open Data utilizando bancos baseados em grafos
	Biomonitoramento de águas superficiais no município de Bragança Paulista
	Aplicação de funções de similaridade considerando os atributos e a classificação conceitual em bases de dados interligados (Linked Open Data)
	Mapeamento do VCGE em uma Ontologia para a Interoperabilidade Semântica das Cidades Digitais
	Projeto de Dispositivo e Ferramentas de Soldagem para Estudos de Aplicação do processo de Soldagem FSW (Friction Stir Welding) em Ligas Aeronáuticas
	Campinas
Capivari	Fotodegradação de Antibióticos Vencidos da Rede Pública de Capivari e Região por Processos Avançados de Oxidação
	Gerenciamento de Resíduos do Laboratório de Química
	Construção de um dispositivo portátil baseado em Led para determinação de cloreto em amostras de solo
	Placa térmica isolante obtida a partir de bagaço de cana de açúcar e embalagem cartonada (tetra pak): construção e avaliação de sua eficiência

Câmpus	Título
Hortolândia	Estudo Exploratório da Interação do Usuário ao Navegar em Aplicações Web Usando o Dispositivo Sensível ao Movimento Kinect
	Desenvolvimento de software para localização, instalação e catalogação de objetos de aprendizagem em dispositivos móveis
	Portabilidade e usabilidade de objetos de aprendizagem em dispositivos móveis baseados em plataforma android
	Desenvolvimento de software para instalação de objetos de aprendizagem em dispositivos móveis
	Uso da distribuição de weibull na caracterização de propagação de sistemas móveis em ambientes indoor
	Visualização de informação aplicada à legislação penal brasileira
	Estudo da aplicabilidade de sistemas desenvolvidos em java sobre a plataforma da placa raspberry pi
	Instrumento para avaliação de aprendizagem baseado na lógica fuzzy
	Avaliação de jogos educacionais (aplicativos) disponíveis para dispositivos móveis
	Piracicaba
Criação de um protótipo de jogo para auxiliar no ensino/aprendizado de álgebra booleana e de fundamentos matemáticos utilizados na computação	
Programação de um protótipo de jogo para auxiliar no ensino/aprendizado de conceitos básicos de algoritmos utilizados em programação estruturada	
Abordagem Multiplataforma para Sistemas Web e Dispositivos Móveis	
A Comparação das Linguagens C++ e netlogo no Desenvolvimento de Modelos Científicos Computacionais	
São João da Boa Vista	Ensino de Línguas e ntics: criação de um repositório online de ferramentas digitais
	Uma Abordagem Informatizada para Apoiar a Análise da Empregabilidade da Região de São João da Boa Vista
	Desenvolvimento de um Modelo Computacional para Gerenciamento de Alunos Egressos do IFSP
	Desenvolvimento de Recursos Educacionais de Matemática
	Literatura na Era Cibernética
	A Ciência e a Tecnologia na Literatura
	Implementação da Transformada de Hough utilizando imagej para contagem automática de colônias bacterianas
	Estudo da Microestrutura e Microdureza da liga de alumínio 2524 de aplicação aeroespacial após diferentes condições de Tratamento Térmico
	Estudo do planejamento da operação energética em sistemas hidrotérmicos de potência

Câmpus	Título
São João da Boa Vista	Proposta do mecanismo de transmissão iniciada pelo receptor para redução de consumo energético para smartphones
	Aplicação de sensores de cargas elétricas no estudo da fluidodinâmica de um Leito Fluidizado
	Aprendizado de Línguas e Linguística de Corpus: Um estudo a partir de exames de proficiência em Inglês
	A resistência feminina nos romances O Quinze e Parque Industrial
	Aspectos da Vida Cultural de São João da Boa Vista a partir do teatro
	Ajuste de parâmetros livres de um Controlador Robusto Lqg/Ltr através de um Sistema Imunológico Artificial
	Aplicação dos Conceitos de Manufatura Enxuta para desenvolver Células De Usinagem - (Lean Machining)
	Sistema para caracterização da Histerese Ferromagnética de Ligas Metálicas
	Projeto de um Controlador Robusto para a Dinâmica Longitudinal de um Caça Nasa Himat
	Dinâmica de Portadores em Estruturas de Pontos Quânticos confinados em Poços Quânticos
	Desenvolvimento de uma Central Microprocessada para uso na robótica com Lego
	Implementação de um Simulador Gráfico para o Algoritmo De Dijkstra
	Implementação de um Simulador Gráfico para o Algoritmo A*
	Estudo e aplicação de Frameworks para o desenvolvimento de jogos para Android
	Avaliação do efeito da espessura na microestrutura e microdureza da liga de ti-6al-4va de aplicação aeroespacial após diferentes condições de tratamento térmico

Fonte: Pró-reitoria de pesquisa. Elaboração própria.

No ano de 2015 observamos, no que tange aos projetos desenvolvidos, que em muitos temas pesquisados buscou-se a produção de resultados que trouxessem impactos diretos à cidade e à comunidade, tanto no âmbito acadêmico, quanto externamente. Nota-se que há pesquisas relacionadas aos debates sobre sustentabilidade e os impactos nas cidades, a educação ambiental, a produção de sistemas de dados e informações, o desenvolvimento de tecnologias assistivas, a promoção de pesquisas voltadas à Educação Inclusiva, bem como a articulação e desenvolvimento de softwares para o Poder Público.

Além disso, os temas relacionados à tecnologia e educação continuam muito presentes e há pesquisas voltadas à acessibilidade, ao debate sobre o corpo no

processo de ensino-aprendizagem, ao desenvolvimento de tecnologias de baixo custo, bem como tecnologias que promovam a sustentabilidade, a empregabilidade, além de construção de pesquisas sobre formas de potencializar o ensino de ciências e debates relacionados ao campo da política e ciências humanas.

Quadro 9 – Projetos de pesquisa desenvolvidos nos câmpus em 2015

Câmpus	Título
Bragança Paulista	Estudo ecológico sobre o impacto da exposição a poluentes atmosféricos na morbidade por doenças respiratórias em município paulista produtor de cana-de-açúcar
	Possibilidades educativas do teatro na pedagogia jesuítica brasileira (séc. XVI)
	Estudo da extração e indexação de dados disponíveis como Linked Open Data
	Análise de dados educacionais: estudo aplicado ao rendimento escolar de matemática
	Biomonitoramento de águas superficiais no município de Bragança Paulista, SP
	Caracterização de parâmetros metalúrgicos da liga tixoconformada AL-3WT% <i>s</i> S1-2,5WT% <i>CU</i> produzida via ECA
	Noções sobre grafos e suas aplicações
	Desenvolvimento de um hardware eletromecânico para uso em uma plataforma para ensino do método Braile utilizando tecnologia de dispositivos móveis
	Desenvolvimento de um software em plataforma Android para uso em uma plataforma para ensino do método Braile utilizando tecnologia de dispositivos móveis
	Estudo computacional de evolutas e involutas
	Biomonitoramento de águas superficiais no município de Bragança Paulista, SP: usando o teste <i>Allium cepa</i>
	Tópicos de Geometria Diferencial: parametrização de superfícies e geodésicas
	Avaliação do efeito citotóxico de infusões de <i>Camellia sinensis</i> VAR. <i>assamica</i> (chá verde), usando teste <i>Allium cepa</i>
	Um banco de dados não relacional para armazenamento de hierarquias
	Teoria dos Números e a criptografia RSA
	Estudo da viabilidade da utilização de conformação eletromagnética para expansão de tubos de troca térmica em equipamentos de processo
	Jogo para ensino de química no ensino médio a partir de LIBRAS
	Ferramenta para análise dos índices e relações dos grupos de pesquisa do IFSP
	Desenvolvimento de um jogo educativo para auxiliar no ensino de matemática
	Avaliação do crescimento radicular de <i>Allium cepa</i> exposta a infusões de hortelã
Um banco de dados não relacional para armazenamento de hierarquias	

Câmpus	Título
	Jogo para ensino de química no ensino fundamental a partir de LIBRAS
	Desenvolvimento de jogos para ensino de ciências no ensino fundamental a partir de LIBRAS
	O uso de dados e ferramentas big data por atores públicos da área de saúde no município de Bragança Paulista-SP
Campinas	Framework colaborativo de estruturação de dados abertos governamentais
	Expansão da acessibilidade
	Desenvolvimento de uma aplicação para a análise comparativa da produção acústica de falantes nativos do português brasileiro e de falantes nativos de inglês que aprendem o português brasileiro
	Desenvolvimento de um software livre para aplicação da abordagem multicritério de apoio à decisão (MCDA) – Fase I
	Leitor automático de língua de sinais
Capivari	Tem corpo na escola? Uma reflexão sobre o papel do corpo no processo de ensino-aprendizagem
	Desenvolvimento de purificador de água de baixo custo
	Estudo de degradação de antibiótico amoxicilina utilizando o processo foto-fenton
	Desenvolvimento de animações 3D para o ensino de química de coordenação
	Desenvolvimento de Equipamento, técnica de separação regeneração de resinas de troca iônica para purificação de água
	Avaliação da produção de papel a partir de resíduos agroindustriais
	Extração e avaliação de dados de imagens provenientes de filmagens de specklelaser para análises, gráficas numéricas e químicas
	Química e matemática? Gerenciamento de resíduos Químicos na Educação Média
	Validação de um espectrofotometro de led para uso em atividades didáticas
	Placa ISOLANTE de bagaço de cana-de-açúcar e embalagem cartonada: construção e avaliações térmica e acústica
Hortolândia	Estudo da interação do usuário usando o dispositivo sensível ao movimento KINECT e controle sensível ao movimento WiiMote
	Estudo de otimização de programas CNC para processo de torneamento utilizando comando numérico Siemens
	Desenvolvimento de um microconversor eletrônico de potência para geração distribuída de energia elétrica
	Elaboração de um processo para aumentar a portabilidade e a usabilidade de jogos educacionais em dispositivos móveis baseados em plataforma Android
	Ferramenta baseada em teoria fuzzy para acompanhamento do processo ensino-aprendizagem em avaliações formativas
	Desenvolvimento de aplicativo para celular e acionamento eletromecânico dedicado à automação residencial que permite o controle e medição do consumo de água de um chuveiro elétrico
	Estudos comparativos de furos obtidos pelo processo de interpolação helicoidal e brocas de insertos intercambiáveis

Câmpus	Título
	Aplicabilidade de sistemas desenvolvidos para plataformas de baixo custo e de código-fonte aberto, tais como raspberry pi, arduino, galileo e edison
	Definição de processo para aumento da portabilidade e usabilidade de objetos de aprendizagem em dispositivos móveis baseados em plataforma android
	Utilização dos métodos ágeis tdd e mvp para desenvolvimento e integração entre páginas web, aplicações para dispositivos móveis em plataforma android e serviços na nuvem
	Projeto de redução de custo da tecnologia impressão tridimensional para aplicações educacionais
Piracicaba	Geração de um conjunto de métricas de software orientado a objetos utilizando ferramenta CRISTA
	Desenvolvimento de um protótipo para aquisição de sinais de ECG
	Abordagens multiplataforma para sistemas web responsivo com utilização de cache
	Análise e reconhecimento de imagem aplicado ao ensino de cinemática
	Jogo Digital Educacional para o Aprendizado dos conceitos de Teste de Software
	Construção de um ambiente virtual para simulação de aplicações de Vida Artificial
	Análise de sistemas automatizados de identificação
São João da Boa Vista	A ação integralista brasileira: a influência do discurso fascista na política nacional e sua inserção em São João da Boa Vista na década de 1930
	Ensino de línguas e NTICs: criação de um repositório online de ferramentas
	Estudo de Sensores de Fluxo de Água de Baixo Custo para Medição de Consumo de Água Residencial
	Sistema de medição e monitoramento de consumo de água em pontos de utilização residencial
	Desenvolvimento de recursos educacionais de matemática
	Literatura na era cibernética
	Análise Comparativa entre Secadores de Mãos Elétricos e de Papel
	Dinâmica de Portadores em Estruturas de Pontos Quânticos Confinados em Poços Quânticos
	Levantamento e análise de projetos educacionais realizados no Instituto Federal de Educação Tecnológica de São Paulo - Câmpus São João da Boa Vista, SP, com potencial
	Introdução à identificação de sistemas dinâmicos através de algoritmos genéticos
	Desenvolvimento de um modelo computacional para gerenciamento de alunos egressos do IFSP
	Efeito de Recozimento Térmico nas Propriedades Óticas de Pontos Quânticos Emitindo na Faixa Espectral de 1,3 A 1,5 mm
	Complementação matemática e inovação tecnológica: grafos
	Desenvolvimento de um ambiente virtual com interação entre ambiente real e simulado com uso do micro controlador arduino

Câmpus	Título
São João da Boa Vista	Avaliação do efeito da espessura na microestrutura e microdureza da liga de Ti-6Al-4V de aplicação aeroespacial após os tratamentos térmicos de têmpera, revenimento e solubilização
	Estudo da microestrutura de microdureza da liga de alumínio 2524 de aplicação aeroespacial após diferentes condições de tratamentos térmicos de recozimento, solubilização e envelhecimento artificial
	Proposta de metodologia para o ensino de física apoiado em software de simulação de modelos matemáticos
	Uma abordagem informatizada para apoiar a análise da empregabilidade da região de São João da Boa Vista
	A ciência e a tecnologia na literatura do século XIX
	PonK: um jogo tridimensional ao estilo Pong utilizando o sensor de movimentos Kinect
	Ácaro <i>Aceria litchii</i> (Keifer) em lichia: controle através de inseticida biológico <i>Beauveria bassiana</i> (Bals)
	Um estudo diagnóstico da educação ambiental no IFSP

Fonte: Pró-reitoria de pesquisa. Elaboração própria.

Em 2016, os estudos estão relacionados ao Poder Público, os impactos ambientais na população, informática e tecnologia, investigações relacionadas aos ecossistemas, desenvolvimento de aplicativos voltados à educação, tecnologia assistiva, tecnologias voltadas à saúde, mobilidade urbana, alternativas pedagógicas para o processo ensino-aprendizagem, condições de trabalho docente, percepção de condições ambientais, articulação entre arte e química, novas metodologias educacionais e tecnológicas, avaliação e metodologias de ensino, estudos relacionados às transformações do sistema produtivo, produção de materiais de baixo custo voltados à satisfação das necessidades de saúde da população, estudos sobre os territórios das cidades, conflitos rurais, estudos de gênero, produção de tecnologias para estudos ambientais de baixo custo, inserção das mulheres no mundo do trabalho e energia solar.

Quadro 10 – Projetos de pesquisa desenvolvidos nos câmpus em 2016

Câmpus	Título
Bragança Paulista	Uso do teste Allium cepa para monitoramento do lago do Taboão, Bragança Paulista, SP
	Avaliação do efeito citotóxico de infusões de chá verde e chá preto, usando teste allium cepa
	Impacto da exposição a poluentes do ar nas internações por doenças respiratórias em município paulista produtor de cana-de-açúcar
	Governança de tecnologia da informação: estudo de caso em prefeituras da região bragantina
	O uso de dados da base datasus nas políticas públicas de saúde no município de Bragança Paulista - SP
	Identidade e crise do rio Jaguari: atores e instituições públicas
	Teoria de galois das equações algébricas
	Estudo da aplicabilidade do tratamento de alívio de tensões por vibração em aços inoxidáveis austeníticos conformados a frio
	Implementação de roteador portátil modular baseado em arquitetura arm, jails e sistema operacional freebsd
	Filosofia da inteligência artificial: aspectos ontológicos e éticos
	Estratégias de ensino de conceitos estatísticos para o ensino médio
	Geometria diferencial de superfícies
	Geometria diferencial de curvas planas
	Uma introdução às curvas algébricas planas e o teorema de bezout
	Avaliação da citotoxicidade das águas do Rio Jaguari e Ribeirão Lavapés em Bragança Paulista, SP
	Definição de um modelo de documento de design do game para jogos educativos acessíveis a pessoas surdas
	Geração e análise de árvores de genealogia acadêmica de professores titulares do IFSP
	Código de barras e a matemática
	Análise de sensibilidade paramétrica do processo de crimpagem de terminais elétricos
	Desenvolvimento de sistema cliente-servidor para auxiliar o docente na utilização de um aplicativo educacional
	UML blindfolded - Plataforma de auxílio educacional ao cego no gerenciamento de diagramas UML
	UML blindfolded - Módulo de Aplicação de auxílio educacional ao cego na construção de diagramas de máquina de Estado
	Implementação de servidor de comunicação portátil baseado em arquitetura ARM, VOIP e Sistema Operacional FREEBSD
	Estudo sobre organização e disponibilização de dados biológicos de interesse público utilizando padrões da Web Semântica

Câmpus	Título
	<p>O efeito dos poluentes atmosférico nas internações por doenças cardiovasculares em Piracicaba, SP</p> <p>Desenvolvimento de um método de leitura da frequência cardíaca e de sua variabilidade por meio de fotopleitismografia realizada no pulso</p>
Campinas	<p>Avaliação multi-escala de cenários de mobilidade urbana baseada em ferramentas web open source</p> <p>Aprendizagem baseada em projetos: uma proposta para o curso de tecnologia em análise e desenvolvimento de sistemas do câmpus Campinas do IFSP</p> <p>Uso do software livre para sistemas embarcados</p> <p>Desenvolvimento de um software livre para aplicação da abordagem multicritério de apoio à decisão (MCDA) - FASE II</p> <p>Desenvolvimento de um software livre para ordenar visualmente atributos qualificadores do ambiente construído</p> <p>Utilização de inconsistências de iluminação na detecção de falsificações de imagens</p> <p>Um estudo comparativo entre métodos para detecção de pornografia</p> <p>Framework colaborativo de estruturação de dados abertos governamentais</p>
Capivari	<p>Degradação de medicamentos vencidos contendo amoxicilina por meio do processo foto-fenton</p> <p>Processo fenton aplicado na degradação de medicamentos vencidos contendo amoxicilina</p> <p>Atividades experimentais: um Estudo Interdisciplinar</p> <p>Condições de trabalho dos professores de química em Capivari</p> <p>Estudo teórico de novos compostos para aplicação como interruptores moleculares foto e eletricamente controlados</p> <p>Percepção ambiental dos servidores do IFSP Câmpus Capivari</p> <p>Montagem de Herbário e Banco de sementes de espécies nativas com finalidade didática</p> <p>Caracterização de Nanocompósitos com propriedades luminescentes através de técnicas matemáticas</p> <p>Fazendo Arte com Química</p> <p>Autonomia tecnológica com o projeto Jovem Hacker: novas metodologias e concepções</p>
Hortolândia	<p>Avaliação da degradação física e biológica de placas de circuito impresso presentes em resíduos coletados no Câmpus Hortolândia visando a sua deposição em aterros</p> <p>Redes definidas por software - Sistemas Operacionais Distribuídos e Infra de Redes</p> <p>Robô móvel sobre rodas: Estruturação de Deslocamento com plataforma arduino</p>

Câmpus	Título
Piracicaba	Simulação do estágio inicial da sinterização de cerâmicas condutoras protônicas
	Promovendo o benchmarking de data warehouse geográficos em bancos de dados NoSQL
	Avaliação em ensino de física: reflexões e perspectivas
	Metodologias de ensino em física: análise e perspectivas
	Desenvolvimento de um eletrocardiógrafo portátil para a Plataforma Android
	Análise de sistemas automatizados de identificação por código de barras
	Análise de sistemas automatizados de identificação por rádio frequência
	Desenvolvimento de aplicativo móvel para uso em ensino de cinemática utilizando análise e reconhecimento de imagem
	Análise da distribuição de energias de contorno de grão em cerâmicas policristalinas através do ângulo diedral
	Análise da viabilidade de simulações para a investigação de sinterização de materiais cerâmicos em fase líquida
	Análise da viabilidade de simulações para a investigação de sinterização de materiais cerâmicos em fase sólida
	Estudos de novos paradigmas de interação humano-computador
	SAATS – Sistemática para auxiliar as atividades de teste de software
	Indústria 4.0: uma revolução industrial sutil
	Uso de algoritmos evolutivos na criação de formas de vida artificiais como agentes autônomos em jogos de entretenimento
	Construção de kit de instrumentos óticos de baixo custo
	Física Moderna no Ensino Médio
	Estratégias de ensino ativas: análise em anais de eventos científicos
Obtenção de protocolos argumentativos no debate com casos	
São João da Boa Vista	A Construção do Território e suas Territorialidades em São João da Boa Vista / SP: As Dimensões Políticas, Econômicas e Culturais do Poder e Seus Sujeitos Sociais
	Conflitos Rurais Contemporâneos no Estado de São Paulo: Um Estudo dos Atores e das Dinâmicas Conflitivas Através da Mídia Impressa e Eletrônica
	Desempenho dos Algoritmos Meta-Heurísticos Vagalume e Genéticos para a Identificação de Sistemas Dinâmicos
	Sistema Eletrônico para Monitoramento Remoto de Nível das águas Fluviais de Rios e Riachos
	Diagnostico da Abordagem das Questões de Gênero na Prática Docente do IFSP - São João da Boa Vista
	Desenvolvimento de uma Estação Hidrometeorológica de Baixo Custo Utilizando Microcontrolador Arduino
	O Desenvolvimento de um Aplicativo para dispositivos Móveis para Automatização da Análise de Redes Sociais (ARS)

Câmpus	Título
São João da Boa Vista	Análise do Trabalho da Mulher nas Empresas de São João da Boa Vista, SP
	Modelagem Linguístico-computacional de ontologias de Informática para um Catálogo Bibliotecário Online
	Elaboração de um Ambiente Colaborativo na Plataforma Android para Controle de Estações Hidrometeorológicas Desenvolvidas em Arduino
	Complementação Matemática e Inovação Tecnológica: Desafios e Torneios
	Estudo do Comportamento em Fadiga por Flexão Rotativa do Ti-6Al-4v após Tratamento Térmico de Solubilização, Têmpera e Revestimento
	Redshift e a Lei de Hubble - Um estudo Crítico da Teoria do Big Bang
	Ambiente de Realidade Virtual 3d para Ensino Técnico
	Análise dos Indicadores de Rotatividade (Turn-over) e Absenteísmo nas Empresas Industriais em São João da Boa Vista: Será que a Crise Atual Influencia?
	Projeto de um Sistema Especialista para Controle de um Robô na Plataforma Robocode
	Gestão da Inovação: Software para Automação da Análise de Redes Sociais (ARS)
	Projeto de iluminação externa com aproveitamento de energia solar armazenada com auxílio de super capacitores
	Kinvaders: um jogo tridimensional ao estilo space invaders utilizando o sensor de movimentos kinect
	Tratamento de efluentes do processamento pós-colheita do café por Aguapé (<i>Eichornia crassipes</i>) e Taboa (<i>Typhasp</i>): Opção para o produtor
	Desenvolvimento de um sistema baseado na aquisição e no tratamento de imagens para identificação e acompanhamento de trinca ocasionada por fadiga mecânica
	Caracterização de amostras de liga de alumínio 7075-T651 visando a realização de ensaios de fadiga mecânica segundo as normas ASTM e399-12 e ASTM E647-13

Fonte: Pró-reitoria de pesquisa. Elaboração própria.

Em 2017, além dos estudos voltados às construções e pesquisas tecnológicas e no campo das ciências exatas e naturais, há investigações sobre a utilização de problemas no processo educacional, os impactos ambientais nas cidades, na saúde e vida da população, uso de tecnologias em cidades inteligentes e mobilidade urbana, desenvolvimento de jogos para promover o aprendizado de autistas, tecnologias e educação, estudos governamentais, estudos matemáticos e químicos, e estudo da história da arte. Destaca-se também as investigações acerca de fermentação química, geração de resíduos, Direitos Humanos e produção audiovisual, questões étnico-raciais, equipamentos voltados à produção de energias alternativas, acesso,

permanência e êxito, literatura e línguas estrangeiras, tecnologias assistivas, dentre outros.

Quadro 11 – Projetos de pesquisa desenvolvidos nos câmpus em 2017

Câmpus	Título
Bragança Paulista	Desenvolvimento de uma plataforma de teste constituída de um mini-helicóptero controlada digitalmente em tempo real por meio do Scilab/XCOS
	Motivação Induzida por Problemas: um importante instrumento no processo educacional
	Estudo e construção de portas lógicas paraconsistentes
	Exposição aos poluentes atmosféricos e a morbidade respiratória de idosos em município paulista produtor de cana-de-açúcar
	Avaliação do potencial citotóxico da água de poços raso e semi-artesiano, usando teste Allium Cepa
	Avaliação da citotoxicidade do capim cidreira, usando teste Allium Cepa
	O emprego de redes sensores na construção de uma arquitetura para cidades inteligentes
	Análise de séries temporais a partir de um banco NOSQL
	Caminho Suave para Autistas - uso de jogo para auxiliar o aprendizado do alfabeto
	Tecnologia digitais no ensino - aprendizagem de matemática: a programação como um instrumento de ensino
	Idealização de sistema para melhoria das condições de mobilidade de pacientes acamados e pessoas com dificuldades e/ou restrições de movimento
	A criatividade computacional e a criatividade humana: um estudo em filosofia da Ciência da Computação
	Governança de TI: um estudo para explorar o perfil em municípios portugueses
	Governança de TI em Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas
	Métodos e Técnicas de Ensino para Consolidar o Significado dos Conceitos sobre o Tema de Frações
	Percepções, Pensamentos e Ações: o Rio Jaguari no Território Bragantino
	O Rio Jaguari no âmbito das Políticas Públicas Socioambientais
	Teoria de Galois das Equações Algébricas
	Uma análise do Capítulo sobre múltiplos e divisores do livro didático "Matemática para a 1a. Série Ginásial", de Lucas Junot
	Campinas
Avaliação da capacidade das enzimas aumentarem a eficiência de agentes de limpeza na remoção do biofilme bacteriano	

Câmpus	Título
Câmpus	Estudo comparativo entre técnicas automáticas de segmentação de imagens médicas baseadas em modelos de forma
	Modelos Gravitacionais no Espaço e Tempo para Cenários de Mobilidade Urbana com Base em Ferramentas Web Open Source
	Estudo de Métodos de Acesso Automatizado para Classificação de Conteúdo em Websites de Acordo com Dados Abertos Governamentais
	Aplicativo para Emissão de Documento de Identificação Estudantil Digital Utilizando Blockchains para Implementar Requisitos de Unicidade e Autenticidade
	Arquitetura da Educação Superior Brasileira no Período de 2002 a 2015
	Desenvolvimento de Ferramenta Digital para uso no Ensino de Biologia Celular no Ensino Médio
	Capivari
Caracterização físico-química e microbiológica de fermentados lácticos de extratos vegetais	
Extração, Estudo e Aplicação de Pigmentos e Corantes Naturais	
Avaliação de Degradação do Antibiótico Amoxicilina por meio de metodologias de Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO)	
Avaliação da Geração de Resíduos e Proposta de Tratamento como Tema de Aulas Experimentais de Química	
Direitos Humanos, Educação e Produção Audiovisual: Pesquisa em Arte	
Produção de Vinho de uva pelo Sistema de Cortes	
Sínteses do Composto de TiO ₂ e Estudo de sua Atividade	
Hortolândia	Investigação de Trabalho Colaborativo Síncrono no Editor de Texto Multisemiótico Multimodal
	Desenvolvimento de Jogo Sério Customizável por Usuários Finais: um estudo de caso com a Plataforma REMAR
	Experimentos: por entre questões afro-brasileiras e indígenas
	Gerador de Energia Elétrica Movido a Motor de Combustão Interna de Combustível Líquido
	A Teoria e a Metodologia da História apresentada aos alunos do Ensino Médio
	Projetos de Extensão do IFSP-HTO: Contribuição para Permanência e Êxito
Piracicaba	Um estudo do processo de recriação do romance O filho eterno em inglês: por uma poética da tradução de Alison Entekin
	Estudo e preparação de material sobre Tecnologias Assistivas para uso de Computador
	Sistema Inteligente de Tradução por Máquina Português-libras

Câmpus	Título
	Inglês para a Área de Informática: aplicação e avaliação de material didático produzido a partir das necessidades discentes do IFSP - Câmpus Piracicaba
	Processamento Estratégico e Compreensão de Leitura em inglês entre Alunos Ingressos no Ensino Superior do Instituto Federal - Câmpus Piracicaba
	Simulação do estágio intermediário da sinterização de cerâmicas condutoras
	Correlação entre ângulos diedrais e propriedades de contorno de grão em cerâmicas a base de BaCe _{0,9} Y _{0,1} O _{3-d}
	Uma abordagem para concepção de sistemas de multiplataforma utilizando o desenvolvimento de software dirigido por modelo
	Agregando funcionalidades a ferramenta computacional SAATS
	Um estudo da tradução de Vidas Secas para o inglês
São João da Boa Vista	Desenvolvimento e construção de protótipo veicular 4x4 com sistemas de carga e descarga entre supercapacitores e baterias utilizando o sistema de recuperação de energia cinética e placas fotovoltaicas
	Mapeamento semântico de um vocabulário controlado de informática em uma ontologia para um catálogo bibliotecário <i>online</i>
	Panorama atual de equipamentos eletroeletrônicos de informática e telecomunicações
	Estudo das propriedades ópticas em pontos quânticos de InAs/GaAs
	Gestão da Inovação: o desenvolvimento de um software mobile para Automatização da Análise de Redes Sociais (ARS)
	O Desenvolvimento de um software web para automatização de Análise de Redes Sociais (ARS)
	Desenvolvimento de algoritmo evolutivo especialista para planejamento e expansão da transmissão
	Investigação da Acumulação de Dano em Fadiga do TI-6Al-4V Após tratamento Térmico de Solubilização
	Análise da microestrutura e microdureza do aço ABNT 1070 de aplicação na agroindústria para transporte de ração fornecido em diferentes composições e condições de conformação mecânica com tratamento térmico
	Planejamento da expansão da transmissão de curto prazo via algoritmo evolutivo especialista
	Concepção de um aplicativo android para controlar e interagir com estações meteorológicas desenvolvidas em arduino
	Estudo de correlações entre variáveis térmicas da solidificação, microestrutura e resistência à fadiga em ligas de Al-Ni

Fonte: Pró-reitoria de pesquisa. Elaboração própria.

Nos anos de 2018 e 2019, dentre as temáticas pesquisadas há destaque para as investigações científicas que se relacionam aos impactos e conservação ambiental,

análise de participação feminina e debates sobre gênero, ensino de ciências e matemática, estudos voltados à compreensão de governança da tecnologia da informação, estudos sobre cidades inteligentes e transformações urbanas contemporâneas, desenvolvimento de jogos inclusivos e tecnologias assistivas, estudos multidisciplinares, análise de discurso, estudos de metodologia de ensino, produção de softwares. Há, ainda, estudos sobre reforma agrária e tecnologias sociais, desenvolvimento de aplicativos, aspectos relacionados à saúde, estudos de dados governamentais, fermentação, leitura fruição, saúde mental, produção de textos, recursos naturais, Escola sem Partido, Metodologias de pesquisa, refugiados, suportes tecnológicos voltados à docência, uso de games no processo ensino-aprendizagem, estudos disciplinares e estudos tecnológicos, contribuição de projetos de extensão na formação de estudantes, ensino de idiomas/línguas e debates sobre literatura estrangeira, construção de hortas, tecnologias voltadas a potencializar setores da economia, estudos químicos, físicos e mecânicos, estudos culturais, programação, impacto dos Institutos Federais no território e no mundo do trabalho, dentre outros.

Quadro 12 – Projetos de pesquisa desenvolvidos nos câmpus em 2018 e 2019

Câmpus	Título
Bragança Paulista	Avaliação do impacto da exposição aos poluentes do ar nas internações por doenças respiratórias em crianças, segundo o sexo
	Análise da participação feminina nos cursos de informática do câmpus IFSP Bragança Paulista
	O Ensino de Aritmética segundo o livro didático "Matemática para a 1ª série ginasial", de Lucas Junot
	Governança de tecnologia da informação: investigação em municípios mexicanos
	Avaliação dos efeitos citotóxicos das águas superficiais do rio Atibaia, usando bioensaio com plantas
	Um modelo de cidades inteligentes baseadas em redes sensores
	Modelo de transporte inteligente baseado em redes sensores
	Codificação RSA: uma estratégia na abordagem de conceitos de matemática para o ensino básico
	Uma abordagem gráfica às funções de variáveis complexas
	LibrasTop: Jogos abordando sinais de Libras para crianças ouvintes
	O conceito de infinito após a Idade Média europeia e as contribuições de Georg Cantor
	Redondo é sair do quadrado: análise do ethos discursivo de uma campanha da cerveja Skol
	Aforizações e política: análise discursiva de títulos de notícias e manchetes do jornal Folha de S. Paulo

Câmpus	Título
Bragança Paulista	Estudo da metodologia de Ensino-Aprendizagem-Avaliação de Matemática através da Resolução de Problemas e contribuições para ensinar operações com números fracionários
	Governança digital: Investigação em prefeituras das capitais dos estados brasileiros
	Grupos de simetrias geométricas uni/bidimensionais
	Controle em tempo real de um helicóptero 1-Dof por meio do SCILAB/XCOS
	Projeto de dispositivo assistivo baseado na leitura de ondas cerebrais
	Avaliação dos efeitos da exposição aos poluentes nas interações por doenças respiratórias em município da Região Metropolitana do Vale do Paraíba
	Biomonitoramento da citotoxicidade das águas superficiais do rio Atibaia e rio Jundiázinho em Atibaia (SP)
	Aplicativo educacional para auxílio em Lógica de Programação
	Prototipação de interfaces gráficas para utilização em aplicativo educacional
	Avaliação do software caminho suave para crianças com autismo
	Para-Avoidance Collision - Protótipo de um software para evitar colisão
	Análise e promoção da participação de mulheres nos cursos de exatas
	Ensino-Aprendizagem: Avaliação de Matemática através da Resolução de Problemas e uso de software GeoGebra para encontrar estratégia de resolução
	Aprendizagem significativa de conceitos da geometria plana
	A atividade algébrica a partir da generalização de padrões
Campinas	Reforma agrária e tecnologias sociais - desenvolvimento do banco de dados "DATALUTA PRODUÇÃO" para a RMC
	Ferramenta para auxílio no planejamento e readequação de cursos segundo a metodologia PBL
	Desenvolvimento de um software livre para ordenação dos ambientes físicos do câmpus Campinas do IFSP - 1ª Fase
	Explorando métodos de aprendizado de máquina e reconhecimento de padrões na detecção de responsividade a medicamentos para tratamento de Epilepsia
	Avaliação automatizada de repositórios de dados abertos nos municípios com base nos princípios de dados abertos governamentais
	Estudo comparativo de métodos de Deep Learning para Presentation Attack Detection
	Processo de análise de rede social aplicada à análise de Churning
	Descoberta e identificação autorizadas de portais de dados para apoiar o benchmarking de dados abertos governamentais
	Avaliação de métodos para processamento automatizado de formulários para alcançar a Deep Governmental Web
	Avaliação de métodos de aprendizado de máquina não supervisionado para o agrupamento de populações de risco em um sistema de predição de morte neonatal
	Controle Eletrônico para um sistema de circulação de água fechada para tratamento de lesões sofridas por impacto

Câmpus	Título
Campinas	Pré-processamento de dados e avaliação de relevância de "Features" em um sistema de predição de risco de morte neonatal utilizando aprendizado de máquina
	Características das pranchas de comunicação alternativa
	Equipamento simulador de cinética gasosa acessível, inclusivo e portátil
	Desenvolvimento de Conteúdo Interativo Educacional para Ensino de Química utilizando recursos de realidade aumentada
	A expressão politicamente incorreta na mídia brasileira: Origens e usos de um coringa argumentativo
	Desenvolvimento de uma estufa automatizada para produção de alimentos
	A influência de Jean-Jacques Rousseau nas concepções atuais de educação emancipadora, inclusiva e democrática: uma análise a partir do estudo de "Emílio ou da Educação"
	Avaliação dos métodos de Deep Learning para desenvolvimento de um sistema de predição de risco de morte neonatal
Capivari	Estudo da fermentação de caldo de cana por cultura de kefir
	Elaboração de bebida fermentada por kombucha com utilização de diferentes tipos de chás e suco de frutas
	Estudo da produção de celulases fúngicas utilizando bagaço de cana e resíduos do processamento de frutas
	Síntese do composto TiO ₂ e estudo de sua atividade fotocatalítica sob luz UV e irradiação solar
	Leitura fruição: tecendo diálogos de literatura, autoria e parilha em sala de aula
	<i>Mens sana in corpore sano?</i> Uma pesquisa sobre ansiedade no ensino médio
	A socialização de textos de alunos na internet: como tornar a escrita significativa
	Escola sem partido: aproximação analítica à luz do conceito de hegemonia em Gramsci: Educação para a subalternidade e o direito dos dominantes
	A economia dos recursos naturais na construção dos espaços escolares
	Aspectos metodológicos da pesquisa no Ensino de Ciências
	Degradação de composição medicamentosa contendo amoxicilina utilizando processo H ₂ O ₂ /UV: Otimização
	Imagens de haitianos residentes no Brasil sobre a língua portuguesa
	Transferência de oxigênio durante cultivos em biorreator convencional com diferentes impelidores
	A Gamificação como ferramenta nos estudos de Química Geral
	Crises e reformas na educação: um olhar a partir de Hannah Arendt sobre documentos oficiais da educação brasileira
Produção de lipase fúngica em biorreator de mistura com diferentes concentrações de sólidos	

Câmpus	Título	
Hortolândia	Evolução do EdiMM para suporte a atividades de ensino em sala de aula utilizando lousa digital e dispositivos móveis	
	O uso da Resolução de Problemas para ensino de criptografia	
	O ensino de Matemática nos anos iniciais: um estudo sobre os saberes docentes	
	História e Filosofia da História: As relações entre presente, passado e futuro	
	"Mano", "Véio", "Meu", "Cachorro": análise da manipulação estilística de recursos linguísticos na fala de um motoboy paulistano	
	Estudo da Criptografia RSA e discussão das potencialidades e possibilidades de atividades voltadas à Educação Básica	
	O uso da Resolução de Problemas para ensino de criptografia	
	Estudo da Criptografia RSA e desenvolvimento de um aplicativo android para ensino de criptografia na educação básica	
	Técnicas de manejo de plantas daninhas e fitopatógenos em sistema de produção agrícola orgânica e familiar	
	Desenvolvimento de atividades experimentais de baixo custo para o ensino de física	
	Projetos de extensão no IFSP: as contribuições no itinerário formativo de jovens estudantes do ensino médio	
	Desenvolvimento de um programa em LabView para o monitoramento das Variáveis Elétrica de um sistema de gerador eólico	
	Implementação de suporte a modalidade gestos por toque e caneta do EDIMM - editor de texto multisemiótico e multimodal	
	Questões africanas, afro-brasileiras e indígenas: Leituras comparadas	
	Estudo dos sólidos geométricos e cônicas para impressão 3D	
	Desenvolvimento de atividades experimentais para o ensino de física	
	Estudo do processo de manufatura de espumas de alumínio reforçadas com fibra de carbono via rota de fundição	
	Desenvolvimento para obtenção de curvas características de painéis fotovoltaicos	
	"Por que aprender inglês na escola?" Investigando a motivação dos alunos do Instituto Federal de São Paulo	
	Estudo de Caso: Um Gerador Termoelétrico Portátil	
	Estudo de caso: Um gerador de energia eletromecânico alimentado por mola helicoidal e volante	
	A teoria feminista crítica apresentada às (aos) alunas (os) do Ensino Médio	
	Estudo dos sólidos geométricos e cônicas para impressão 3D	
	As aranhas do Câmpus: Estudo da Comunidade, Educação Ambiental e Conservação de Aranhas nas Dependências do IFSP - Hortolândia	
	Os impactos da globalização nos processos de deslocamentos populacionais	
	Jundiaí	Princípios da Educomunicação na Educação Ambiental Crítica: gravando

Câmpus	Título
Piracicaba	Estimação da velocidade angular de geradores síncronos para estudo da estabilidade a pequenas perturbações
	Estudo da viabilidade e desenvolvimento de aplicativo para dispositivos móveis para a quantificação da mobilidade funcional de crianças com paralisia cerebral
	Desenvolvimento e dimensionamento de um câmbio de um automodelo para ocupante único e aproveitamento energético otimizado
	Avaliação de aplicativos móveis para aprender Língua Espanhola
	Inglês para analistas de sistemas: adaptação de atividades didáticas para ambiente online
	Horta modular autônoma: do plantio ao monitoramento
	Investigação da ação do BaCeO.9YO.103-d na Sinterização de Compósitos Cerâmicos BaZrO.9YO.103-d + X% BaCeO.9YO.103-d)
	Desenvolvimento de um algoritmo evolutivo responsável pelo ajuste dinâmico de dificuldade em um jogo
	Correlação estrutura-propriedade: uma abordagem computacional à perovskita
	Um estudo para o aprimoramento de modelos lineares aplicados na análise da estabilidade a pequenas perturbações
	Aplicativo para a melhoria da qualidade e confiabilidade na ciência de dados no setor pecuário
	Aplicações de métodos de integração numérica no cálculo do módulo de resiliência e tenacidade
	Técnicas de <i>machine learning</i> aplicadas à tradução de língua brasileira de sinais (LIBRAS)
	Influência dos revestimentos superficial na vida útil de ferramentas de corte de metal duro
	Análise das propriedades e aplicações dos biomateriais
	Correlação entre Ângulos diedrais e Propriedades de Contorno de Grão em Cerâmicas a base de Compósito Cerâmicos BaCeO.9YO.103-d -BaZrO.9YO.103-d: Uma análise experimental através de Microscopia Eletrônica de Varredura e Difração de Elétrons retroespalhados
	Modelagem Geométrica do Estágio Final da Sinterização de Compósito Cerâmicos BaCeO.9YO.103-d - BaZrO.9YO.103-d: Uma abordagem experimental através de Microscopia Eletrônica de Varredura e Difração de Elétrons Retroespalhados
	Modelagem Geométrica do Estágio Intermediário da Sinterização de Compósito Cerâmicos BaCeO.9YO.103-d - BaZrO.9YO.103-d: Uma abordagem experimental através de Microscopia Eletrônica de Varredura
	Investigação e Simulação de Espectros de Impedância para Materiais Cerâmicos e Materiais Orgânicos
	Interface de comunicação Web para algoritmos e ensembles do Online Sequential Extreme Learning Machine
Obtenção de cerâmicas nanoestruturadas de porosidade controlada de Al ₂ O ₃ e caracterização microestrutural através de microtomografia de raios X	
Definição de parâmetros de suspensão veicular por meio de modelagem matemática e simulação	

Câmpus	Título
Piracicaba	Avaliação da implantação da mentalidade enxuta em empresa produtora de autopeças por meio de modelagem e simulação de eventos discretos
	Título
	Obtenção de cerâmicas nanoestruturadas de porosidade controlada de AL ₂ O ₃ e caracterização microestrutural através de microtomografia de raios X
	Caracterização da sinterização de cerâmicas baseadas em zircônia estabilizada com ítria através da construção de curva mestra de sinterização e microscopia eletrônica
	Influência da temperatura de revenido na dureza e na tenacidade do aço AISI H13
	Desenvolvimento de algoritmo evolutivo para a identificação de locais adequados para o posicionamento de sensores em robôs seguidores de linha
	Desenvolvimento de um algoritmo evolutivo responsável pelo ajuste dinâmico de dificuldade em um jogo baseado no reconhecimento de emoções do jogador
	Propriedades estruturais e eletrônicas do BACE03: Teoria do funcional da densidade aplicada a modelos periódicos
	Desenvolvimento de um relógio digital com sincronismo de horário via servidor NTP
	Avaliação da metodologia de aplicação e projeto de máquina CNC implementado na confecção de placas de circuito impresso
	Clarice Lispector em inglês: Um estudo do olhar poético da tradutora Alison Entrekin
	Memórias Póstumas de Brás Cubas em quadrinhos: um estudo da repetição e da diferença
	Modelagem Geométrica do Estágio Inicial da Sinterização de Compósito Cerâmicos BaCe _{0.9} Y _{0.1} O _{3-d} - BaZr _{0.9} Y _{0.1} O _{3-d} : Uma abordagem experimental através de Microscopia Eletrônica de Varredura e Microtomografia 3D de Raios-X
São João da Boa Vista	Planejamento da expansão da transmissão de curto prazo via metaheurística bayesiana
	Desenvolvimento, caracterização e avaliação das propriedades mecânicas e de fadiga de uma Liga de Al-Li-Cu-Zr-Mn da Série 8XXX
	Simulação de corpos de prova submetidos a fadiga
	Estudo de novos vidros oxifluoretos no sistema PB (PO ₃) ₂ -GEO ₂ -PBF ₂
	Programação paralela aplicada a sistema imunológicos artificiais
	Determinação do valor de grandezas relacionadas à forma de partículas sólidas utilizando microscopia óptica e processamento digital de imagens
	Previsão do Mercado Financeiro Usando Análise de Sentimentos na Rede Social Twitter
	Desenvolvimento de um herbário a ser utilizado como ferramenta no estudo da botânica e registro da biodiversidade
	Aplicação de algoritmo bayesiano no planejamento da expansão da transmissão de longo prazo

Câmpus	Título
São João da Boa Vista	Memórias do carnaval de rua em Pinhal - registro histórico das principais personagens do carnaval pinhalense entre as décadas de 1980-2000
	Desenvolvimento de um software para previsão do mercado financeiro usando redes neurais artificiais
	Ética nas organizações: um estudo do IFSP
	Investigação da acumulação de dano em fadiga do aço ABNT 8640 após tratamento térmico de normalização, têmpera e revenimento
	Construindo pilhas com materiais descartáveis ou de fácil obtenção
	Influência do solvente e do pH nas propriedades fotofísicas
	A implementação da meta 6 do Plano Nacional de Educação (2014-2024) no município de São João da Boa Vista-SP
	Desenvolvimento de metaheurística bayesiana para planejamento da expansão do sistema de transmissão de energia elétrica
	Protótipo de Interface Cérebro-Computador Baseada em Eletroencefalografia (EEG)
	Análise da Viabilidade de Adoção da Tecnologia NFC para o Controle de Acesso de Alunos na Biblioteca do Câmpus São João da Boa Vista
	Estudo de Novos Vidros no Sistema Ternário GeO ₂ -Sb ₂ O ₃ -PbF ₂
	Plantae: Aplicativo Móvel para Mapeamento da Flora Urbana
	O Impacto dos Institutos Federais no Desenvolvimento Territorial: Um Estudo de Caso do Câmpus São João da Boa Vista
	Algoritmo de Otimização Bayesiana Aplicado ao Planejamento da Expansão do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica
	Análise da Microestrutura, Microdureza, Comportamento em Fadiga Axial e Dano Acumulado do Aço ABNT 1035 e ABNT NBR 7480 CA-50 Após Tratamento
	Análise das Características de Carga e Descarga de Baterias de Li-íon sob Diferentes Valores de Corrente
	Simulação de Corpos de Provas Submetidos à Fadiga - Parte 2
	Projeto de uma Catraca Eletrônica Utilizando a Tecnologia NFC para o Controle de Acesso em Dependências do IFSP/SBV
	Determinação de Oxigênio na Água (Oxyquantum)
	O Impacto dos Institutos Federais no Desenvolvimento Territorial: Um Estudo de Caso do Câmpus São João da Boa Vista
Um Estudo sobre o Instituto Federal e sua Influência no Mercado de Trabalho Local: Uma Análise Geohistórica a partir do Câmpus São João da Boa Vista	
Internacionalização e Comunicação Científica: Atualização do Conteúdo em Português e Versão para o Inglês do Portal Web Laletec	
Proposta de uma Taxonomia de Padrões Narrativos e Figurativos de <i>Abstracts</i> como Contribuição para a Redação Científica	

Fonte: Pró-reitoria de pesquisa. Elaboração própria.

Por fim, em 2020, apesar dos impactos no processo de ensino-aprendizagem e na articulação de ensino, pesquisa e extensão devido à pandemia do novo

coronavírus, verificamos a realização de importantes pesquisas, com temáticas relacionadas a formas de combater a **evasão escolar**, a relação com a degradação ambiental e os impactos na saúde, monitoramento da qualidade ambiental, **condições socioeconômicas dos estudantes**, estudos relacionados às áreas disciplinares (como matemática, geometria, química, física, mecânica, dentre outros), **estudos governamentais**, construção de estratégias de ensino, **combate ao bullying**, tecnologia social e agroecologia, **dança e construção da autonomia**, **direito à alimentação e educação alimentar e nutricional**, agricultura familiar, produção de tecnologias, **formação de professores**, **reforma do Ensino Médio**, **política educacional brasileira**, **feminicídio e cultura machista**, usinas fotovoltaicas, **ensino remoto**, **feminismo negro e marxismo**, **efeitos da pandemia de COVID-19**, robótica e tecnologia, **direito à educação**, **impacto dos Institutos Federais no território**, Comunicação Organizacional na Indústria.

Quadro 13 – Projetos de pesquisa desenvolvidos nos câmpus em 2020

Câmpus	Título
Bragança Paulista	Motivação induzida por problemas: uma importante estratégia para o combate à evasão escolar na rede federal de educação
	Poluentes atmosféricos e hospitalizações por doenças cardiovasculares em uma cidade brasileira de porte médio
	Monitoramento da qualidade das águas de nascentes localizadas em Bragança Paulista, SP, usando bioensaio com plantas
	Mapeamento das produções acadêmicas elaboradas a partir do banco de dados do IDEB: perspectivas e tendências
	Relações entre desempenho, nível socioeconômico e o olhar do docente para seus alunos: a avaliação informal em cena
	Controle em tempo real de um helicóptero 1-DoF por meio do SCILAB/XCOS
	Estudo dos níveis do pensamento geométrico de Van Hiele com alunos do oitavo ano do Ensino Fundamental
	A argumentação/demonstração matemática no ensino da Geometria: uma análise da abordagem da congruência e semelhança de triângulos no Ensino Fundamental II
	Evasão escolar: correlações com fatores motivacionais e pedagógicos
	Sistema de recomendação de músicas baseado na correlação entre áudios e arquivos digitais
	Controle de manipulador robótico com python
	Influências das línguas africanas e europeias na formação e identidade do português brasileiro
Da rejeição à defesa da teoria cantoriana dos conjuntos: o processo de apropriação dos ordinais transfinitos de cantor por russell	

Câmpus	Título
Campinas	Processamento automatizado de formulários para revelar portais de dados na deep web
	Lançamento de foguetes como ferramenta de ensino para o aprendizado de lançamento inclinado na disciplina de física
	Sensor microcontrolado medidor de temperatura para cegos e pessoas de baixa visão
	Interactive Braille: kit bilíngue para alfabetização em braille a baixo custo
	Diagnóstico rural participativo como tecnologia social agroecológica em projetos de intervenção sociotécnica
	Modelagem e desenvolvimento da estratégia de negociação long-short pairs trading em operações day trade: uma abordagem em simulação realística
	Implementação de intervenções anti-bullying em escolas públicas
	Limpador de discos de vinil automatizado microcontrolado, utilizando controle PID
	Desenvolvimento de conteúdo interativo educacional para ensino de química utilizando recursos de realidade aumentada
	Criatividade, singularidade e autonomia no contexto escolar: considerações a partir de uma prática de dança do método bailarino-pesquisador-intérprete (BPI) com adolescentes do IFSP Campinas
	Alimentação em Jogo: estratégias de Educação Alimentar e Nutricional para a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada na cidade de Campinas
	Alimentação em Jogo: tecnologia social e inclusiva como estratégia de Educação Alimentar e Nutricional na cidade de Campinas
	Aplicativo DATALUTA, desenvolvimento de um banco de dados e de uma interface de comunicação da produção agropecuária da agricultura familiar camponesa
	Desenvolvimento do aplicativo e banco de dados endógeno SOS deslizamentos
	Célula 3D com tecnologia RFID aplicada ao ensino médio
	Dispenser automático de álcool gel microcontrolado acionado por sensor óptico
	Automação a baixo custo de um telescópio newtoniano
	Método de engenharia de características extraídas de páginas web para apoiar Machine Learning a partir do Common Crawl
	Conversores de ultrabaixa tensão aplicados a sistemas de captação de energia (energy harvesting)
	Classificador bayesiano para descoberta automatizada de portais de dados em escala global
Capivari	A formação de professores nos cursos de Licenciatura na área de Ciências da Natureza do IFSP sob as concepções da Reforma do Ensino Médio e da Base Nacional Comum Curricular
	Validação de métodos simples para avaliação viscoelástica de glúten Vital
	Produção de biosurfactante utilizando B. Subtilis e vinhaça como substrato
	Quais os impactos do uso de atividades experimentais no desenvolvimento de conceitos científicos em crianças
	Política Educacional Brasileira: investigação sobre as forças presentes no delineamento dos princípios da educação pública atual

Câmpus	Título
Capivari	Avaliação da transferência de oxigênio em biorreator tanque agitado e aerado equipado com diferentes associações de impelidores em condições de consumo biológico de O ₂
	Mapeamento bibliométrico na produção acadêmica internacional sobre a Gestão da Cadeia de Suprimentos 4.0
	Avaliação de parâmetros físico-químicos no preparo de moringa oleífera para aplicação como adsorvente de cobre
	Quem ama não mata – o feminicídio no contexto da cultura machista
	A cultura maker no ensino de ciências da natureza: um mapeamento sistemático
Hortolândia	Contribuições do envolvimento dos estudantes na produção de vídeos para aulas de Matemática
	Ditadura e Direitos Humanos através do cinema
	Construção estilística no SLAM das Minas paulistano
	A implantação de usinas fotovoltaicas no Brasil: onde se localizam e quem são seus donos?
	GRID Computacional para a execução de experimentos computacionais
Jundiaí	O uso de aplicativos móveis e websites como ferramenta de aprendizagem de língua inglesa: uma análise qualitativa
	Ensino remoto para todos: possibilidades metodológicas baseadas no desenho universal para aprendizagem a partir da revisão de literatura
	Feminismos negros e marxismo: a articulação entre raça, gênero e classe nas autoras Angela Davis, Patricia Hills Colins, Lelia Gonzalez e Sueli Carneiro
	Literatura e a construção de sentidos acerca da pandemia causada pela COVID-19
Piracicaba	Vivências pandêmicas
	Desenvolvimento de um eletroencefalograma de hardware e software aberto de baixo custo
	Produção de Compósitos Cerâmicos Multicamada (BaCe _{0,9} Y _{0,1} O _{3-d} - BaZr _{0,9} Y _{0,1} O _{3-d}) por Impressão 3D
	Desenvolvimento de um interruptor inteligente utilizando tecnologia de Internet das Coisas
	O uso de uma sequência didática baseada em tarefas a partir do gênero tutorial: aplicação no ensino médio técnico integrado a informática do IFSP
	Caracterização microestrutural geométrica dos estágios inicial e intermediário da sinterização de condutores protônicos cerâmicos a base de BaZr _{0,9} Y _{0,1} O _{3-d} : uma abordagem experimental através de microscopia eletrônica de varredura e microtomografia 3d de raios-x
	Aplicativo para coleta, armazenamento e processamento de dados agropecuários
	Desenvolvimento de sistema supervisorio em software livre para aplicação em controladores existentes em kits didáticos de planta de controle de processos
	Tutor virtual <i>parcours</i> : ferramenta de apoio pedagógico para ensino de língua estrangeira
	Uma proposta didática em inglês para fins específicos usando a metodologia MOOC: novas possibilidades e desafios
Aprimoramento de simulador de robôs seguidores de linhas	

Câmpus	Título
Piracicaba	Estudo teórico da influência do dopante ítrio na estrutura e propriedades eletrônicas do cerato de bário
	"A terceira margem do rio" em quadrinhos: um estudo da repetição e da diferença
	Projeto, simulação e avaliação de um inversor para acionamento de motores elétricos
	Investigação da sinterização de cerâmicas condutoras de íons oxigênio por sinterização Flash através da curva mestra de sinterização
	Caracterização de Ângulos Diedrais e Parâmetros Geométricos de Microestruturas de Compósitos $\text{BaCe}_{0.9}\text{Y}_{0.1}\text{O}_3$ – $\text{BaZr}_{0.9}\text{Y}_{0.1}\text{O}_3$ - simulação do estágio intermediário da sinterização de cerâmicas condutoras
	Desenvolvimento de um aplicativo híbrido para dispositivos móveis como ferramenta para intervenções em fenômenos sociais com o jogo Dilema do Prisioneiro
	Uma investigação sobre a reelaboração de foregrounds
	Investigação da Sinterização de Zircônia Estabilizada com Ítrio por Micro-ondas
São João da Boa Vista	O direito à educação na produção da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP)
	Estudo e Aplicação do Framework Ionic para o Desenvolvimento de uma Aplicação Híbrida Voltada ao Setor Energético
	Uso de um ESP32 para Modernizar um Conjunto Didático de Trilho de Ar
	Diagnóstico de Graus e Tipos de Daltonismo por Meio de Um Protótipo Constituído por Arduino e uma Matriz de LED's RGB e a Percepção da Reflexão de Luz em Diversos Materiais
	O Direito à Educação Integral na Educação Escolar Indígena: O Caso da Escola Estadual Indígena "Izabel da Silva Maxakali"
	Sensor Eletromagnético para Detecção e Monitoramento de Trincas Devido à Fadiga Mecânica em Materiais Metálicos
	Análise da Percepção de Sensores de Cargas Elétricas Não-Intrusivos de Diferentes Formatos sobre a Fluidodinâmica do Escoamento Gás-Sólido em um Leito Fluidizado
	O Impacto dos Institutos Federais no Desenvolvimento Territorial: Estudo Qualitativo de um Câmpus do IFSP
	Aplicação de Técnicas de Visão Artificial para Inspeção de Defeitos Superficiais em Peças Metálicas
	Análise da Microestrutura, Microdureza, Comportamento em Fadiga por Flexão Rotativa Axial e Dano Acumulado do Aço ABNT 8620 Após Tratamento Térmico de Têmpera e Revenimento
	Estudo do Planejamento da Operação Energética em Sistemas Hidrotérmicos de Potência
	Linguística Cognitiva e Tecnologia como Mecanismos para o Desenvolvimento e Comunicação de Processos Científicos
	A Implementação da Meta 6 do Plano Nacional de Educação (2014-2024) no Município de São João da Boa Vista (SP)
	Linguística Cognitiva e Inteligência Artificial: Uma Proposta de Aplicação em Python para a Detecção de Frames Semânticos nas Seções Textuais de Abstracts Científicos
	Dimensionamento de Sistema de Gestão Eficiente de Energia Elétrica de Fontes Alternativas para a Obtenção de Melhor Rendimento

Câmpus	Título
São João da Boa Vista	Comunicação Organizacional Interna na Indústria: Barreiras entre Engenharia e Produção
	Síntese sobre Três Pontos Relevantes da Gestão da Qualidade Total: História, PDCA e Clientes
	O direito à educação no Brasil: uma análise dos artigos publicados na Revista Educação & Sociedade (1988-2018)
	Comunicação e Tecnologia: delineamento estatístico de uma análise semântica automática de textos científicos
	Aplicação de ferramenta de mineração de dados para planejamento da expansão do sistema de transmissão

Fonte: Pró-reitoria de pesquisa. Elaboração própria.

Diante da análise das temáticas de pesquisa dos câmpus no período de 2014 a 2020, compreendemos que os projetos de pesquisa desenvolvidos possuem relação com os objetivos propostos aos Institutos Federais. Observa-se variedade de inserções de pesquisa, com temáticas diversas e, no ano de 2020, no contexto da pandemia de COVID-19, foram mais suscitadas temáticas voltadas ao campo das ciências humanas e sociais.

Além da expressividade dos números, avaliamos que os câmpus têm desenvolvido pesquisas significativas, que contribuem para a produção de ciência no país e impactam na sociedade. É elementar que se garanta condições éticas, técnicas, políticas, orçamentárias aos envolvidos nas atividades, para que os objetivos estipulados à pesquisa científica continuem a se materializar.

Cabe salientar que o objetivo deste tópico foi analisar isoladamente as ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas nos câmpus que compõem o campo de estudo desta Tese. Para dar sequência aos debates, o próximo tópico intenciona analisar os sentidos políticos e a articulação das ações de ensino, pesquisa e extensão, bem como seus impactos no que tange aos agentes e agenciamentos políticos e institucionais das cidades.

5.2. Os sentidos políticos das ações de ensino, pesquisa e extensão dos IFs

Diante dos debates apresentados nesta Tese, consideramos que os Institutos Federais possuem sentidos políticos fundamentais à garantia da Educação Profissional e Tecnológica no país, pois se constituem como instituições inovadoras, com a materialização de ensino, pesquisa e extensão a partir de direcionamentos

éticos, técnicos, teóricos, políticos, culturais e econômicos na medida em que tensionam o diálogo interno e indicam contribuições ao território onde se encontram. Como apontado por Daros (2019, p. 72) “os IFs respondem a um conjunto de legislações que faz com que eles se constituam em um projeto educacional comum às diversas regiões geográficas brasileiras”.

Como indicado anteriormente, a Educação propicia ao ser social potencializar suas capacidades de modo a construir novas possibilidades. Segundo Meszáros (2008), a Educação não se limita apenas a um período determinado na vida dos indivíduos, mas é momento contínuo, que promove a formação da consciência dos indivíduos e deve se afastar de práticas que perpetuem as desigualdades promovidas pelo capitalismo.

Embora os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia estejam inseridos em um conjunto formativo extenso, que visa contribuir para o desenvolvimento dos arranjos produtivos locais e, de certa maneira, articula-se à formação para o mundo do trabalho, defendemos que suas ações de ensino, pesquisa e extensão têm objetivos políticos que propiciam uma formação ampliada, crítica, inserida na sociedade de modo a potencializar a classe trabalhadora para além desse espaço institucional da Educação Profissional e Tecnológica. Nesse sentido, concordamos com Daros⁹⁹ (2019) na afirmação de que há um esforço dos idealizadores dos Institutos Federais para que essas instituições não se voltem apenas à formação de mão de obra.

[...] podemos, em certa medida, notar o esforço inicial dos idealizadores dos IFs em não conceber essas instituições como apenas formadoras de mão de obra, ou seja, formadoras de executores do trabalho abstrato. Há a preocupação com a formação para o trabalho, em seu sentido ontológico, ainda que permeada de preocupações e determinações a respeito da empregabilidade e dos arranjos produtivos locais. A cultura e a ciência também são visualizadas a partir de uma perspectiva de socialização do conhecimento humanamente produzido, de maneira a alcançar cultura/conhecimento unitário. Tais elementos presentes na concepção dos Institutos Federais contribuem para que essas instituições tenham uma enorme potencialidade democrática, no sentido de que membros da classe subalterna têm a possibilidade de se tornarem dirigentes, construindo uma nova hegemonia (DAROS, 2019, p. 75).

⁹⁹ Daros (2019) defende a perspectiva da Escola Unitária de Gramsci como a forma pela qual a Educação deve se materializar nas instituições.

Há a materialização de uma educação crítica e cidadã nos câmpus dos Institutos Federais analisados, conforme expresso nos documentos normativos e nas ações apresentadas anteriormente. Conforme apontado pela pesquisa empírica e documental, as ações de ensino, pesquisa e extensão são desenvolvidas de forma efetiva e têm potencialidades, embora haja fragilidades que precisam ser discutidas.

Nessa direção, o presente tópico tem o intuito de avaliar como as trabalhadoras do Serviço Social (que participaram como entrevistadas desta pesquisa) compreendem o ensino, pesquisa e extensão nos IFs, sua articulação com os princípios expressos nos documentos normativos oficiais e as ações cotidianas do IF frente aos agenciamentos socioterritoriais da Região Administrativa de Campinas. Para tanto, é preciso considerar, como afirma Ametista (2020), que “o ensino, a pesquisa e a extensão [...] tem uma definição, é um conceito”, há um ideal a ser defendido e alcançado e isso deve estar articulado e materializado nas ações realizadas pela Instituição.

[...] a escola produzir um ensino que não vai pensar só nela, mas que vai levar esse conhecimento extensionista para a comunidade, vai compartilhar o seu espaço, o seu saber com essa comunidade e as pesquisas serem desenvolvidas a partir do que trazem, do que vem dessa comunidade também, para que ela possa desenvolver e aplicar esse. Então, imagina, seria completo (AMETISTA, 2020).

Embora as entrevistadas indiquem que as ações materializam a articulação, há a percepção de que é preciso avançar, pois essa articulação ainda é superficial e não há um direcionamento que contribua para que o tripé ensino, pesquisa e extensão seja visto de forma unívoca. As falas de Turmalina, Ametista e Pérola (2020) exemplificam essas afirmativas:

[...] então, bastante coisa eu vejo que a gente consegue avançar, que a gente consegue articular e consegue desenvolver uma ação baseada nos princípios, nas diretrizes, nos documentos e outras coisas não, então não é tudo cem por cento, não é tudo como deveria ser, quando a gente olha assim, quando a gente ler, a gente fala, olha, tal coisa deveria ser assim e a gente fala, então nisso a gente ainda tem que avançar bastante. Mas tem coisas que eu vejo que a gente consegue desenvolver e avançar e trabalhar conforme as diretrizes e o que é estabelecido (TURMALINA, 2020).

[...] eu entendo assim, que não é uma coisa extremamente visível a olho nu, vamos dizer, chegar lá e você vê dentro dos trabalhos, dentro dos projetos, que isso acontece, não é uma coisa que fica óbvio, que fica transparente e clara, né. Acho que todos os documentos são produzidos dentro do que prevê a LDB, toda política educacional, a sua realização, suas evidências, a gente vê de forma muito pulverizada, vamos dizer assim, aconteceu uma x coisa assim, outra ali no outro lado, eu vejo um pouco dessa articulação dentro de ações muito particulares [...] essa articulação que ela é mais complicada, né, ter uma, ah, não sei como que a gente poderia falar... para isso acontecer, essa engrenagem acontecer, que é difícil [...] (AMETISTA, 2020).

No âmbito de um todo na Instituição eu avalio como boa. Eu acho que é um processo que pode ser aperfeiçoado, melhorado, mas que é de muitas conquistas. A instituição, na medida do possível, a Pró-reitoria de extensão, eu vejo que eles incentivam essa articulação. Incentivam que os câmpus desenvolvam essa questão ensino, pesquisa e extensão. Algumas questões ainda precisam melhorar... eu acho que tem uma articulação, uma comunicação. Que embora, os documentos, a diretriz é articulação ensino, pesquisa e extensão, mas eu vejo que essa articulação, essa comunicação, o fazer da extensão, da pesquisa, dos projetos eles poderiam estar articulando melhor, conversando melhor e teriam um resultado ainda melhor. Eu acho que tem hoje, mas eu acho que precisa uma articulação (PÉROLA, 2020).

Dialogando com as afirmações anteriores, Ametista (2020) defende que há uma precarização no âmbito da articulação das ações e documentos normativos, ao ressaltar: “eu penso que ainda é muito precarizado. Eu acho que essa relação ainda não aconteceu da forma como os teóricos imaginariam, né, no mundo ideal”. E desenvolve seu pensamento:

[...] a gente vê que na parte da execução, desses três eixos, deveriam caminhar juntos, né, a gente precisaria de um, de uma figura, de um direcionamento único de uma pessoa, eu acho que isso caberia aos gestores, e isso ser mais discutido, né, dentro da instituição, o que a gente faz... enquanto ficar fragmentando em departamentos, que não se conversam, e eles concorrem entre si até, então vamos pensar, politicamente concorrem, então a gente não tem o retorno desses trabalhos pra comunidade (AMETISTA, 2020).

Para as entrevistadas, as ações de ensino, pesquisa e extensão tem acontecido de forma fragmentada nos câmpus, pois não há uma inter-relação que possibilite a construção de diálogos nem mecanismos que promovam e integrem os projetos desenvolvidos. Conseqüentemente, as ações fragmentadas propiciam desconhecimento da comunidade interna acerca as ações desenvolvidas, o que pode ser identificado, por exemplo, no momento em que, ao ser questionada sobre como

percebe e avalia as ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelos Institutos Federais e sua relação com o território local e regional, a entrevistada Ágata (2020) afirma: “não consigo avaliar”.

De acordo com Ametista (2020), o fato de as ações serem coordenadas por setores diferentes e tratadas como “caixinhas” contribui para essa situação, além do aspecto das relações de poder que influenciam e rebatem negativamente nesse processo. Para a entrevistada, “infelizmente, assim, você não tem uma gestão que saiba esse fio, que pense o condutor [...]”. Com isso, observamos que o modo como a gestão e as relações são estabelecidas na Instituição podem promover o distanciamento da articulação que deveria acontecer entre as ações e incitando disputas políticas, orçamentárias e pessoais.

Porque eu acho que não contribui? Porque os departamentos, porque é fragmentado, o processo é fragmentado, quem cuida de Bolsa Ensino é um setor, quem cuida de bolsa de extensão é outro, quem cuida das atividades de pesquisa é outro setor, então não sei como são os outros câmpus, mas eu sinto assim, que a inter-relação, a comunicação, o diálogo entre os três, em forma até de setor, não de segmento, os setores dialogam muito pouco, então a gente tem assim, ah! A política é uma política, a gente tem esses setores e talvez isso seja o que faz a gente pensar o ensino, pesquisa e extensão como caixinhas, parece que uma caixinha, e como que essas caixinhas vão conversar... (AMETISTA, 2020).

Parafraseando Ney Teixeira Almeida (2019), no prefácio do livro *Serviço Social e Educação Profissional e Tecnológica*, é preciso afirmar, sobretudo na conjuntura atual, que a Educação contempla uma dimensão política, o que implica compreender as pluralidades e o sentido social de práticas pedagógicas. Além disso, é fundamental reafirmar que a Educação se constrói cotidianamente, permeada por contradições e disputas. Sob essa perspectiva, a pesquisa demonstrou que a concepção de Educação perpassa as ações, sobretudo a depender dos temas e assuntos envolvidos.

Não é fácil também não, porque tem resistências, né, então os locais, acho que tem resistência, dependendo do projeto menos, dependendo da ação, mais, né, principalmente para o Serviço Social, a gente sempre tem resistência nas nossas ações, eu nunca vi, porque será, as vezes talvez seja uma coisa para se pesquisar..., mas a gente está aí, né, é para isso que a gente veio, então... são desafios (TURMALINA, 2020).

Em relação às contradições e disputas, cabe reafirmar que a EPT esteve atrelada a contextos históricos atravessados por embates nas esferas política, econômica, social ou ideológica, que se constituem em marcas de sua trajetória institucional. Como destaca Turmalina (2020), nesse campo de disputas também há resistências. Portanto, é importante compreender que a história da Educação brasileira não se afasta da “realidade histórica que a produziu, devendo levar em conta os aspectos econômicos, as relações de poder que implicam em disputas, bem como as relações sociais do contexto de cada momento específico do qual é fruto” (OLIVEIRA; MATTA, 2017, p. 235).

Nessa direção, Ametista (2020) aponta a necessidade de discutir a importância da articulação de ensino, pesquisa e extensão no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica como algo inerente aos gestores, que devem promover espaços pautados nos princípios, valores e objetivos que a norteiam em detrimento de disputas internas de poder. Para a entrevistada, há gestores que estão “voltados muito mais para as questões políticas” e, dessa forma, “as discussões e os debates educacionais são totalmente excluídos, da fala, do discurso” (AMETISTA, 2020).

Porém, a gente vê que na parte da execução, desses três eixos, deveriam caminhar juntos, né, a gente precisaria de um, de uma figura, de um direcionamento único de uma pessoa, eu acho que isso caberia aos gestores, e isso ser mais discutido, né, dentro da instituição, o que a gente faz... enquanto ficar fragmentando em departamentos, que não se conversam, e eles concorrem entre si até, então vamos pensar, politicamente concorrem, então a gente não tem o retorno desses trabalhos pra comunidade, né, a gente acaba só [...] a gente tem iniciativas pessoais e muito individuais, mas a gente não tem uma pessoa que vai pegar todo mundo, que vai fazer esse jogo funcionar, que vai fazer as peças funcionarem [...] então o direcionamento tem que vir, eu acho que é isso, como a gente tem, por escrito e tal, e muitas vezes está escrito, mas enfim.. essa dimensão, eu acho que essa diretriz se perde, porque as relações de poder são muito mais visadas... dado mais importância para as relações de poder (AMETISTA, 2020).

Importa ressaltar, ainda, que a investida neoliberal tem adentrado o cotidiano da política de Educação no Brasil, encontrando terreno propício para seu desenvolvimento devido à matriz patrimonialista, autoritária e hierárquica presente na sociedade brasileira, enquanto “mito fundador” (CHAUÍ, 2000). Nesse cenário, podemos observar o quanto trabalhadores da educação na função de coordenação

se transformaram “naturalmente” em “gestores”, “dando mais importância às relações de poder”, “perdendo a diretriz” (AMETISTA, 2020).

Ou seja, as entrevistas expressam que o sentido político da integração entre ensino, pesquisa e extensão pode se perder no cotidiano de direção do IF à medida em que a disputa pelo poder se sobrepõe, configurando uma das marcas de seu campo interno relacional.

No que tange à articulação com o território, os elementos indicam a necessidade de ampliar as ações, sobretudo ao considerar a solidificação do tripé que compõe os Institutos Federais. Como apresentado anteriormente, as entrevistadas observaram que há uma articulação do Instituto Federal, enquanto uma instituição educacional, com os agentes institucionais e não institucionais da cidade e com a Educação Profissional e Tecnológica ofertada nos câmpus, todavia, é preciso refletir sobre a efetividade desse arranjo estabelecido.

Há heterogeneidade nas construções com o espaço da cidade, com os sujeitos coletivos e com setores vinculados ao mundo do capital, e essas diferenças se expressam nas relações estabelecidas com a realidade local. No âmbito dos câmpus pesquisados, alguns construíram relações de vinculação e articulação com os agentes institucionais e não institucionais locais, enquanto outros câmpus possuem vínculos “muito sutis”, conforme expressão utilizada por Ametista (2020). Portanto, não é possível afirmar uma direção única para este objetivo da pesquisa, como expressam as falas a seguir:

[...] eu ainda acho que a gente tem de melhorar, mas ao mesmo tempo, acho que as relações que a gente construiu aqui, elas são bem ricas e bem fortes mesmo, então acho que contribui bastante, inclusive para algumas pressões que a gente precisa realizar aqui (TURMALINA, 2020).

[...] o câmpus [aqui], ele sempre teve uma relação difícil com o Poder Público [daqui], por conta de outros diretores que já passaram e por ser considerado também uma instituição petista, de esquerda, né, e os governantes não, sempre foram de outros partidos políticos, então o instituto, não sei onde se estabeleceu essa dificuldade, eu tô falando sempre do que foi falado e foi percebido, que a prefeitura se envolve muito pouco nas questões do Instituto Federal, inclusive a gente nunca teve apoio pra merenda, nunca teve apoio durante o processo de construção do câmpus, então eu sinto assim, a gente sente como comunidade, que os esforços e as reuniões, do que acontece nos bastidores com a equipe gestora, ela nunca trouxe benefícios concretos para o câmpus, mas serve sempre como uma notícia

política, olha eu estive com tal pessoa, eu fui em tal lugar, eu fiz tal coisa... então, assim, a gente sempre sentiu a prefeitura muito distante [...] (AMETISTA, 2020).

[...] mas o que eu vejo do Instituto, fica muito para dentro da instituição. Acho que tem muitas coisas legais. Mas muito para dentro da instituição e pelo o que eu vejo, vejo mais as pesquisas dos professores, nós técnicos administrativos, vejo umas coisas, mas a pesquisa está mais com os professores que estão desenvolvendo pesquisas. E agora trazendo agora para [aqui], eu vejo que tem bastante projeto, essas coisas, legais, importantes, mas que ficam dentro do Instituto. Tem algumas coisas sim, tem até um projeto do professor, algumas coisas que vão para fora, algumas coisas assim que eu vejo, não entendo muito bem, de pegar para ler e tal, mas eu vejo muito mais para dentro do que para fora. Algumas, sim, para fora. A extensão eu também vejo algumas ações se inserindo pela comunidade, mas também vejo muito como não deveria ser. Não que deveria mas acho que é um processo que depende de muitos fatores, por exemplo, vou falar do meu câmpus, a extensão tem momentos que ela está de um jeito, está com uma equipe estruturada e tem momentos que está uma pessoa, um professor, então também como que ele vai fazer, articular né? Os projetos, eu vejo, os projetos de extensão, eu vejo bastante ações que traz a comunidade ou que vai à comunidade. Ensino eu vejo médio também (PÉROLA, 2020).

A partir dessa fala de Pérola (2020) verifica-se que as experiências “bem-sucedidas” no âmbito da promoção da articulação das ações de ensino, pesquisa e extensão, com os agentes institucionais e não institucionais advém, em grande parte, de mobilizações individuais de servidores.

[...] mas o setor, por causa do [...]trabalho [...], de sempre ir às reuniões setoriais, intersetoriais, que existe entre todos os CRAS, toda a equipe de saúde, lá [...] existem essas reuniões, que vai um representante de cada segmento. Então, sendo assim, muitas coisas a gente fica sabendo ou conhece por causa dessas reuniões, e essas pessoas ficam sabendo do Instituto Federal, porque ninguém conhece, inclusive a questão de se divulgar para a comunidade já é uma questão difícil também (AMETISTA, 2020).

Vou falar um pouquinho das ações que eu, como eu entendi a pergunta, como eu vejo no câmpus [aqui], como eu vejo se concretizar essas articulações aí. Eu acho assim, a pesquisa tem alguns projetos com parcerias com institutos [daqui]. Alguns institutos [daqui]. Alguns professores que buscam parceria que estão aí com a questão do arranjo produtivo, fazendo pesquisas junto com outras instituições na região. Então, a Extensão, os projetos, eu vejo projeto que articula com o assentamento de Sem Terra aqui [...], tem o projeto Cine Debate que tenta levar para fora, tenta se inserir na comunidade, tem o projeto que eu e mais um colega desenvolvemos que é o Jovens Mobilizadores, pelos direitos sexuais e reprodutivos, o objetivo é se inserir na comunidade em uma escola ou CRAS, posto de saúde, então levar os

nossos bolsistas para desenvolver atividades nessa região, nesses lugares e também lá no Instituto. Ensino eu vejo que as ações que articulam, que as pessoas buscam parceria, ações para dentro da instituição, palestras com a realidade, trazendo a realidade, para não ficar só na questão da teoria, fazer articular com o que está acontecendo. Também já vi ações do Ensino de levar alunos para conhecer instituições. Então, eu vejo um pouco isso [...]

Eu vejo uma articulação no sentido de se inserir em redes, redes intersetoriais, a gente tá se inserindo. Eu me insiro por uma questão profissional mesmo. Que eu gosto de atuar. O Socio-pedagógico, a gente busca se inserir, a Extensão eu vejo que ela está se inserindo. Uma característica [daqui], não vou dizer que forçou, mas ajudou, foi essa questão do câmpus. O câmpus estava inserido em uma região, a região que o câmpus está agora, onde é o prédio que desde sempre era onde era para ser, é uma região que, historicamente, de muita luta. Nas outras regiões também, mas essa que a gente conhece mais um pouco da história. De lutas, de lutas tanto em prol da educação, da saúde, de movimentos sociais. Então, pelo o que eu venho conhecendo que há anos vem lutando por melhoria dessa região, há anos vem lutando para que o Poder Público possa olhar para essa região. Então, tendo um Instituto Federal [...] (PÉROLA, 2020).

Cabe destacar que além dessas iniciativas individuais, percebe-se o caráter de temporalidade estabelecido nas relações, sobretudo considerando que os projetos desenvolvidos possuem prazos de início, meio e fim, ou seja, não são ações contínuas, que estabelecem conexão cotidiana com o território e com os sujeitos.

[...] agora, que eu já tive contato, da minha experiência, foi, por exemplo, professores com projetos de extensão, que se envolveram com a comunidade, são professores que tem projetos com assentamento, professores que tem projeto de capacitar pessoas da comunidade e acabaram se envolvendo e entrando como parceiros da prefeitura, do Poder Público da região, mas é isso que eu tinha falado, as ações são pulverizadas e elas não são contínuas, quando acaba o projeto, acaba esse trabalho, essa articulação, então eu não sei, a instituição parece muito fechada para que os de fora também entrem, porque tem toda aquela relação com a comunidade, você chega é tudo muito fechado, o acesso é difícil, quando as pessoas conseguem entrar lá é isso, é pra fazer matrícula, pra fazer... então assim... tem muita coisa que pode melhorar [...] (AMETISTA, 2020).

[...] Ah, teve um projeto muito bom de um professor que ele por iniciativa, ele é muito bom como pesquisador. [...] e ele fez uma pesquisa sobre bullying. Científica mesmo, com todos os métodos. Ano passado ele buscou a questão das escolas envolvendo alguns alunos do Instituto dentro da disciplina dele de Projeto Integrador. Então fizeram uma pesquisa acho que com uma escola do Estado, em uma escola privada e o Instituto Federal, tem mais escolas assim, pra ver a questão do bullying nas instituições. Então agora ele trouxe o resultado, está articulando junto com o “sócio” foi montada uma comissão. Eu vejo que tem que ser ações da instituição, [...] as ações

de prevenção acho que é um projeto institucional, desde o ingresso do aluno, ter vários setores envolvidos, desde as disciplinas, desde os professores que estão trabalhando a transversalidade dentro dos seus temas. Acho que tem que ser uma coisa que entra ano e sai ano, olha vai seguir aquele método, e a gente não tem isso ainda. A gente tem ações pontuais, faz isso faz aquilo, mas deixar o registro de um projeto institucional de prevenção. Então ele está assim, agora está na fase em que foi formada uma comissão com vários profissionais da instituição pra pensar. Outros professores propuseram um projeto que ele escreveu, mas ele deu para outros professores, como projeto de ensino. Então, além das ações também tem projeto de ensino para estar atuando nesse sentido. Ele trouxe dados muito importantes da pesquisa. Então, volto na questão do Ensino, como o Ensino está articulando? Esse é um exemplo, ele foi para além da escola, dentro da escola e para além. Tem ações. Sobre o bullying, tem, como eu falei de agroecologia, vários projetos que estão indo para fora e dialogando para dentro também (PÉROLA, 2020).

Além disso, embora haja uma pontualidade das ações no que se refere ao diálogo com os arranjos produtivos locais e com a efetividade das ações para a promoção do enfrentamento das desigualdades sociais locais e regionais dos territórios, verifica-se que ações desenvolvidas têm alcançado um espaço importante no que tange à oferta de ensino, pesquisa e extensão, pois promovem mecanismos que contribuem para o início de reflexões e articulações, como apontado pelas entrevistadas. Porém, observa-se, ao mesmo tempo, o predomínio de ações individuais, como do professor que realizou uma pesquisa sobre bullying: “ele trouxe o resultado”, “um projeto que ele escreveu”, “ele deu para outros professores” (PÉROLA, 2020).

Compreendemos que a desigualdade social é um processo inerente às relações sociais capitalistas e que as expressões da questão social materializadas no cotidiano requerem intervenções para além de atribuir à política pública de Educação Profissional e Tecnológica a responsabilidade em erradicar ou minimizar as consequências dessa desigualdade. No entanto, é significativa a contribuição da EPT para transformar realidades sociais, como afirma Turmalina (2020).

[...] qual é o impacto [...], quais são as transformações que tiveram, quais os impactos que as ações dos institutos, por que eu sei por que a gente vê, a gente vivencia, a gente vê, isso traz mudança na realidade dos alunos, a gente vê os alunos quando eles entram e quando eles saem, eles voltam aqui pra contar as conquistas, pra contar as transformações, as empresas entram em contato com o Instituto buscando estagiários, depois entram em contato para indicação de profissionais, a gente tá precisando de um técnico em

mecânica, vocês têm um aluno que formou para indicar, então a gente sabe que tem esse impacto, e aqui [...] a gente tem muita empresa, aqui na região [...], que com essa demanda do trabalhador de ensino técnico, tecnológico, do ensino médio integrado a gente vê vários alunos entrando em universidades, saindo daqui sem cursinho, nada, eles fazem UNICAMP, UNESP, USP, passam direto no vestibular, que é um processo até desumano se a gente for pensar, mas eles entram assim, numa facilidade muito grande, [...] a gente vê que isso tem mesmo um impacto na realidade social, na realidade dos estudantes, e na realidade da cidade, nessa questão de diminuir as desigualdades. O que a gente vê também é essa questão de como a desigualdade é grande na região, a gente tá numa região rica, se a gente for pensar, mas ao mesmo tempo e a gente tem alunos em situação de extrema vulnerabilidade, risco, então a gente acompanhando esse processo de transformação social que a educação proporciona é muito interessante, mas ao mesmo tempo sem políticas que garantam a permanência deles aqui, [...] que eles consigam entrar, permanecer, concluir, com todas as suas desigualdades, eu acho que isso ainda é um desafio, por que ele saindo daqui, o Instituto traz uma transformação, mas ele conseguir sair, já é um desafio grande, [...] (TURMALINA, 2020).

Desse modo, há reflexões acerca das ações de ensino, pesquisa e extensão como efetivas no cotidiano do câmpus, ao mesmo tempo em que se expressam fragilidades, como já expostas. Embora Ametista (2020) compreenda que, por serem permeadas de relações de poder, as ações realizadas e o “papel social da instituição” no âmbito dos câmpus têm uma baixa efetividade, a entrevistada observa que “[...] cumprem um papel básico”, ou seja, “transmitir o conhecimento, dar acesso a algumas atividades culturais, algumas palestras” (AMETISTA, 2020).

Cabe afirmar também os significados que as ações – realizadas para dentro e além de seus muros – têm desenhado no cotidiano dos Institutos Federais, pois a presença de cada IF no território faz parte de uma história que envolve a população local, especialmente quando se trata de uma conquista coletiva, de “uma comunidade que brigou muito para o Instituto acontecer” (AMETISTA, 2020).

[...] pra população, o Instituto Federal é a salvação, é o local que eles têm muitas esperanças, eu vi isso agora chegar nesse bairro que a gente está, nesse distrito, a gente está com uma construção maravilhosa, um prédio de uma qualidade muito boa, em comparação com construções de escolas estaduais e municipais, realmente tem uma cara de uma faculdade. Então todo mundo que entra, conhece, vai, fica deslumbrado com a estrutura e a comunidade brigou muito, essa comunidade [...] brigou muito para o Instituto acontecer lá, então eles têm muitas expectativas, eles brigaram muito, teve muita discussão, muitas reuniões, fizeram comissões, visita [...] (AMETISTA, 2020).

A partir das falas das entrevistadas, bem como dos dados e indicadores analisados até o momento, entendemos que os sentidos políticos dos Institutos Federais se correlacionam na possibilidade efetiva de um espaço que promova o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes a ações de ensino, pesquisa e extensão pautadas por valores éticos, críticos e humanos que possibilitam a vivência de uma educação ontológica, plural, crítica, reflexiva, omnilateral.

[...] eu acho que o Instituto, ele tem um sentido político muito, muito grande, né, eu acredito que [...], por ser uma instituição federal, por a gente estar presente em todos os estados, em diversos municípios, isso traz uma força que a gente ainda não sabe utilizar, mas que é uma força muito grande, que a gente precisa aprender a se organizar [...] nesse sentido de trazer a comunidade, as famílias, os estudantes, de tentar uma relação de troca, de troca de conhecimento, de troca de projetos, de tentar ali uma mudança social nas cidades, então o Instituto tem uma potência (TURMALINA, 2020).

Eu acho que é contribuir pra essa formação crítica dos seus estudantes, da sua comunidade. Eu acho que ele tem esse papel de contribuir para a formação cidadã, formação crítica dos seus estudantes, da comunidade. A questão democrática tem que estar inserida. Quando a gente tá participando, tá contribuindo para a construção do câmpus, participando de uma comissão, participando de uma reunião, participando de ações que a gente vai dar opinião que a gente vai trazer o saber profissional. Eu acho que o papel do Instituto politicamente é esse. Ser esse canal de formação política e cidadã do indivíduo, que ele se torne uma pessoa crítica, que ele se torne uma pessoa que tenha conhecimento dos seus direitos e que vai tentar se inserir nesse mundo do trabalho com essa consciência. Então o papel é formar para que eles se insiram no mundo do trabalho com essa consciência cidadã também (PÉROLA, 2020).

As ações desenvolvidas têm permitido a formação de adolescentes, jovens e adultos da classe trabalhadora a partir de uma inserção crítica, voltada ao mundo do trabalho, mas que não se esgota apenas nessa possibilidade. Embora tenham lacunas, as ações promovidas balizam a construção integral do sujeito. Portanto, são urgentes as construções institucionais que afiancem os valores normativos e institucionais dos Institutos Federais.

Nesse sentido, o próximo tópico deste capítulo terá o intuito de refletir sobre como as/os trabalhadoras/es do Serviço Social – enquanto profissão regulamentada e que compõe o conjunto das/os servidoras/es técnicos administrativos dos Institutos

Federais – podem promover, a partir de sua ação cotidiana e de seus limites, possibilidades e desafios, a articulação das ações de ensino, pesquisa e extensão.

5.3. O Serviço Social nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

Dentre os objetivos propostos por este estudo, está o de analisar como as/os trabalhadoras/es do Serviço Social compreendem os sentidos políticos dos Institutos Federais da Região de Campinas, a partir de sua atuação cotidiana e sob a articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Todavia, sustentamos que, anterior à apresentação de resultados empíricos, é necessário refletir acerca do Serviço Social enquanto profissão historicamente circunscrita no conjunto das relações sociais estabelecidas pela relação capital-trabalho, ao inserir-se na divisão social e técnica do trabalho, tendo na questão social¹⁰⁰ e suas múltiplas expressões seu objeto de trabalho e se constituindo de diferentes dimensões, a saber: teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política¹⁰¹ (IAMAMOTO; CARVALHO, 2000; IAMAMOTO, 1994; IAMAMOTO, 2000; IAMAMOTO, 2011).

Nessa direção, é importante observar que desde 1980 Iamamoto e Carvalho (2000) apontam o Serviço Social como uma especialização do trabalho da sociedade, inscrita na divisão social e técnica do trabalho social e com um significado social na produção e reprodução das relações sociais.

¹⁰⁰ “A questão social é indissociável da sociabilidade capitalista e envolve uma arena de lutas políticas e culturais contra as desigualdades socialmente produzidas. Suas expressões condensam múltiplas desigualdades mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais, relações com o meio ambiente e formações regionais” (IAMAMOTO, 2009, s.p.).

¹⁰¹ As dimensões profissionais constituem-se em diferentes níveis de apreensão e compreensão da realidade da profissão, são indissociáveis e formam uma unidade, de maneira a romper com uma visão a-histórica e focalista da realidade e da intervenção profissional. Elas norteiam as ações e dão finalidade ao trabalho profissional. A dimensão teórico-metodológica é indispensável para a formação profissional e propicia a capacidade de compreensão da teoria como a forma que a/o assistente social se apropria para compreender a realidade e as expressões da questão social, de forma a ultrapassar o senso comum. Já a dimensão ético-política materializa as finalidades das ações da/o assistente social e os princípios e valores que as norteiam, como ações conscientes e críticas, vinculadas a posicionamentos éticos e políticos de defesa de direitos. Por fim, a dimensão técnico-operativa faz alusão à capacidade da/o profissional articular meios e instrumentos para materializar os objetivos profissionais e vai para além das capacidades técnicas e instrumentais. Para ampliação do debate, sugere-se a leitura de Iamamoto (2006).

A reprodução das relações sociais na sociedade capitalista é entendida como a reprodução da sociedade em seu movimento e contradições: há a reprodução de um modo de vida e de trabalho que envolve o cotidiano da vida social; refere-se à reprodução das forças produtivas sociais do trabalho e das relações de produção, na sua globalidade, envolvendo sujeitos e suas lutas sociais, as relações de poder e os antagonismos de classe. Logo, envolve a reprodução da vida material e da vida espiritual, isto é, das formas de consciência social – jurídicas, religiosas, artísticas, filosóficas e científicas (IAMAMOTO, 2009).

Esses modos de vida são permeados de contradições e desigualdades sociais. Há, de um lado, igualdade jurídica e, de outro, desigualdade econômica derivada da apropriação privada do trabalho alheio, bem como uma crescente pauperização do trabalhador, compondo a lei geral da produção capitalista, que se encontra na gênese da “questão social” (IAMAMOTO, 2009).

O Serviço Social brasileiro contemporâneo possui seus valores voltados à defesa dos direitos da classe trabalhadora e isso é fruto de um processo histórico¹⁰² de renovação crítica, atrelado à necessidade de ruptura com o conservadorismo que historicamente perpassa a profissão. Esse processo de ruptura implicou à profissão a construção de novas respostas profissionais no âmbito do ensino, da pesquisa, da regulamentação da profissão e da organização político-corporativa (IAMAMOTO, 2009).

Atualmente, o Serviço Social defende um projeto profissional crítico, que se constituiu afiançado na teoria crítica marxista e está ancorado em valores e princípios éticos que se materializam no atual Código de Ética Profissional (1993)¹⁰³, na Lei de

¹⁰² O Projeto Ético-Político do Serviço Social, de acordo com Netto (2006), encontra sustentação histórica no processo de renovação que a profissão vivenciou na transição da década de 1970-1980, ao denunciar e buscar romper com o conservadorismo presente na profissão. Ele constitui-se como um projeto profissional que apresenta “a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas” (NETTO, 2006, p. 4). Nessa direção, o Projeto Ético-Político do Serviço Social encontra materialidade no Código de Ética Profissional de 1993, na Lei 8.662, de 7 de junho de 1993, que regulamenta a profissão, e nas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), de 1996.

¹⁰³ É válido ressaltar os princípios fundamentais que norteiam o Código de Ética Profissional da/o assistente social, a saber: Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes — autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras; Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto

Regulamentação da Profissão (1993)¹⁰⁴ e nas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) (1996). Os espaços socio-ocupacionais das/os Assistentes Sociais se materializam numa heterogeneidade de lugares, tanto no âmbito do Estado, quanto em empresas capitalistas, organizações da sociedade civil, assessoria a movimentos sociais etc. Nesses diversos espaços, as atribuições e competências das/os profissionais são condicionadas por diferentes possibilidades, limites e desafios que atribuem um significado social à profissão. Cabe afirmar, contudo, que isso não é condicionado apenas à vontade da/o Assistente Social (IAMAMOTO, 2009).

Nesse sentido, pressupõe-se o reconhecimento de uma relativa autonomia técnica do trabalho profissional e que a atuação da/o assistente social pode ser diversa, tendo em vista que o seu trabalho é parte de um conjunto de processos de trabalho coletivo no âmbito de instituições públicas e privadas (ALMEIDA; ALENCAR, 2011): na formulação, planejamento e execução de políticas públicas; na esfera privada, repasse de serviços, benefícios e nas atividades vinculadas à produção; no âmbito dos processos de organização e formação política dos trabalhadores; em assessorias, consultorias e supervisão técnica; na formulação, gestão e avaliação de políticas, programas e projetos sociais; na instrução de processos sociais, sentenças e decisões em âmbito sociojurídico; na realização de estudos socioeconômicos e orientação social a indivíduos, grupos e famílias; na mobilização da classe trabalhadora; na formulação e desenvolvimento de projetos de pesquisa e atuação técnica, além de exercer funções de magistério, direção e supervisão acadêmica; na ação de cunho socioeducativo na prestação de serviços sociais, viabilizando o acesso aos direitos e o meio de exercê-los (IAMAMOTO, 2009).

socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual; Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação exploração de classe, etnia e gênero; Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores; Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional; Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, idade e condição física (CFESS, 1993).

¹⁰⁴ A Lei de Regulamentação da profissão disserta acerca das competências e atribuições privativas profissionais.

Há uma dimensão contraditória das demandas e requisições sociais apresentadas à profissão. O exercício profissional é necessariamente polarizado pela trama das relações e interesses sociais, pois participa tanto dos mecanismos de exploração e dominação, quanto, ao mesmo tempo, e pela mesma atividade, das respostas às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo dos interesses sociais. Além disso, participa do processo que tanto permite a continuidade da sociedade de classes quanto cria as possibilidades de sua transformação (IAMAMOTO, 2009).

Portanto, o exercício da profissão exige um sujeito profissional que tenha competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. Requer ir além das rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade, as tendências e possibilidades ali presentes, passíveis de serem apropriadas pelo profissional, desenvolvidas e transformadas em projetos de trabalho (IAMAMOTO, 2009).

Portanto, concordamos com Iamamoto (2009) que a análise das experiências profissionais requer mais do que o relato e a elaboração de manuais prescritos voltados ao “como fazer”. É fundamental uma análise crítica e teoricamente fundamentada do trabalho, inserido na trama de interesses sociais que o polarizam, bem como a construção de estratégias coletivas, articuladas às forças sociais progressistas, que permitam potencializar os caminhos que reforcem os direitos nos diversos espaços ocupacionais em que se inserem profissionalmente.

Martinelli (2011) reflete que o Serviço Social atua no cotidiano, já que há a vivência de diversas requisições colocadas cotidianamente aos profissionais, enquanto profissão que tem como seu objeto de trabalho as expressões da questão social e que, por isso, exige um olhar atento para desvendar a conjuntura e as forças sociais presentes, bem como acompanhar o movimento histórico da sociedade e da profissão. Para a autora, é fundamental que as/os assistentes sociais se apropriem de questões que perpassam a condição humana e a vida das pessoas em sociedade, tanto no âmbito da cultura, quanto dos “modos de viver, de lutar, de resistir, de desfrutar do lazer e, especialmente, de reivindicar direitos” (MARTINELLI, 2011, p. 2).

É fundamental que o Serviço Social se reconheça enquanto profissão, como uma especialização do trabalho coletivo que, por possuir uma dimensão política, exige o desenvolvimento da leitura crítica e política da realidade, na qual o projeto ético-

político do Serviço Social de fato norteie sua práxis profissional, tendo em vista que isto se expressa na construção da sua identidade. A identidade é uma categoria estudada por Martinelli (2011), que assim a define:

A identidade é, por excelência, uma categoria histórica, pulsa com o tempo e com o movimento e constrói-se e reconstrói-se em meio ao jogo de forças sociais, a partir de determinações políticas, sociais, históricas, éticas e culturais. [...]. Sintetiza e articula dialeticamente o que somos: a forma de ser da profissão, o que fazemos: a forma pela qual a profissão aparece socialmente, ou seja, o conjunto de intervenções que realizamos em um dado momento histórico e o que aspiramos fazer a partir das determinações ético-políticas de nosso projeto profissional e das requisições e demandas que emergem da realidade cotidiana (MARTINELLI, 2011, p. 3-4).

Nesse sentido, é necessária a compreensão de que as identidades profissionais não são processos que reproduzem práticas já existentes, mas pressupõem um movimento dialético, enquanto sínteses temporárias, tendo em vista que a realidade é histórica e permeada de múltiplas determinações. Além disso, elas materializam o conjunto dos valores que norteiam os projetos ético-políticos profissionais, enquanto sínteses coletivas profissionais. Nesse sentido, é preciso considerar que o momento presente é de uma profunda e intensa crise do capital que se expressa nas condições concretas de vida dos sujeitos, pois as consequências do ideário neoliberal, a profunda desregulamentação do trabalho e a intensificação das expressões da questão social produzem impactos substanciais na vida da classe trabalhadora (MARTINELLI, 2011).

Almeida e Alencar (2011, p. 120) afirmam que “as formulações profissionais, sejam elas produzidas no plano intelectual, organizativo ou no terreno da ação socio-ocupacional cotidiana, não são homogêneas”. Entretanto, compreendem que a profissão, ao longo de seu processo constitutivo, imprime uma dimensão política e pedagógica que particulariza sua intervenção profissional:

A dimensão política e pedagógica da ação profissional do assistente social o inscreve no âmbito dos processos de hegemonia, no estabelecimento de consensos necessários à reprodução do modo de vida próprio à sociedade do capital, mas a partir de condições objetivas inscritas na dinâmica institucional sob a forma de serviços sociais. A materialidade da profissão, expressa-se, portanto, pela sua função social e institucional no âmbito do processo de produção e distribuição da riqueza social, mediatizado sempre pela luta de classes e suas contradições. As tendências construídas na trajetória da profissão de

autorrepresentação de seu lugar nas disputas societárias não eliminam a natureza contraditória de sua institucionalidade e tampouco produzem práticas e conhecimentos que também não sejam determinados por essas mesmas disputas (ALMEIDA; ALENCAR, 2011, p. 125).

Como afirmado anteriormente, a/o assistente social se insere – na contemporaneidade – em diversos e distintos espaços socio-ocupacionais, dentre os quais as diversas políticas públicas que se configuram como condições socioinstitucionais promovidas para o enfrentamento das expressões da questão social e a materialização de direitos historicamente conquistados, como a Política de Educação. Conforme apontam Almeida e Alencar (2011, p. 142) nos “diferentes contextos institucionais” o trabalho da/o assistente social “se apoia numa base comum que é acionada a partir do acervo teórico-metodológico e ético-político que dá suporte à formação e ao exercício profissional”. Entretanto, apesar da possibilidade de escolha de cada sujeito profissional, é necessário afirmar sua condição de assalariamento e que, “por não dispor de todos os meios necessários à execução do seu trabalho”, as demandas profissionais estão circunscritas a determinações e controles institucionais e “são determinadas pelas dinâmicas do mundo do trabalho, do Estado e da sociedade civil” (ALMEIDA; ALENCAR, 2011, p. 142).

No âmbito da Política de Educação, remetem à década de 1940 as primeiras inserções das/os assistentes sociais (AMARO, 2012). Em seu processo originário nesses espaços, a profissão foi requisitada para atuar “voltada à preparação social dos indivíduos, a fim de torná-los, segundo suas aptidões, cidadãos produtivos e úteis ao capital” (AMARO, 2012, p. 19). Com o processo histórico de desenvolvimento da profissão e o movimento de reconceituação, o exercício profissional do/da assistente social na Política de Educação vislumbrou novas possibilidades e reconfigurações e, a partir de 1990, começou a adquirir relevância fundamental.

A inserção dos assistentes sociais na educação não pode ser considerada como fenômeno recente, visto que se trata de um campo de atuação com a qual o Serviço Social se relaciona desde a sua profissionalização. Neste caso, o inquérito escolar se constituiu em uma das mais antigas modalidades de intervenção do assistente social no campo educacional. Contudo, a trajetória da profissão nesta área esteve longe de ter uma homogeneidade e mesmo continuidade, sendo determinada pelas necessidades de qualificação da força de trabalho e pelos processos de ampliação do acesso à educação escolarizada vinculados às estratégias de enfrentamento da pobreza (ALMEIDA; ALENCAR, 2011, p. 166).

Almeida (2003, p. 3) afirma que essa importância representa o “movimento de maturidade da profissão”, ao se configurarem como objetos de interesse teórico, profissional e político para o Serviço Social, sendo mediada pelo processo conjuntural da categoria profissional e dos movimentos que se inserem na dinâmica da sociedade brasileira e reconhecem o campo das políticas sociais como espaço de possibilidades de garantia de direitos e, portanto, de ações profissionais.

Além disso, para Almeida (2000), a Educação, enquanto política pública, ganha significado estratégico em razão da alteração dos processos de organização social da produção em escala mundial, rebatendo de forma significativa no Brasil, o que a coloca diretamente ligada ao atendimento das necessidades sociais, técnicas e político-ideológicas do capital.

As reformas no campo educacional vêm atendendo a uma lógica de expansão de ofertas de oportunidades educacionais em diversas etapas da vida escolar, sob um controle estratégico do Estado. Este está construído a partir da redefinição de padrões de financiamentos e critérios técnicos de avaliação [...]. Desta forma, alguns paradigmas passam a orientar as mudanças no campo educacional: o da empregabilidade e o da relação entre a esfera pública e privada. No primeiro caso, temos a re-orientação dos processos formativos nos mais diversos níveis. O objetivo é o ingresso no mundo do trabalho segundo a dinâmica e os interesses do mercado, sublinhando novos traços das suas dimensões técnicas (novas tecnologias de produção e o novo perfil do trabalhador) e ideológicas (formação contínua e adesão ao modelo de contratação temporária e por habilidades) (ALMEIDA, 2000, p. 21).

Dessa forma, pensar a Educação no âmbito do trabalho profissional do Serviço Social exige analisar o significado dessa política pública no mundo do trabalho e sua relação com o modo de produção capitalista, a fim de refletir sobre o quanto isso impacta na maneira pela qual a profissão é requisitada a se inserir nesses espaços. Além disso, nos diferentes níveis e modalidades de Educação há “legislações, tipos de estabelecimento, dinâmicas institucionais e formas particulares de composição da força de trabalho, determinado por seu turno, processos diferenciados dentro da própria área educacional” (ALMEIDA; ALENCAR, 2011, p. 166).

Almeida (2003) sintetiza que a inserção das/os assistentes sociais na Educação pode ser reunida em quatro grandes direções: a garantia do acesso à educação

escolarizada¹⁰⁵; a garantia da permanência na educação escolarizada¹⁰⁶; a busca pela qualidade da educação¹⁰⁷; e o investimento nos processos de gestão democrática da educação¹⁰⁸.

Compreendemos, portanto, que a inserção da/o assistente social em espaços que presumem correlação de forças – e estabelecimento de consensos – participa da raiz contraditória da profissão, em que muitas vezes assistentes sociais são limitadas por condições institucionalizadas por meio das políticas sociais para exercer seu fazer profissional¹⁰⁹. Nesse sentido,

Desvelar essa realidade, busca ultrapassar a aparência para chegar a essência, salienta a preocupação em superar as requisições, por vezes, tarefas que são destinadas aos profissionais de Serviço Social, que almejam com isso garantir o caráter reflexivo e propositivo do profissional de Serviço Social, no fortalecimento de sua autonomia

¹⁰⁵ “O primeiro envolvendo as ações e atividades que convergem para a garantia do acesso da população à educação escolarizada. São atividades relacionadas à concessão de bolsas, definição de critérios de elegibilidade institucional, elaboração de diagnósticos populacionais para ampliação da capacidade de cobertura institucional e a mobilização e a organização política de grupos sociais com vistas à garantia do acesso à educação” (ALMEIDA, 2003, p. 8).

¹⁰⁶ “O segundo foco relaciona-se às atividades e ações que visam garantir a permanência da população nas instituições educacionais. Dentre estas atividades encontram-se as ações interinstitucionais dirigidas para a mobilização da rede de proteção social local, como os serviços de saúde, de transporte, os Conselhos Municipais ligados aos diversos campos dos direitos sociais e os programas e projetos sociais das demais instâncias governamentais. São ações que favorecem desde o encaminhamento para atendimento na rede de serviços sociais mais próxima até a inclusão em programas sociais que incidem diretamente sobre as condições objetivas da população no que diz respeito à permanência dela ou de alguns de seus membros no sistema educacional” (ALMEIDA, 2003, p. 8).

¹⁰⁷ “O terceiro foco diz respeito às ações e atividades que são realizadas pelos assistentes sociais com o intuito de garantir a qualidade dos serviços prestados no sistema educacional. Neste caso, são desenvolvidas atividades conduzidas exclusivamente por assistentes sociais como por equipes multiprofissionais, das quais participam, voltadas para a discussão dos problemas sociais e educacionais. São atividades promovidas como parte de um processo de formação ampliada da população. A perspectiva de uma educação alicerçada na luta pela conquista e ampliação da cidadania é a referência central de atuação neste foco. A organização de atividades com os pais e responsáveis, com a comunidade local, com os próprios alunos e profissionais da educação para tratar de questões relacionadas aos problemas e desafios sócio-educacionais é parte de um processo social e educacional do qual professores, assistentes sociais, sociólogos, sanitaristas, psicólogos e outros profissionais têm contribuído e participado” (ALMEIDA, 2003, p. 8).

¹⁰⁸ “O último foco relaciona-se ao desenvolvimento de atividades que apontam para o fortalecimento das propostas e ações de gestão democrática e participativa da população no campo educacional. São atividades desenvolvidas junto a segmentos sociais como coletivos e grêmios estudantis, sindicatos, associações de pais, de moradores e profissionais da educação no sentido de instrumentalizar e apoiar os processos de organização e mobilização sociais no campo educacional”.

¹⁰⁹ Parte das sistematizações apresentadas aqui foram publicadas no texto intitulado “O FAZER PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO: Considerações a partir da inserção nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia”. O texto foi apresentado e publicado nos anais do II Encontro Norte Mineiro de Serviço Social, promovido pela Universidade Estadual de Montes Claros, no período de 12 a 14 de março de 2020.

e na ampliação das possibilidades de intervenção na educação (DUARTE et al., 2019, p. 19).

A partir dos anos 2000, no interior do Serviço Social e nas discussões realizadas entre as/os profissionais atuantes no campo da política de educação houve a intensificação dos debates relacionados à inserção da categoria de assistentes sociais na Educação. Isso se materializa na produção de documentos, seminários, materiais teóricos acerca da temática pelo conjunto CFESS-CRESS, além da recente aprovação de Lei Federal que garante a inserção de assistentes sociais e psicólogos em instituições de Educação Básica. Dessa forma, um indicador que permite a visualização desses processos é a inserção das/os assistentes sociais nos Institutos Federais, que simboliza a presença do Serviço Social na Educação como um fenômeno “em franca expansão e repleto de desafios e possibilidades” (DUARTE et al., 2019, p. 27).

Na mesma direção, Prada e Garcia (2019) afirmam que até junho de 2018 os Institutos Federais contavam com aproximadamente 713 assistentes sociais atuando nos diversos câmpus do país, sendo que as demandas do Serviço Social envolvem tanto estudantes, quanto servidores e a comunidade externa aos Institutos Federais (PRADA, 2015), com destaque para as ações ligadas à permanência, à Assistência Estudantil, à evasão escolar, à Educação Inclusiva, às ações afirmativas, à saúde do servidor, à relação escola/comunidade, dentre outras.

Nesse sentido, essa inserção remete ao aumento de demandas que requisitam a/o profissional de Serviço Social, sobretudo devido à aprovação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) (por meio do Decreto n. 7.234/2010) e do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que tinha como intuito ampliar as condições e possibilidades de acesso, permanência e êxito dos estudantes nas Instituições públicas federais de ensino.

De acordo com Prada (2015), a principal demanda que requisita a/o profissional de Serviço Social nos IFs atualmente são as ações vinculadas à Assistência Estudantil. Porém, para além da gestão, planejamento, execução, avaliação e monitoramento do Programa Nacional de Assistência Estudantil, nos Institutos Federais há outras possibilidades de intervenção, sobretudo vinculadas ao ensino,

pesquisa, extensão e gestão, tendo em vista que o fazer profissional da/o assistente social tem como norte aspectos sociais do processo de ensino-aprendizagem.

Em geral, nos IFs, as ações de permanência têm se expressado, principalmente, por meio do programa de auxílio permanência regulamentado pelas políticas de assistência estudantil normatizada em cada instituição, mas, que via de regra, se configura num programa de concessão de auxílios financeiros ao estudante em situação de vulnerabilidade social. A execução desse programa conta como uma de suas etapas a realização do trabalho de análise socioeconômica que, preferencialmente, é realizada pelo(a) assistente social, conforme competência expressa no inciso XI do artigo 3º da Lei n. 8.662/1993, que regulamenta a profissão do assistente social (DUARTE et al., 2019, p. 27-28).

Diante do exposto, consideramos que a temática abordada nessa Tese é importante para desvelar os elementos que compõem a realidade vivenciada pelas/os profissionais no espaço socio-ocupacional do IF, a partir da Política de Educação Profissional e Tecnológica em sua totalidade, extrapolando o âmbito da Assistência Estudantil. A partir da análise de Duarte et al. (2019), contribuir com a produção de conhecimento acerca do cotidiano do trabalho profissional propicia materializar os posicionamentos profissionais e suas diferentes dimensões constitutivas.

[...] refletir sobre a Política de Educação como espaço socio-ocupacional e, conseqüentemente, sobre o trabalho profissional do (a) assistente social, colabora para que os profissionais inseridos nesta Política construam estratégias para o enfrentamento dos desafios do cotidiano profissional e a defesa do direito à educação (DUARTE et al., 2019, p. 19).

Almeida e Alencar (2011) apontam que, no âmbito da Educação, as/os assistentes sociais têm suas principais requisições relacionadas às condições socioeducacionais que interferem no processo de ensino-aprendizagem. De forma geral, as intervenções acontecem nas seguintes ações:

Realização de estudos socioeconômicos e articulação com a rede socio-assistencial para assegurar as condições de acesso e permanência na educação escolarizada; Atuação junto aos diferentes sujeitos envolvidos com o processo educacional, estudantes, grêmios estudantis, família, comunidade, professores, profissionais da educação e gestores, visando o fortalecimento dos processos de participação política e gestão democrática da política de educação e de suas instituições; Implantação e desenvolvimento de políticas, programas, projetos e serviços de assistência estudantil (bolsas, transportes, alojamentos e pais sociais); Organização e condução de

palestras, grupos e oficinas abordando temáticas relativas ao cotidiano escolar ou ao universo dos estudantes e das famílias como: drogas, sexualidade, violência, adolescência, *bullying*, etc.; Articulação com os conselhos tutelares, instituições de cumprimento e acompanhamento de medidas socioeducativas e de medidas protetivas; Acompanhamento das condicionalidades dos programas sociais; Articulação e acompanhamento das instâncias de controle social; Articulação com os movimentos sociais atuantes na área de educação (ALMEIDA; ALENCAR, 2011, p. 167).

No âmbito do IFSP, enquanto lugar de pesquisa desta Tese, Dantas (2020, p. 208) caracterizou o Serviço Social do seguinte modo:

[...] o IFSP conta com **39 assistentes sociais** em seu quadro de funcionários/as, em sua maioria mulheres, na faixa etária de 30 a 39 anos e brancas. No quesito raça/cor, cabe destacar que 10 profissionais se autodeclararam pretas e/ou pardas, apesar desta população se configurar a maioria da população brasileira, de acordo com os dados do IBGE. Em relação ao tempo de trabalho no IFSP, a maioria atua há entre 5 e 10 anos na instituição. No que diz respeito à formação, a maioria se formou na década de 2000, em universidades públicas em cursos presenciais. Cerca de 60% realizaram algum curso de especialização lato-sensu; mais de 50% tem o Mestrado concluído e cerca de 25% tem o Doutorado concluído ou em andamento (DANTAS, 2020, p. 208, grifo nosso).

Segundo Dantas (2020), maioria das/os profissionais de Serviço Social tem seu processo de trabalho atrelado à Política de Assistência Estudantil do IFSP, exceto 4 profissionais, sendo que 3 têm a sua práxis profissional vinculada à Saúde do Servidor e Gestão de Pessoas, na reitoria, e 1 desenvolve seu trabalho vinculado à Coordenadoria de Extensão, em um dos câmpus do IFSP. Além disso,

Dos 37 campi do IFSP (incluindo a Reitoria), 29 possuem pelo menos 1 profissional de Serviço Social nas equipes da CSP; e somente 4 campi possuem mais de 1 assistente social. Em relação à Reitoria, como mencionado, tem-se 1 assistente social na PRE e 3 profissionais de Serviço Social vinculados à área de Saúde do Servidor (DANTAS, 2020, p. 209).

As profissionais que compuseram a amostra de pesquisa estão alocadas na Coordenadoria do Núcleo Sociopedagógico de seus respectivos câmpus. Conforme Resolução n. 138, de 4 de novembro de 2014, a Coordenadoria Sociopedagógica é uma instância vinculada à Diretoria Adjunta Educacional e articulada por equipe

multiprofissional de ação interdisciplinar¹¹⁰ composta por Assistente Social, Pedagogo, Psicólogo, Técnico em Assuntos Educacionais, podendo ter a atuação de outros servidores (IFSP, 2014), como o Tradutor e Intérprete de Libras. São atribuições da Coordenadoria Sociopedagógica:

Artigo 2.: as atribuições da Coordenadoria Sociopedagógica são: I – acompanhar e implementar políticas em conjunto com a Pró-reitoria de Ensino do IFSP; II- acompanhar as deliberações dos conselhos consultivos e deliberativos e promover suas implementações; III- apresentar à comunidade escolar as ações vinculadas à Coordenadoria Sociopedagógica; IV- Propor e promover as ações de acolhimento e integração dos estudantes; V- acompanhar os estudantes no processo de ensino-aprendizagem; VI- atender, orientar, encaminhar e acompanhar os estudantes e familiares no âmbito sociopsicoeducacional; VII- orientar os estudantes sobre os seus direitos e deveres como cidadãos; VIII- reunir subsídios para a construção, elaboração, atualização e reformulação do Projeto Político Pedagógico do câmpus; IX- Desenvolver, implantar e acompanhar programas e ações de apoio pedagógico, psicológico e social junto aos estudantes; X- identificar demandas, promover propostas e ações de formação continuada de docentes e de servidores que atuem na área educacional; XI- orientar o corpo docente no que se refere às necessidades dos estudantes no processo ensino-aprendizagem; XII- contribuir na ação docente quanto aos procedimentos pedagógicos; XIII – elaborar instrumentos de pesquisas para compreender e analisar os motivos que levem à retenção e à evasão dos estudantes em parceria com outras instâncias do IFSP; XIV- propor, implantar, acompanhar e avaliar propostas de prevenção e intervenção ao baixo rendimento, retenção e à evasão escolar; XV- propor e colaborar com ações inclusivas e adaptativas de acordo com as demandas identificadas do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE); XVI – propor ações afirmativas de acordo com as demandas identificadas; XVII- Estabelecer parcerias para promoção de ações culturais e educativas na perspectiva da inclusão e do enfrentamento a preconceito e valorização das diversidades; XVIII- articular parcerias nas ações de promoção à saúde do estudante; XIX- participar na elaboração e execução de projetos, em parceria com outras instâncias do IFSP, com o intuito de proporcionar formação integral aos estudantes; XX- acompanhar a implantação e o desenvolvimento do Programa de Assistência Estudantil; XXI- Participar e contribuir nas instâncias de planejamento pedagógico; XXII- Organizar e participar de reuniões com os pais; XXIII- elaborar documentos e relatórios conforme instruções do câmpus e da Pró-reitoria de ensino; XXIV – dialogar com as instâncias de representação estudantil, como grêmios, centros acadêmicos e representantes de sala; XXV – promover e/ou participar da

¹¹⁰ Conforme Resolução, entende-se “por equipe multiprofissional de ação interdisciplinar a integração de profissionais de áreas diversas que trabalhem, concomitante e simultaneamente, a partir de uma articulação de seus saberes, com o intuito de assessorar o pleno desenvolvimento do processo educativo, orientando, acompanhando, intervindo e propondo ações que visem promover a qualidade do processo de ensino-aprendizagem e a permanência dos estudantes no IFSP, nas modalidades de ensino presencial e a distância” (IFSP, 2014, s.p.).

organização de encontros, palestras e seminários destinados à comunidade escolar; XXVI- Realizar supervisão pedagógica; XXVII- Participar do conselho de classe (IFSP, 2014, s.p.).

Enquanto atribuições específicas da/o Assistente Social, a Resolução 138 estabelece:

a) Coordenar o desenvolvimento da assistência estudantil nos campi; b) Prestar orientações aos estudantes quanto aos direitos e deveres sociais e estudantis; c) Realizar análise socioeconômica da Política de Assistência Estudantil; d) Coordenar ações, programas e projetos na área do Serviço Social; e) Realizar acompanhamento social, quando necessário, aos estudantes e familiares; f) Desenvolver o trabalho em rede com as políticas públicas e sociais existentes, realizando encaminhamentos quando necessários; g) Participar das ações inclusivas do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE); h) Elaborar relatório, parecer e laudo na área do Serviço Social, quando necessário; i) Participar dos conselhos deliberativos e pedagógicos com objetivo de identificar questões que exista a necessidade de intervenção do assistente social, bem como contribuir, nas situações em que há acompanhamento social contínuo para que a realidade socioeducacional dos estudantes seja compreendida em sua totalidade; j) Participar das reuniões de pais, quando solicitado ou necessário; k) Analisar dados estatísticos em sua área de atuação; l) Elaborar relatórios, pareceres e documentos específicos à sua área de atuação; m) Orientar os docentes sobre situações de vulnerabilidade social dos discentes, se necessário, e de acordo com o sigilo profissional previsto no Código de Ética de Assistentes Sociais (IFSP, 2014, s.p.).

Com base nos apontamentos da pesquisa empírica, é possível afirmar que a inserção do Serviço Social no Instituto Federal de São Paulo, bem como a demanda que se coloca para a ampliação inicial do quantitativo de profissionais na Instituição é a regulamentação do Programa Nacional de Assistência Estudantil, como apontam as afirmações a seguir.

A questão de como se insere, acho que aquilo que a gente sempre falou, a principal demanda, e pelo o que eu vi com colegas, as primeiras que chegaram aqui no Instituto Federal, que eu acho que o que demandou inicialmente, a necessidade, o porquê de ter a Assistente Social, é a política de Assistência Estudantil. O que demandou, o que fez os dirigentes enxergar a necessidade. Precisa executar esta política. Aí eles identificaram a necessidade da assistente social, foi aí que demandou. Mas a nossa atuação no Instituto Federal eu vejo muito além do que a política de Assistência Estudantil (PÉROLA, 2020).

Nos Institutos Federais não consigo visualizar a atuação do Serviço Social que não seja na Assistência Estudantil. Mas vejo a Assistência Estudantil de forma ampla, não limitada ao PAP como tem sido, no meu ponto de vista (ÁGATA, 2020).

[...] o que eu vejo, né, é isso, da gente... a gente conseguiu ali organizar uma política boa aqui na instituição, de Assistência Estudantil, que foi a nossa primeira né, a demanda institucional, do Serviço Social, a gente tem várias linhas de trabalho, mas essa foi a demanda da instituição, então a gente falou, então tá, vamos desenvolver... (TURMALINA, 2020).

As competências e atribuições da/o profissional de Serviço Social na Política de Educação Profissional e Tecnológica têm como norte os Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação, publicado em 2013, pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). As competências e atribuições das/os assistentes sociais requisitam que a/o profissional compreenda em sua intervenção os processos sociais de produção e reprodução das relações sociais numa perspectiva de totalidade, analisando o movimento histórico da sociedade brasileira, de modo a apreender as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país, bem como as particularidades regionais.

A inserção do conjunto de trabalhadores/as do Serviço Social na Instituição é permeada de embates políticos no entendimento e execução da Política de Assistência Estudantil. Conforme as falas evidenciaram, o processo histórico de apreensão da política como principal demanda institucional trouxe, para o âmbito coletivo, a necessidade de reflexão acerca das contribuições do Serviço Social e dos embates institucionais, sobretudo na relação do coletivo de profissionais com o conjunto de gestores, em sua maioria vinculados à reitoria, que buscam atribuir às/aos profissionais do Serviço Social o papel de meros executores de políticas sociais, dissociando-os do conjunto das dimensões que constituem o processo de formação da profissão.

Então assim, a princípio, a inserção é muito pensada, vou falar assim, é como eu percebo, mas como é o nosso **cotidiano** mesmo, é pensado no trabalho de execução de uma política de Assistência Estudantil, então ficou muito demarcado que outros profissionais não poderiam se envolver nessa política, então é uma política muito fortalecida, muito articulada e protegida pelos assistentes sociais, né, [...] é um grupo muito articulado, mas que as vezes, pelo **cotidiano** e pelas demandas de trabalho imensas nessa área, a gente não consegue muito ir abrindo outros espaços, né. Mas assim, a princípio,

a inserção é nesse sentido, quando a gente prestava concurso e era chamado, a esperança é “tomara que alguém vai dar conta disso”. Porém, a gente tem vários perfis de profissionais dentro do grupo a gente tem profissionais que vão mesmo cavando, outros vão com trabalho de formiguinha, outros já chegam cavando os buracos mesmo, pra conseguir mostrar e levar as discussões dentro da política profissional, dentro do que preconiza nossa profissão, enfim, e aí a gente tem o profissional que ele vai se inserir junto com grupo educacional, junto com o grupo... [...]

[...] a inserção, a princípio, ela é pra ser o executor, mas a gente teve os avanços, ele não só ficou na execução, mas entrou no papel de construir a política, de pensar a política e graças a equipe que a gente tem, que é ótima, então a gente não tem muito, é muito diferente de quando eu trabalhei [ali]¹¹¹. [Lá] as discussões não mudavam de nível assim, mas no Instituto Federal, essa parte de pensar, de como vai ser a execução, como a gente vai trabalhar, a gente pensa isso, a gente não aceita, a gente leva pro debate, eu acho isso importantíssimo para desconstruir essa posição que colocaram a gente, né, não é fácil, por que a gente, existe no imaginário das pessoas um perfil de assistente social, e a gente quer superar esse perfil, a gente quer avançar, e a gente avança. E as pessoas não estão preparadas para lidar com grupos profissionais mais politizados, que tenham conhecimento diferenciado. É isso, é aquilo que todo mundo achava, que podia ser psicólogo e que podia ser assistente social... [risos]. Então, e aí a importância, a gente foi mostrando com o tempo. Por exemplo, eu tô há [...] anos e acho que teve avanços muito grandes de quando eu entrei e quando eu entrei acho que até já tinha algumas profissionais, então assim, sempre foram lutando e desenhando outras formas do trabalho (AMETISTA, 2020, grifo nosso).

Cabe ressaltar na entrevista de Ametista (2020) a referência ao cotidiano do trabalho profissional marcado pela luta de afirmação do próprio lugar do Serviço Social no IF, para além de mero executor, o que remete às reflexões apontadas por Martinelli (2011) sobre as demandas que recaem às/aos profissionais nessa escala do espaço profissional. Nesse sentido, importa considerar, no âmbito desta Tese, o cotidiano enquanto um espaço de atuação profissional, mas também como uma escala de análise acerca da própria atuação, ao considerar, a partir das falas das entrevistadas, a multiplicidade de agentes e agenciamentos que permeiam o cotidiano de atuação do Serviço Social no IFSP.

A inserção massiva do Serviço Social no IFSP após 2010 implicou a construção de estratégias coletivas para construir uma Política de Assistência Estudantil que dialogue com os valores éticos institucionais, além de ter como balizadores os

¹¹¹ Nome da cidade suprimido para garantir o anonimato da entrevistada.

direcionamentos éticos, técnicos, teóricos e políticos do Serviço Social enquanto profissão.

[...] eu vejo que a inserção dos assistentes sociais no Instituto Federal ele foi bem diferente da inserção de outras categorias, né, eu acho que até por conta da nossa formação. A gente já entrou se procurando, já entrou tentando se conversar, já entrou se articulando, montando grupos, montando, agendando videoconferências para organizar a política, então acho que isso trouxe um estranhamento para a instituição muito grande, né, e aí a gente paga o preço até hoje por isso, né, por que a gente é de certa forma perseguido pelos gestores institucionais, pra não dizer outra coisa, que é isso que acontece mesmo (TURMALINA, 2020).

Aí quando aumentou mesmo, que teve outro concurso público, que a equipe foi ficando maior, aí o negócio ficou mais rico, ganhou uma dimensão muito mais política, e, por outro lado, a gente também começou a ser cerceada, por que a gente começou a aparecer. Então a categoria ela teve o ônus e o bônus. O bônus e ônus. Mas tudo em cima de uma luta, que é de participação nos processos, enfim [...] a gente ficou muito nessa execução, é um processo longo, cansativo, muitos estudantes e uma equipe reduzida, né... [...] o trabalho diário, ali, todo dia é muito mais burocrático e administrativo (AMETISTA, 2020).

Ao articular a importância do Serviço Social nesse espaço, Pérola (2020) e Turmalina (2020) afirmam que é fundamental a inserção da profissão no Instituto Federal de São Paulo, tendo em vista que os objetivos profissionais estão em concordância com valores que permeiam a instituição, como a garantia do direito à educação, a promoção da democratização do acesso, os debates e reflexões relacionados às expressões da questão social na educação, além de possibilitar construir políticas de acesso, permanência e êxito que tenham uma perspectiva política no seu processo de elaboração, execução, avaliação e monitoramento.

Eu acho muito importante. Fundamental. Que vem quando dialoga com a missão do Instituto em geral. Da inclusão. De incluir os mais vulneráveis, de estar inserido em comunidades mais vulneráveis. E aí, proporcionar, democratizar o acesso. Então, eu acho que somos fundamentais. Os assistentes sociais são profissionais que no seu dia a dia atuam diretamente com a questão social. Seja na política de Assistência Social, na saúde, que atua com as expressões da questão social, o seu público-alvo são as pessoas mais vulneráveis, na grande maioria das áreas de atuação, algumas poucas que são com empresas, mas mesmo assim é o público mais vulnerável daquele público. Então, eu acho que vem ao encontro do que se propõe que é fundamental. Eu não vejo uma atuação do Instituto Federal sem o Serviço Social [...] porque fica em desencontro com o

que a própria instituição propõe. Porque se tem essa missão então tem que ter profissionais de categorias que dialogam com a missão. Então, aí acho que uma das categorias é a nossa. Então, eu acho que é importante, muito importante. Fundamental. (PÉROLA, 2020).

[...] e eu acho que o Serviço Social, ele tem uma importância muito grande na educação por que a gente sempre se coloca nessa questão do debate pela efetivação do direito à educação, em todas as frentes, seja aí conselho de curso, seja no atendimento ali com a família, seja na briga com a reitoria pelo recurso de assistência estudantil, então eu acho que a instituição ainda tem, eles tentam, acho que eles entendem qual o nosso papel, eles sabem qual a nossa função, e ao mesmo tempo tenta deslegitimar e nos colocar numa, num lugar de operacionalizadores da assistência estudantil, e eles não conseguem, né [risos], eles tentam mas eles não conseguem, porque a gente não obedece, enfim... (TURMALINA, 2020).

Observa-se na Resolução 138 o intuito de promover a inserção da/o assistente social em demandas para além de ações burocráticas da Política de Assistência Estudantil, entendendo que essa é a principal política voltada ao trabalho profissional que visa garantir o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes no IFSP, o que concorda com os objetivos profissionais no espaço escolar.

As entrevistadas apontam para possibilidades, limites e desafios no cotidiano da atuação profissional em consonância com a articulação de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do processo de trabalho profissional. Pois, como declarou Pérola (2020): “os assistentes sociais são profissionais que no seu **dia a dia** atuam diretamente com a questão social”. Mas é fundamental afirmar o quanto a Política de Assistência Estudantil e a maneira como tem se efetivado na instituição limita as possibilidades do trabalho profissional ao incumbir um viés burocrático ao processo de trabalho.

Eu acho que as possibilidades são muitas no âmbito da nossa atuação. Mas, a questão burocrática, demandas de trabalho, acabam tirando essas possibilidades. Porque eu também não critico o profissional que fala assim: - Eu só faço Assistência Estudantil! Porque eu não dou conta! Porque eu sinto na pele, a gente sente na pele o que é. Por mais além do que é específico do Serviço Social na Assistência Estudantil acaba ficando para o profissional... (PÉROLA, 2020).

Entretanto, apesar desse desafio profissional, há a possibilidade criativa que o cotidiano do trabalho dos Institutos Federais propicia à/o assistente social. Embora

a demanda institucional seja a Política de Assistência Estudantil, em uma compreensão limitada de transferência de recursos a partir de um processo de seleção socioeconômica, a/o assistente social, ao se inserir na dimensão social do processo ensino-aprendizagem, consegue estabelecer distintas inserções em seu cotidiano, sobretudo ao pensar a articulação das dimensões profissionais e o sentido político de sua inserção na instituição, o que contribui para a ampliação do sentido da Política de Assistência Estudantil materializada no IFSP. Nesse sentido, Turmalina (2020) afirma:

[...] acho que é tanta coisa que a gente não consegue fazer tudo não... então, eu acho que, né, **o Serviço Social tem muitas possibilidades no instituto**. Acho que isso que é legal, né... se bem que a gente não consegue dar conta de tudo porque tem **a Assistência Estudantil tira grande parte do nosso tempo**, eu acho que tempo é fator primordial, mas **a gente consegue trabalhar principalmente essa questão da formação do estudante**, né, enquanto trabalhador da educação, nessa perspectiva de educação mesmo. E aí pra essa **perspectiva de educação, educação política, transformadora, crítica**, a gente deve utilizar várias frentes, seja a extensão, projetos de pesquisa, de ensino, organização de eventos... Às vezes, ali no próprio, nas próprias conversas com estudantes, reuniões com os grêmios, centros acadêmicos, numa intervenção que a gente realiza por uma questão de preconceito, discriminação... num atendimento mesmo dos estudantes, numa situação de vulnerabilidade, que acabam procurando o Serviço Social, eu acho que nas relações com os professores, nas reuniões de pais ou nos conselhos pedagógicos, surgem muitas questões que a gente acaba e para, e acaba fazendo ali uma intervenção, mas eu acho que cada espacinho, tem uma reunião de alguma coisa, a gente vai lá na reunião, aí a gente senta quietinho na reunião e quando vê a gente não tá mais quietinho na reunião, então acho que todo espacinho, né.. ah, vai ter tal coisa, então vamos lá e causa... a gente vai na reunião e fala... vou ouvir, senta, começa ouvir e quando vê você já levantou a mão, já tá falando, então acho que é isso, a gente acaba entrando nos lugares que a gente não é convidado, porque quase ninguém convida a gente, a gente vai meio que enxerido, né.. ah, vou ali na reunião do curso, professor, posso? Pode... então a gente acaba que começa falar e eles nem convidam, mas a gente vai de novo ou... acho que tem espaços que é mais assim nossa cara, tipo o sindicato, as reuniões de base, as assembleias, acho que a gente onde mais se sente em casa [...] (TURMALINA, 2020).

Como bem observou Ametista (2020), com uma variedade de perfis as/os profissionais do IFSP, em seus respectivos câmpus e territórios de atuação, se mostram incansáveis na luta cotidiana: “a gente tem profissionais que vão mesmo cavando, outros vão com trabalho de formiguinha, outros já chegam cavando os

buracos mesmo, pra conseguir mostrar e levar as discussões dentro da política profissional”. Nessa direção, Pérola (2020) ressalta que a inserção em outras frentes contribui para a inserção cotidiana em ações que dialogam com a rede intersetorial e com a comunidade ao passo em que favorecem a articulação do Instituto e seus objetivos, missão e valores. Segundo a entrevistada, o Serviço Social pode e é fundamental nesse espaço, pois “a gente leva a nossa formação e contribui” nas diversas atividades que acontecem no cotidiano escolar” já que a/o profissional traz “os aspectos sociais para a discussão” (PÉROLA, 2020).

Então, eu gosto de me inserir, estar por dentro destes processos, para elaborar ações dentro do Instituto. [...]. É quando a gente leva a nossa formação e contribui. Quando vai mesmo questões de planejamento, questões de conselho, trazer os aspectos sociais também. Trazer a questão da qualidade de ensino. O aluno não é só uma nota. Se reportando a questão da missão do Instituto. Se é inserir então a gente tem que pensar, dialogar, refletir sobre os aspectos sociais. Tem que levar em consideração esses aspectos também (PÉROLA, 2020).

Diante do exposto, entendemos que o cotidiano profissional da/o assistente social nos Institutos Federais constitui-se de diferentes possibilidades criativas, em sintonia com o diálogo e o debate propostos por esse espaço de Educação Profissional e Tecnológica. Entretanto, é fundamental identificar os limites e desafios inerentes ao exercício profissional e que reverberam na articulação das ações de ensino, pesquisa e extensão, bem como na materialização dos valores e missões institucionais. Conforme afirma Barbosa (2015, p. 17) “resta claro que sua inserção se dá na contradição entre o reconhecimento e a institucionalização do direito à educação e o não acesso e a não permanência dos alunos na escola”.

Desse modo, cabe considerar que, assim como em outros espaços socio-ocupacionais, a/o assistente social precisa estar atenta/o e forte, construindo tempos mais humanos, justos e solidários (IAMAMOTO, 2000), tendo em vista que a conjuntura exige intervenções com compromisso e efetividade na vida da classe trabalhadora, de forma a construir outro projeto de sociedade, afiançado na ideia de equidade, cidadania e justiça social.

6. CONCLUSÃO

Toda caminhada costuma ter um objetivo, um lugar a que se pretende chegar. As pesquisas científicas também são assim. O momento inicial de elaboração das inquietudes se materializa no projeto de pesquisa, que contempla justificativas, problematizações, hipóteses, objetivos, referenciais teóricos, cronogramas, orçamentos. É o ponto de partida para a construção de resultados mais significativos, que encontrem respaldo teórico e/ou empírico. Desse modo, a produção de conhecimento é, como escreveu Mauro Iasi, uma “aula de voo”, que ensina, mostra caminhos, apresenta divergências, similitudes, questionamentos.

Os resultados desta Tese materializam um longo e profícuo processo de doutoramento em Serviço Social, são parte da trajetória de construção do conhecimento e, por isso, são coletivos, permeados de diferentes sujeitos que dialogaram e apresentaram elementos para refletirmos acerca do(s) sentido(s) político(s) dos Institutos Federais a partir das ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas nos territórios, espaços que possibilitam vivências e incidem na vida dos sujeitos, na garantia de direitos. Não é, portanto, inerte, estático, mas está em movimento, dialogando com a realidade e por ela sendo condicionado.

Certamente, é desafiador produzir uma pesquisa em que parte do cronograma defronta-se com a conjuntura de pandemia, uma crise sanitária e política mundial devido à infecção e morte de milhões de pessoas pelo novo coronavírus SARS-Cov-2. Isso exigiu mudanças, ressignificações, novas construções.

Todavia, a sistematização dos resultados trouxe elementos desenvolvidos ao longo dos capítulos e que nesta conclusão tangenciam reflexões capazes de articular as categorias teóricas trabalhadas na Tese. Trata-se da pesquisa em movimento, denotando particularidades inseridas numa totalidade, mas com singularidades, tendo em vista que a realidade é histórica, dialética e construída pelo conjunto dos sujeitos que estabelecem relações sociais.

Como apresentado na introdução desta Tese, o objetivo geral da pesquisa era analisar a reconfiguração da Política de Educação Profissional e Tecnológica e seus sentidos políticos a partir das ações de ensino, pesquisa e extensão vivenciadas no cotidiano dos Institutos Federais. Entretanto, compreendemos que para alcançar algo

maior e mais universal seria preciso construir pequenos esboços, pequenas singularidades e particularidades e, por isso, os objetivos específicos foram trabalhados ao longo dos capítulos, o que possibilitou a construção de sínteses e conclusões.

Ao analisarmos o processo de formação social brasileira e questionarmos como essa constituição influenciou a Educação Profissional no país, foi possível aferir, a partir das ideias discutidas ao longo do primeiro capítulo, que o momento presente é de crise estrutural do capital e rege-se pelo ideário neoliberal, o que incide na constituição da Educação Profissional no Brasil.

Compreendemos o caráter ontológico da Educação, em relação direta com a constituição do ser social e com o Trabalho. No entanto, na sociedade do capital a Educação apresenta uma funcionalidade em garantir as necessidades do sistema e, desse modo, a constituição socio-histórica do país oferece elementos importantes para avaliá-la.

A Educação, numa concepção dialética, é dinâmica, está em constante transformação, é inerente às relações sociais e, portanto, tem um sentido na luta de classes, pois é uma mediação concreta que possibilita o desenvolvimento do ser social, sua capacidade e potencialidades. Assim, no âmbito da sociedade capitalista a Educação assume o sentido de aparelho ideológico que possibilita a preparação intelectual e tem importância na construção de valores.

Entendemos que analisar a formação social do país a partir do olhar marxista de interpretação da realidade constitui-se em articular relações sociais, processos e estruturas que subjazem à realidade social, cultural, econômica e política do país, incluindo as particularidades no âmbito do desenvolvimento capitalista. Como ensina José Paulo Netto (2011):

Em Marx, a crítica do conhecimento acumulado consiste em trazer ao exame racional, tornando-os conscientes, os seus *fundamentos*, os seus *condicionamentos* e os seus *limites* – ao mesmo tempo em que se faz a verificação dos conteúdos desse conhecimento a partir dos processos históricos reais (NETTO, 2011, p. 18, grifo nosso).

Nesse sentido, observamos a particularidade do Brasil Colônia e a constituição da sociedade brasileira perpassada pela combinação de novo e velho. A “via brasileira” implica um passado permanentemente presente, que, segundo a “lei de

desenvolvimento desigual e combinado”, apresenta marcas de períodos históricos de diferentes ciclos e economias caracterizando a Colônia, a Monarquia e a República.

Historicamente o país constituiu-se voltado à acumulação de capital dos países centrais, encontrando sustentação na grande propriedade, na monocultura e no trabalho escravo, o que contribuiu para a formação de uma burguesia nacional sem o interesse em promover alterações nos processos, mantendo relações de dependência e subordinação atreladas a vínculos precários de trabalho e expressando fragilidades e antagonismos. Além disso, a constituição do Estado brasileiro implicou em potencializar o desenvolvimento do país a partir de características interventivas, corporativistas e autoritárias.

Na atualidade, a conjuntura pós 1990 materializou o ideário neoliberal nas relações sociais, repercutindo nas ações do Estado. A vivência do neoliberalismo cristalizou prejuízos aos avanços sociais advindos da Constituição Federal de 1988, promovendo reformas e o aumento avassalador da barbárie social, sobretudo devido à financeirização do capital, elevação das taxas de juros, privatizações e reduções significativas dos investimentos públicos em políticas sociais, que adquiriram um perfil compensatório e focalizado.

Avaliamos que o neoliberalismo foi a carta coringa para promover diversos retrocessos e nem mesmo a chegada do Partido dos Trabalhadores ao poder, em 2003, foi suficiente para romper com a lógica que imperava. Pois, apesar dos avanços sociais que o Estado promoveu ao adotar a postura de investidor e financiador de políticas sociais, não houve ruptura com as características historicamente implícitas. Além disso, esses pequenos avanços findaram-se em 2016, após o golpe jurídico-parlamentar que culminou no impeachment da presidenta Dilma Rousseff, o que contribuiu para o avanço do cenário avassalador de desmonte de direitos, de ultraliberalismo e de conservadorismo como formas de construir política no país.

Diante do desenvolvimento socio-histórico brasileiro e das características inerentes ao processo desigual e combinado vivenciado no Brasil, a concepção de Educação desta Tese dialoga com a perspectiva marxista, de uma Educação que propicie o desenvolvimento de todas as esferas da vida social dos sujeitos, pública, universal, gratuita, de responsabilidade do Estado e que possibilite a articulação politécnica e a omnilateralidade, de modo a contemplar o desenvolvimento das capacidades e sentidos do ser social em seu caráter ontológico. Essa defesa encontra respaldo na possibilidade de os sujeitos, ao se inserirem na luta de classes, se

constituírem como motores da história, de modo a transformar a desigualdade historicamente constituída no país, tendo em vista as possibilidades criativas e emancipatórias inerentes à Educação.

Esta Tese também teve o intuito de conhecer as determinações históricas, sociais, políticas, culturais e econômicas dos IFs nos territórios de atuação e a influência da lógica neodesenvolvimentista, além de analisar sua institucionalidade no âmbito das políticas públicas de EPT, bem como seu processo de expansão e de investimentos financeiros, sociais, políticos e intelectuais.

Nessa perspectiva, compreendemos que, por configurar-se como uma política pública, a Educação Profissional e Tecnológica no país esteve em constante processo de modificação e institucionalização. Assim como as demandas por escolarização estiveram historicamente atreladas aos processos econômicos, sociais, políticos e culturais, a EPT tem uma trajetória socio-histórica que perpassa a formação social do país, atrelada às alterações socioeconômicas e aos interesses dos setores produtivos. Historicamente voltada à classe trabalhadora, a EPT não é imune à dualidade que perpassa a Educação, isto é, a separação entre a formação para o trabalho (geralmente voltada aos filhos da classe trabalhadora) e a formação propedêutica (com objetivo de formação de valores, voltada aos filhos da classe burguesa).

As transformações institucionais da EPT se apresentam das Escolas de Aprendizagem e Artífices aos Institutos Federais, congregando diferentes denominações. Observamos que a EPT esteve atrelada aos interesses dos setores produtivos e após 1990 teve o ideário neoliberal como balizador, o que resultou em novos impactos a essa modalidade de educação, que não dialogou com as mudanças promovidas pela Constituição Federal de 1988. Entretanto, a pesquisa identificou que nos governos do Partido dos Trabalhadores a EPT foi constantemente debatida e modificada.

Apesar da promoção de mudanças sociais afiançadas na ideia de ruptura com o neoliberalismo e adoção de medidas neodesenvolvimentistas, avaliamos que os governos Lula e Dilma mantiveram o neoliberalismo como princípio norteador. No âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, concluímos que esse período foi marcado por permanências, rupturas e novas construções.

Tratava-se de um contexto de pautas sociais na agenda pública, de modo a fazer o enfrentamento da questão social ao ampliar programas, projetos e ações no campo da política social. No que diz respeito à EPT, sua reestruturação e a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia propiciou ampliar a Rede

de Educação Profissional e Tecnológica, pois sua expansão constituiu-se como ação prioritária e houve significativas mudanças no ordenamento jurídico-institucional, o que promoveu a centralidade da EPT.

A criação dos Institutos Federais, ao apresentar um modelo inovador de instituição, desenha uma ampla política pública de EPT no país, pois, além do aumento significativo de instituições, sua concepção, princípios e valores dialogam com a necessidade de identificar demandas regionais, tendo como horizonte as políticas públicas e o enfrentamento da desigualdade social. Para tanto, concretiza-se a expansão da oferta de ações de ensino, pesquisa e extensão atreladas a potencializar os arranjos produtivos, sociais e culturais locais, considerando sua inserção nos territórios e o objetivo de propiciar formação integral aos sujeitos.

A pesquisa possibilitou concluir que os Institutos Federais são instituições completas e potentes, sobretudo ao propiciar a inserção de estudantes em diversos itinerários formativos, contemplando o acesso à educação crítica e integral, principalmente de estudantes em vulnerabilidade social. Essas instituições são modelos com uma potência significativa ao propiciar múltiplas possibilidades no campo da Educação Profissional e Tecnológica. Observamos, nesse sentido, as potentes ações desenvolvidas, pois se inserem em diversos e distintos territórios do país. No entanto, há também contradições, principalmente devido a elementos conjunturais e devido ao Instituto Federal estar em processo de maturação quanto a seu papel mediante os objetivos e valores propostos.

Dando continuidade aos resultados a partir dos objetivos da pesquisa, compreendemos a relação do IF com o papel estratégico de ação política e transformação social no processo de desenvolvimento local/regional, bem como avaliamos e conhecemos a articulação de ensino, pesquisa e extensão dos IFs diante dos novos agenciamentos socioterritoriais. O lugar de escolha para a realização da pesquisa encontrou materialidade no cotidiano das ações dos câmpus do IFSP inseridos na Região Administrativa de Campinas, o que possibilitou aferir que a EPT se efetiva nos distintos espaços concretos da cidade e de seus territórios.

A pesquisa contribuiu para entendermos que o Instituto Federal de São Paulo ocupa um papel importante no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica do país, pois se configura como o maior Instituto Federal (em número de câmpus), além de ser fruto do desenvolvimento histórico da Escola de Aprendizes e Artífices de São Paulo, ou seja, a primeira instituição formal que materializou a EPT no Brasil (após a

Proclamação da República), o que levou o IFSP a vivenciar as diferentes denominações e configurações institucionais e jurídicas da EPT brasileira. Também foi possível analisar que seus documentos normativos dialogam com os princípios da EPT, o que se materializa nos seus objetivos, princípios e valores.

No que tange às ações desenvolvidas em ensino, pesquisa e extensão, como afirmado anteriormente, elas não estão imunes às contradições em seu desenvolvimento e articulação. Considerando as particularidades do momento presente, o avanço do neoliberalismo como a nova razão que ilumina as relações sociais afeta diretamente os espaços e ações da escola. Em termos orçamentários, observamos que o IFSP sofre impactos anuais nos valores distribuídos, o que coloca importantes desafios para a materialização de suas ações, sobretudo as afiançadas em seus valores, princípios e objetivos.

Tais desafios dialogam com: a defesa do caráter público e da qualidade da Educação Profissional e Tecnológica; a garantia do acesso, permanência e êxito; e o fortalecimento do IFSP no âmbito dos territórios em que ele se localiza, entendendo que isso pressupõe construir a indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão, além de favorecer o movimento, a inter-relação e a construção de vínculos com os sujeitos e suas vivências nos territórios. Sob esse aspecto, é fundamental que os sentidos políticos do IFSP dialoguem com a realidade onde se insere, tendo em vista sua diversidade e a heterogeneidade desse diálogo com a concretude dos territórios, os agentes socioterritoriais, os movimentos sociais e os sujeitos coletivos dos câmpus pesquisados.

Em relação às ações de ensino, pesquisa e extensão, quando analisadas isoladamente constatamos seus sentidos políticos e os impactos aos sujeitos que as vivenciam, o que permitiu mensurar as riquezas ofertadas no âmbito dos territórios. De acordo com as entrevistadas, essas ações impactam no percurso formativo dos sujeitos e no cotidiano de suas trajetórias de vida. Além disso, apreendemos que essas ações, ao se constituírem em marcas nas trajetórias de vida dos sujeitos e de seus “territórios de vivência”, dialogam com os objetivos, valores e princípios institucionais.

No âmbito do ensino, identificamos a diversidade como marca preponderante tanto na oferta de cursos quanto nos níveis e modalidades, além das áreas e abrangências dos eixos tecnológicos. Embora ainda haja lacunas multifatoriais,

verificamos o diálogo com as necessidades produtivas locais e uma formação integral aos sujeitos, o que está presente nos documentos que normatizam esses cursos.

Na pesquisa, identificamos a elaboração e implementação de diversos projetos de iniciação científica, com variadas temáticas pesquisadas e mensuradas, além da oferta de cursos de pós-graduação. Já na extensão observamos que propicia o diálogo com a comunidade externa, dando visibilidade aos sentidos políticos institucionais e implementando projetos em diversos eixos temáticos.

De forma específica, observamos que a Região Administrativa de Campinas tem importância considerável no estado de São Paulo, o que denota os sentidos políticos dos câmpus do IFSP ao dialogarem com a realidade social, política, econômica e cultural das cidades, tendo em vista sua relevância estratégica. Apesar da importância econômica para o país, a região é marcada por desigualdades sociais entre as cidades que a compõem, bem como entre os territórios dessas cidades, o que corrobora a necessidade dos câmpus dos Institutos Federais enquanto agentes potencializadores desses territórios.

Nesse contexto, é fundamental que as ações de ensino, pesquisa e extensão dialoguem com a realidade de modo a materializar os princípios, objetivos, valores e diretrizes da Educação Profissional e Tecnológica, tendo em vista os sentidos políticos dos Institutos Federais, que propõem uma formação omnilateral e politécnica. Entretanto, as ações desenvolvidas repercutem as contradições e conflitos que perpassam o cotidiano dos câmpus pesquisados, interferindo no tripé institucional de ensino, pesquisa e extensão ao mesmo tempo em que deixam marcas significativas nos sujeitos envolvidos.

No que tange ao ensino, na região pesquisada verificamos uma potência no número de estudantes matriculados e vagas ofertadas, bem como na diversidade de cursos, que dialogam com a realidade socioeconômica dos municípios. Todavia, as entrevistadas apontaram fragilidades na oferta de cursos e por isso reafirmamos a necessidade de diálogo com os territórios onde os câmpus se localizam, de modo a promover os interesses dos sujeitos coletivos em detrimento das aspirações individuais.

Em relação à extensão, identificamos diversos eixos temáticos nos projetos desenvolvidos e, embora as ações de extensão propiciem diálogos e aproximações com a comunidade “externa”, é importante que o diálogo se potencialize mais nesses espaços, pois a pesquisa empírica apontou fragilidades nesse aspecto. Apesar de a

instituição reconhecer a importância política de promover a aproximação com debates sobre a formação de valores éticos, estéticos, culturais e sociais, há um distanciamento da vivência de expressões da questão social presentes no cotidiano dos sujeitos estudantes dos IFs, suas famílias e territórios. Compreendemos que as ações de extensão, além de permitirem formação para além dos muros institucionais, possibilitam a formação integral do sujeito para além da preparação profissional para o mercado de trabalho, e isso é fundamental no âmbito da formação omnilateral.

Por fim, a partir de análise dos projetos de pesquisa, observamos os impactos conjunturais econômicos e políticos no desenvolvimento das pesquisas, pois a redução dos recursos orçamentários contribuiu para a fragilidade de investimentos e incentivos a pesquisas. Apesar disso, as pesquisas desenvolvidas estão em sintonia com os sentidos políticos dos câmpus do IFSP na região, consistindo em uma diversidade de estudos científicos e contribuindo para o desenvolvimento de conhecimento e tecnologia com potencial impacto para o desenvolvimento social, econômico, político e cultural dos territórios.

De forma ampla, reafirmamos que há sentidos políticos nas ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas, considerando que se direcionam a partir de valores ancorados nas concepções e diretrizes dos Institutos Federais e proporcionam contribuições aos territórios. As ações possibilitam também que os sujeitos vivenciem espaços de formação críticos e construtivos que reverberam na totalidade da vida social, indo além de documentos normativos. Desse modo, materializam-se ações com potencialidades, embora também sejam atravessadas por fragilidades e desafios.

Nesse sentido, embora reconheçamos a potencialidade e riqueza das ações de ensino, pesquisa e extensão, quando avaliadas isoladamente observamos elementos díspares em relação à articulação dos sentidos políticos e das ações. Apesar de um horizonte que dialoga para a articulação intrínseca de ensino, pesquisa e extensão enquanto um tripé que baliza as ações do IF, os resultados obtidos na pesquisa apontaram a necessidade de avançar, pois há fragilidade e ausência de espaços que promovam a articulação das ações, geralmente realizadas de forma isolada. Assim, verificamos a necessidade de criação de espaços democráticos que tangenciem o debate e promovam a articulação das ações desenvolvidas.

No desafiador campo de articulação das ações não se deve perder de vista a dimensão política dos Institutos Federais. Por isso é fundamental que a articulação das ações fomente a materialização contínua dos objetivos propostos, como:

potencializar os arranjos produtivos e as demandas sociais, econômicas, políticas e culturais locais; e propiciar o acesso a uma formação integral e efetiva.

Por meio dessa discussão, a presente Tese analisou o modo como as/os trabalhadoras/es do Serviço Social compreendem os sentidos políticos dos Institutos Federais da Região de Campinas e refletiu acerca de sua atuação cotidiana na articulação entre ensino, pesquisa e extensão como um locus atravessado por limites, possibilidades e desafios. O Serviço Social, enquanto profissão, se insere no conjunto das relações sociais e articula em sua práxis profissional as dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política. A inter-relação dessas dimensões implica ao Serviço Social um compromisso político com a defesa dos direitos da classe trabalhadora, principalmente por ter como objeto de trabalho e intervenção profissional as expressões da questão social.

No âmbito do IFSP, a inserção das/os assistentes sociais está majoritariamente relacionada à Coordenadoria Sociopedagógica, uma equipe composta por profissionais que mobilizam seus saberes e incidem no processo de ensino-aprendizagem de modo a fortalecê-lo e potencializá-lo. Em uma perspectiva ampla, a inserção da/o profissional de Serviço Social contempla a dimensão social desse processo e aquilo que é inerente a ela, sendo essa intervenção atravessada por distintos sujeitos. Nesse sentido, compreendemos uma possibilidade interdisciplinar de intervenção, pois, como afirmou a entrevistada Jade (2020), “a gente tem esta capacitação. Esse conhecimento político, ético, social”, mas ainda está em construção.

Então, eu vejo que a gente tem, a gente tá lotado na Coordenadoria Sociopedagógica, com vários profissionais, pedagogo, psicóloga, intérprete de libras, técnico em assuntos educacionais e eu vejo que a gente tá caminhando para um trabalho interdisciplinar, articulado, mas que isso ainda tá muito longe de acontecer, que a gente é uma equipe multi, mas que cada um realiza ali o seu trabalho, as suas atribuições, às vezes a gente tenta articular algumas ações conjuntas, mas não como deveria ser. Acho que a gente ainda tem muito a avançar nesse sentido (TURMALINA, 2020).

O carro-chefe da intervenção da/o assistente social no IFSP tem sido a Política de Assistência Estudantil e o processo de análise socioeconômica previsto por ela, favorecendo, como indica a entrevistada Ágata (2020), uma compreensão errônea acerca da intervenção profissional, já que “infelizmente a atuação profissional tem sido

distorcida” pois “deveria ser de garantia de direitos, mas tem sido meramente burocrática”. No entanto, propomos uma compreensão ampla da Política de Assistência Estudantil que dialogue com a importância da/o assistente social nos Institutos Federais, enquanto uma/um profissional que contribui para a defesa política dos princípios e valores da Educação Profissional e Tecnológica.

Tal compreensão se aproxima da percepção de Ágata (2020), ao afirmar: “Nos Institutos Federais não consigo visualizar a atuação do Serviço Social que não seja na Assistência Estudantil. Mas vejo a Assistência Estudantil de forma ampla, não limitada ao PAP¹¹² como tem sido, no meu ponto de vista”. Assim, analisar a Assistência Estudantil de forma ampla significa identificar possibilidades no âmbito: da garantia do acesso e permanência à educação escolarizada; da busca pela qualidade da educação; e do investimento em processos que contemplem a gestão democrática.

Nessa direção, entendemos que a inserção das/os assistentes sociais nesses espaços contribui para a defesa e favorece a promoção da articulação das ações de ensino, pesquisa e extensão, tendo em vista que a/o profissional pode construir no cotidiano de seu trabalho diversas possibilidades criativas, já que sua formação propicia o olhar crítico e amplo para a realidade social e a intervenção para o enfrentamento das expressões da questão social. Portanto, a síntese da pesquisa denota possibilidades, sobretudo no âmbito de ensino, pesquisa e extensão como formas de articular e potencializar a Política de Assistência Estudantil e favorecer o acesso, a permanência e o êxito.

Como observou Turmalina (2020), é necessário que a/o profissional encontre “brechas” e se insira em frentes de intervenção para além das rotinas burocráticas, sobretudo na possibilidade de construir uma prática que integre o tripé e que rompa com a compreensão limitada acerca do Serviço Social nos Institutos Federais.

[...] hoje eu não submeti nenhum projeto de extensão esse ano, todo ano eu submetia, e hoje eu participo dos projetos de extensão que as pessoas vão submetendo, eu entro como participante... antes eu submetia enquanto coordenadora, tudo, eu tinha um projeto de direitos humanos, aí depois [...] eu tive que pôr o pé no chão e priorizar algumas coisas, né, porque eu não tenho mais o tempo que eu disponibilizava antes. Então, eu participo de projeto de extensão, né,

¹¹² Programa de Auxílio Permanência.

de outros coordenadores, eu vou, organizo oficinas, organização de eventos, quando a gente faz aqui no câmpus, a gente teve o evento agora do “Olha ela”, voltado para a questão de gênero, tem o evento da semana de Direitos Humanos, tem o evento para discutir a questão racial, então eu entro na organização dos eventos, mas buscando priorizar atividades, oficinas, palestras, nessa perspectiva crítica, com temas que trazem uma reflexão para os alunos, é... também nesses atendimentos com os estudantes, essas reuniões que eu falei que a gente vai lá e entra de fininho... então, eu tô aproveitando os espaços que vão surgindo institucionalmente, para realizar intervenções, reunião de pais, a gente teve uma reunião de pais agora no início de fevereiro, aí eu já peguei o microfone, comecei a falar do contingenciamento, dos cortes, do governo.. [...] mas é isso, eu tô aproveitando muito os espaços institucionais, neste momento, de reunião de pais, de conselhos pedagógicos, de reuniões que estão fazendo, nas intervenções com os alunos, pra realizar as discussões. Como eu estou nesse momento de não poder me propor muita coisa, por conta desse limitador do tempo, [...], então eu precisei me reorganizar. Antes [...] eu fazia tudo e mais um pouco, entrava cedo e saia tardão, se precisasse, já saí daqui meia noite, não é pra fazer isso gente, mas eu fiz... enfim... aí hoje não, eu não posso fazer isso, então eu preciso ter uma organização maior do meu trabalho, uma organização maior dos projetos e uma priorização do que é importante, do que eu vou entrar e o que eu não vou, antigamente eu entrava em tudo, mesmo, literalmente... hoje não, eu preciso falar, olha isso eu não posso, esse projeto eu não posso, isso aqui eu vou participar... e a gente vai tendo transformações, então a gente precisa priorizar.. (TURMALINA, 2020).

Embora a fala de Turmalina (2020) direcione para uma intensificação do trabalho – corroborada por Ágata (2020) ao afirmar: “desde que ingressei no IFSP, a cada ano vem se intensificando a precarização do trabalho do Assistente Social” e “consigo apenas executar o Programa Auxílio Permanência (PAP), inúmeras planilhas, memorandos, ofícios, relatórios” –, entendemos que a inserção profissional é atravessada também por possibilidades construídas no cotidiano dos Institutos Federais e nas ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas, articulando-se às atribuições e objetivos profissionais. Por constituir-se como um espaço formativo, numa perspectiva integral e omnilateral, avaliamos que o cotidiano dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia traz inúmeras contribuições para o exercício profissional da/o assistente social.

O Serviço Social tem competências e atribuições profissionais que vão ao encontro dos objetivos e valores propostos nos documentos normativos e nas ações

dos câmpus, inclusive com a possibilidade de ser um agente transformador desses espaços. Certamente entendemos os limites e os desafios ao exercício profissional e não intencionamos atribuir à profissão a responsabilidade de romper, isolada e messianicamente, com as fraturas que a articulação de ensino, pesquisa e extensão enfrentam no cotidiano dos IFs. Mas é preciso o planejamento das ações de modo a materializar intervenções que contemplem as demandas institucionais e os valores ético-políticos profissionais.

Como afirmou Pérola (2020), “efetivar uma atuação de acordo com o que a gente gostaria, de acordo com o que a gente acredita que é o Serviço Social” ainda é um desafio. Pois, embora as/os profissionais estejam “tentando mostrar que [...] não fazem apenas Assistência Estudantil”, numa compreensão limitada e burocrática, romper com esse entendimento ainda pressupõe posicionamentos profissionais que denotem suas possibilidades de trabalho.

Eu acho que vem mudando um pouco pela atuação dos colegas, nossa, que está inserido, está mostrando, faz estudo, é um profissional habilitado para, então traz aquela questão do estudo, do coletivo, ele se posiciona tecnicamente [...]. Eu acho que grande parte é por causa da atuação nossa mesmo, [...] tem um conhecimento, e tem um saber que pode contribuir (PÉROLA, 2020).

As/os profissionais de Serviço Social esbarram em limites concretos no cotidiano, como a intensificação do trabalho, o número reduzido e limitado de profissionais por câmpus, o aumento significativo de demandas relacionadas às vivências das expressões da questão social pelos estudantes, os limites institucionais e as relações políticas estabelecidas com a gestão, sobretudo no âmbito da reitoria, e os impactos conjunturais no processo de trabalho da/o assistente social, o que acarreta o desafio de permanecer comprometida/o com os valores profissionais. Como afirma Turmalina (2020), é um enorme desafio “sobreviver a essa conjuntura sendo um profissional ético, competente, realizando um trabalho de qualidade, com tudo isso, com todos esses ataques que a gente vai sofrendo, acho que é o principal desafio”.

Além disso, embora a profissão tenha riqueza de inserção na instituição, há desvalorização de seu saber, o que implica em “sempre ter que ficar se posicionando ou falando coisas que já podiam estar muito bem claras” (PÉROLA, 2020). Por outro

lado, cabe enfatizar que há resistência em aceitar o lugar burocrático que buscam imputar à/ao profissional de Serviço Social e os limites institucionais impostos.

[...] quando a gente chega na instituição, o limite da atuação está estabelecido. Eu vejo dessa forma. Olha, você vai fazer isso, os documentos que você tem que ler são esses... Então, a gente tem o limite institucional que é estabelecido para o profissional de Serviço Social, mas como a gente é teimoso... e graças a Deus, assim, a gente extrapola esse limite, extrapola a simples, a simples, essa imposição (AMETISTA, 2020).

Defendemos a afirmação de que o Serviço Social precisa demarcar seu espaço institucional, mas também avaliamos que o IFSP não tem permitido ao Serviço Social potencializar e institucionalizar suas intervenções, desconsiderando a riqueza da/o assistente social, seus posicionamentos e seu saber profissional.

E aí a gente tem que, com jeitinho, **ir mostrando nosso conhecimento, nossa formação, para entrar, atender outras demandas.** Acho que hoje é muito mais natural a gente bater papo com os alunos, fazer um projeto com os alunos, mas no início, imagina, isso é um absurdo, então acho que o desafio ele nunca vai deixar de existir, a gente sempre vai ter uma meta, a gente sempre vai tá explorando outras coisas, porque **o trabalho das ciências humanas ele é assim, ele nunca é pontual, estático, ele permite que a gente vá mudando e se reciclando.** Então eu acho que o desafio é a gente, realmente, **superar e fazer, eu acho, dentro das nossas possibilidades também, porque não adianta a gente querer ser um assistente social super-herói,** né, que vai fazer toda política e ainda vai ter tempo de trabalhar com isso, aquilo, eu acho que é uma cobrança desnecessária. Eu acho que a gente tá podendo defender a política, proteger esses recursos que são destinados aos estudantes, levar essa política para uma discussão mais ampla é uma coisa maravilhosa já. Eu acho que a gente não tem que se colocar mais trabalho, a gente tem que mostrar que se a instituição precisar, se a instituição quiser, nós temos vários campos de atuação, então eu acho que a gente vai conseguir isso, também, abrindo um espaço de Serviço Social, eu acho que é uma opção. Mas **a gente sabe que a gente sofre limitações porque nessa engrenagem do sistema de ensino, que a gente faz parte, a gente é uma peça colocada pra encaixar ali** e pensando num sistema de engrenagem, mas a gente consegue sim, **a gente tem condições, tem formação, tem qualificação, pra desenvolver muitas outras coisas.** Mas a gente também não pode se auto flagelar, ficar se batendo porque não conseguiu fazer tal coisa, entender. Eu acho que **o que a gente já faz é um trabalho grande, é um trabalho pesado e tem que ser valorizado** (AMETISTA, 2020, grifo nosso).

Como defendeu a entrevistada, é fundamental a/o assistente social “ser valorizada enquanto profissional de Serviço Social mesmo, o que é o Serviço Social dentro do segmento da Educação, dentro do Instituto Federal, então a gente vai ter que abrir esse caminho” (AMETISTA, 2020). Demarcar esse posicionamento não significa ocupar todas as frentes que surgirem, mas compreender que há um sentido político na profissão também, que se sobrepõe aos limites institucionais, já que a/o assistente social poderá potencializar os sentidos políticos das ações de ensino, pesquisa e extensão de modo a favorecer os objetivos e valores políticos da Educação Profissional.

REFERÊNCIAS

ALGEBAILLE, Eveline. A expansão escolar em reconfiguração. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 8, n. 15, p. 200-218, jan. / jul. 2013.

ALGEBAILLE, Eveline. **Escola pública e pobreza no Brasil**: a ampliação para menos. Rio de Janeiro: Lamparina/ FAPERJ, 2009.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. O Serviço Social na educação. **Revista Inscrita**, Brasília, p. 19-24 n. 6, 2000. Disponível em: <https://issuu.com/cfess/docs/revistainscrita-cfess__6_>. Acesso em: 13 nov. 2018.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **Serviço Social e política educacional**: um breve balanço dos avanços e desafios desta relação. 2003. Disponível em: <<http://www.cress-mg.org.br/arquivos/Serviço-Social-e-política-educacional-Um-breve-balanço-dos-avanços-e-desafios-desta-relação.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2018.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Prefácio. In: DUARTE, Amanda Machado dos Santos et al. **Serviço Social e Educação Profissional e Tecnológica**. São Paulo: Cortez, 2019.

ALMEIDA, Ney Teixeira de; ALENCAR, Mônica Maria Torres de. **Serviço Social, trabalho e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2011.

ALVES, Giovanni. **Neodesenvolvimentismo e precarização do trabalho no Brasil** – Parte I. 2013. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2013/05/20/neodesenvolvimentismo-e-precarizacao-do-trabalho-no-brasil-parte-i/>>. Acesso em: 9 fev. 2021.

AMARO, Sarita. **Serviço Social na Educação**: bases para o trabalho profissional. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2012.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro**: heranças e urgências. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

ARREGUI, Carola C. O debate sobre a produção de indicadores sociais alternativos: demandas por novas formas de quantificação. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 111, p. 529-554, jul./set., 2012.

BARBOSA, Mayra de Queiroz. **A demanda social pela educação e a inserção do serviço social na educação brasileira**. Campinas: Papel Social, 2015.

BOITO JR., Arnaldo. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo**. Trabalho apresentado no Fórum Econômico da FGV, São Paulo, 2012. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/16866/Painel%20%20-%20Novo%20Desenv%20BR%20->

%20Boito%20%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf>. Acesso em: maio 2019.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**, de 10 de novembro de 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm>. Acesso em: 02 mar. 2021.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília, 1988.

BRASIL. **Decreto n. 6.095**, de 24 de abril de 2007. Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica. Diário Oficial da União. Brasília, 25 ago. 2007.

BRASIL. **Decreto n. 9.235**, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Brasília/DF, dez. 2017.

BRASIL. **Expansão da Educação Superior e Profissional e Tecnológica**: mais formação e oportunidades para os brasileiros. Ministério da Educação: Brasília, s.d. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/expansao/images/APRESENTACAO_EXPANSAO_EDUCA CAO_SUPERIOR14.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2019.

BRASIL. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia**: um novo modelo em Educação Profissional e Tecnológica – Concepções e Diretrizes. Ministério da Educação: Brasília, 2010.

BRASIL. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília/DF, 1996.

CAIRES, Vanessa Guerra; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. **Educação Profissional Brasileira**: da colônia ao PNE 2014-2024. Petrópolis/RJ: Vozes, 2018.

CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 613-636, dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010166282012000400002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 jan. 2021.

CFESS. **Código de Ética dos/as Assistentes Sociais de 1993**. Brasília, 1993.

CFESS/CRESS. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na Política de Educação**. Brasília, 2013.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil**: Mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

COSTA, Pedro Luiz de Araújo; MARINHO, Ricardo José de Azevedo. IFs: educação profissional e tecnológica brasileira reinstitucionalizada. Novos e velhos desafios. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018. p. 295-306.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a Corrente**: ensaios sobre democracia e socialismo. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

COUTINHO, Carlos Nelson. A imagem do Brasil na obra de Caio Prado Junior. In: COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e sociedade no Brasil**: ensaios sobre ideias e formas. 4.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. 2. ed. São Paulo: Editora da Unesp/ Brasília: Flacso, 2005.

DANTAS, Maria Conceição Borges. **O trabalho de assistentes sociais na Educação Profissional e Tecnológica**: desvelando seu processamento no Instituto Federal de São Paulo. Tese (Doutorado em Serviço Social). São Paulo: PUC/SP, 2020.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAROS, Michelli Aparecida. **#falaestudante!** Um estudo sobre o legado da expansão dos Institutos Federais aos seus estudantes. Tese (Doutorado em Serviço Social). São Paulo: PUC/SP, 2019.

DAROS, Michelli Aparecida. Contribuições do pensamento de Antônio Gramsci ao debate sobre os Institutos Federais. In: DUARTE, Amanda Machado dos Santos et al. **Serviço Social e Educação Profissional e Tecnológica**. São Paulo: Cortez, 2019. p. 58-81.

DAROS, Michelli Aparecida. **Memorial de Qualificação**. São Paulo: PUC/SP, 2017.

DAROS, Michelli Aparecida. **O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP, a evasão escolar e a atuação do Serviço Social**: uma experiência em construção (2008-2013). Dissertação (Mestrado em Serviço Social). São Paulo: PUC/SP, 2013.

DEMIER, Felipe. A lei do desenvolvimento desigual e combinado de León Trostky e a intelectualidade brasileira: breves comentários sobre uma relação pouco conhecida. In: **Anais do V Colóquio Marx-Engels**, Cemarx, Unicamp. São Paulo, 2007. Disponível em: <https://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt3/sessao3/Felipe_Demier.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2020.

DUARTE, Amanda Machado dos Santos. **A cartografia da permanência estudantil nos cursos de nível médio da rede federal de educação**. Tese (Doutorado em Serviço Social). São Paulo: PUC/SP, 2019.

DUARTE, Amanda Machado dos Santos; FELÍCIO SILVA, Grazielle Nayara; DANTAS, Maria Conceição Borges; DAROS, Michelli Aparecida; BRANT, Nathália Lopes Caldeira (Org.). **Serviço Social e Educação Profissional e Tecnológica**. São Paulo: Cortez, 2019.

EMPLASA. **Região Metropolitana Campinas**. s.d. Disponível em: <<https://emplasa.sp.gov.br/RMC#:~:text=A%20Regi%C3%A3o%20Metropolitana%20de%20Campinas,Santo%20Ant%C3%B4nio%20de%20Posse%2C%20Sumar%C3%A9%2C>>. Acesso em: 02 mar. 2021.

FERRAZ, Anita Pereira. **Serviço Social e Extensão Universitária: reflexões sobre formação profissional**. 2019. Tese (Doutorado em Serviço Social). São Paulo: PUC/SP, 2019.

FGV. Revolução de 1930. In: FGV. **Dicionário de Verbetes**. s.d. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/revolucao-de-1930-3>>. Acesso em: 19 out. 2020.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia - Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da Escola Improdutiva**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Apresentação. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018. p. 7-14.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Fundamentos científicos e técnicos da relação trabalho e educação no Brasil de hoje. In: LIMA, Júlio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). **Fundamentos da Educação Escolar do Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ/EPSJV, 2006. p. 241-288.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Indeterminação de identidades e reflexos nas políticas institucionais formativas dos IFs. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018. p. 125-149.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 46, p. 235-254, abr. 2011. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141324782011000100013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 jun. 2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e qualificação de jovens e adultos pouco escolarizados: promessa integradora num tempo histórico de produção destrutiva. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 31, n. 2, p. 389-404, maio/ago. 2013.

FRIGOTTO, Gaudêncio; ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima Araújo. Práticas pedagógicas e ensino integrado. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018. p. 125-149.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Org.). **Ensino Médio Integrado: Concepção e contradições**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GERALDO, Romário. **A extensão nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na Cena Contemporânea. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo. In: MOTA, Ana Elizabeth et al. (Org.). **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2006. Disponível em: <<https://www.poderesocial.com.br/wp-content/uploads/2021/03/texto-As-Dimens%C3%B5es-%C3%89tico-pol%C3%ADticas-e-Te%C3%B3rico-metodol%C3%B3gicas-no-Servi%C3%A7o.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2021.

IANNI, Octávio. Tendências do pensamento brasileiro. **Tempo Social**, Revista Sociologia USP, São Paulo, v. 12, p. 55-74, nov. 2000. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ts/v12n2/v12n2a6.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2021.

IANNI, Octávio. **A Ideia de Brasil Moderno**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

IFSP. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018**. São Paulo, 2014.

IFSP. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023**. São Paulo, 2019.

IFSP. **Relatório de Gestão exercício de 2014**. São Paulo, 2015.

IFSP. **Relatório de Gestão exercício de 2019**. São Paulo, 2020.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. **Revista de Administração Pública**, v. 36, n. 1, p. 51-72, 1 jan. 2002.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**, v. 56, n. 2, p. 137-160, 2005. Disponível em: <<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/222>>. Acesso em: 20 fev. 2021.

JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Org.). **Por que gritamos golpe?**. São Paulo: Boitempo, 2016.

KOGA, Dirce. **Medidas de cidade**: entre territórios de vida e territórios vividos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KOGA, Dirce. Territórios de vivência em um país continental. **Serviço Social & Saúde**, Campinas, v. 14, n. 1 (19), p.9-26, jan. / jun. 2015.

KOGA, Dirce; ALVES, Vanice A. A interlocução do território na agenda das políticas sociais. **Serviço Social e Saúde**, Campinas, v. 9, n. 9, p. 69-81, jul. 2010.

LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E. Novas Políticas na Era do Conhecimento: o Foco em Arranjos Produtivos e Inovativos Locais. In: **REDESIST**. Rede de Sistemas Produtivos e Inovativos Locais. Rio de Janeiro: UFRJ/IE, 2004. Disponível em: <<https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/235/1/LASTRESPE2003i.pdf>>. Acesso em: 07 mar. 2021.

LAVAL. Christian. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo, 2019.

LESSA, Sérgio. **A ontologia de Lukács**. Maceió: Edufal, 1996.

LESSA, Sérgio. **Mundo dos homens**: trabalho e ser social. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LIMA, Kátia Regina de Souza. A Educação no Brasil em tempos de ofensiva da direita. In: MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro; FERRIZ, Adriana Freire Pereira; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de (Org.). **A permanência estudantil na educação em tempos neoliberais e as estratégias de resistências**. Aracaju/SE: E-book , Criação Editora, 2021. p. 21-41.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Katálisis**, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 37-45, 2007.

LUKÁCS, Gyorgy. **Existencialismo ou marxismo**. São Paulo: Senzala, 1967.

LUKÁCS, Gyorgy. **Prolegômenos para uma Ontologia do Ser Social**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MACÁRIO, Eptácio. Novo desenvolvimentismo, trabalho e educação profissional no Brasil: elementos de contexto. In: SALES, José Albio Moreira de et al. **Didática e prática de ensino na relação com a sociedade**. Fortaleza/CE: EdUECE, 2015. p. 2770-2781. Disponível em: <<http://www.uece.br/endipe2014/ebooks/livro3/318%20%20NOVO%20DESENVOLVIMENTISMO,%20TRABALHO%20E%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20PROFISSIONAL%20NO%20BRASIL%20ELEMENTOS%20DE%20CONTEXTO.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. Campinas/SP: Alínea, 2007.

MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação Profissional no Brasil: Atores e Cenários ao longo da história**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

MARTINELLI, Maria Lúcia. História Oral: exercício democrático da palavra. In: MARTINELLI, Maria Lúcia et al (Org.). **A história oral na pesquisa em Serviço Social – da palavra ao texto**. São Paulo: Cortez, 2019. p. 27-40.

MAY, Tim. **Pesquisa Social: Questões, métodos e processos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MEC. **Regimento da Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/conferencia_regimento.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2021.

MEC. **Portaria n. 1.291**, de 30 de dezembro de 2013. Estabelece diretrizes para a organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e define parâmetros e normas para a sua expansão. Brasília/DF, 2013.

MEDEIROS, Evelyne. BEZERRA, Lucas. Considerações sobre o desenvolvimento desigual e combinado no capitalismo brasileiro. In: MEDEIROS, Evelyne. NOGUEIRA, Leonardo. BEZERRA, Lucas. (Org.). **Formação social e Serviço Social: a realidade brasileira em debate**. São Paulo: Outras expressões, 2019. p. 21-39.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para Além do Capital**. Trad. Isa Tavares. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, István. **O século XXI: socialismo ou barbárie**. São Paulo, Boitempo, 2003.

MIGUEL, Luis Felipe. **O colapso da democracia no Brasil: da Constituição ao Golpe de 2016**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 22. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MORAES NETO, Benedito Rodrigues de. Maquinaria, taylorismo e fordismo: uma reinvenção da fabricação. **Rev. adm. empres.** São Paulo, v. 26, n. 4, p. 31-34, dezembro de 1986. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901986000400003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 8 abr. de 2020.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabeth et al. (Org.). **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2006. Disponível em: <https://www.ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/07/projeto_etico_politico-j-p-netto_.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2011.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley; PRONKO, Marcela Alejandra. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

OLIVEIRA, Adriana Peixoto de; MATTA, Ludmila da. Os conflitos entre os diferentes projetos de sociedade e os impactos na educação profissional e tecnológica (EPT). **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**. Curitiba, v. 6, n. 2, mai. / ago. 2017, p. 234-249. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rbpd/article/view/5770/3565>>. Acesso em: 14 mar. 2021.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista / o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2011.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. **Políticas Públicas para o ensino profissional: o processo de desmantelamento dos CEFETs**. Campinas: Papyrus, 2003.

ORSO, Paulino José. A classe trabalhadora, a consciência de classe e a educação: uma história que não é linear. In: ORSO, Paulino José et al (Org.). **Sociedade capitalista, educação e a luta dos trabalhadores**. São Paulo: Outras Expressões, 2014. p. 169-215.

PACHECO, Eliezer. **Os IFETS e o projeto nacional**. 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/artigos_ifets_eliezer.pdf>. Acesso em: ago. 2018.

PACHECO, Eliezer. **Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Brasília/ São Paulo: Santilhana/ Moderna, 2011.

PACHECO, Eliezer. **Os IFETS e o Projeto Nacional**. s.d. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/artigos_ifets_eliezer.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2021.

PAULANI, Leda Maria. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses. In: LIMA, Júlio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006. p. 67-107. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/livro/fundamentos-da-educacao-escolar-do-brasil-contemporaneo>>. Acesso em: 08 fev. 2021.

PELLISSARI, Lucas Barbosa. **Educação Profissional e neodesenvolvimentismo: políticas públicas e contradições**. Jundiaí/SP: Paco, 2019.

PEREIRA, Evelyne Medeiros et al. Educação, "neodesenvolvimentismo" e Serviço Social: os IFs em questão. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 122, p. 317-340, jun. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010166282015000200317&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 maio 2019.

PFEIFER, Mariana; ADAMS, José Rodrigo Barth. **Aspectos da concepção de produção/ reprodução social na teoria marxista**. s.d. Disponível em: <<https://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/paineis/GT1/gt1p5.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2021.

POCHMANN, Marcio. **Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

PRADA, Talita. **O Trabalho em Rede na Intervenção das Assistentes Sociais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo, PPGPS, 2015.

PRADA, Talita; GARCIA, Maria Lúcia Teixeira. Assistentes Sociais nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: expansão, dilemas e desafios. In:

DUARTE, Amanda Machado dos Santos et al. (Org.). **Serviço Social e Educação Profissional e Tecnológica**. São Paulo: Cortez, 2019.

PRADO JR. **Evolução Política do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

QUEVEDO, Margarete de. Verticalização nos IFs. Concepção(ões) e desafios. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018. p. 225-238.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. Disponível em: <<http://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/05/Hist%C3%B3ria-epol%C3%ADtica-da-educa%C3%A7%C3%A3o-profissional.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2019.

RODRIGUES, Leda Maria de Oliveira. Marx e a pedagogia moderna. **Crítica Marxista**, n. 29, p. 169-171, 2009. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/resenha178Marx%20e%20a%20pedagogia%20moderna.%20%5BMario%20Alighiero%20Manacorda%5D.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2020.

ROSSI, Rafael. **Lukács e a Educação**. Maceió: Coletivo Veredas, 2018.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 112, p. 672-688, dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010166282012000400004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 jan. 2021.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Vivemos um processo de reversão neocolonial. **IHU Online**, n. 392, 2012. Disponível em: <<http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao392.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2021.

SANTOS, Deribaldo. **Educação e Precarização profissionalizante: crítica à integração da escola com o mercado**. São Paulo: Instituto Lukács, 2017.

SANTOS, Jailson Alves dos. Política de expansão da RFEPCT: quais as perspectivas para a nova territorialidade e institucionalidade? In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018. p. 113-124.

SAVIANI, Demerval. Trabalho e Educação, Fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v.12, n. 34, p. 152-180, jan./ abr., 2007.

SIMONETTI, Erica Ribeiro de Sousa; KAMIKURA, Quésia Postigo. As políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento de arranjos produtivos locais. In: OLIVEIRA, Carlos Wagner de A. et al (Org.). **Arranjos produtivos locais e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ipea, 2017. p. 21-36.

SINGER, André. **Os sentidos do Lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUSA, Antonia de Abreu. O conceito gramsciano de “revolução passiva” e o estado brasileiro. **Revista Labor**, v. 1, n. 3, 2010, p. 28-40. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/labor/issue/view/499>>. Acesso em: 24 nov. 2021.

SOUZA, Kellcia Rezende; KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Abordagem quanti-qualitativa: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação. **Educação e Filosofia**, v. 31, n. 61, p. 21-44, 27 abr. 2017.

SPINK, Mary Jane Paris; SPINK, Peter Kevin. Pesquisar o/no cotidiano na pesquisa social: reflexões sobre a noção de lugar, território e redes de associação. **Quaestio**, Sorocaba, v. 19, n. 3, p. 591-605, dez. 2017.

SPOSATI, Aldaíza. Território e gestão de políticas sociais. **Serviço Social em Revista**. Londrina/PR, v. 16, n.1, p. 05-18, jul. / dez. 2013. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/18423/14620>>. Acesso em: jul. 2018.

TONET, Ivo. **Educação, Cidadania e Emancipação Humana**. Ijuí: Unijuí, 2005.

VASCONCELLOS, Inaê Soares de. **Institutos federais, educação e desenvolvimento**: o caso do IFTM e suas formas de inserção na sociedade. 94p. 2017. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia: Uberlândia, 2017.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado; RIBEIRO, Maria Luisa Santos; NORONHA, Olinda Maria. **História da educação**: a escola no Brasil. São Paulo: FTD, 1994.

APÊNDICES

Apêndice A – Roteiro de entrevistas

1. Há quanto tempo atua no Instituto Federal?
2. Para além dos documentos oficiais, como você definiria a Educação Profissional e Tecnológica e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia?
3. A partir da sua vivência cotidiana no IF, qual a sua percepção acerca do processo histórico e das mudanças da Educação Profissional e Tecnológica e dos Institutos Federais no país?
4. Como você percebe e avalia as ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelos Institutos Federais e sua relação com o território local e regional?
5. Quais as evidências que você destacaria como a concretização da relação entre os princípios expressos nos documentos normativos institucionais e as ações desenvolvidas no cotidiano do IF em que atua?
6. Como o Instituto Federal em que você atua se relaciona com os agentes institucionais e não institucionais presentes na cidade e ou região, em termos de articulação e mobilização social em torno das demandas educacionais, de ciência e tecnologia?
7. Qual sua avaliação acerca da efetividade das ações desenvolvidas e a relação com o desenvolvimento local, os arranjos produtivos e o enfrentamento das desigualdades sociais presentes na realidade em que o IF está inserido?
8. Para você, qual(is) é(são) o(s) sentido(s) político(s) dos Institutos Federais na escala nacional, regional e local?
9. Você poderia identificar avanços, limites e recuos vivenciados atualmente nos Institutos Federais em relação ao período de início da expansão?
10. Como o Serviço Social se insere nos Institutos Federais, e como você percebe a importância desta profissão nessas instituições, considerando a missão e os valores institucionais?
11. Quais as possibilidades que o Serviço Social pode concretizar no âmbito do cotidiano dos Institutos Federais para além da assistência estudantil?
12. Como é sua atuação cotidiana a partir do tripé ensino, pesquisa e extensão no Instituto Federal?
13. Quais os limites e desafios enfrentados pelo Serviço Social nos Institutos Federais?
14. Como você avalia a relação do Serviço Social com outras áreas do conhecimento presentes nos Institutos Federais na perspectiva da interdisciplinaridade e ações intersetoriais?

Apêndice B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM SERVIÇO SOCIAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E **ESCLARECIDO**

Nome do/a Participante: _____
 Data de Nascimento __/__/____. Idade: _____
 Documento de Identidade: _____ Sexo: M () F ()
 Endereço: _____
 Bairro: _____ Cidade: _____ Estado: _____
 Cep: _____ Telefone: _____.

Você está sendo convidado para participar da pesquisa intitulada: “O cotidiano dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia na perspectiva da articulação entre ensino, pesquisa e extensão: uma análise do(s) seu(s) “sentido(s) político(s)” a partir dos IFs da Região de Campinas” que buscar analisar os sentidos políticos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, em seu cotidiano de gestão, envolvendo a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão . O objetivo geral deste estudo é analisar a reconfiguração da Política de Educação Profissional e Tecnológica e seus sentidos políticos a partir das ações de ensino, pesquisa e extensão vivenciadas no cotidiano dos Institutos Federais. Você foi selecionado/a porque atualmente compõe o quadro de servidores/as do IFSP na condição de profissional de Serviço Social e está em efetivo exercício nos câmpus pertencentes à Região Administrativa de Campinas/SP. Sua participação não é obrigatória, nem remunerada. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição. As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação. A atividade será gravada e as falas posteriormente analisadas, quando usadas de forma fidedigna na tese, os sujeitos serão identificados com nomes fictícios como garantia do sigilo. Além disso,

os riscos de participação são mínimos a você, mas há um possível desgaste, constrangimento ou exposição ao participar das atividades da pesquisa frente aos outros participantes. Você receberá uma via deste termo onde constam o telefone e o endereço institucional do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento. Além disso, a qualquer momento você poderá se dirigir ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da PUC/SP e do IFSP, a Secretaria do CEP-PUC/SP Monte Alegre está localizada no térreo do **Edifício Reitor Bandeira de Mello**, na sala **63-C**, na Rua Ministro Godói, 969 - Perdizes - São Paulo - SP - CEP: 05015-001, Tel.: (11) 3670-8466 e e-mail: cometica@pucsp.br. Já a Secretaria do CEP-IFSP encontra-se localizado na Rua Pedro Vicente, 625, 1.º andar, Canindé, São Paulo/SP, CEP: 01109-010, Tel: (11)3775-4665, e-mail: cep_ifsp@ifsp.edu.br.

Doutora Dirce Harue Ueno Koga

E-mail: dirce.koga@gmail.com

Endereço: Rua Ministro Godoy,

969, 4º andar – sala 4E-11.

Perdizes, São Paulo/SP

Telefone: (11) 3670-8512

Grazielle Nayara Felício Silva

Estudante de Pós-Graduação PPGSS

PUC/SP

e-mail:

graziellefelicio@yahoo.com.br

Endereço: Av. Josefina Giovana

Rossi, 1465, casa 23, Bosque dos

Pinheiros, Capivari/SP

Telefone: (19) 99723-3616

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

_____, _____ de _____ de 20____.

Participante da Pesquisa - Assinatura e nome

ANEXOS

ANEXO A – Parecer consubstanciado do CEP PUC-SP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O cotidiano dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia na perspectiva da articulação entre ensino, pesquisa e extensão: uma análise do(s) seu(s) "sentido(s) político(s)" a partir dos IF's da Região de Campinas.

Pesquisador: GRAZIELLE NAYARA FELICIO SILVA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 29693420.1.0000.5482

Instituição Proponente: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC/SP

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.030.985

Apresentação do Projeto:

O trabalho procura analisar a reconfiguração da Política de Educação Profissional e Tecnológica e seus sentidos políticos a partir das ações de ensino, pesquisa e extensão vivenciadas no cotidiano dos Institutos Federais, particularmente na Região Administrativa de Campinas. A pesquisa de campo incluirá entrevistas a todas(os) assistentes sociais lotadas e em efetivo exercício nos câmpus pertencentes à Região Administrativa de Campinas. Essas entrevistas serão conduzidas a partir de um roteiro semi-estruturado. Após a realização das entrevistas individuais, será agendado um grupo focal com todos/as entrevistados/as para discutirem coletivamente aspectos importantes que apareceram nos momentos individuais e que tenham relação com os objetivos da pesquisa.

Objetivo da Pesquisa:

Analisar a reconfiguração da Política de Educação Profissional e Tecnológica e seus sentidos políticos a partir das ações de ensino, pesquisa e extensão vivenciadas no cotidiano dos Institutos Federais

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Não há riscos evidenciados.

Endereço: Rua Ministro Godói, 969 - sala 63 C			
Bairro: Perdizes		CEP: 05.015-001	
UF: SP	Município: SAO PAULO		
Telefone: (11)3670-8466	Fax: (11)3670-8466	E-mail: cometica@pucsp.br	



Continuação do Parecer: 4.030.985

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Não há comentários específicos.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Satisfatórios.

Recomendações:

Não há recomendações específicas.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências ou inadequações.

Considerações Finais a critério do CEP:

O Colegiado do Comitê de Ética em Pesquisa, campus Monte Alegre da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - CEP-PUC/SP, aprova integralmente o parecer oferecido pelo(a) relator(a).

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1483229.pdf	10/02/2020 11:12:36		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	memorialcomprojetodepesquisa.docx	10/02/2020 11:11:08	GRAZIELLE NAYARA FELICIO SILVA	Aceito
Outros	oficiodeapresentacao.docx	10/02/2020 11:03:38	GRAZIELLE NAYARA FELICIO	Aceito
Outros	AutorizacaodePesquisa_GrazielleNayaraFelicioSilva.pdf	10/02/2020 10:51:30	GRAZIELLE NAYARA FELICIO	Aceito
Outros	parecermeritoacademico.pdf	10/02/2020 10:49:56	GRAZIELLE NAYARA FELICIO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLÉ.docx	10/02/2020 10:46:01	GRAZIELLE NAYARA FELICIO SILVA	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderosto_assinada.pdf	10/02/2020 10:45:25	GRAZIELLE NAYARA FELICIO	Aceito

Endereço: Rua Ministro Godói, 969 - sala 63 C
 Bairro: Perdizes CEP: 05.015-001
 UF: SP Município: SAO PAULO
 Telefone: (11)3670-8466 Fax: (11)3670-8466 E-mail: cometica@puccsp.br



Continuação do Parecer: 4.030.985

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

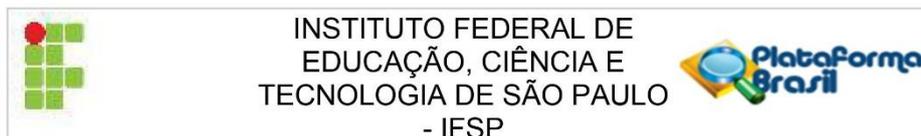
Não

SAO PAULO, 15 de Maio de 2020

Assinado por:
Antonio José Romera Valverde
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Ministro Godói, 969 - sala 63 C
Bairro: Perdizes **CEP:** 05.015-001
UF: SP **Município:** SAO PAULO
Telefone: (11)3670-8466 **Fax:** (11)3670-8466 **E-mail:** cometica@pucsp.br

ANEXO B – Parecer consubstanciado do CEP IFSP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

Elaborado pela Instituição Coparticipante

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O cotidiano dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia na perspectiva da articulação entre ensino, pesquisa e extensão: uma análise do(s) seu(s) "sentido(s) político(s)" a partir dos IF's da Região de Campinas.

Pesquisador: GRAZIELLE NAYARA FELICIO SILVA

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 29693420.1.3001.5473

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE SAO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.569.869

Apresentação do Projeto:

O cotidiano dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia na perspectiva da articulação entre ensino, pesquisa e extensão: uma análise do(s) seu(s) "sentido(s) político(s)" a partir dos IF's da Região de Campinas.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário de acordo com o parecer 4118.705 se manteve:

Analisar a reconfiguração da Política de Educação Profissional e Tecnológica e seus sentidos políticos a partir das ações de ensino, pesquisa e extensão vivenciadas no cotidiano dos Institutos Federais.

Objetivo Secundário:

- Analisar o processo de formação social do Brasil e a sua influência na constituição da Educação Profissional no país;

- Conhecer as determinações

históricas, sociais, políticas, culturais e econômicas do IF nos territórios de atuação e a influencia da lógica neodesenvolvimentista;

Endereço: Rua Pedro Vicente, 625

Bairro: Canindé

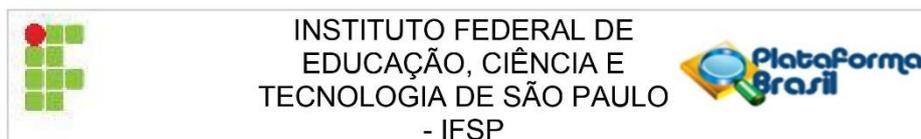
CEP: 01.109-010

UF: SP

Município: SAO PAULO

Telefone: (11)3775-4665

E-mail: cep_ifsp@ifsp.edu.br



Continuação do Parecer: 4.569.869

- Analisar a institucionalidade dos IFs no âmbito das políticas públicas de EPT, bem como seu processo de expansão, de investimentos financeiros, sociais, políticos e intelectuais
- Compreender a relação do IF com o papel estratégico de ação política e transformação social no processo de desenvolvimento local/regional a partir da Região de Campinas;
- Avaliar e conhecer a articulação do ensino, pesquisa e extensão dos IFs diante dos novos agenciamentos socioterritoriais da Região de Campinas.
- Analisar como os trabalhadores do Serviço Social compreendem os sentidos políticos dos Institutos Federais da Região de Campinas, a partir de sua atuação cotidiana e articulação entre o ensino, pesquisa e extensão.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Mencionados no projeto básico, completo e termos conforme solicitado no parecer 4118.705.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa apta a aplicação.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Termos corrigidos de acordo com a solicitação do último parecer 4118.705.

Recomendações:

sem recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

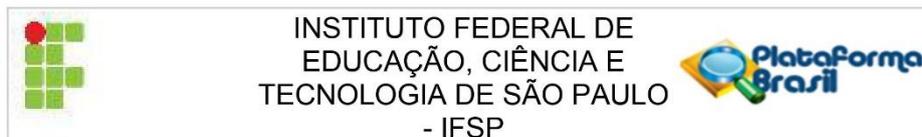
não apresenta inadequações.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Cronograma	Cronograma_Grazielle.docx	25/02/2021 20:23:27	Fany Josefina dos Reis	Aceito

Endereço: Rua Pedro Vicente, 625
 Bairro: Canindé CEP: 01.109-010
 UF: SP Município: SAO PAULO
 Telefone: (11)3775-4665 E-mail: cep_ifsp@ifsp.edu.br



Continuação do Parecer: 4.569.869

Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1557999.pdf	23/02/2021 19:23:46		Aceito
Outros	TCLE_modificado.docx	23/02/2021 19:23:31	GRAZIELLE NAYARA FELICIO	Aceito
Outros	perguntasnorteadoraspesquisagrazielle.docx	03/06/2020 20:55:52	GRAZIELLE NAYARA FELICIO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	memorialcomprojetedepesquisa_cronogramaalterado.docx	03/06/2020 20:53:14	GRAZIELLE NAYARA FELICIO SILVA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	memorialcomprojetedepesquisa.docx	10/02/2020 11:11:08	GRAZIELLE NAYARA FELICIO SILVA	Aceito
Outros	oficiodeapresentacao.docx	10/02/2020 11:03:38	GRAZIELLE NAYARA FELICIO	Aceito
Outros	AutorizaçãodePesquisa_GrazielleNayaraFelicioSilva.pdf	10/02/2020 10:51:30	GRAZIELLE NAYARA FELICIO	Aceito
Outros	parecermeritoacademico.pdf	10/02/2020 10:49:56	GRAZIELLE NAYARA FELICIO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	10/02/2020 10:46:01	GRAZIELLE NAYARA FELICIO SILVA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO PAULO, 02 de Março de 2021

Assinado por:
Victor Barbosa Ribeiro
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Pedro Vicente, 625
Bairro: Canindé CEP: 01.109-010
UF: SP Município: SAO PAULO
Telefone: (11)3775-4665 E-mail: cep_ifsp@ifsp.edu.br